

MARÍLIA CRISPI DE MORAES MACIEL

**MANÍACO DA BICICLETA:
DA CONSTRUÇÃO DE UM MITO AO DISCURSO SENSACIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Messa.

PALHOÇA, 2006.

MARÍLIA MACIEL

**MANÍACO DA BICICLETA:
DA CONSTRUÇÃO DE UM MITO AO DISCURSO SENSACIONALISTA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça – SC, ____/____/_____.

Prof. Dr.

Universidade de Local

Prof. Dr.

Universidade de Local

Prof. Dr.

Universidade de Local

*Às minhas filhas Ágatha e Stéfanie,
Luzes incandescentes nos momentos de escuridão.
A Sandro, pelas idas e vindas.*

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor José Kormann, pelo exemplo.

Ao Professor Doutor Fábio Messa, pela orientação franca e pelo jeito bem humorado de encarar a vida.

Aos mestres do curso, pela disposição em repartirem comigo seus conhecimentos.

Aos meus pais, pela vida.

Aos colegas da Fundação Cultural de São Bento do Sul, pelo apoio incondicional.

O progresso é obra dos que trabalham e se empenham em conquistar a cada dia uma nova possibilidade, e não daqueles que voluntária ou involuntariamente submergem no vazio da decepção, abandonando a luta para entregar-se nos braços da inércia.
(Pecotche: 2002, 70)

RESUMO

A construção de mitos noticiosos como estratégia sensacionalizante dos textos jornalísticos é o tema dessa pesquisa. A abordagem parte de teorias da semântica e da pragmática para verificar evidências de construção de realidades pela imprensa. A cobertura midiática do caso policial “Maníaco da Bicicleta” serve de suporte à pesquisa e mostra como a imprensa utiliza a função referencial da linguagem para fins de convencimento em suas campanhas. Amparado no mito da isenção, o jornalismo aposta na credibilidade da opinião pública para transformar-se em núcleo de poder na sociedade pós-moderna. Para manter viva a credibilidade através da aparente isenção, o jornalismo recorre a uma falsa polifonia quando oferece aos consumidores de notícias opiniões de pessoas diferentes, porém com o mesmo ponto de vista. Os discursos das autoridades competentes servem apenas para ratificar visões estereotipadas repetidas continuamente pela imprensa. Através da aplicação de teorias semânticas e pragmáticas aliadas a uma visão multidisciplinar é possível interpretar os textos jornalísticos com maior clareza para desconstruir os mitos e as realidades inventadas.

Palavras-chave: mito, pragmática, semântica, sensacionalismo.

ABSTRACT

The construction of the myths how sensationalist strategy of the journalistic texts is a theme of this research. The study starts of semantics and pragmatics theories to verify evidences of the constructions of the reality by press. The mediatic coverage of the case “Maniac of the Bike” is the base of this research and it shows what the media use the referential function of language to convince about their campaigns. The journalism, supported by exemption myth, bet in the credulity of the public opinion to be transform in the center of the power in the post-modern society. To maintain alive the credulity by the apparent exemption, the journalism run over to false polyphony when offer to consumers of the news opinions of different people, but with the same point of view. The discourses of capable authorities only serve to confirm stereotypes repeated continually by the press. Through the application of semantic and pragmatic theories added the multidisciplined vision it’s possible to interpret the journalist texts more clearly to deconstruct the myths and untrue realities.

Keywords: myth, pragmatic, semantic, sensationalism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PRIMEIRO RETRATO FALADO DO MANÍACO DA BICICLETA.....	41
FIGURA 2 – CAPA A NOTÍCIA ON-LINE 4/11/00.....	58
FIGURA 3 – CAPA A NOTÍCIA ON-LINE 7/11/00.....	92
FIGURA 4 – AN CIDADE ON-LINE 27/10/00.....	164
FIGURA 5 – CAPA A NOTÍCIA ON-LINE 17/04-02.....	177
FIGURA 6 – CAPA A NOTÍCIA ON-LINE 18/04/02.....	195
FIGURA 7 – CAPA A NOTÍCIA ON-LINE 19/04/02.....	223

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<u>1. JORNAL: ESPAÇO PRIVILEGIADO À REPRODUÇÃO DE MITOS</u>	15
1.1 NASCE O MANÍACO DA BICICLETA.....	30
1.2 INFLUÊNCIA DA PÓS-MODERNIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	36
<u>2. SOB O OLHAR PANÓPTICO DA MÍDIA</u>	61
2.1 MANIQUEÍSMO PRESERVADO.....	69
2.2 PODER EMBASADO EM TEORIAS.....	72
<u>2.3 A ESCOLHA DAS FONTES</u>	84
<u>2.4 O FALSO RETRATO</u>	90
<u>2.5 COERÊNCIA EM CIMA DO MURO</u>	99
<u>3. ESTRATÉGIAS SEMÂNTICAS E PRAGMÁTICAS NO JORNALISMO</u>	106
<u>3.1 DA PRAGMÁTICA À ÉTICA</u>	114
<u>3.2 – O DIFÍCIL CAMINHO DA ÉTICA</u>	119
<u>1.3 - EM BUSCA DE EVOLUÇÃO</u>	124
<u>3.4 O RETRATO ERA FALSO, O QUE FAZER?</u>	126
<u>3.5 – ESVAZIAMENTO ESTRATÉGICO</u>	151
<u>4. O PODER VITIMIZADOR DA IMPRENSA</u>	154
4.1 O SENSACIONALISMO DA IMPRENSA “SÉRIA”.....	158
4.2 A VIOLÊNCIA COMO PRODUTO.....	175
4.3 É POSSÍVEL ESCAPAR AO SENSACIONALISMO?.....	186
<u>5. A POLIFONIA JORNALÍSTICA A SERVIÇO DOS ESTEREÓTIPOS</u>	189
5.1 FÓRMULA FIXA: UM RECURSO CÔMODO.....	194
5.2 INIMPUTABILIDADE É ARGUMENTO RARO NA PSIQUIATRIA.....	203
5.3 NOVAS DENÚNCIAS: MARLON TAMBÉM ROUBOU.....	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS	238
<u>ANEXO 1 – VIOLÊNCIA URBANA DISCUTIDA EM JOINVILLE</u>	241
<u>ANEXO 2 – ENTIDADES DE JOINVILLE COBRAM SEGURANÇA</u>	244
<u>ANEXO 3 – JOINVILLE REIVINDICA MELHORIAS NA SEGURANÇA</u>	246
<u>ANEXO 4 – CAPTURA DE TARADO FICA SEM REFORÇO</u>	249
<u>ANEXO 5 – JOINVILLE COBRA MAIS AÇÕES PARA A SEGURANÇA</u>	250
<u>ANEXO 6 – VÍTIMA DE RETRATO FALADO AGUARDA SOLUÇÃO DO GOVERNO</u>	253
<u>ANEXO 7– INTERNET LEVANTA NOVO BOATO SOBRE ESTUPRADOR</u>	255
<u>ANEXO 8– OPERAÇÃO NORTE SEGURO TEM BALANÇO POSITIVO</u>	259
<u>ANEXO 9– OPERAÇÃO NORTE SEGURO É MANTIDA E AMPLIADA</u>	263
<u>ANEXO 10 - MANÍACO VAI RESPONDER POR OUTRO ESTUPRO</u>	267
<u>ANEXO 11 – ESTRUPADORES CULPAM FORÇA DO MAL</u>	269
<u>ANEXO 12 – MANÍACO PEGA 17 ANOS DE CADEIA</u>	272
<u>ANEXO 13 - JUSTIÇA ORDENA INDENIZAÇÃO</u>	274

INTRODUÇÃO

Estudar os três momentos distintos que compuseram a cobertura de um caso policial denominado de “O Maníaco da Bicicleta” e, a partir de tal fragmentação, determinar as estratégias discursivas utilizadas para mitificar a realidade, através da função referencial da linguagem jornalística, foi a fonte motivadora para esta pesquisa.

Algumas hipóteses nortearam o trabalho: a imprensa, mesmo a que se intitula “séria” e comprometida com a ética, também utiliza estratégias sensacionalistas para ampliar o interesse do público por suas matérias. A fim de alimentar o interesse pelos acontecimentos que produz, o jornalismo utiliza-se de meios para construir realidades, através de estereótipos e simulacros. De engrenagem que sustentava as relações de poder pela disseminação periódica e organizada de um saber, a imprensa transformou-se em núcleo de força na rede do poder e, para tanto, assume um papel de vigilante onipresente e onisciente capaz de supliciar os acusados antes mesmo de suas condenações o que, por vezes, como no caso do Maníaco da Bicicleta, incorre em atentados à ética e efeitos negativos à vida de inocentes. O jornalismo, espaço polifônico por natureza, utiliza-se – em suas campanhas persuasivas – de uma falsa multiplicidade de vozes, através do privilégio às fontes oficiais, ou “discurso de autoridade competente” que só faz ratificar opiniões pré-estabelecidas e estereotipadas. A cobertura midiática intensifica-se no período de construção de mitos de bandidos, mas decai no momento da punição dos mesmos.

Para abordar a validade de tais hipóteses, a pesquisa valeu-se de conhecimentos multidisciplinares, que possibilitaram a contextualização das informações prestadas nos textos jornalísticos, sobretudo de embasamento semântico-pragmático a fim de identificar – através de marcas lingüísticas – aspectos como intencionalidade, sensacionalização, mitificação e outros que contribuem para a construção de realidades pelo jornalismo.

O corpus da pesquisa compõe-se dos textos jornalísticos publicados pelo jornal *A Notícia* durante toda a cobertura do caso Maníaco da Bicicleta, bem como matérias jornalísticas sobre o tema segurança pública, co-relacionadas ao caso central. A princípio, havia também a intenção de se tomar depoimentos de repórteres e editores envolvidos na cobertura, porém, no decorrer do trabalho, optou-se por privilegiar o discurso das matérias jornalísticas já publicadas como objeto de análise, visto que, é sobre esta concepção da época da cobertura, a mesma que chegou ao grande público, que a pesquisa pretende debater.

Muito mais que apontar falhas e formular críticas o que esta pesquisa enseja é provocar reflexões acerca do fazer jornalístico enquanto função social de bem informar, tarefa das mais difíceis posto que o jornalismo tornou-se um negócio e, como tal, demanda interesses econômicos. Além disso, há um *modus operandi* enraizado que privilegia fórmulas sensacionalistas e espetacularizantes.

A escolha pelo caso “Maníaco da Bicicleta” não se deu ao acaso. Trata-se de um episódio do jornalismo catarinense em que a sensacionalização e mitificação, além da confiança excessiva na fonte oficial, trouxeram conseqüências danosas, através da divulgação de um falso retrato falado de um estuprador que, na verdade, tratava-se da fotografia de um inocente. As implicações éticas do caso serviram de motivação para provocar uma reflexão mais ampla, através da abordagem multidisciplinar, das características do fazer jornalístico.

O texto que virá a seguir não se presta a uma leitura esparsa, pois obedece à linearidade da cobertura jornalística realizada entre setembro de 2000 e junho de 2002 e, por isso,

cada capítulo mescla o embasamento teórico a sua aplicação prática na interpretação dos textos jornalísticos coletados. No primeiro capítulo, para que o leitor possa contextualizar seu entendimento, há um resumo do caso, desde o surgimento do Maníaco da Bicicleta, passando pela acusação errônea de um inocente e terminando com a prisão do verdadeiro culpado. A construção do mito do Maníaco da Bicicleta pela mídia e as conexões deste processo com o texto ficcional são temas abordados no capítulo inicial. Como os textos são sempre reflexos de determinada ideologia, o capítulo 1 também relaciona o fazer jornalístico atual ao contexto da pós-modernidade.

O capítulo dois discute as implicações das relações de poder na produção jornalística. A quem interessa mitificar? É um dos questionamentos que a pesquisa busca responder. Sob o escudo da “isenção” e da “credibilidade popular”, órgãos de imprensa passam a funcionar como núcleos de poder. Com isso, os veículos de comunicação assumem posição equivalente a de outros núcleos de poder (econômico, político) e ficam em condições de disputar em pé de igualdade a satisfação de interesses próprios. Para tanto, a imprensa investe-se de poder vigilante, não de corpos, mas de imagens. O sustentáculo deste poder está na credibilidade da opinião pública a quem, por enquanto, ainda interessa outorgar ao jornalismo tal função de guardião da moral. Assim, o jornalismo produz suas próprias verdades ainda que, para isso, necessite inventar acontecimentos e fatos ou mitificar personagens. Nestas relações de poder, privilegia-se a voz da autoridade competente, o discurso oficial em detrimento da checagem de outras versões. Tal atitude acaba por pré-julgar pessoas obrigado-as a uma condenação pública ainda que inocentes.

É nesta abordagem do poder que a pesquisa busca os ensinamentos de Michel Foucault, pois o jornalismo, além de contribuir para a manutenção de estados de poder, também se constitui em um núcleo de poder. As estratégias discursivas utilizadas para manter essa relação de poder da imprensa são alvo de reflexões no segundo capítulo.

A importância dos aspectos semânticos e pragmáticos para uma compreensão global dos textos jornalísticos é o cerne do capítulo 3, afinal, como ocorre com qualquer enunciado, o texto jornalístico é concebido para executar uma ação social, logo, é repleto de intenções. Neste ponto da pesquisa é impossível dissociar o fazer jornalístico da ética que se requer da profissão. É também o momento de verificar, através dos textos noticiosos coletados, a rápida mudança estratégica do jornal *A Notícia* no sentido de imputar às fontes oficiais toda a responsabilidade pela divulgação de uma informação errada, o falso retrato falado. Da mesma forma, opera-se uma readequação do mito Maníaco da Bicicleta com o surgimento de um elemento novo e não previsto na trama: o inocente Aloísio Plochanski, cuja fotografia espalhou-se por Joinville como se fosse o retrato falado do estuprador.

Depois do episódio do falso retrato falado, o Maníaco da Bicicleta deixa de ser o assunto em voga nas páginas de *A Notícia* para somente reaparecer em 2002, quando Marlon Cristiano Duarte, o verdadeiro autor dos estupros é preso. O quarto capítulo trata desse momento e das estratégias de sensacionalização adotadas pela imprensa que se intitula “séria”. O mesmo veículo, que condena o sensacionalismo, utiliza fórmulas espetacularizantes para atrair a atenção do leitor para determinado assunto. O capítulo 4 também discute a violência enquanto produto dos meios de comunicação de massa, além de tratar dos processos de vitimização impostos pela imprensa.

O quinto capítulo traz à baila o apego da imprensa aos estereótipos, mais especificamente a recorrência, nas matérias jornalísticas, ao discurso justificador, no caso em tela o discurso psiquiátrico acerca de traumas de infância que justifiquem crimes de violência sexual. Tal recurso já foi de tal sorte disseminado pela imprensa e pelas obras de ficção, em especial pelo cinema, que os próprios criminosos logram possível valer-se da alegação de insanidade para escapar à prisão comum. Como se verá no capítulo cinco, trata-se de uma visão

estereotipada, uma vez que a Psiquiatria estabelece como muito raros os casos em que se pode aplicar a inimputabilidade para autores de crimes sexuais.

De réu confesso, o Maníaco da Bicicleta passou à vítima durante a cobertura jornalística de sua prisão. Como demonstrarão as notícias selecionadas no capítulo cinco, o discurso de arrependimento e alegação de insanidade de Marlon Cristiano Duarte é ratificado pelo jornal através da escolha de uma visão estereotipada e unilateral de fontes que fortalecem a argumentação do estuprador.

A pesquisa, portanto, trata da cobertura midiática do caso Maníaco da Bicicleta em três momentos: a construção do mito, a transformação de um inocente em culpado pela divulgação de um falso retrato falado e a prisão do verdadeiro estuprador, com evidente esvaziamento de interesse midiático para a punição do culpado.

Repensar o fazer jornalístico é o desafio que este estudo pretende propor. Em tempos de informação cada vez mais rápida e multifacetada insistir em estratégias de espetacularização do real pode trazer como consequência a corrosão da credibilidade nos meios noticiosos, mesmo naqueles declaradamente anti-sensacionalistas. Simulacros e realidades construídas em nada contribuirão para a análise racional dos problemas que envolvem os cidadãos. Se o compromisso primeiro do jornalismo é com o direito à informação, faz-se necessário reavaliar as estratégias mitificadoras. Se o comprometimento primordial do jornalismo passou a ser com o capital, então fique tudo como está e aguarde-se que os próprios consumidores de notícias esvaziem o poder da imprensa através do descrédito em suas palavras e imagens de realidades construídas.

1. JORNAL: ESPAÇO PRIVILEGIADO À REPRODUÇÃO DE MITOS

“A imprensa encarrega-se todos os dias de mostrar que a reserva de significantes míticos é inesgotável”
(Barthes: 1993, 148)

Pergunte às pessoas que motivos as levam a ler jornais e logo surgem respostas como: para obter informação ou para saber a realidade ou para se atualizar. O jornalismo retrata e refrata a realidade, talvez mais a segunda que a primeira ação. Apropria-se de fatos para alimentar os mitos diários que cria. Constrói realidades. Mas, se é assim, por que razões os consumidores¹ de notícias continuam a ler jornais no papel ou na web, continuam a assistir os noticiosos da TV e a ouvir os programas jornalísticos de rádio com a voracidade de quem necessita desses produtos? Os menos afeitos a uma reflexão poderão optar pela ingênua credulidade dos consumidores de notícias ou pela natural curiosidade humana, mas a motivação parece estar mais relacionada a uma ferramenta que o homem inventou há milhares de anos: a criação de mitos para explicar a sua realidade.

O desenvolvimento das tecnologias de informação possibilitou campo fértil para a disseminação mais veloz de mitos. Em seu “Mitologias” (1993), Roland Barthes evidenciou essa presença mitificadora na sociedade ocidental. É no jornalismo, entretanto, que o mito encontra condições ainda mais propícias para sua expansão. Com caráter axiomático, a notí-

¹ As pessoas pagam para obter informações, seja através de jornais impressos, TVs, rádio, etc. Daí a opção pela expressão consumidores de notícias.

cia, a reportagem, os editoriais impõem informações como se estas fossem verdades incontesteáveis, ao menos naquele momento. Segundo Lage (2001: p.6), a notícia “dispensa argumentações e usualmente as provas; quando as apresenta é ainda em forma de outros enunciados axiomáticos. Não raciocina; mostra, impõe como dado e assim furta-se à análise crítica.” A notícia assume o papel de afirmação ou, como constata Maingueneau: 2002, p.40, enquanto no discurso publicitário, o receptor sabe de antemão que existe uma segunda intenção, o discurso jornalístico é legitimado e o leitor o compra porque quer informar-se. Assim também o mito apresenta dupla função: “designa e notifica, faz compreender e impõe.” (Barthes:1993, p.139)

Estudos sobre comunicação de massa, sobre semântica e pragmática, já deixaram evidentes a impossibilidade da neutralidade total seja no jornalismo, seja em qualquer outro tipo de discurso. Vejam-se como exemplos trabalhos de Koch (2000), Alsina (1986), entre tantos outros. Tal conclusão propositadamente não é assimilada pelos veículos de comunicação que continuam a ostentar a bandeira da “isenção” jornalística como estratégia de marketing diante de seus consumidores. A capacidade de expressar a “veracidade” dos fatos é até utilizada como divisor de águas entre o jornalismo sério e o dito sensacionalista, como adiante se verificará.

Se o encantamento atual do mito noticioso não pode ser atribuído exclusivamente à ingenuidade do público consumidor, por que consegue propagar-se? Algumas hipóteses podem ser consideradas: a intenção do próprio consumidor de tentar explicar sua confusa realidade; falta de opções já que os mitos estão por toda parte; imposição da imprensa. Mas, e quando a mitificação deixa de apenas deformar a realidade para contrariar o fato real? Que conseqüências um flagrante erro de informação pode trazer ao esquema mitificador da imprensa? São questões para as quais o estudo de caso “Maníaco da Bicicleta” poderá apontar respostas ou, pelo menos, provocar novas reflexões.

Entre agosto e outubro de 2000, uma série de estupros ocorreu em Joinville, maior cidade de Santa Catarina. Os crimes foram atribuídos, pela imprensa e pelas autoridades policiais, ao “Maníaco da Bicicleta”, porque o criminoso costumava ser visto em uma bicicleta azul.

Em 5 de novembro de 2000, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, exibiu um retrato falado do suposto estuprador que, segundo a Delegacia de Investigações Criminais (DEIC), fora elaborado com base no depoimento das vítimas e melhorado com o uso de computador. No dia seguinte, pressionada pela imprensa estadual, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania divulgou o retrato aos veículos de comunicação de Santa Catarina, além de espalhar o rosto do maníaco pela cidade, através de cartazes. Na verdade, o “retrato falado” tratava-se da reprodução de uma fotografia de Aloísio Plocharski. A polícia sabia que havia cometido um erro, pois poucos minutos após a aparição de Plocharski no *Fantástico* enviou policiais à casa do rapaz e nada encontraram que o incriminasse. Mesmo assim, o retrato foi entregue ao restante da mídia na segunda-feira. Dias antes, Plocharski fora detido como suspeito, mas nenhuma vítima o reconheceria.

Apavorada com a repercussão do falso retrato falado, a família Plocharski procurou a imprensa para dizer que a polícia havia usado indevidamente uma foto de Aloísio. No dia 8 de novembro, o jornal *A Notícia* explica o engano policial. A Rede Globo limita-se a uma nota curta, corrigindo a informação do *Fantástico*. Já era tarde. O pai de uma das vítimas chegou a ir até a casa dos Plocharski disposto a matar Aloísio. Nas ruas, as pessoas continuavam achando que o rapaz era mesmo o “Maníaco da Bicicleta”, apesar do desmentido da imprensa. Aloísio perdeu o emprego na malharia onde trabalhava, o pai entrou em depressão e tornou-se alcoólatra e o avô morreu vítima de um infarto.

Dois anos mais tarde, o estuprador da bicicleta azul voltou a atacar, e a polícia prendeu Marlon Cristiano Duarte, que confessou o estupro de cinco mulheres. Eis o resumo

do caso que servirá de ferramenta a este estudo. Teorias semânticas serão úteis, adiante, para identificar as diferentes estratégias adotadas pela imprensa nos diversos estágios evolutivos do caso, a começar pela construção do mito do Maníaco da Bicicleta, seguida pela descoberta do erro de informação e pela prisão do verdadeiro autor dos estupros. Que caminhos a construção mitológica do caso Maníaco da Bicicleta percorreu nessas diversas instâncias é o que buscaremos definir.

Para Barthes (1994: p. 147), “a significação mítica não é nunca completamente arbitrária, é sempre em parte motivada, contém fatalmente uma parte de analogia”. Tal constatação é perfeitamente perceptível nos textos noticiosos. O jornal não inventa seus personagens, mas transforma-os em mitos. No caso do Maníaco da Bicicleta, uma série de estupros realmente ocorreu em Joinville no segundo semestre do ano 2000, mas coube à imprensa mitificar os fatos. Uma das primeiras providências tomadas no processo de mitificação foi denominar o personagem central que ganhou a alcunha de “Maníaco da Bicicleta”.

As primeiras notícias sobre o estuprador encarregaram-se de descrever o agressor de tal forma a constituir no imaginário dos leitores um perfil do protagonista: sujeito aseado, mãos macias, fala mansa, guarda-pó de operário, dono de uma bicicleta azul, com preferência por mulheres de classe média-alta. Tal estratégia assemelha-se em muito às técnicas de estruturação de texto próprias da narrativa ficcional, com a presença de personagens marcantes; foco narrativo em terceira pessoa (no jornalismo centrado na figura onipresente e onisciente do repórter); enredo que alterna momentos de clímax e declínio, determinados pela frequência de matérias sobre o mesmo tema; espaços e tempo bem determinados: região central de Joinville, à noite.

O mito precisa de uma força motivada. A série de estupros tornou-se o dispositivo detonador da construção de um novo mito noticioso: o Maníaco da Bicicleta. Imperativo e interpelatório por natureza, o mito tem campo fértil para se desenvolver na linguagem axio-

mítica da notícia. A principal particularidade apontada por Barthes para o mito, o fato de seu significante ser formado pelos signos já existentes da língua, reforça-se nos textos noticiosos pela fórmula mítica incorporada ao cotidiano de que “os jornais retratam a realidade”. No caso particular dos mitos noticiosos, além de construir-se a partir de uma cadeia semiológica pré-existente, o mito insere-se numa cadeia mitológica também já existente, a que considera o jornalismo como cenário de revelação de fatos verídicos.

A mitificação do Maníaco da Bicicleta ou de qualquer outro personagem noticioso que pode nascer tanto na editoria de política como na de moda, não é espontânea. É intencionalmente construída com o objetivo de atrair a atenção do consumidor de notícias. O próprio encadeamento de matérias e suítes sobre o mesmo tema, a personificação dos atores principais e a caprichosa denominação de cada caso mítico revelam tal intencionalidade. Para Barthes (1992: p.145), o mito é uma fala definida pela sua intenção, muito mais que pela sua literalidade. Barthes também afirma que “o significante do mito apresenta-se de uma maneira ambígua: é simultaneamente sentido e forma, pleno de um lado, vazio de outro” (Barthes: 1992, p. 138). É justamente este vazio de forma que a construção mítica no jornalismo busca preencher e por isso os casos, sejam policiais ou de qualquer outra editoria, passam a ganhar contornos que se assemelham ao texto ficcional.

Ao perceber que um determinado assunto poderá desdobrar-se em várias suítes, ou seja, matérias de continuidade sobre o mesmo tema, o editor trata logo de tomar algumas providências que preencham o vazio da forma do mito, prestes a nascer. Um dos primeiros passos é batizar com um nome atraente o caso ou os principais personagens envolvidos, tal como em “O Maníaco do Parque”, “O Bandido da Luz Vermelha”, “O Caso Morel”, “O Mensalão”, e assim por diante. O passo seguinte é dotar os personagens centrais de características marcantes, por vezes estereotipadas. Neste processo, como se verificará adiante, uma das estratégias adotadas é recorrer aos depoimentos de especialistas que corroborem com a imagem

fabricada para os protagonistas da trama. A frequência de matérias sobre o mesmo tema e, mais que isso, a intersecção com assuntos similares também é artifício adotado para transformar determinado caso em uma “novela da vida real” a ser imposta na *agenda setting*² dos consumidores de notícias.

Todas as estratégias citadas acima são meios de deformar o sentido. Barthes (1992: pp144-145) alerta:

O mito é um valor, não tem a verdade como sanção: nada o impede de ser um perpétuo álbi: basta que o significante tenha duas faces para dispor sempre de um “outro lado”: o sentido existe sempre para apresentar a forma; a forma existe sempre para distanciar o sentido. E nunca há contradição, conflito, explosão entre o sentido e a forma, visto que nunca está no mesmo ponto.

O mito não elimina o sentido, mas prende-se ainda que por tênue linha a um fragmento de realidade e, por isso pode ser encarado como fato ou utilizado para explicar ou aceitar a realidade. O jornalismo, por seu caráter informativo, de predomínio da função referencial³ da linguagem, oferece condições bastante propícias para alimentar a relação de fatualidade com os mitos que veicula.

No caso Maníaco da Bicicleta, um acontecimento inesperado obrigou a uma rápida desconstrução do personagem mítico criado, já que o retrato do bandido divulgado pela fonte oficial à imprensa era uma farsa. Volúvel por natureza, o mito não foi sacrificado nem pela própria verdade que veio à tona. Outra vez, conservou o sentido inicial – a onda de estu- pros – mas moldou nova forma e o caso ganhou um novo personagem de destaque: o inocente Aloísio Plochanski, confundido com o maníaco. Essa rápida re-adequação do mito é possível por se tratar, segundo Barthes (1992: p. 144), de um sistema duplo, onde se produz uma espécie de ubiqüidade: o ponto de partida do mito é constituído pelo ponto terminal de um sentido.

² Assuntos colocados na pauta de discussão dos grupos sociais pelos meios jornalísticos.

³ Expressão adotada pelo lingüista Roman Jakobson para designar a função de informar.

E como um mito pode mudar de forma, tomar nova direção dentro do texto jornalístico sem colocar em risco a credibilidade do veículo, isso é, sem que o consumidor de notícias aperceba-se da construção mitológica inicial? Recorra-se a Koch (2000: p.124) para uma resposta possível:

A afirmação possui o dom de criar a ilusão de que, ao ser feita, tem o poder de criar a própria realidade das coisas, no entanto, ela resulta sempre de uma opinião, manifestando uma determinada atitude do locutor em face dessa realidade e do(s) seu(s) interlocutor(es).

Não é “o que diz”, mas a forma afirmativa “como” o jornalismo diz que garante a aparência crível do mito reformulado.

As razões que movem o jornalismo a propagar seus mitos são muitas. A princípio, pode parecer contradição que justamente os meios destinados a “informar com isenção” presen-tem-se à reprodução de mitos. Tal julgamento seria por demais simplista. Voltemos a uma das funções originais do mito enquanto fala: ajudar o homem a compreender sua realidade. O acordo tácito entre o agente produtor de mitos e aquele que os consome está diretamente relacionado a essa razão original de buscar explicações para o real. Estereotipar os personagens centrais de matérias jornalísticas é, tanto para o emissor quanto para o receptor das notícias, um meio prático de buscar o entendimento rápido da realidade construída. Assim, repetem-se casos de maníacos que já foram vítimas de abuso sexual na infância, políticos corruptos, bombeiros heróis, negros discriminados... E quando busca o estereótipo como recurso facilitador do entendimento para as histórias do cotidiano, inicia-se o processo de mitificação.

A razão econômica também contribui para alimentar a criação de mitos pela imprensa. Mitificar um caso torna-o mais atraente ao consumidor. Uma história que se desenrola por dias ou meses aguça a curiosidade e ajuda a vender a notícia por mais tempo. Há que se considerar ainda o *modus operandi* vigente. Qualquer repórter foca⁴ é logo incentivado a se-

⁴ Repórter novato

guir o exemplo de colegas mais experientes, a aprender com estes os macetes da profissão. A construção mitológica dos casos é até mesmo estimulada por editores sedentos por uma boa manchete, por um assunto que renda suítes nos dias seguintes. Nesse aprendizado, vale refazer a matéria com maiores detalhes sobre o personagem central, suas características físicas e psicológicas, seus hábitos, seus antecedentes. Nem sempre, contudo, é possível obter todas essas informações de modo suficientemente realista e então os estereótipos surgem como alternativa para satisfazer o gosto do editor e do consumidor da notícia.

Reconhecer a mitificação como presença constante nos textos jornalísticos não significa, de forma alguma, crucificar os profissionais da imprensa como se fossem os sujeitos mais mal intencionados do planeta. Na verdade, a mitificação carrega intencionalidade em seu bojo, mas está tão enraizada no fazer jornalístico – e em muitos outros fazeres humanos – que se tornou prática quase espontânea porque pertence ao campo da ideologia. Barthes (1992: pp 161-163) constata:

A semiologia ensinou-nos que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade. Este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das imagens míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define: a todos os níveis de comunicação humana, o mito realiza a inversão da antiphisis em pseudo-phisis.[...] O mundo oferece ao mito um real histórico e o mito devolve uma imagem natural deste real.

Se o mito é percebido como fato real pelos consumidores de notícias, também o é por grande parte de seus construtores. O repórter anseia por produzir textos que interessem a seu público, quer acompanhar casos que rendam manchetes, assim como o repórter fotográfico busca o melhor ângulo ainda que a imagem construída seja o reflexo de sua interpretação estereotipada dos personagens. Somos todos hospedeiros dos mitos e nos habituamos tanto a sua presença que nem mais percebemos que estão ali. Abramo (2004: p. 24) afirma que “a maior parte dos indivíduos move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova neste mundo irreal”. Os mitos são construí-

dos de acordo com determinadas orientações ideológicas tão profundamente enraizadas que se confundem com a realidade.

O psiquiatra Isaac Charam enumera algumas idéias míticas acerca de estupradores que costumam povoar as matérias jornalísticas e o imaginário popular: que o homem estuprador sofre de um desejo sexual incontrolável; que o estuprador é sempre doente mental; que o estuprador é sempre de classe social baixa; que já teve problemas com a lei ou que geralmente é de cor negra. (Charam: 1997, p.162) Da mesma forma, outras mitificações são alimentadas pelas notícias periódicas. Um exemplo claro pode ser a falta de credibilidade enfrentada pela classe política. A sucessão de manchetes que dão conta da corrupção entre representantes políticos, aliada às esquetes de programas humorísticos e charges que exploram este filão de maneira cômica contribuem para criar um pré-julgamento generalizado de que “a política é desonesta”. Tal pensamento acaba por provocar o afastamento e o desinteresse das pessoas pela política. Em consequência, haverá cada vez menos pessoas bem intencionadas dispostas a disputar cargos públicos por eleição.

Os mitos edificadas, sustentados ou expandidos pela imprensa são reflexos ideológicos. Para Bakhtin (2004, p.31), “Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos, não existe ideologia”. O mito noticioso não é criado apenas para alimentar o interesse do leitor, mas para difundir ou reforçar determinadas posições ideológicas dominantes. Abram-se aqui parênteses para lembrar que, no caso do Maníaco da Bicicleta, havia em Joinville um clamor, inclusive da classe empresarial, por melhorias no setor de segurança pública. Em 2000, à época da divulgação do falso retrato falado, instalou-se na cidade uma operação especial de segurança chamada “Norte Seguro” a fim de coibir roubos, furtos e assaltos e, é claro, capturar o símbolo do estado de insegurança: o Maníaco da Bicicleta, temido por atacar e estuprar mulheres em plena área central da cidade. Intensificar as buscas ao maníaco e providenciar sua captura era uma forma de dar resposta positiva aos apelos da população por maior segurança.

Quanto mais aterrorizante parecesse a figura do maníaco, maior seria o sentimento de alívio dos joinvilenses ao vê-lo preso.

É também Bakhtin quem alerta (2004, p. 32): “Ele (o signo) pode distorcer a realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica.” E sendo a palavra, como atesta Bakhtin, um fenômeno ideológico por excelência, não há como dissociar no texto jornalístico tal relacionamento tão natural. No caso Maníaco da Bicicleta, contudo, a realidade surpreendeu o mito criado. O erro de divulgar um falso retrato falado para “acalmar” as cobranças populares por mais segurança acabou enveredando por um caminho até então inesperado: a aparição de Aloísio Plochanski denunciando o uso indevido de sua fotografia. Erros flagrantes dessa natureza são importantes para quebrar a força espontânea da reprodução de mitos pela imprensa. Em seu cotidiano, no afã de preencher páginas e páginas com informações que interessem o leitor, o jornalista – apressado por natureza do ofício – nem sempre se dá conta dos mitos que ajuda a construir e das formas estereotipadas que ajuda a eternizar para a opinião pública. Somente quando pecados éticos vêm à tona é que se pode provocar uma pausa para a reflexão acerca da recriação automatizada da realidade nos jornais.

Tal reflexão acerca do fazer jornalístico e da criação ou divulgação de mitos pode levar a uma mudança de posição, ao menos temporária, capaz de produzir a corrosão de estereótipos e o conseqüente abalo nas formas ideológicas até então consolidadas. Para Bakhtin (2004:p. 41):

A palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais [...] A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica.

Quando um mito noticioso sofre uma ruptura em sua construção, surge a oportunidade de se estudar a ideologia que o sustentava, porém, o enraizamento ideológico é tão

profundo que se torna mais cômodo e fácil deformar o próprio mito, sem destruí-lo. Foi o que ocorreu no caso Maníaco da Bicicleta, como adiante se verá. A descoberta do falso retrato falado destruiu a intenção da polícia de utilizar as buscas ao maníaco como mostra de ação eficaz contra a insegurança, mas não destruiu o mito construído e, para isso, a estratégia utilizada após explorar o novo personagem da história – Aloísio Plochanski – foi a de esvaziar o caso para, dois anos mais tarde, trazê-lo novamente à baila, com a prisão do estuprador confesso.

Em seus estudos, Bakhtin (2004: p.46) já afirmava que “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”, mas também observava que a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter acima das diferenças de classe para, dessa forma, abafar a luta dos índices sociais de valor. Os órgãos jornalísticos que se auto-intitulam “sérios” e não-sensacionalistas são campos perfeitos para disfarçar as intenções do signo ideológico, isso porque se encarregaram de criar para si próprios os mitos da credibilidade e da isenção.

Os fatores que levam o jornalista a reproduzir em seus textos a ideologia dominante são diversos e, como estão geralmente inter-relacionados, tornam-se práticas espontâneas do cotidiano. A linha editorial de cada veículo obedece aos interesses empresariais de seus proprietários. Por mais ético que tente ser, o veículo de comunicação de massa é essencialmente um negócio e, como tal, precisa garantir lucros para sua subsistência. Buscar a versão de um fato pelo ponto de vista de uma fonte oficial costuma ser sempre mais fácil e rápido do que localizar e checar outras fontes envolvidas. O tempo corre contra o jornalista e optar pela reprodução de estereótipos acelera o processo de confecção e posterior compreensão do texto. A introspecção também se insere em determinada situação social, portanto os saberes acumulados do repórter impregnam o texto que escreve. Isso significa que a ideologia a que esteve submetido estará presente no resultado final de seu trabalho ainda que esta não tenha sido sua intenção primeira. O jornalista escreve para seu leitor, isso significa que, como em qualquer

tipo de enunciação, o texto noticioso não deixa de considerar o seu receptor, suas expectativas e suas relações anteriores com a informação ou como argumenta Bakhtin (2004: p.146):

A transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.

Habitualmente o leitor espera a punição aos bandidos. Essa expectativa de castigo inibe, por exemplo, a iniciativa de ouvir as motivações dos crimes enquanto valoriza a versão oficial do fato. Quando, porém, o caso ganha maior repercussão, como assassinatos ou estupro em série, a versão dos criminosos passa a ser explorada, mas ainda com a busca de justificativas oficiais de psicólogos, psiquiatras ou outras fontes de “discursos competentes”, como denomina a filósofa Marilena Chauí (1981: p.7). O jornalista, ao privilegiar as fontes oficiais ou “competentes” acredita estar atendendo à expectativa do leitor de não dar voz aos autores do crime, sempre pré-julgados como culpados. Tal atitude já incorporada ao *modus operandi* do repórter acostumado a alimentar os mitos criados e a privilegiar as fontes oficiais, por vezes, pode acarretar informações erradas como ocorreu com Aloísio Plochanski, vítima de um falso retrato falado, ou como os envolvidos no emblemático caso da Escola Base⁵.

Ainda mais do que a punição ao crime, o leitor, conforme a visão jornalística vigente, quer estar informado sobre os atos de violência da atualidade. Importa mais saber “o que” ocorreu do que “como” e “por que” ocorreu. Eis uma das razões pelas quais o período de construção de mitos de bandidos costuma merecer maior atenção e mais espaço nos jornais do que os desfechos dos casos e julgamentos de criminosos.

Se, conforme Bakhtin (2004: p.94), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, o texto jornalístico não pode mesmo ser a

⁵ Cf. RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base – Os Abusos da Imprensa**. São Paulo: Ática, 1995.

reprodução da realidade, mas sim a construção da realidade. É o fato contado a partir de determinados pontos de vista, geralmente os oficiais ou de “autoridades competentes”, aglutinado ao repertório acumulado pela vivência de quem escreve e sob a influência das supostas expectativas do leitor. Somente quando esta recriação da realidade causa um dano flagrante à vida de alguém, como ocorreu com Aloísio Plocharski, é que se pode ter noção das consequências embutidas no fazer jornalístico mesmo de veículos que se autodenominam comprometidos com a ética e anti-sensacionalistas.

Em pesquisa acerca do texto argumentativo, Citelli (1994: p. 6) afirma:

De instrumento que ajudava a nomear as coisas, a linguagem passou a ser identificada como elemento de constituição dos sentidos, capaz de não apenas representar como também de criar realidades, exercendo um forte papel direcionador ou redirecionador das relações sociais.

Embora Citelli refira-se ao texto argumentativo, há que se considerar que, no texto noticioso a exposição das informações como fatos “realmente” ocorridos e a junção de opiniões de “autoridades competentes” objetivam um convencimento de que a versão ali expressa retrata o fato em si, tal como ocorreu. Ao redigir uma notícia, o jornalista não deixa de utilizar determinado ponto de vista que é resultado de suas experiências acumuladas, fruto de sua vivência social, das ideologias assimiladas ao longo dos anos. Para Citelli (1994: p. 19), o ponto de vista decorre de vários aspectos: do lugar social de onde se opera; do discurso individual marcado por outros discursos, da trajetória pessoal de cada um, suas leituras e vivências.

A mitificação de personagens que rendam uma sucessão de matérias sobre o mesmo tema é uma das principais ferramentas utilizadas pelo jornalismo atual na construção de realidades. Tal como nas obras de ficção, o autor de textos jornalísticos esmera-se em buscar um cenário adequado, na composição de características marcantes (mãos macias, bem asseado, guarda-pó de operário, sempre numa bicicleta azul foram algumas das características

utilizadas para compor o perfil do Maníaco da Bicicleta), além de escolher um bom título ou nome para o caso em questão.

O texto jornalístico ainda possibilita utilizar como estratégias de construção da realidade as relações interdiscursivas⁶, pois está sempre relacionado a um discurso mais abrangente, de forma que o contexto maior valida o menor. As relações intertextuais⁷ também são comuns nas matérias que rendem suítes. Ao mitificar um caso, a intenção do jornalista é prolongar o interesse do leitor pelo assunto, ou seja, supõe-se que o consumidor de notícias vai acompanhar o desenrolar da trama, tal como o faria numa novela televisiva. Por isso, as suítes têm o cuidado de oferecer uma continuidade ao assunto principal reforçando-o na *agenda setting*.

Recorrer ao discurso da autoridade competente para validar o texto enquanto relato verídico do fato é outra estratégia adotada pelo jornalismo na construção da realidade e na reprodução de mitos. A polifonia⁸ presente nos textos jornalísticos, no entanto, pode apenas reforçar a ideologia dominante porque privilegia a fonte oficial ou a autoridade competente. A opinião de um psiquiatra acerca da ligação dos atos de um estuprador a possíveis traumas de infância, por exemplo, já virou fórmula fixa⁹ e apenas ratifica a intenção do repórter de fornecer alguma explicação para os crimes. Não é o repórter que fala, mas uma autoridade competente que endossa sua idéia pré-concebida da explicação mais aceita pelo público.

Até mesmo as citações “literais” utilizadas no texto jornalístico não passam de recortes do depoimento de alguém, com a vantagem de poderem ser utilizadas para eximir o repórter de alguma acusação de erro de interpretação. Vejamos o que Maingueneau (2002:

⁶ Relação entre discursos diferentes como o histórico, econômico etc.

⁷ Textos que mantêm relação com outros textos

⁸ Multiplicidade de vozes em um mesmo texto.

⁹ Estratégia que se repete com frequência.

pp.139-141) observa no uso do discurso relatado (reprodução da enunciação de outrem) e do discurso direto (citação, no caso do jornalismo):

O discurso relatado constitui uma enunciação sobre outra enunciação; põe-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada, objeto da enunciação “citante”. Quando simplesmente indicamos que o enunciado se apóia em outro discurso, estamos usando da “modalização do discurso segundo.” [...] Diferentemente da modalização em discurso segundo, o discurso direto (DD) não se contenta em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do citado. [...] O Discurso Direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal.

Para modalizar o discurso segundo, no texto jornalístico, recorre-se ao que Maingueneau denomina de grupos preposicionais: segundo X, para X, conforme X, etc. Ao utilizar esta ferramenta, o jornalista deixa claro que determinada opinião não é sua, mas da fonte. Ocorre, porém, que a escolha da fonte e o recorte dos trechos citados são, sim, do repórter e por isso, como atesta Maingueneau, há múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal. A citação, muitas vezes, apenas ratifica um ponto de vista que é próprio do autor do texto jornalístico. No caso Maníaco da Bicicleta, como veremos no próximo capítulo, a escolha da fonte policial serviu para ratificar a informação de que havia mesmo um novo retrato falado do estuprador, feito com auxílio de computador. A fonte escolhida, ao contrário das expectativas triviais da imprensa, não era confiável e forneceu uma informação errada. Não havia novo retrato falado, mas sim a escolha da fotografia de um inocente que se assemelhava às características do culpado.

A utilização do discurso citado é também uma ferramenta para tecer a construção da realidade no texto jornalístico.

1.1 NASCE O MANÍACO DA BICICLETA

No jornal *A Notícia*, sediado em Joinville e de abrangência estadual, a primeira reportagem sobre o Maníaco da Bicicleta surgiu em 7 de outubro de 2000. O primeiro registro de estupro atribuído ao maníaco da bicicleta, entretanto, é de 29 de agosto, e o segundo de 20 de setembro do mesmo ano. Nos dias 3 e 4 de outubro, mais três mulheres foram atacadas. Nenhum destes atos foi noticiado antes. Obviamente, a polícia também levou algum tempo para relacionar os ataques a um mesmo agente agressor. Ainda assim, é estranho que os casos de violência contra as vítimas não tenham recebido ao menos uma nota no caderno *AN Cidade*, sobretudo se levarmos em conta a função primordial do jornalismo: informar a população. Se os jornais tivessem divulgado antes os ataques do estuprador, as mulheres – vítimas em potencial – teriam mais chance de prevenção.

Antes de 7 de outubro, o *AN Cidade* não menciona os estupros ocorridos em agosto e setembro, mas veicula diversas notícias e reportagens de maior fôlego acerca dos problemas de segurança pública em Joinville. A preocupação fica clara nos títulos e subtítulos:

a) 31 de agosto – Moradores do Javirituba e Ademar Garcia têm medo/ Motivo é a onda de assaltos e arrombamentos nos dois bairros.

b) 31 de agosto - “X da Questão” [programa radiofônico] discute segurança em Joinville (a matéria destaca a promessa da Polícia Militar de intensificar policiamento.)

c) 3 de setembro – Joinville tem número deficiente de PMs (a matéria faz comparação com o efetivo de Florianópolis, com o dobro de policiais em relação a Joinville. Aponta Joinville como segundo município do Estado com maior índice de criminalidade.

d) 6 de setembro – Programa de Segurança Interativa debatido (trata de reunião da polícia militar com líderes comunitários)

e) 19 de setembro – Roubo de veículos alarma população/ Companhias de seguro deixam de dar desconto para Joinville (matéria destaca o roubo de 13 veículos em quatro dias)

f) 20 de setembro - Três crimes registrados no espaço de uma semana chocam população e causam espanto na cúpula da polícia do município (com chamada de capa e destaque para a falta de estrutura da polícia civil)

g) 23 de setembro - “X da Questão discute segurança” (reporta-se novamente ao programa radiofônico que entrevistou o delegado da Polícia Federal que reclama da falta de estrutura)

h) 24 de setembro – Consumo e tráfico de drogas vêm crescendo. Afirmação é do delegado Paulo Jung que diz que efetivo da Polícia Federal é insuficiente.

26 de setembro – Joinvilenses se mobilizam pelo fim da violência (matéria é sobre adesão da população à campanha anual de combate à exploração infanto-juvenil)

O jornal *A Notícia*, em sua edição estadual, também dá destaque aos assaltos, furtos de veículos e homicídios, no mês de setembro, mesma época em que lideranças empresariais da cidade mobilizam-se para pedir melhorias no setor de segurança pública. No dia 7 de outubro surge a figura do Maníaco da Bicicleta e no dia 10 de outubro *A Notícia* divulga o primeiro retrato falado do estuprador.

A seqüência de matérias sobre a insegurança dos joinvilenses tem seu clímax com a divulgação da onda de estupros. As diversas reportagens sobre o mesmo tema compõem o cenário ideal para o surgimento de um personagem – o Maníaco da Bicicleta - que se tornaria, a partir de 7 de outubro, o símbolo da violência na cidade. No dia 13 de outubro, o jornal divulga a união de vários segmentos policiais para combater a criminalidade em Joinville: “Polícia se une no Norte para conter criminalidade”, é o título da matéria. Em 3 de novembro,

com bastante alarido na mídia, instala-se oficialmente a Operação Norte Seguro, com reforço de 163 policiais e 2 helicópteros. A Secretaria de Segurança Pública promete esforço especial para prender o Maníaco da Bicicleta e no dia 5 de novembro o falso retrato falado é divulgado no programa *Fantástico*, da rede Globo e, no dia 7, para os jornais estaduais.

O “Maníaco da Bicicleta” faz sua estréia nas páginas policiais de *A Notícia* já mitificado e personifica a onda de crimes que tira o sossego das lideranças da cidade. A propósito, um quadro comparativo de crimes cometidos em 1999 e 2000, divulgado pela Polícia Militar no jornal *A Notícia* de 4 de novembro de 2000, mostra que o alardeado crescimento da criminalidade que culminou na operação Norte Seguro não estava assim tão longe dos índices obtidos no ano anterior.

Tabela 1 – Principais ocorrências policiais em Joinville

Principais ocorrências policiais de Joinville				
	1999	2000 *	Média mês	
			1999	2000
Homicídios	19	19	1,58	1,9
Furto de Veículos	1.121	1.002	93,42	100,2
Roubo/assalto a banco	23	9	1,92	0,90
Roubo/assalto a residências	56	56	4,67	5,60
Roubo/assalto ônibus coletivo	19	33	1,58	3,33
Assalto contra pessoa	447	394	37,25	39,40
Assalto est. comercial	352	362	29,33	36,20
Estupros	15	9	1,25	0,9
Tentativa estupro	39	24	3,25	2,40
Recup. veíc. furtados	256	321	21,33	32,10
* Janeiro a 31 de outubro de 2000			Fonte: Polícia Militar de Joinville	

A estatística da PM para 2000 levava em consideração os primeiros dez meses do ano contra os doze meses do ano anterior. Ainda assim, o número de roubos/assaltos a banco, contra pessoa, estupros e tentativas são iguais ou menores que as estatísticas de 1999. O crescimento ocorre nos casos de homicídios, em que, com dois meses a menos já se registrava o mesmo número de assassinatos do ano anterior, assim como o número de assaltos e roubos a residências. O maior salto de incidências ocorre nos assaltos a ônibus coletivos, assunto bem

menos explorado na imprensa que os roubos a bancos/caixas eletrônicos. A análise dos números da polícia, utilizados para justificar a ação integrada da operação Norte Seguro, reforça a tendência à mitificação do tema violência pela imprensa joinvilense.

A aparição de um estuprador em série era o ingrediente que faltava para justificar o estado de insegurança da maior cidade catarinense em setembro de 2000 e desencadear a Operação Norte Seguro, como resposta aos apelos da população por maior segurança.

O esboço da ação integrada das polícias que culminaria na Operação Norte Seguro – resposta prática às solicitações das lideranças locais – ocorre cinco dias após a primeira aparição do Maníaco da Bicicleta em *A Notícia*, em matéria de 7 de outubro de 2000. Note-se que o Maníaco já aparece com seu codinome e com as características utilizadas para compor seu perfil. Após esta matéria, as notícias sobre estupros e tentativas tornam-se mais frequentes, mesmo quando os casos não são atribuídos ao Maníaco da Bicicleta.

A Notícia 7/10/00

Maníaco da bicicleta estupra em Joinville

Sete mulheres já deram queixas na polícia nos últimos 40 dias.

Último caso foi na quinta-feira.

(Arlei Zimmermann)

Um homem de estatura mediana, aproximadamente 1m65, loiro, olhos claros e que anda sempre com uma bicicleta azul, possivelmente de marcha, está aterrorizando a comunidade de Joinville. Em menos de dois meses, segundo a polícia, ele já estuprou sete mulheres. O caso mais recente aconteceu na noite de quinta-feira, onde foi vítima uma adolescente de 14 anos. A Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente, que investiga o caso junto com a Polícia Militar, segundo a titular, delegada Ruth Henn, deverá divulgar na segunda-feira o retrato falado do criminoso.

O maníaco sexual, conforme a delegada, tem em torno de 25 anos e tem preferência por mulheres da classe média para cima. Ele tem uma boa aparência e às vezes usa uma roupa parecida com uniforme, no estilo de um guardapó. Costuma usar um boné, para esconder o rosto, e anda sempre com uma bicicleta azul. Quando aborda as vítimas, revista as bolsas delas, rouba documentos e faz ameaças, caso elas venham a registrar o fato na polícia. "Por este motivo deve haver outras vítimas que não tiveram coragem de levar o caso à polícia", acredita a delegada.

O suspeito tem abordado as vítimas nas proximidades da prefeitura antiga, no bairro América, quase centro. Porém, segundo a delegada, leva as mulheres para locais diferentes, onde as violenta sexualmente.

A titular da Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente diz que a polícia passou a investigar desde que foram registrados os primeiros casos. Agora contam com o apoio da Polícia Militar. "Vamos intensificar o policiamento naquela área", diz o major Calixto Antônio Fachini. O comandante do 8º BPM, tenente-coronel Jari Luiz Dalbosco, também já se inteirou do fato e prometeu apoiar a Polícia Civil na tentativa de prender o maníaco.

O delegado do 5º DP, Alberto Carginin Filho, também prometeu colocar uma equipe na rua para investigar o caso, junto com a Delegacia da Mulher. Caso alguém tenha uma pista sobre o maníaco sexual, poderá telefonar para o disque-denúncia da Delegacia da Mulher, (número 1380), ou para o 190, da Polícia Militar.

Tarado, armado de revólver, ataca vítimas em ruas do bairro América

Os registros de ocorrências começaram a aparecer em 29 de agosto. De acordo com uma das vítimas, caminhava pela rua Almirante Tamandaré, no bairro

América, próximo ao centro, por volta das 21h30, quando foi abordada pelo suspeito. Loiro, estatura mediana, olhos claros, sotaque normal, usando um boné e moletom azul, armado com um revólver, ele ameaçou a vítima. Disse que era um assalto e a forçou ir até um matagal, nas proximidades, onde a estuprou.

No dia 20 de setembro, à noite, na rua Max Colin, mais uma vez o suspeito abordou outra jovem e a violentou sexualmente. Nove dias depois, na mesma rua, o mesmo maníaco abordou outra vítima. Usando um guardapó marrom e um boné escuro, com a arma em punho, também ameaçou a jovem e a levou até as proximidades do Colégio Ivan Rodrigues, onde praticou o estupro.

No dia 3 de outubro, terça-feira, o suspeito fez duas vítimas. Uma delas foi violentada sexualmente em plena luz do dia, no viaduto da Expoville. No mesmo dia, às 20 horas, na rua Emílio Artmann, próximo à Comercial Afonso Dunke, no bairro América, o maníaco atacou outra jovem. Só que desta vez a vítima conseguiu fugir.

No dia 4 de outubro, quarta-feira, uma adolescente foi abordada na rua Max Colin, em frente à prefeitura antiga. Levada para a avenida Beira-Rio, nas proximidades do Sesc, foi violentada sexualmente. O estupro ocorrido na noite de quinta-feira também aconteceu no matagal das proximidades do Serviço Social do Comércio (Sesc). A vítima, de 14 anos, também foi abordada nas proximidades da prefeitura antiga. (AZ)

No texto jornalístico transcrito aparece duas vezes a expressão “sempre com uma bicicleta azul” que enfatiza a relação que o repórter deseja atribuir entre o meio de transporte e o codinome adotado para o autor dos estupros. Interessante observar que Joinville é conhecida como a Cidade das Bicicletas porque muitos de seus habitantes, em especial os da classe operária, utilizam este veículo para ir ao trabalho.

Os estupros e tentativas, que até então não estavam na pauta policial de *A Notícia*, ganham ênfase a partir do título. A matéria trata de caracterizar física e psicologicamente o autor dos estupros, tarefa essencial à mitificação. Além da emblemática bicicleta azul, o Maníaco é descrito como agressor que prefere mulheres de classe média pra cima, com guarda-pó de indústria, boné, loiro, estatura mediana, olhos claros. Em matérias seguintes, estas características serão aprimoradas: “mãos macias, bem asseado e fala com boa dicção” (A Notícia 9/11/00).

O esforço para caracterizar o Maníaco da Bicicleta faz parte do processo de mitificação. Isso não significa má-fé de quem escreve e sim uma resposta quase espontânea à obrigação - imposta por circunstâncias não suficientemente claras – de transformar o caso dos estupros no clímax das matérias acerca da insegurança dos joinvilenses.

A forma adotada para mitificar o personagem central da nova trama jornalística deriva da interação com discursos bem mais abrangentes que vão de fatores econômicos e sociais a interesses políticos ou derivados de um cenário ainda maior: a pós-modernidade. Citelli: 1994, p.56, observa que os textos são constituídos a partir de lugares históricos: “Vivemos em permanente diálogo com vários discursos circundantes.” A inserção do discurso jornalístico no contexto pós-moderno é uma consequência natural.

1.2 INFLUÊNCIA DA PÓS-MODERNIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

O jornalismo, impresso ou não, transformou-se rapidamente em espaço pós-moderno por excelência tal como ocorreu com a arquitetura e seus ambientes fragmentados, com diferentes estilos justapostos. No ambiente pós-moderno a própria realidade se fragmenta

porque as pessoas assumem múltiplos papéis. Da mesma forma, no jornalismo, a colcha de retalhos, a bricolagem de assuntos diversos, aparentemente desconectados, está presente. É na mídia, e conseqüentemente no jornalismo, que o simulacro ganha força. Tome-se aqui emprestado de Harvey, 1998: p. 261, o conceito de simulacro enquanto “estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida”, mas não se restrinja tal idéia apenas às imagens materiais, ou seja, pinturas, fotografias, mas também às imagens não tangíveis que se vão construindo com a ajuda de profissionais como assessores de imprensa, estrategistas da comunicação, “marketeiros”, entre outros.

Ao construir uma realidade, o jornalismo utiliza-se de simulacros. No caso em questão, do Maníaco da Bicicleta, a divulgação de um falso retrato falado nada mais foi do que o uso extremo de um simulacro que, não fosse a indignação manifesta da família Plocharski, passaria despercebido pelos leitores e pelos próprios profissionais da imprensa. Mas simulacro ainda maior é toda a construção do mito do Maníaco da Bicicleta como bode expiatório da onda de insegurança que tomava conta de Joinville à época, e aqui está mais uma realidade construída com ajuda da mídia, visto que os próprios dados da Polícia Militar, na Tabela 1, provam que o crescimento da criminalidade em relação ao ano anterior não era assim tão alarmante quanto faziam crer as matérias jornalísticas.

Na pós-modernidade, os simulacros sucedem-se uns aos outros. Para solucionar a instabilidade causada pela criação de um clima de insegurança em Joinville, adota-se a construção de uma imagem oposta: o reforço policial e a caçada ao maníaco como forma de reestabelecer a ordem. Harvey: 1998, p.260, constata:

Tanto as corporações, como os governos e os líderes intelectuais e políticos valorizam uma imagem estável (embora dinâmica) como parte de sua aura de autoridade e poder. A mediatização da política passou a permear tudo. Ela se tornou, com efeito, o meio fugidio, superficial e ilusório mediante o qual uma sociedade individualista de coisas transitórias apresenta sua nostalgia de valores comuns. A produção e venda dessas imagens de permanência e de poder requerem uma sofisticação considerável, porque é preciso conservar a continuidade e o dinamismo do objeto, material ou humano da imagem.

Logo, para uma falsa ampliação da violência inventada pela mídia, surge uma falsa solução através da criação de um novo mito e da divulgação de seu falso retrato. Não são, contudo, apenas os simulacros que inserem o jornalismo como engrenagem importante dos tempos pós-modernos. A compressão do espaço-tempo também afeta o fazer jornalístico como um todo. Para entender tal fator é necessário considerar que, mais do que um movimento cultural, a pós-modernidade é antes uma transformação provocada pelas mudanças econômicas. Na década de 70, o sistema fordista que desde 1914 regia o capitalismo entra em declínio, e a competição internacional se intensifica originando a globalização. Para adequar o capitalismo aos novos tempos, surge o que Harvey denomina de acumulação flexível, com setores de produção inteiramente novos, diferentes serviços financeiros e tecnológicos. O mercado de trabalho passa por radical reestruturação, com o surgimento de novos regimes contratuais, tais como agências de temporários, subcontratações e autônomos. Todo este cenário econômico desemboca no sentimento de instabilidade que toma conta dos tempos pós-modernos. Nada mais é seguro, tudo é volátil e pode ser descartado.

Em uma época em que o instantâneo prevalece sobre o perene, o jornalismo também fica mais descartável. As grandes reportagens cedem espaço às notícias mais curtas e mais superficiais. A aceleração do tempo e a compressão do espaço, motivadas pelas adaptações do “capitalismo tardio”, para usar a expressão de Jameson: 1988, torna ainda mais superficial o texto jornalístico, posto que os consumidores de notícias têm cada vez menos tempo para ler e estão habituados às informações instantâneas da TV e, mais recentemente, da Internet. “Sob pressão. Fica cada vez mais difícil reagir de maneira exata aos eventos. [...] A realidade é antes criada do que interpretada em condições de tensão e de compressão do espaço-tempo”, afirma Harvey, 1998: p.275. Se o jornalismo, por sua natureza, já precisava ser rápido, com a compressão espaço-temporal tal necessidade passou a ser ainda mais implacável. Ao discorrer sobre os padrões de manipulação da imprensa, Abramo: 2004, p.27, cita a

“fragmentação” como uma das estratégias manipulatórias. Tal padrão consiste em fragmentar o todo real em fatos particularizados, em casos desconectados entre si, desligados de seus antecedentes e conseqüentes no processo em que ocorrem, ou “reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados”. Ao fragmentar um mesmo tema, como o Maníaco da Bicicleta, em várias notícias, vários dias, diferentes editoriais e, depois, ao vincular o tema a outros assuntos similares, a imprensa não apenas se adapta à compressão espaço-temporal pós-moderna como também utiliza este mecanismo como ferramenta de manipulação da realidade. Dessa forma, tornou-se possível associar o Maníaco da Bicicleta à imagem-símbolo da insegurança em Joinville no ano de 2000.

A ânsia pela agilidade leva, no caso do jornalismo, a outro atropelo pós-moderno: a troca da ética pela estética. Em seu estudo sobre a Estética do Grotesco, Sodré et Paiva: 2002, p.38, recorrem a Jan Mukarovsky, um dos expoentes do Círculo Lingüístico de Praga, para atestar que:

A arte não é naturalmente a única portadora de função estética: qualquer fenômeno, qualquer fato, qualquer produto da atividade do homem podem tornar-se signo estético. O elemento estético funciona assim como signo de comunicação abrindo-se para uma semântica do imaginário coletivo e fazendo-se presente na ordem das aparências fortes ou das formas sensíveis que investem as relações intersubjetivas no espaço social.

Casos como o do Maníaco da Bicicleta demonstram que, no jornalismo atual, não há tempo para a investigação mais minuciosa e então se apela para caminhos mais curtos tais como ouvir apenas as fontes oficiais, buscar o aval de “autoridades competentes” para discursos previamente engendrados, privilegiar uma única versão do fato, recorrer a estereótipos e até divulgar um falso retrato falado.

No ambiente volátil da pós-modernidade, onde a imagem ou a representação assumem papel mais importante do que os fatos, a ética cede espaço para a estética até mesmo em áreas como o jornalismo, embora este ainda insista em ostentar a imagem de baluarte de

seriedade e respeito. Importa entregar a cada dia um exemplar repleto de belas fotografias, de diagramação atraente e de recortes curtos do cotidiano de uma realidade construída. Embora trabalhe com matéria-prima da vida real, o jornalismo pós-moderno parece tratar as pessoas envolvidas em suas notícias como se fossem personagens de ficção. É de Harvey: 1998, p.262, a constatação:

Toda essa indústria se especializa na aceleração do tempo de giro por meio da produção e venda de imagens. Trata-se de uma indústria em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramado no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva.

Como uma das engrenagens do período pós-moderno, o jornalismo também se preocupa mais com o significante do que com o significado, com o meio, mais do que com a mensagem, com os signos mais do que com as coisas que eles representam, com a estética mais do que com a ética.

Aparentemente, a ótica pós-moderna é campo da pluralidade ideológica. Assim fosse, o jornalismo deveria também ser espaço para a multiplicidade de vozes. Na realidade, o que o pós-modernismo faz é quadricular, no sentido foucaultiano¹⁰, as vozes minoritárias, – em maioria – as informações veiculadas. Ouve-se, por exemplo, com maior frequência as vozes da polícia do que a das vítimas e acusados. Tanto é verdade que o falso retrato falado do Maníaco da Bicicleta foi divulgado como informação de fonte oficial e só foi desmentido porque o inocente lesado decidiu opinar. Isso prova que, embora o jornal possa dar espaço à opinião plural, no seu cotidiano, a maioria das fontes é oficial.

Os textos a seguir, extraídos do jornal *A Notícia*, exemplificam a preparação de um cenário. Trata-se de mais uma etapa na construção de novo simulacro, ou seja, para combater a “onda de violência” em Joinville surge a reação das forças repressoras do crime. Em 10 de outubro, dois dias depois da aparição da primeira reportagem acerca do Maníaco da

Bicicleta, a polícia divulga o primeiro retrato falado do estuproador, ainda sem utilizar a fotografia de Aloísio Plochanski.

As matérias sobre o Maníaco da Bicicleta tornam-se freqüentes, um caso para ser acompanhado dia a dia. Note-se que, além de reforçar a construção do personagem principal, transformá-lo em símbolo da criminalidade joinvilense, os textos preparam terreno para a reação policial, uma resposta governamental à sociedade.



Indivíduo tem estatura mediana, loiro, olhos claros e dentes separados

Figura 1 – primeiro retrato falado do Maníaco da Bicicleta

A Notícia – 10/10/2000

Sai retrato falado de estuproador

Sete jovens foram violentadas nos últimos 40 dias

(Arlei Zimmermann)

Joinville - As polícias Civil e Militar de Joinville continuam as buscas ao maníaco sexual, que, conforme registros, já fez sete vítimas, todas **da classe média**

¹⁰ Cf FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

alta. Graças à reportagem do jornal A Notícia, publicada no sábado, a polícia já recebeu telefonemas dando pistas sobre o tarado. O retrato falado do maníaco, um homem de estatura mediana, loiro, olhos claros e dentes separados, aproximadamente 24 anos, foi feito no sábado por um policial da Deic e já se encontra à disposição das autoridades.

Das sete vítimas, até o momento, apenas quatro delas fizeram ocorrências na Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente. Os outros registros foram feitos no Centro de Operações Militares (Copom). O caso mais recente aconteceu na noite de quinta-feira, quando o maníaco violentou sexualmente uma menina de apenas 14 anos. Ela estava caminhando nas proximidades da Prefeitura antiga, no bairro América, quase centro, quando foi abordada pelo suspeito que estava armado e de bicicleta.

Com a arma em punho, o tarado levou a menor até um matagal, nas proximidades do Serviço Social do Comércio (Sesc), onde a estuprou. Neste mesmo local ele já havia violentado outras mulheres. Conforme a polícia apurou, o suspeito aborda as vítimas, **que são de classe média alta**, fala que é um assalto e manda elas ficarem caladas, sob a mira de um revólver.

Depois ele pega as bolsas delas e procura os documentos. É quando faz ameaças de morte às vítimas, caso elas levem ao conhecimento da polícia. Como se não bastasse, manda as vítimas segurarem a mão dele, como se fossem suas namoradas. Empurrando a bicicleta, leva as mulheres até um matagal, nas proximidades do Sesc, na avenida Beira-Rio, ou atrás do Ginásio Ivan Rodrigues, ou até mesmo nos matos próximo à Expoville, onde as violenta sexualmente. Das sete vítimas abordadas por ele, uma delas conseguiu fugir. O local predileto do maníaco atacar é no bairro América, próximo a prefeitura antiga. Geralmente ele

está de agasalho, boné e **sempre de bicicleta**. Às vezes usa uniforme de alguma empresa, como se fosse um guardapó.

A matéria publicada no dia 10 de outubro de 2000 dá continuidade ao texto de aparição do maníaco, publicada no dia 7. Mais uma vez fica evidenciado que os estupros já vinham ocorrendo há mais tempo – 40 dias, reconhece o texto jornalístico – mas a cobertura midiática sobre o caso só inicia em outubro, justamente no momento em que a cidade atravessa uma “crise” na segurança pública. Além do retrato falado e de uma nova vítima, a matéria não traz mais novidades sobre o caso, mas cumpre a função de reforçar as características do personagem central da trama, sua preferência por mulheres de classe média-alta e sua atuação no centro da cidade, fato que intensifica o sentimento de insegurança da população. A expressão “sempre de bicicleta” justifica a alcunha do estuprador.

Já no primeiro parágrafo, o jornal chama para si a responsabilidade de colaborar com a polícia, de ser participante ativo na caçada ao maníaco, através da frase “Graças à reportagem do jornal A Notícia, publicada no sábado, a polícia já recebeu telefonemas dando pistas sobre o tarado”. Com tal atitude, o veículo trabalha a sua própria imagem de meio de utilidade pública e de exercício do poder da comunicação junto à comunidade.

Observe-se também que a união das polícias civil e militar na caçada ao maníaco fica evidente na primeira frase do texto, preparando cenário ideal para o surgimento da Operação Norte Seguro que viria em novembro.

No dia seguinte, o assunto ganha continuidade através de solicitação da polícia para que a população colabore com as investigações. Como fato novo, o texto traz apenas a detenção de quatro suspeitos liberados por não serem reconhecidos pelas vítimas. O restante da matéria é mera instigação aos leitores para que fiquem em alerta.

A Notícia 11/10/00

Vítimas de maníaco não reconhecem 4 suspeitos

Joinville - Quatro suspeitos de serem o maníaco sexual que **anda aterrorizando** a comunidade de Joinville foram detidos pela Polícia Militar e liberados por não serem reconhecidos pelas vítimas. Segundo o major Calixto Fachini, do 8º Batalhão da Polícia Militar, é de extrema importância que a população continue dando informações sobre pistas do tarado da bicicleta. Conforme registro policial, sete mulheres **de classe média alta** já foram vítimas do suspeito.

Qualquer informação, conforme o major, podem ser repassadas pelo telefone disque-denúncia 1380, ou para o 190, que é do Centro de Operações Militares (Copom). "**Enquanto não encontrarmos este monstro não vamos parar com as investigações**", revela Fachini. Segundo ele, os suspeitos detidos para averiguação tinham características do maníaco, porém, como não foram reconhecidos pelas vítimas, foram liberados.

Desde sábado, quando o jornal A Notícia divulgou a matéria, dando inclusive as características e os locais em que o maníaco da bicicleta anda agindo, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar estão recebendo telefonemas com pistas do tarado. Por causa da divulgação dos fatos, a comunidade está alerta, principalmente as mulheres que estudam à noite. Na Associação Catarinense de Ensino (ACE) e no Colégio Bom Jesus, os estudantes fixaram o retrato falado do maníaco no interior dos dois estabelecimentos de ensino.

O suspeito, conforme retrato falado feito por um policial da Deic, tem em torno de 24 anos, estatura mediana, é loiro, olhos claros e tem dentes separados. Geralmente ele usa um boné e anda sempre com uma bicicleta azul de marcha. Ele costuma atacar as vítimas nas proximidades da Prefeitura antiga, na rua Max Colin,

bairro América, quase centro. Armado com um revólver, o tarado ameaça as vítimas e as carrega para locais estratégicos, sem movimento, como num matagal próximo ao Serviço Social do Comércio (Sesc), fundos da Expoville e fundos do Ginásio Ivan Rodrigues. Das sete vítimas, apenas uma não foi estuprada porque conseguiu fugir.

A locução “anda aterrorizando”, logo no início do texto, dita o tom do objetivo da notícia: aumentar as atenções da população sobre o maníaco. A detenção dos quatro suspeitos esboça a reação policial. A fala da autoridade competente, no caso o major Calixto Fachini, divide a responsabilidade pela segurança com a comunidade, como evidenciam os trechos: “é de extrema importância que a população continue dando informações sobre pistas” e “Qualquer informação, conforme o major, podem (sic) ser repassadas pelo telefone disque-denúncia 1380, ou para o 190, que é do Centro de Operações Militares (Copom)”. A citação de Fachini também serve para enfatizar a ação policial, ou seja, para responder às cobranças da comunidade: "Enquanto não encontrarmos este **monstro** não vamos parar com as investigações". Prepara-se o bode expiatório. De repente, a solução para a onda de insegurança joinvilense parece estar resumida a uma ação: prender o Maníaco da Bicicleta. Ao utilizar a expressão “monstro” para referir-se ao maníaco, o discurso do major contribui para a mitificação do estuprador.

Novamente, o jornal aproveita a matéria para firmar-se como guardião dos interesses comunitários: “Desde sábado, quando o jornal *A Notícia* divulgou a matéria, dando inclusive as características e os locais em que o maníaco da bicicleta anda agindo, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar estão recebendo telefonemas com pistas do tarado. Por causa da divulgação dos fatos, a comunidade está alerta”.

Casos como o do Maníaco da Bicicleta transformam-se em “novelas” policiais no cotidiano do jornalismo. O mesmo ocorre com escândalos políticos e até com dramas pessoais de pessoas famosas, como jogadores de futebol, por exemplo. As mitificações dos persona-

gens envolvidos alimentam as suítes que se sucedem dia após dia até que um novo assunto possa substituir com a mesma presteza o espaço privilegiado da editoria. No dia 12 de outubro, *A Notícia* divulga novo caso de estupro em Joinville. Não há qualquer relação com o Maníaco da Bicicleta, mas o fato serve de pretexto para que o personagem permaneça em evidência. O texto não informa qualquer descrição do novo estuprador, apenas diz que estava em um Fiat Uno azul. Em contrapartida, reforça a caçada dos policiais ao Maníaco da Bicicleta, repete as características do mesmo e volta a apelar para que a população forneça pistas sobre o “tarado”, da bicicleta, não do Fiat Uno.

A Notícia 12/10/00

Mais uma jovem é estuprada em Joinville

Joinville - Mais um estupro ocorrido por volta das 21 horas, na rua Caramuru, lateral da BR-101, bairro Nova Brasília, em Joinville, está sendo investigado pela polícia. Desta vez a vítima foi uma jovem de 26 anos. O suspeito do crime, de acordo com o major Calixto Fachini, do 8º Batalhão da Polícia Militar **não tem nada a ver com o maníaco da bicicleta**. Segundo relatou a vítima no posto da Polícia Militar do Nova Brasília, ela caminhava pela rua Caramuru, entre 20 e 21 horas, quando foi abordada por um homem tripulando um Fiat Uno azul. Com a arma em punho, ele a obrigou a entrar no veículo e rumou em direção à BR-101, onde violentou sexualmente a vítima.

Depois do estupro, o desconhecido abandonou a jovem nas proximidades do Motel Granville, na BR-101. No posto policial, ao ver o retrato falado do maníaco da bicicleta, a vítima não o reconheceu. "A princípio, ela disse que era parecido, depois mudou de idéia", disse um policial do posto. De acordo com ele, encaminhou a jovem à Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente, onde foi feito o registro.

Enquanto isto, policiais militares e civis continuam à caça do maníaco da bicicleta, que é loiro, olhos claros, estatura mediana e tem os dentes separados. Até o momento ele é suspeito de ter atacado sete vítimas.

Se alguém tiver alguma informação sobre pista do tarado, poderá telefonar para o disque-denúncia 1380, ou para o 190 da Polícia Militar. (Arlei Zimmermann)

Sem ganchos¹¹ novos que pudessem estimular nova suíte sobre estupros, *A Notícia* divulga, em 13 de outubro, matéria acerca da união das polícias civil e militar para conter a criminalidade em Joinville. Na verdade, as duas esferas policiais, como demonstram as matérias anteriores, já vinham trabalhando juntas no caso.

A Notícia 13/10/00

Polícia se une no Norte para conter criminalidade

Joinville - **Toda polícia** de Joinville está mobilizada para **tentar conter** a onda de crimes que **vem atingindo a maior cidade do Estado**. No último mês vários assaltos a caixa eletrônicos, homicídios e **até** o aparecimento de um maníaco sexual, que já teria estuprado sete mulheres, está deixando a cúpula da Segurança Pública em estado de alerta. **A delegada regional**, Marilisa Boehm, encontra no desemprego uma razão para o aumento da criminalidade.

Já estão na cidade policiais da Diretoria de Investigações Criminais (Deic) de Florianópolis. Eles **estariam investigando** vários crimes. A delegada regional, porém, não quis antecipar qual (sic) setor os policiais estão trabalhando. "Es-

¹¹ Fato novo utilizado para iniciar uma matéria.

tamos com o apoio do Deic e da Dop (Divisão de Operações Policiais) de Joinville numa operação conjunta", limita-se a dizer.

Assaltos ousados, crimes misteriosos e **um homem de alta periculosidade amedrontando as mulheres da cidade**. Esse é o atual retrato de Joinville. O mês passado já está sendo chamado de **"setembro negro"** para a polícia civil e militar do município. Uma reunião entre os dois órgão (sic) está colocando em prática o **que já deveria ter sido feito há muito tempo**. "Estamos unidos para combater a criminalidade. Polícia Civil e Militar estão nas ruas e todas delegacias estão integradas", diz a delegada.

De 13 de setembro a 9 de outubro aconteceram em Joinville seis homicídios e seis furtos de caixa eletrônicos. As investigações sobre as mortes são regadas de mistérios e muitas dúvidas. A maior delas é sobre a morte do professor e contabilista Vilson Bibow, 40, encontrado em sua casa, no dia 13 de setembro, com um tiro na cabeça. Segundo laudo do Instituto Médico Legal (IML), Bibow levou um tiro à queima-roupa de revólver calibre 38. Um mês depois do crime não há novidades sobre a autoria do disparo.

Além do crime do professor outros cinco ainda estão sem respostas. Os três corpos encontrados perto do lixão municipal com sinais claros de execução contínua (sic) um mistério. "Várias delegacias estão trabalhando nos casos e brevemente teremos uma resposta concreta", diz Marilisa Boehm.

O furto de caixas eletrônicos também preocupa. A ousadia dos ladrões é tanta que na madrugada da última segunda-feira seis homens encapuzados invadiram o prédio do fórum, na avenida Beira-rio, renderam um policial militar e furtaram o caixa eletrônico. A máquina foi encontrada na mesma manhã, no bairro Morro do Meio, com o cofre arrombado.

No entanto, nada preocupa mais a polícia de Joinville do que um homem desconhecido que está aterrorizando as mulheres. Suas características, divulgadas através de um retrato falado, fizeram chegar às delegacias uma enxurrada de denúncias. "A divulgação do maníaco às vezes ajuda e atrapalha. Agora fica difícil achá-lo", reconhece a delegada regional. "Mas todas as delegacias estão mobilizadas", completa. (Marco Aurélio Braga)

Ao anunciar a união da polícia, o título da matéria leva a pressupor¹² que, até então, as polícias civil e militar trabalhavam divididas e, se a finalidade de tal união é conter a criminalidade, podemos inferir que o fato de as polícias não trabalharem de modo conjunto estaria contribuindo para o avanço do crime na cidade. Constatação semelhante obtém-se da frase inicial do texto: "**Toda polícia** de Joinville está mobilizada para **tentar conter** a onda de crimes que **vem atingindo a maior cidade do Estado.**" Ao escolher a locução verbal *tentar conter* o repórter leva a inferir que, até então, os criminosos estão em vantagem. A expressão no gerúndio *vem atingindo* corrobora para evidenciar que a situação de insegurança é prolongada, presentifica a ação. A perífrase "*maior cidade do Estado*" para designar Joinville, pode conter implícita a mensagem de que se a criminalidade assola a maior cidade de Santa Catarina, pode espalhar-se pelo restante do Estado se não houver reação da polícia.

O intensificador "*até*" que precede "o aparecimento de um maníaco sexual" reforça a idéia construída nos textos anteriores de colocar o Maníaco da Bicicleta como personagem símbolo da situação de insegurança na cidade. Para fechar o primeiro parágrafo, aparece a justificativa da autoridade competente para a onda de crimes: o desemprego. No segundo parágrafo, o advérbio "já" contribui para manter o tom de urgência das providências policiais, mas ao utilizar o verbo no futuro do pretérito "estariam investigando vários crimes", o repór-

¹² Pressuposição: informação que não aparece explícita na frase, mas funciona como referência e orientação para o que será desenvolvido e formulado no conteúdo posto. Cf. CITELLI, Adilson. **O Texto Argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

ter deixa certa dúvida sobre a real atuação dos policiais da Deic na cidade, reforçada pela omissão da delegada em especificar em que setor os agentes trabalhavam. “Até” e “já” estabelecem a escala argumentativa deste trecho.

As expressões “setembro negro” e “o que já deveria ter sido feito há muito tempo”, desígnios inventados pelo repórter, comprovam a intenção de cobrança da matéria. O texto é noticioso e não editorial. Pelas normas do jornalismo, não deveria privilegiar a opinião de quem escreve, o que deixa de ocorrer na frase “o que já deveria ter sido feito há muito tempo”.

A valorização do personagem mitificado, o Maníaco da Bicicleta, como símbolo da insegurança ainda aparece em “Assaltos ousados, crimes misteriosos e **um homem de alta periculosidade amedrontando as mulheres** da cidade” e de forma ainda mais contundente em “**No entanto, nada preocupa mais a polícia de Joinville do que um homem desconhecido que está aterrorizando as mulheres.**”

Após a reportagem publicada no dia 13 de outubro, o Maníaco da Bicicleta sai de cena na editoria de polícia por 20 dias, mas isso não significa o esgotamento do personagem. O tema da insegurança em Joinville passa a figurar na editoria de Geral. O período em questão, segunda quinzena de outubro, coincide com a época de cobertura das Festas de Outubro de Santa Catarina, principal assunto em pauta de *A Notícia*. O quadro abaixo estabelece um paralelo entre as coberturas policiais deste intervalo de 20 dias e as matérias sobre questões de segurança publicadas na editoria Geral.

Tabela 2 – Temas policiais em A Notícia de 14/10/00 a 02/11/00

Data	Editoria de Polícia	Editoria de Geral
14/10/00	Presos dois suspeitos de arrombamento a caixas eletrônicos	
15/10/00	No Oeste do Estado surge o Maníaco do Serrote	

16/10/00	Acidentes de trânsito	
17/10/00	Destaque para notícias policiais de outras cidades	
18/10/00	Idem; de Joinville apenas a notícia sobre uma fábrica clandestina de bebidas	
19/10/00	Destaque para notícias policiais de outras cidades	Violência urbana discutida em Joinville
20/10/00	Ênfase para outras cidades	
21/10/00	Ênfase para outras cidades	
22/10/00	Ênfase para outras cidades	
23/10/00	Ênfase para outras cidades	
24/10/00	Prisão de 3 caixeiros de Joinville no RJ, outros 4 acusados presos no Sul do Estado e outra gangue de caixeiros de Joinville presa no RS	
25/10/00	2 presos por tentativa de estupro em Schroeder e Jaraguá do Sul; detidos 3 suspeitos de participar da quadrilha dos Irmãos Metralha, especializada em furto de picapes	
26/10/00	Motorista morto em Joinville	Entidades cobram segurança
27/10/00	Ênfase para outras cidades	
28/10/00	Suposto integrante da quadrilha Irmãos Metralha solto por falta de provas	Joinville reivindica segurança (passeata e tentativa frustrada de estupro pelo Maníaco da Bicicleta)
29/10/00	Ênfase para outras cidades	
30/10/00	Briga termina em morte em Joinville	
31/10/00	Nenhuma notícia relacionada a estupros	Captura de tarado (Maníaco da Bicicleta) sem reforço
1/11/00	Ênfase para outras cidades	

2/11/00	PF acha 12 kg de coca em Joinville	Joinville cobra mais segurança
---------	------------------------------------	--------------------------------

Durante cinco dias, os assuntos “Maníaco da Bicicleta” e “onda de crimes em Joinville” saem de cena. Ao retomar o tema da insegurança, o jornal o faz em outra editoria, na Geral, mesmo setor que cobre as festas de outubro de Santa Catarina. As possíveis razões dessa mudança não serão aqui conjeturadas, mas uma consideração deve aqui ser feita: as páginas policiais encarregaram-se anteriormente de levantar os casos de homicídio, arrombamentos a caixas eletrônicos e, por último, a atuação do Maníaco da Bicicleta. A partir do cenário construído, o assunto pôde aparecer na editoria Geral, pois passou a ser do conhecimento dos leitores. Moura: 2000, p. 22, lembra que, no discurso jornalístico, supõe-se que os interlocutores compartilham certas informações. Mais adiante, Moura: 2000, p.83, destaca: “Uma idéia fundamental da semântica dinâmica, [...] é que a interação linguística se produz com base num conjunto de informações compartilhadas entre os interlocutores.” Moura considera como contexto as informações compartilhadas que permitem a interpretação de uma sentença.

Na editoria Geral, a abordagem sobre insegurança inicia com a cobertura de um seminário que reuniu estudantes de direito, magistrados e policiais para ouvir palestras sobre o assunto (cf anexo 1). No dia 26 de outubro, a matéria “Entidades cobram segurança” (cf anexo 2) relata a mobilização de lideranças da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij), presidida à época pelo diretor-presidente de A Notícia, Moacir Thomazi; Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (Ajorpeme) e a Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (Acomac). As entidades elaboram um dossiê sobre a criminalidade joinvilense e encaminham o documento ao secretário de Estado da Segurança Pública. O documento faz comparações entre a estrutura de segurança de Florianópolis e de Joinville, como no trecho: “O efetivo da PM na maior cidade do Estado é de 720 homens, enquanto a Capital, com população inferior em 150

mil pessoas, há 2.500 policiais. A distorção também é apontada na Polícia Civil, pois o efetivo joinvilense representaria um terço do sediado em Florianópolis.”

Depois de obter a adesão de lideranças do município, a campanha contra a criminalidade, cujo estopim foi a aparição do Maníaco da Bicicleta, ganha o apoio popular. Matéria publicada no dia 28 de outubro (cf anexo 3) relata uma passeata de “mais de 300 pessoas” para reivindicar segurança. Uma tentativa frustrada de estupro contra uma estudante de 17 anos desencadeou a manifestação. Uma retranca¹³ narra a tentativa de estupro e, mesmo sem utilizar o codinome “Maníaco da Bicicleta”, deixa implícito que se trata do mesmo estuprador: “De acordo com P.C., o rapaz que a atacou era loiro, tinha cerca de 1,65 metro de altura, um pouco de barba, vestia bermuda e camiseta e calçava tênis ou sapatos pretos. **A descrição é semelhante a do estuprador que estava agindo nos bairros Glória e América.**” Pela primeira vez desde a aparição do Maníaco da Bicicleta, o texto ouve também a vítima e não apenas as fontes oficiais. A matéria principal ainda informa que o então prefeito Luiz Henrique da Silveira havia encaminhado ofício ao então governador Esperidião Amin solicitando reforço no efetivo policial.

A pressão joinvilense por mais segurança recebe uma notícia nada animadora no dia 31 de outubro. A matéria “Captura de tarado sem reforço” (cf anexo 4) dá conta de que a cidade não receberá uma força-tarefa especial para conter o estuprador. A informação parte do diretor da Polícia Civil no Estado, mas quatro dias depois foi contrariada pela instalação oficial da Operação Norte Seguro. Antes disso, mais uma matéria (cf anexo 5), no dia de Finados, reitera a cobrança da população e autoridades por mais segurança. A primeira informação da notícia desmente a ocorrência de sete estupros, como vinha sendo divulgado até então. Os dados oficiais da polícia são de 4 mulheres estupradas e 2 tentativas frustradas, todas atribuídas ao Maníaco da Bicicleta. A matéria trata de uma audiência realizada no plenário da Câmara

¹³ Matéria secundária relacionada a outro texto jornalístico mais abrangente.

ra de Vereadores de Joinville, com a participação de “aproximadamente uma centena de pessoas”, além do comandante da PM no Litoral, tenente-coronel Roque Heerdt, e do diretor da Polícia Civil para o Interior e Litoral, Maurício José Eskudlak, o mesmo que declarou dois dias antes que não haveria força-tarefa especial para Joinville. A reunião foi convocada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, Jaime Duarte (PPS).

Acuadas pelo cenário de insegurança delineado pela mídia, pela mobilização de lideranças empresariais e políticas e pelas manifestações da própria comunidade, não resta às autoridades estaduais outra alternativa a não ser contradizer a afirmação do Diretor da Polícia Civil para o Interior e realizar uma operação especial, chamada Norte Seguro, para conter a violência urbana de Joinville e, sobretudo, pôr fim às ações do Maníaco da Bicicleta. O então governador em exercício de Santa Catarina, Paulo Bauer, marca visita a Joinville. O reforço da imagem do Maníaco da Bicicleta como símbolo maior da insegurança joinvilense aparece na véspera da chegada de Bauer, em nota do colunista Antônio Neves:

A Notícia - 3/11/00 sexta-feira

BAUER E A NOSSA SEGURANÇA

O governador em exercício Paulo Bauer (PFL), acompanhado do secretário da Segurança Pública, Antenor Chinatto, e o comandante da Polícia Militar, coronel Walmor Backes, tem (sic) encontro com mais de 100 representantes da comunidade nesta sexta-feira, no auditório do 8º Batalhão da Polícia Militar, na rua Aquidaban, em Joinville a partir das 10 horas. O assunto, mais que óbvio, é a segurança pública, tema que tem sido um dos exercícios mais reivindicatórios da comunidade, através de seus representantes nas últimas semanas, **porque um ardiloso e cruel estuprador age, no mínimo, há um mês na cidade, desafiando a inteligência dos nossos dirigentes da polícia em Joinville e no Estado.** Paulo Bauer vem

anunciando há dias uma surpresa para a comunidade de Joinville no encontro de hoje. É praticamente certo, por ser um político dos mais habilidosos do Estado, se não jamais teria emplacado a vice de Amin, que Paulo Bauer tire hoje algum coelho da manga para apresentar aos joinvilenses nestes tempos de cobrança por mais segurança e resultados práticos. Obrigação constitucional do Estado, a segurança pública, a bem da verdade, vem defasada há muitos governos. Seria injusto culpar a administração de Amin e Bauer, porque essa história de "Joinville ser uma cidade do interior" é verso e prosa há muito arraigado na cultura de tantos governos estaduais que já passaram por aqui. De qualquer maneira, a presença do governador em exercício hoje em Joinville, com seus auxiliares diretos da segurança, Backes e Chinatto, que deliberadamente não compareceram ao encontro de quarta-feira na Câmara de Vereadores para debater em audiência pública o caso de polícia em que transformou-se Joinville, demonstra que há em Paulo Bauer a intenção de promover um verdadeiro pente-fino na cidade para acabar com esses índices de criminalidade.

Vamos ouvi-lo hoje, portanto, e constatar na prática a surpresa anunciada.

Será a prisão do "maníaco da bicicleta"?

O governador em exercício veio mesmo a Joinville, acompanhado de autoridades da área de Segurança, e anunciou a instalação da Operação Norte Seguro, com reforço de 163 policiais e dois helicópteros. Mais uma vez, a comunidade é chamada a colaborar com a caça aos bandidos. Apesar de ceder aos apelos joinvilenses, o comando da segurança pública observa o decréscimo no número de ocorrências em relação ao ano anterior e divulga quadro comparativo (cf Tabela 1). Em nenhum momento a cobertura jornalística havia realizado tal comparação, mas sempre alardeou o aumento da criminalidade. Enfatize-se a observação de que, pelas estatísticas oficiais, o número de estupros e tentativas de 2000 foi até menor que em 1999, ao passo que a ocorrência que mais cresceu – assalto a ônibus – subindo de 19 casos

nos doze meses em 1999 para 33 até 31 de outubro de 2000, não mereceu tanta atenção da imprensa quanto o Maníaco da Bicicleta e a quadrilha de arrombadores de caixas eletrônicos, os “caixeiros”. Tal constatação evidencia a realidade construída, a mitificação de personagens como o Maníaco da Bicicleta e a produção de simulacros que se tornam tão arraigados à vida social que passam a ser vivenciados como se fossem reais desde seu surgimento. Para Abramo: 2004, pp.23-24, a manipulação da realidade é uma das principais características do jornalismo no Brasil e o principal efeito dessa manipulação é a distorção da realidade.

É uma realidade artificial, não real, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real. [...] A manipulação das informações se torna, assim, manipulação da realidade.

Um dos padrões de manipulação identificados por Abramo é a ocultação: “deliberado silêncio militante sobre fatos da realidade” (Abramo: 2000, p.25). No caso do Maníaco da Bicicleta, a primeira notícia sobre os estupros surgiu em 7 de outubro, mas os atentados às mulheres iniciaram em agosto e nada havia sido divulgado pela imprensa. O surgimento do maníaco funcionou como clímax das matérias sobre a suposta onda de insegurança em Joinville. Também as ocorrências de assaltos no transporte coletivo, quantitativamente mais significativas que os estupros, foram deliberadamente ocultadas. Segundo Abramo, a principal desculpa usada para justificar a ocultação é de que os fatos em questão não são jornalísticos. “O jornalístico não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade”, completa Abramo: 2000, p.26.

A capa do jornal *A Notícia* de 4 de novembro de 2000 traz a Operação Norte Seguro como destaque principal, com a manchete: “Polícia reforça segurança no Norte” e a fotografia de um policial de arma em punho. A operação especial tem data para acabar: 3 de dezembro. A matéria, publicada na editoria Geral, enfatiza a união de vários órgãos estaduais

e municipais no combate ao crime. A idéia de abrangência da operação fica evidente na frase: "Até a Vigilância Sanitária vai ter um elo com a polícia".

A autoridade competente, no caso, o coordenador da Operação Norte Seguro, secretário de Justiça e Cidadania, Paulo Cezar Ramos de Oliveira, afirma que o alvo principal da operação será o combate ao furto de veículos, mas assegura atenção especial aos casos de estupro cometidos pelo Maníaco da Bicicleta. Uma das frases do secretário soa como recado endereçado ao estuprador através da imprensa, a fim de inibir novas investidas: "Será intensificada a vigilância na rua, inclusive com filmagens".

Uma retranca da matéria informa sobre novos investimentos – R\$ 45 milhões – em tecnologia para as polícias catarinenses nos dois anos seguintes. A notícia também informa que os investimentos começaram: “A PM já recebeu novas pistolas, escopetas, munição e outros equipamentos avaliados em R\$ 1,26 milhão”, diz o texto. O objetivo principal do investimento, segundo a matéria, é a unificação do trabalho das polícias civil e militar.

Para completar a página, outra retranca informa sobre a perseguição de 22 policiais em 9 viaturas e 1 helicóptero a um suposto estuprador. Ninguém foi preso e nem a suposta vítima foi localizada.

A mitificação do maníaco da bicicleta, a preparação do cenário que culminou na construção de uma realidade e estabeleceu uma crise na segurança pública de Joinvile por meio de simulacro operacionalizado pela imprensa foram os temas centrais desse capítulo. O passo seguinte será verificar as relações de intenção e poder que determinaram a divulgação do falso retrato falado. Para isso, ferramentas semânticas, teorias sobre notícia e considerações acerca das fontes jornalísticas serão evidenciadas. Ao desnudar o erro da polícia e da imprensa na divulgação de um falso retrato do Maníaco da Bicicleta, Aloísio Plochanski provoca, na mídia, a necessidade de uma reformulação do mito recém-criado.

Polícia reforça segurança no Norte



-Contingente policial tem mais 140 soldados
-Região ganha segundo helicóptero do Estado
-Locação de 4 veículos e compra de 2 minicâmeras

AÇÃO OSTENSIVA

A Polícia Militar está mobilizando seus homens nas ruas de Joinville para dar mais tranquilidade à população

O governador em exercício Paulo Bauer anunciou ontem uma série de medidas para fortalecer a segurança em Joinville e na região Norte. O secretário de Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, vai coordenar os trabalhos, que vão abranger todas as cidades da região. Entre as medidas que vão dar suporte à Operação Norte Seguro, estão o reforço de 140 policiais militares e 25 civis, mais um helicóptero, a locação de quatro veículos e a aquisição de duas minicâmeras. A Operação Norte Seguro segue até 3 de dezembro, instituída pelo decreto 1761/2000, assinado por Paulo Bauer. O decreto instituiu o Grupo Executivo de Segurança Pública Integrado (Gespi). [GERAL](#)

Figura 2- A Notícia Capa 4/11/00

A Notícia 4/11/00

Estado reforça segurança na região Norte

Operação terá apoio de 163 policiais e 2 helicópteros

Um reforço de 140 policiais militares e 25 policiais civis, mais um helicóptero, a locação de quatro veículos e a aquisição de duas mini-câmeras vão dar suporte a Operação Norte Seguro, anunciada ontem pelo governador em exercício, Paulo Bauer, durante reunião de trabalho no auditório do 8º Batalhão da Polícia Mi-

litar, em Joinville. O secretário de Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, vai coordenar os trabalhos, que vão abranger todas as cidades da região.

A Operação Norte Seguro segue até 3 de dezembro, instituída pelo decreto 1761/2000, assinado pelo governador em exercício. De acordo com Bauer, ela constituiu o Grupo Executivo de Segurança Pública Integrado (Gespi), iniciativa inovadora em Santa Catarina. **"Queremos adotar medidas que sejam duradouras e que contem com a participação de órgãos municipais, de entidades não-governamentais, da comunidade e do Judiciário"**, enfatizou. O diferencial dessa operação será o uso de novas tecnologias e a integração das ações de diversas secretarias, órgãos e autarquias dos governos estaduais e municipais. "A partir de agora, **todos os órgãos** estarão engajados na operação. Vamos ter a informação inclusive, se uma oficina vende peças sem notas ou se algum dono de bar está vendendo bebida alcoólica para aquela pessoa que já está alcoolizada", explica o governador. **"Até Vigilância Sanitária vai ter um elo com a polícia"**.

Roubos

O comando da segurança pública do Estado observa, no entanto, que os índices de criminalidade decresceram em Joinville se comparados os números dos dez primeiros meses de 1999 com os deste ano. Para o secretário da Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, a Operação Norte Seguro nada mais é do que a organização das forças que conjuntamente vão desenvolver o trabalho. "Ela será desenvolvida principalmente na área de fiscalização, pela Secretaria da Fazenda, e com o apoio das polícias Militar e Civil". Ele diz que o objetivo principal é "a apuração da procedência das mercadorias, especialmente das peças de veículos que podem nos orientar a combater o furto de veículos, já que muitos são furtados e as peças desmanchadas".

O caso dos estupros que vem (sic) ocorrendo em Joinville desde a segunda quinzena de setembro, praticados pelo "Maníaco da Bicicleta", conforme Paulo César, terá um tratamento especial. Psicólogas estão definindo o perfil psicológico do criminoso, com base no depoimento das vítimas, para ajudar na investigação. "É um delito grave, um criminoso com requintes de crueldade e mais do que isso, requinte de ousadia, atacando as vítimas em locais extremamente movimentados. O perfil dele é de um bom nível cultural e social", observa. "Será intensificada a vigilância na rua, inclusive com filmagens".

Além de secretários de Estados, também participaram da reunião o prefeito Luiz Henrique da Silveira; o comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, tenente coronel Jari Luiz Dalbosco; e o presidente da Associação Comercial de Joinville (Acij), Moacir Thomazi.

Quem participa da Operação Norte Seguro

- Secretarias de Segurança Pública e Polícia Militar - suporte às estratégias
- Secretaria de Justiça e Cidadania - trata dos presídios e combate ao tráfico de drogas
- Secretaria da Família (Conselho Tutelar) - lida com menores
- Secretaria de Transporte e Obras (Deter) - fiscaliza as condições do transporte de passageiros
- Secretaria de Fazenda - fiscalização no comércio de peças e de veículos
- Procuradoria Geral do Estado - legalidade dos atos
- Casa Militar e Defesa Civil responsável pelo transporte de cargas tóxicas perigosas
- Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária) - atendimento em ambulatório hospitalar

2. SOB O OLHAR PANÓPTICO DA MÍDIA

*“A ‘verdade’ está circularmente ligada
a sistemas de poder, que a produzem e apóiam,
e a efeitos de poder
que ela induz e que a reproduzem”*
(Foucault: 2001, p. 14)

Considerar a imprensa o quarto poder da Nação, ao lado do Executivo, Legislativo e Judiciário, tornou-se praxe do senso comum. Conforme Traquina (2005: p. 46), o deputado do Parlamento Inglês, McCaulay, é o responsável primeiro pela expressão. Em 1828, citou o “quarto état”, referindo-se ao clero, à nobreza e à burguesia/povo. Com a democracia veio a relação com os poderes executivo, legislativo e judiciário. Há membros da classe jornalística que realmente se auto-outorgam tal distinção seja por comodidade seja por mera credulidade. Se o sistema organizacional de um país estabelece hierarquias de poderes, na prática não é através da obediência a classificações e a padrões que o poder se consolida. Foucault (2001: p.183) alerta para a necessidade de encarar o poder como uma rede cujas ramificações atingem áreas periféricas e funcionam em cadeia, em circulação contínua. Nessa rede, cada indivíduo é sempre um centro transmissor de poder.

Desde que surgiu, a imprensa integra as malhas do poder, pois de forma organizada e periódica coloca em circulação o saber necessário para alimentar relações de força na

sociedade. Assim como o sistema jurídico, a escola e a filosofia, também a imprensa encarrega-se de produzir “verdades” e, como ficou demonstrado no capítulo anterior, a mitificação é uma das estratégias para conseguir tal intento. Axiomático por natureza, o texto jornalístico conta com a credibilidade cultivada de seus receptores o que facilita a disseminação das “verdades” que busca estabelecer para manter lubrificadas as engrenagens do poder. Lage (2001, p. 76) observa oportunamente acerca da notícia:

Os juízos que se quer transmitir são reiterados, até com ingenuidade, e aceitos por força do hábito. Constrói-se o mito e o grupo dominante o manipula em seu proveito. O mito, como unidade do discurso: signo lingüístico apropriado para significar outra coisa, de modo que instaura uma duplicidade de entendimentos, inocenta as violações à regra social e a mantém viva, ainda quando desmentida pelos fatos. Construções míticas – necessariamente ambíguas – servem à preservação dos ideais de família, ainda quando esta se desintegra na sociedade industrial, da ordem econômica, da ordem política.

Além de veículo de saberes, o jornalismo, assim como a mídia em geral, é também um mecanismo de vigilância constante e capaz de promover o quadriculamento foucaultiano, isso é, a divisão de pessoas em classes, a normalização ou não de comportamentos e ações. Foucault recorre ao sistema Panóptico de Bentham para aludir ao mecanismo ideal de vigilância do poder. Uma torre da qual se pudesse observar em 360° os grupos de pessoas em suas celas, de onde fosse possível atentar para todos os seus movimentos e, mais do que isso, um local onde todos sabem que estão sendo vigiados continuamente. Para Foucault, o jornalismo foi a invenção responsável por demonstrar o caráter utópico dessa política do olhar:

Os media seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles [reformadores do séc XVIII] não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar. (Foucault: 2001, p. 224)

Realmente, a opinião jornalística está longe de ser um olhar isento e confiável porque se tornou um lucrativo negócio. Contudo, a mídia parece caminhar para o desenvolvimento de seu próprio sistema panóptico. Nesse sentido, o jornalismo tenta firmar-se como

órgão de vigilância de cada nação e tal pretensão o faz atropelar, por vezes, poderes como o judiciário, pois os noticiosos encarregam-se de antecipar o julgamento popular de acusados através de suas manchetes e notícias, muito antes do veredicto dos juízes. A mídia apressa-se em “apurar” os fatos conferindo ao resultado de suas investigações um caráter de certeza bem mais do que de hipóteses. O cotidiano está repleto de exemplos para tais antecipações, como o caso do Maníaco da Bicicleta, aqui em estudo. A imprensa encarregou-se de construir o mito do maníaco, conferir-lhe o poder de amedrontar a população joinvilense, depois promoveu a resposta da segurança pública, apresentou um falso retrato falado que previamente condenava junto à opinião pública o inocente Aloísio Plocharski. Por conta da mídia, o rosto de Aloísio foi estampado por toda Joinville, mais que isso, apareceu em edições de noticiários estaduais e até nacional (*O Fantástico*), numa antecipação condenatória que, como se evidenciou depois, não passou de uma sucessão de erros.

Nesse afã de investir-se do poder emanado do povo, a imprensa denuncia muitas vezes sem qualquer prova. A política brasileira contém vários exemplos. O caráter referencial do texto jornalístico, no entanto, transforma hipóteses e suspeitas em fatos consumados. O jardineiro Aloísio Plocharski reagiu ao poder de fabricar verdades da mídia, mas muitos não reagem ou não conseguem se fazer ouvir.

A mídia torna-se um sistema panóptico à medida que figura como o “grande vigilante” das irregularidades sociais, mas é um sistema também corruptível e que age segundo seus interesses.

Se antes, conforme mostra Foucault, o poder exercia-se pela dicotomia soberano-súditos, ou seja, havia uma personificação do poder bem determinada, nos séculos XVII e XVIII surge nova mecânica de poder – o disciplinar - capaz de:

extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de

coerções materiais do que a existência física de um soberano. (Foucault, 2001, pp 187-188)

Acrescente-se que, na era da informação, não apenas os corpos estão submetidos ao poder disciplinador, mas, sobretudo, as imagens, ou seja, a representação imaterial desses corpos, está sob vigilância constante. A evolução tecnológica dos mecanismos de informação produziu um elevado contingente de meios de vigiar que faria o Panóptico de Bentham parecer um sistema deveras primitivo. Câmeras de vídeo vigiam os passos do cidadão no banco, na loja de 1,99, no supermercado, na rua... Celulares, web cams, comunicação on line são apenas alguns exemplos da vigilância constante a que se submete a sociedade pós-moderna, sem falar na febre dos reallity shows que nada mais fazem do que exercitar o poder de vigiar da coletividade. Da mesma forma, o jornalismo com suas câmeras e gravadores escondidos também reafirma dia após dia seu posto de vigilante que tem o consentimento popular para tal. O advento da TV digital reforçará a vigilância através da interatividade com o espectador/consumidor. Enfim, há olhos da mídia por toda parte. A população sente-se cada vez mais vigiada e sabe que sua imagem poderá estar na televisão, no jornal ou em um website quando menos esperar. Aloísio Plochanski que o diga. Da noite para o dia teve seu retrato divulgado pelo “grande vigilante” para todo o país. De anônimo trabalhador transformou-se em ícone da insegurança joinvilense, alvo da mídia panóptica que se auto-impõe a tarefa de vigiar e buscar punição, de zelar pela “normalidade” social.

O poder exercido sobre a imagem mais do que sobre o corpo evidencia-se também no crescente número de pessoas e instituições que contratam profissionais especializados em zelar pela imagem positiva de seus clientes. Minar a imagem de uma pessoa ou instituição é muito mais eficaz do que destruir seus corpos porque prolonga o suplício. Plochanski sentiu na própria pele que um simples desmentido, ainda que com espaço privilegiado na imprensa, não apaga o dano à imagem numa civilização adestrada a valorizar a representação mais do que o

ser. A mídia constituiu-se em importante mecanismo de poder disciplinar porque, através de seu discurso perfectivo impõe verdades. Observa Foucault (2001, p.180):

somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos verdadeiros de poder.

Para Foucault, “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.” O jornalismo praticado na atualidade figura entre os principais veículos produtores desse discurso de verdade porque atinge as massas. Os jornalistas, por integrarem esse mecanismo de poder que é a imprensa são os primeiros a observarem as estratégias de disseminação desse saber perpetuador de um estado de dominação. José Arbex Júnior, em apresentação ao livro “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”, de Perseu Abramo e Aloysio Biondi, afirma categórico (Abramo: 2004, p.8):

A grande mídia constitui hoje – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições – uma coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das ‘estratégias de mercado’ adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz ‘realidades’ parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica, atua, enfim, como um ‘partido’ que proclamando-se porta-voz e espelho dos ‘interesses gerais’ da sociedade civil, defende interesses específicos de seus proprietários privados.

Arbex restringe-se à grande mídia, mas o mesmo comportamento se verifica em pequenos veículos de comunicação interioranos como constata pesquisa acerca da “Importância da Profissionalização na Imprensa do Interior”, (Maciel: 2003).

Por ser um sistema ramificado, descentralizado, presente em cada indivíduo em menor ou maior grau, o poder é móvel. De tempo em tempo provoca oscilações nas posições de dominação. Assim ocorreu, por exemplo, na mudança de organização matriarcal para o patriarcado, na decadência do império romano, na influência do clero sobre os monarcas, na ascensão da burguesia, na consolidação capitalista e em tantos outros momentos de reviravolta das relações de dominação. É como se houvesse um acordo tácito entre dominador e

dominado que perdura por um período indeterminado. Na pós-modernidade, época de valorização da imagem, a subordinação e, mais que isso, a credulidade nos meios de comunicação é uma opção dos cidadãos mais do que uma imposição da mídia. Assim como, no início do século XX, havia uma predisposição ao nacionalismo exacerbado que possibilitou o surgimento do fascismo, agora existe uma vontade popular de enxergar na imprensa um mecanismo capaz de vigiar abusos e provocar punições. Ainda que já existam indicativos dos riscos de tal confiabilidade, a vontade popular ainda quer acreditar, deseja possuir um mecanismo produtor de verdades. A pós-modernidade trouxe consigo a ânsia pela informação e a globalização fabricou a angústia de necessitar estar sempre inteirado da “realidade”, ainda que construída pelos meios de comunicação.

Da mesma forma como a criação dos delinquentes tornou-se necessária para promover a aceitação da força policial e judiciária, também garantiu a credibilidade na imprensa como “grande vigilante” da moral e da normalização social. Foucault (1999: p. 237) assinala que:

A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória.

De mecanismo promotor da aceitação das instituições de controle social, o jornalismo vem se transformando também em agente de controle e, conseqüentemente, de poder. Ao incitar campanhas populares como as de combate à corrupção ou de combate à insegurança, como por exemplo, a do caso Maníaco da Bicicleta, os veículos de comunicação assumem uma postura não só de guardiões dos direitos sociais, mas também de cobradores desses direitos. E quando as autoridades constituídas tomam providências a fim de solucionar ou amenizar as mazelas apontadas pela imprensa, isso soa como uma resposta que só foi possível mediante cobrança do jornalismo, ainda que tais respostas sejam meramente outras represen-

tações. E como lembra Foucault (1999: p.87): “A arte de punir deve, portanto, repousar sobre toda uma tecnologia da representação. A empresa só pode ser bem sucedida se estiver inscrita numa mecânica natural.” O cadafalso de hoje é a página policial.

O jornalismo constrói suas bandeiras pelas quais combater, elege os culpados e os responsáveis por solucionar determinadas situações, heroiciza um ou outro eleito que lhe interesse ou a si próprio e assim reafirma a credibilidade do público acerca de seu papel.

Como se dá essa pactuação dos meios de expressão jornalística com a manutenção das engrenagens de poder? E por que apenas atuar como promotora da aceitação dos mecanismos de poder não é mais suficiente para a imprensa atual? São questões que levam a algumas reflexões. Foucault demonstra que o poder não tem um centro, não tem uma localização específica, mas está presente em cada indivíduo e ramifica-se por toda parte. Assim sendo não podemos supor que há um poder de Estado controlador da mídia. Não há uma conspiração organizada. Não é isso. Os mecanismos da imprensa, sejam da grande ou da pequena mídia, também possuem seus próprios sistemas de poder, alimentados pela credibilidade de seu público consumidor de notícias. Demonstrar essa força como agente atuante em uma sociedade é a forma da imprensa ostentar seu poder perante os demais sistemas de dominação.

Ao assumir a postura não apenas de veículo produtor de verdades mantenedoras das estruturas de poder, mas também de mecanismo que possui suas próprias engrenagens de poder, a empresa jornalística está apta a promover alianças, negociar vantagens econômicas através de verbas publicitárias, obter favorecimentos capazes de ampliar ainda mais seu poderio. Por tudo isso é que não se pode estipular quem ocupa, de fato, o primeiro, terceiro ou quarto lugar no poder. O que se pode perceber é de onde partem as atuais produções de “verdades” que garantem acesso ao poder. Foucault (2001: p.14) constata que “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. E, mais adiante, (2001: pp 114-115):

Podemos então supor na nossa civilização e ao longo dos séculos a existência de toda uma tecnologia de verdade que foi pouco a pouco sendo desqualificada, recoberta e expulsa pela prática científica e pelo discurso filosófico. A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada, mas sim suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. Deste acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito de conhecimento. É uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder.

Essas tecnologias de produção de verdade sofrem desgastes como ocorre com o restante das estruturas do poder e, quando chegam a ruir, ocorrem as mudanças de posição no jogo de dominação. Tais desgastes são lentos e não provocam o desaparecimento completo das tecnologias de produção de verdade, apenas as enfraquecem. É por isso que numa mesma época convivem diferentes modos de produção de verdades, tais como os discursos filosóficos, científicos, políticos, jornalísticos. O calcanhar de Aquiles do poder da imprensa reside na mitificação de sua própria imagem enquanto veículo de alta credibilidade. A partir do momento em que deixar de ser crível a imprensa terá desgastado o seu poder enquanto agente produtor de verdades.

Erros flagrantes como a divulgação de um falso retrato falado e a prévia “condenação” de um inocente podem abalar a credibilidade na imprensa ou, como atesta Lage (2001: p.60):

Emissor e comunidade receptora, na comunidade social, guardam relação de poder; de modo geral, quem dispõe da palavra respalda-se de alguma credibilidade. Tal relação é quantificável, atingindo o grau máximo na fé. Chamaremos de prestígio à confiabilidade de um emissor aparente (um político, um comentarista) ou do veículo de comunicação (que, no caso da notícia sem menção de fonte, assume a responsabilidade integral do testemunho.) [...] O emissor perderá em sua credibilidade diante do erro flagrante. Alguns erros constatados pela mesma coletividade receptora colocarão em dúvida a validade de tudo o mais que o mesmo emissor afirmar.

Do reconhecimento desse risco decorre a rápida reação midiática para inverter a impressão de falível diante dos consumidores de informação. No caso do Maníaco da Bicicleta, como se verá adiante, a saída encontrada foi imputar toda a culpa pela divulgação de um

falso retrato falado à polícia sem esboçar qualquer questionamento aos procedimentos jornalísticos que levaram a propagar a falsa informação.

Para não perder seu caráter heróico em situações onde a verdade desmascara uma realidade construída, o jornalismo investe suas forças na defesa do inocente. Não reconhece o próprio erro, simplesmente reforça a postura de guardião da moral. Tal como os demais agentes de poder, a imprensa oscila suas ações entre ostentar e ocultar sua força. Foucault (2001: p.77) afirma que não necessariamente quem exerce o poder tem interesse em exercê-lo e os que têm interesse em exercê-lo nem sempre o fazem, dando origem a uma relação singular entre poder e interesse. No texto jornalístico, o desfile de afirmações embasadas por citações de autoridades competentes, faz parecer que o poder está sempre nas mãos de instituições, Estado, forças econômicas. A própria imprensa só aparece nos jornais enquanto poder quando credita a si própria a função de cobrar soluções. Em outras palavras, para angariar a credibilidade e confiança de seu público, os veículos jornalísticos imputam a si próprios a responsabilidade pela conquista de providências junto às autoridades para a resolução ou representação da solução de problemas sociais. No caso Maníaco da Bicicleta, o desencadeamento da operação Norte Seguro que reforçou a estrutura de segurança pública em Joinville, em 2000, foi por vezes evidenciada como resultado da empreitada da imprensa em denunciar a situação de insegurança dos joinvilenses, ameaçados por furtos, caixeiros e por um estupra-dor em série. (Cf cap 1)

2.1 MANIQUEÍSMO PRESERVADO

Primar por uma visão maniqueísta do mundo sempre trouxe bons resultados aos detentores do poder. Muito antes de Manes (Maniqueu) fundar sua religião no Oriente, no século III da era cristã, a divisão da humanidade entre bem x mal já se fazia presente. Mitos, religiões, superstições, o poder soberano, o poder judiciário, a literatura, o cinema e também o jornalismo constituem alguns dos mecanismos de perpetuação do maniqueísmo enquanto um dos mais arraigados preconceitos da humanidade.

Dividir pessoas, instituições, nações entre as categorias de bem e de mal é um estratagema eficaz do poder para justificar a existência de sistemas de dominação. Os reis eram a representação da bondade divina, por isso ser contra o monarca era ser mau. Com a ascensão da burguesia e surgimento do sistema capitalista, a delinqüência é quem personifica o mal, como explica Foucault (2001, p.133):

Foi absolutamente necessário [ao capitalismo, pois as máquinas das indústrias estariam nas mãos dos operários] constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos, não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes.

Além de religiões que firmam suas bases na eterna luta do bem contra o mal, o jornalismo, ao lado das obras de ficção para cinema, literatura e vídeo, está entre os principais encarregados, na atualidade, de alimentar o preconceito maniqueísta. Muito mais que a escola e seus sistemas de avaliação pedagógico-disciplinares, a imprensa esquadrinha a sociedade entre bandidos e mocinhos, culpados e inocentes, agressores e vítimas, corruptos e lesados, agentes do mal e agentes do bem, como os próprios veículos de comunicação “atentos aos clamores de suas comunidades”.

São os textos jornalísticos que denunciam as ilegalidades e anormalidades sociais, mostram a ação de outras instituições encarregadas de separar o joio do trigo, tais como o poder judiciário, a polícia, as prisões.

Manter uma visão maniqueísta da realidade é interessante a quem domina porque se conformar com a existência do mal exclui a sociedade de investigar as causas mais profundas de suas mazelas, de combater a raiz de seus sofrimentos e aflições. Aceitar a existência do mal implica necessitar de proteção advinda de quem possui o poder para combater os maus. O jornalismo contribui diariamente para a manutenção do *status quo* maniqueísta porque também é de seu interesse apresentar-se como defensor do bem.

Mas as notícias também se encarregam de manter aceso o mito da imparcialidade jornalística e assim assegurar a posição da imprensa enquanto guardiã da ética de uma nação. Se antes, os suplícios em praça pública a que eram submetidos os criminosos eram a resposta prática e exemplar ao ultraje ao soberano, ação depois substituída pelo ritual do inquérito, hoje não há mais suplício nem tempo para aguardar a punição da justiça. A mídia encarrega-se de supliciar o acusado antes mesmo de sua condenação, seja nas páginas policiais, de política ou de *fait divers*. Por um lado, os meios de comunicação cuidam de “lavar a honra” do poder legitimamente instituído, mas por outro, cobram dessas instituições respostas aos clamores articulados pela imprensa.

Para Traquina (2005, pp 42-47), a credibilidade da população sobre o jornalismo, como órgão de “contra-poder”, está diretamente relacionada ao sistema democrático:

A relação entre democracia e jornalismo é fundamentalmente uma relação simbiótica em que a liberdade se encontra como estrela brilhante de toda uma constelação teórica que fornece ao novo jornalismo emergente uma legitimidade para a atividade/negócio em expansão e uma identidade para seus profissionais. [...] Os jornais eram vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças individuais e como uma forma de assegurar a proteção contra a tirania insensível. Portanto a legitimidade jornalística está na teoria democrática e, segundo seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder.

É preciso clarificar que o público consumidor de notícias não é inocentemente ludibriado pelos artificios de poder da imprensa. O público quer alguém que represente suas reivindicações, mais que isso, quer algum mecanismo capaz de produzir tais clamores para –

até certo ponto – contrapor-se as outras esferas de poder. Na visão maniqueísta dos consumidores de notícias, a imprensa também é o Panóptico da elite poderosa. E o jornalismo esforça-se por corresponder a tal imagem denunciando – quando lhe convém - casos de corrupção no serviço público, nos setores governamentais, no futebol, na igreja, na polícia, por toda parte. Essa impressão de onipresença reforça o respaldo popular aos meios jornalísticos. Montesquieu, grande defensor da liberdade de expressão no Iluminismo, já alertava para a possibilidade de uma “ditadura da multidão” e sugeria educação e divisão de poder como formas de controle. “Se não se quiser abusar do poder, as coisas devem ser dispostas de modo a que o poder controle o poder” (apud Traquina: 2005, p. 44). Inicialmente criada como veículo de informação da classe dominante às elites e depois da Revolução Francesa convertido em contrapoder, o jornalismo parece caminhar numa terceira direção, a de exercer realmente um quarto poder capaz de influenciar nas decisões da população e também das classes dominantes. Quer converter-se em núcleo na teia de poderes.

2.2 PODER EMBASADO EM TEORIAS

O jornalismo nasceu da prática para ganhar, após longo tempo de labuta, as suas teorias, assim como ocorreu com outros campos do saber. Seus fundamentos teóricos trouxeram maior eficiência ao desenvolvimento da comunicação social, mas também estabeleceram sólidas bases para aprofundar as relações de poder dos veículos de comunicação em sua atuação nas sociedades.

Independência, veracidade, exatidão, objetividade, honestidade, imparcialidade e credibilidade são apontadas por Bahia (1990: p 11-18) como responsabilidades do jornalismo. Essas palavras atravessam freqüentemente a teoria do jornalismo com maior ou menor ênfase

e chegam aos cadernos dos universitários de Comunicação Social para servir de Norte aos futuros jornalistas. Na prática, contudo, a independência é utópica, pois os veículos de comunicação são empresas que acumulam capital e, portanto, dependem de fatores econômicos para prosperar. A veracidade da imprensa é sempre questionável, sobretudo quando a realidade é construída. Tome-se como exemplo, no caso Maníaco da Bicicleta, a construção de um clima de insegurança pela imprensa joinvilense que culminou no envio de reforço policial à cidade.

A exatidão dos fatos e a objetividade dependem de uma série de fatores que não envolvem exclusivamente o jornalista, mas também as fontes que, nem sempre relatam com exatidão o fato ocorrido. Ser totalmente imparcial é impossível, posto que todo discurso – inclusive o jornalístico – carrega intenções e resulta de um repertório cultural e ideológico acumulado. A honestidade do jornalista nem sempre é a mesma do proprietário do jornal que é antes de tudo administrador de um negócio. Como se vê, não é nada fácil cumprir os ditames da teoria do jornalismo, mas tais preceitos contribuem para alimentar a imagem mitificada do jornalismo na sociedade e assim garantir sua credibilidade. Os códigos de ética e a Lei de Imprensa reforçam a postura do jornalismo enquanto produtor de verdade:

Art. I – O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse. [...]

Art VII – O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.[...]

Art. IX – É dever do jornalista: [...]

f) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação. (Código de Ética do Jornalismo, aprovado em 29 de setembro de 1985 - FENAJ)

Códigos de ética do jornalismo em outros países também evidenciam a imparcialidade, objetividade, responsabilidade social, compromisso com a verdade como princípios básicos. Para Beltrão (1992: p.75), o jornalismo busca satisfazer a três necessidades do espírito humano:

- a) Informar-se do novo, do imprevisto, do original e, através dele ou por causa dele, recordar-se do passado, do já sabido, do quase perdido nos arcabouços da memória.
- b) Receber uma mensagem de advertência ou orientação, isto é, alertar-se para o futuro, para a ação.
- c) Entreter-se, descansar das preocupações no *humour*, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte. Daí a extensão do campo jornalístico a todos os quadrantes da atividade humana, a todos os seres, às coisas e à natureza, a todos os domínios da inteligência e da sensibilidade.

De acordo com Beltrão, portanto, o jornalismo aponta direções para a tomada de decisões dos indivíduos em seu cotidiano. As sucessivas notícias dos ataques do Maníaco da Bicicleta por certo colocaram mulheres em alerta, provocaram mudanças no itinerário das pessoas, suscitaram mobilização de estudantes. Os assuntos veiculados pela imprensa passam a fazer parte da pauta de discussões das pessoas. Além disso, como assinala Beltrão, o ecletismo da imprensa ao tratar dos mais diversos assuntos faz com que a credibilidade do público consumidor de notícias aumente, pois deseja estar inteirado dos acontecimentos da humanidade, ainda que de modo superficial.

Tal como uma colcha de retalhos, o jornal articula diferentes tipos de construções textuais. Crônicas, artigos, editoriais, reportagens, cadernos segmentados para assuntos mais específicos (moda, veículos, cultura, etc), colunas de opinião, coluna social, mas é o reino onde impera a notícia. Em busca de maior independência financeira, os jornais tiveram de conquistar as massas. O produto jornal ficou mais barato e os ganhos concentraram-se na publicidade. Surge daí o *New Journalism* ou “*penny press*” e, com ele, a separação entre fatos e opiniões. Essa nova opção iniciada pela imprensa norte-americana e depois absorvida por outros países contribuiu para estabelecer uma imagem de isenção aos trabalhadores da imprensa. O jornalismo firma-se então enquanto um serviço público indispensável ao sistema democrático. Para Traquina (2005: p. 131) “existe uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia em que o conceito de liberdade está no núcleo da relação.”

Qualquer estudante de jornalismo ou foga de redação aprende logo nas primeiras lições que a notícia precisa ser clara, objetiva, ater-se aos fatos, expor de forma sucinta o acontecimento e responder às cinco perguntas do lead: quem, como, quando, onde e por que.

Lage (2001: p.54) destaca o componente ideológico da notícia. Explica que, apesar da forma lógica a que obedece, o texto noticioso não consegue se eximir também de um componente ideológico, visto que a ordem e a escolha dos elementos que compõem o relato são escolhidas por quem o redige. “Notícias são fragmentos de aparências que se manifestam por transformações, movimentos ou enunciações.” (Lage 2000: p.69)

Embora a norma jornalística estabeleça a utilização de espaços apropriados para a divulgação de opiniões, tais como as colunas e editoriais, e ordene a exclusão de expressões opinativas do texto noticioso, os veículos de comunicação, ao promoverem determinadas campanhas, como a do combate à insegurança em Joinville em 2000, fazem de seus textos referenciais mecanismos de argumentação que visam a convencer e, por vezes, a persuadir, e não apenas a informar seus leitores de determinada situação. Colocam a lógica noticiosa a serviço do ideológico. A notícia, nessas ocasiões, continua a vestir uma roupagem de informação isenta e objetiva, mas carrega a intenção do convencimento. Tal constatação leva a discordar, ao menos em parte, de Luiz Beltrão quando afirma que:

Com efeito, a popularidade não reclama apenas um veículo de fácil e geral penetração, mas também uma linguagem, um estilo, uma forma própria, amena, fácil, leve, acessível, fugindo ao verboso, ao retórico, ao gongórico, ao professoral, ao enfadonho. Além disso, enquanto o professorado e o apostolado religioso buscam convencer e converter, o jornalismo visa tão somente opinar para debater. (Beltrão:1992: p.96)

Ao construir realidades, o jornalismo não apenas coloca assuntos em debate, mas esforça-se por convencer seu público a tomar determinadas posições. No caso Maníaco da Bicicleta, aqui em estudo, houve a construção da realidade da situação de insegurança de Joinville e o trabalho de convencimento, através de sucessivas matérias acerca do assunto. Da mesma forma houve uma campanha de cobrança por providências das autoridades que culminou na Operação Norte Seguro, ou seja, também houve o convencimento de lideranças e autoridades para se buscar uma solução ao problema apontado. Na política, as ações de convencimento do jornalismo são ainda mais freqüentes e evidentes. Minar a imagem de uma figura

pública com acusações, ainda que sem provas, ao passo que se valoriza a imagem de outro candidato com a exaltação de suas boas ações é o caminho corriqueiro para tentar persuadir o público a eleger um determinado candidato. Em alguns casos, tal artilheiro chega a provocar a desistência antecipada de candidaturas.

O convencimento pela notícia também está presente em campanhas de preservação ambiental, combate ao trabalho infantil, prevenção a doenças, entre outros assuntos que passam a fazer parte do cotidiano de seu público, levando a novas posturas da sociedade. Tais campanhas, contudo, por tratarem de temas profundamente vinculados a questões de hábito provocam transformações mais lentas e graduais do que aquelas mais imediatistas como as de ordem política, às vésperas de eleições, por exemplo. O próprio Beltrão (1992: p. 101), embora não aponte o jornalismo como mecanismo de convencimento, admite a insistência em determinados assuntos como estratégia formadora de opinião:

No desenvolvimento de suas campanhas, o jornalismo insiste, repisa, apresenta sempre aspectos novos, não deixa que a imaginação popular se desinteresse ou que fique esquecidas as premissas, empregando todos os recursos de uma propaganda habilmente urdida para formar correntes de opinião e fazer com que soluções possíveis tenham a sanção majoritária do grupo.

A tabela 2, no capítulo anterior, exemplifica a estratégia de insistência sobre um tema com finalidade de convencer. Nos dias que antecederam a implantação da Operação Norte Seguro, a editoria de Geral do jornal *A Notícia* publicou várias matérias acerca da insegurança e enfatizou a cobrança de providências pela sociedade.

Quando se dispõe a convencer o público, o jornalismo deixa de lado um de seus principais intentos que é o relato objetivo dos fatos. A objetividade é, sem dúvida, um desafio a qualquer jornalista, mas não é um alvo impossível de atingir, conforme atesta Meditsch: 1992, p.74:

O apego aos fatos, concordarão os teóricos, é o caminho da objetividade, mas ela só é alcançada pelo correto relacionamento entre eles. É preciso contextualizar os fatos, utilizando o conhecimento acumulado que se tem sobre eles. A partir das leis que

regem os fatos, expressas nos conceitos encontrados no processo infinito da auto-superação e progressão do conhecimento, é que se chegará à verdade objetiva.

Para Abramo et Byondi (2004: p 37-38), há diferenças fundamentais entre objetividade e outros conceitos que permeiam o jornalismo, como neutralidade, imparcialidade, isenção e honestidade porque a objetividade está relacionada ao conhecimento enquanto os demais conceitos relacionam-se a formas de agir, de comportamento.

O conceito de objetividade, porém, situa-se em outro campo, que não o da ação: o campo do conhecimento.[...] A objetividade tem a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito observador e o objeto observável (a realidade externa ao sujeito ou externalizada por ele) no momento do conhecimento. Entre a subjetividade e a objetividade existe uma gradação. Há sempre elementos de subjetividade na objetividade e vice-versa... Mas há a possibilidade concreta de buscar a objetividade e de tentar aproximar-se ao máximo dela. Quanto maior a capacidade de conhecer e colocar sob controle os fatores de subjetividade inerentes à relação sujeito-objeto, maiores as possibilidades de se aproximar de uma captação objetiva da realidade.

Na opinião de Traquina (2005: p. 138-139):

Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa. [...] A objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas a seu trabalho.

Traquina (2005: p 139-140) cita os quatro procedimentos identificados por Tuchmann na busca da objetividade jornalística: a apresentação de possibilidades conflituosas que leva a obrigação de ouvir várias fontes para obter mais de um ponto de vista sobre o mesmo tema; a busca de provas auxiliares; o uso judicioso das aspas, ou seja, de citações “literais” de autoridades que legitimam uma afirmação e, o quarto procedimento, a estruturação da informação em ordem decrescente de importância o que leva, por si só, a um juízo de valor.

O desapego proposital à objetividade nos textos jornalísticos que visam antes a convencer do que a informar pode ser semanticamente identificado através de alguns marcadores e escolhas lexicais, como na matéria abaixo:

A Notícia 13/10/00

Polícia se une no Norte para conter criminalidade

Joinville - **Toda** polícia de Joinville está mobilizada para **tentar conter** a onda de crimes que **vem atingindo** a maior cidade do Estado. No último mês **vários** assaltos a caixa eletrônicos, homicídios e **até** o aparecimento de um maníaco sexual, que já teria estuprado sete mulheres, **está deixando** a cúpula da Segurança Pública em estado de alerta. A delegada regional, Marilisa Boehm, encontra no desemprego uma razão para o aumento da criminalidade.

Já estão na cidade policiais da Diretoria de Investigações Criminais (Deic) de Florianópolis. Eles **estariam investigando** vários crimes. A delegada regional, porém, não quis antecipar qual (sic) setor os policiais estão trabalhando. "Estamos com o apoio do Deic e da Dop (Divisão de Operações Policiais) de Joinville numa operação conjunta", limita-se a dizer.

Assaltos ousados, crimes misteriosos e um homem de **alta periculosidade** amedrontando as mulheres da cidade. Esse é o atual retrato de Joinville. O mês passado já está sendo chamado de "**setembro negro**" para a polícia civil e militar do município. Uma reunião entre os dois órgão (sic) está colocando em prática o **que já deveria ter sido feito há muito tempo**. "Estamos unidos para combater a criminalidade. Polícia Civil e Militar estão nas ruas e todas delegacias estão integradas", diz a delegada.

De 13 de setembro a 9 de outubro aconteceram em Joinville seis homicídios e seis furtos de caixa eletrônicos. As investigações sobre as mortes são **rega-**

das de mistérios e muitas dúvidas. A maior delas é sobre a morte do professor e contabilista Vilson Bibow, 40, encontrado em sua casa, no dia 13 de setembro, com um tiro na cabeça. Segundo laudo do Instituto Médico Legal (IML), Bibow levou um tiro à queima-roupa de revólver calibre 38. Um mês depois do crime não há novidades sobre a autoria do disparo.

Além do crime do professor outros cinco ainda estão sem respostas. Os três corpos encontrados perto do lixão municipal com sinais claros de execução contínua (sic) um **mistério**. "Várias delegacias estão trabalhando nos casos e brevemente teremos uma resposta concreta", diz Marilisa Boehm.

O furto de caixas eletrônicas também preocupa. A ousadia dos ladrões é tanta que na madrugada da última segunda-feira seis homens encapuzados invadiram o prédio do fórum, na avenida Beira-rio, renderam um policial militar e furtaram o caixa eletrônico. A máquina foi encontrada na mesma manhã, no bairro Morro do Meio, com o cofre arrombado.

No entanto, nada preocupa mais a polícia de Joinville do que um homem desconhecido que está aterrorizando as mulheres. Suas características, divulgadas através de um retrato falado, fizeram chegar às delegacias uma enxurrada de denúncias. "A divulgação do maníaco às vezes ajuda e atrapalha. Agora fica difícil achá-lo", reconhece a delegada regional. "Mas todas as delegacias estão mobilizadas", completa. (Marco Aurélio Braga)

No dia 13 de outubro a Operação Norte Seguro ainda não havia sido deflagrada. O trabalho unificado das polícias civil e militar não era ainda um fato concreto, mas um desejo da campanha promovida pelos veículos de comunicação. A opção pelo uso de gerúndio em "vem atingindo", "está deixando", "amedrontando", "está aterrorizando" dá a idéia de ações em curso. O intensificador "até", no primeiro parágrafo é indicador de opinião e não de fato,

pois expressa o julgamento do repórter de que o aparecimento de um estuprador em série é o ápice da situação de insegurança na cidade. O pronome indefinido “vários” que acompanha o substantivo assaltos contribui para não precisar a real situação, não estabelece a quantia de assaltos. O mesmo ocorre no parágrafo seguinte em “vários crimes”. Evitar expressões indefinidas é uma das indicações da norma jornalística na busca da objetividade. O repórter poderia ter enumerado a quantia de assaltos e crimes, mas não o fez porque a intenção da matéria era convencer a população de que a cidade estava mesmo insegura.

A locução “estariam investigando” vários crimes é outro indicativo da fuga da objetividade, pois denota uma suposição não confirmada do repórter em relação à presença de policiais da Diretoria de Investigações Criminais na cidade.

No terceiro parágrafo, o uso de adjetivos sobrepõe a opinião ao fato: “homem de alta periculosidade”, “setembro negro”. O repórter supõe que seus leitores identifiquem, por conhecimento prévio do assunto, que o “homem de alta periculosidade” trata-se do Maníaco da Bicicleta. A opinião do repórter (ou do veículo que representa) fica ainda mais explícita em: “Uma reunião entre os dois órgão (sic) está colocando em prática **o que já deveria ter sido feito há muito tempo**”, referindo-se à união das polícias no combate à onda de crimes.

Somente no quarto parágrafo surgem informações objetivas, como o número de homicídios e furtos a caixas eletrônicos. Ainda assim a palavra “mistério” aparece duas vezes, no quarto e quinto parágrafos, para não quebrar o tom sensacionalista da matéria. O último parágrafo retoma a fuga total à objetividade para voltar ao foco do texto que é o convencimento acerca da situação de insegurança dos joinvilenses. A própria conjunção introdutória encarrega-se de relacionar o fechamento da matéria com os parágrafos iniciais: “no entanto, nada preocupa mais a polícia de Joinville do que um homem desconhecido que está aterrorizando as mulheres.” Novamente, a opção pelo gerúndio indica uma situação em curso a clamar por providências.

A breve exemplificação acima, de que o jornalismo pode utilizar-se da função referencial da linguagem para convencer e persuadir vai ao encontro de uma observação de Beltrão (1992: p 67-79):

Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum. [...] O jornalismo nem sempre constitui um relato puro e simples, mas se reveste, igualmente, do aspecto de uma exposição interpretada.

Ao fazer a interpretação dos fatos, o jornalismo exercita seu poder sobre o público consumidor de notícias e, mais que isso, seu poder de influenciar decisões de outras classes dominantes. Inserida na teia do poder, a imprensa utiliza-se da exposição interpretada de fatos, muitas vezes criados por ela própria, para medir forças com os demais núcleos de poder e, ao mesmo tempo, fixar-se junto à população enquanto órgão cujo interesse primordial é o bem coletivo. Situado entre dois pólos, o ideológico que têm na liberdade e exercício do serviço público suas principais balizas, e o econômico, o jornalismo busca firmar-se enquanto órgão não apenas veiculador de poder, mas capaz de exercer o poder.

Dessa forma, não se pode encarar as notícias como meros relatos desinteressados de fatos do cotidiano. Mais abrangente é a conceituação de Traquina (2005: p.28):

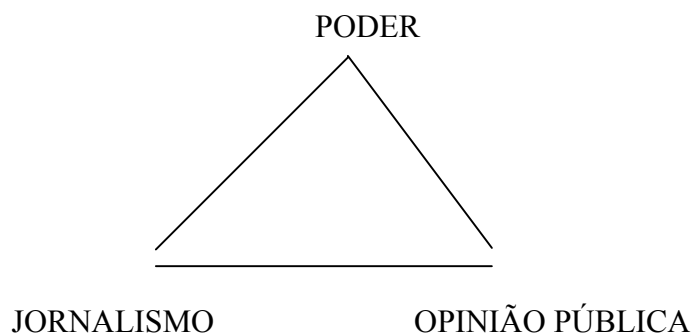
...ver as notícias como uma “construção” social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber, precisamente o que é notícia.

Sousa (2002: p 13), adepto de uma visão construcionista do jornalismo, define notícia como:

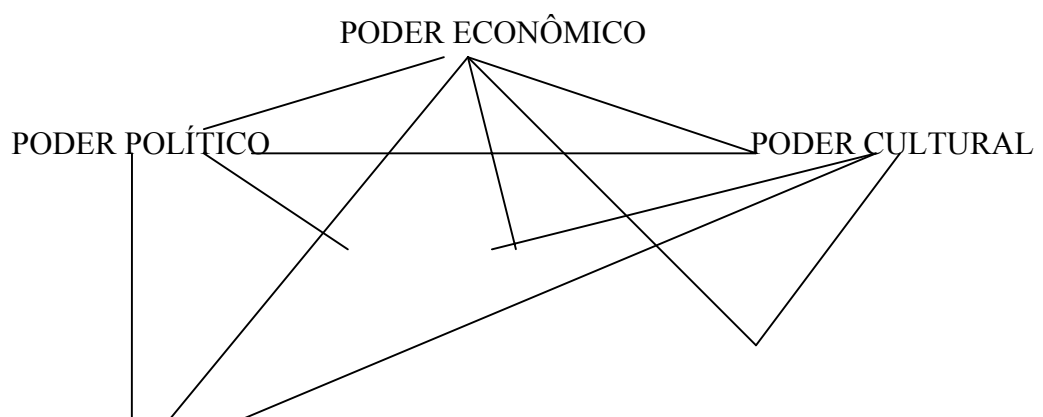
Artefatos lingüísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural (ou seja, num determinado contexto), embora atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. Registra-se ainda que, embora as notí-

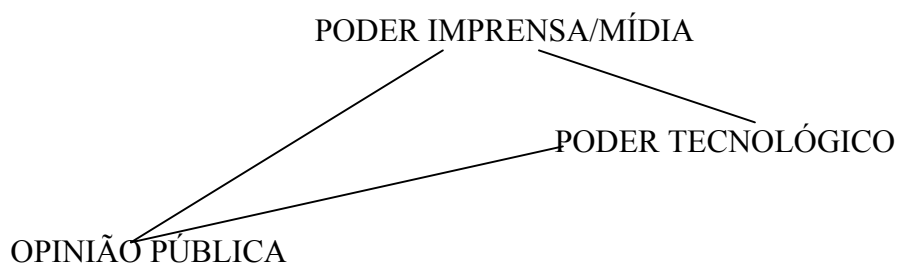
cias representem determinados aspectos da realidade cotidiana, pela sua mera existência, contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes.

Ressalte-se mais uma vez que, no caso Maníaco da Bicicleta, vários estupros haviam ocorrido na cidade desde o mês de agosto, mas é só em outubro, quando notícias sobre o clima de insegurança na cidade ocupavam manchetes, que o jornal A Notícia veicula a primeira matéria sobre os estupros e apresenta seus leitores à figura já mitificada do Maníaco da Bicicleta. O jornalismo, portanto, parte de fragmentos do real para construir novas realidades e serve-se da função referencial da linguagem para convencer a opinião pública o que nada mais é do que um exercício diário de poder. Traquina (2005: p.130) observa que a teoria democrática enxerga o jornalismo como elo entre a opinião pública e o Poder, assim representado:



O processo de automitificação do jornalismo enquanto “guardião da verdade”, divulgador de fatos e instrumento objetivo de denúncias isentas transformou a condição de “elo” entre a opinião pública e as classes dominantes. O jornalismo deixou de ser apenas o porta-voz dos anseios de seu público para tornar-se um outro núcleo de poder, esquema seria melhor representado pela imagem de uma rede, em que o jornalismo é um dos nós.





A base de sustentação do jornalismo enquanto núcleo de poder é a credibilidade da opinião pública, uma credibilidade que, como já ficou demonstrado anteriormente, parte de uma escolha desse público que necessita fazer do jornalismo uma forma de demonstrar também a sua força perante os demais poderes. As construções míticas da imprensa, por essa razão, precisam estar sempre presas a um fato real, pois o desnudamento de notícias puramente fictícias significaria a deterioração do maior patrimônio do poder jornalístico, a credibilidade.

Casos como o do Maníaco da Bicicleta ou da Escola Base¹⁴ que trazem à tona os erros cometidos pela imprensa na construção da realidade e que acabam prejudicando a vida real de inocentes são ameaças à credibilidade dos veículos de comunicação e, como tal, podem incitar a opinião pública a duvidar de tudo o mais que for dito pelos veículos noticiosos em questão. Mesmo as revistas dedicadas ao *fait divers*, as chamadas revistas de fofocas sobre pessoas famosas, precisam amarrar suas “matérias”, ainda que por tênue linha, a algum fundo de verdade, do contrário perderiam seus leitores.

Quando a imprensa comete equívocos graves e esses erros irrompem ao conhecimento público, dificilmente assume sua parcela de culpa no processo de construção da realidade. Ao contrário, trata logo de encontrar uma saída imputando a responsabilidade sobre outros fatores. Atribuir erros às fontes está entre as estratégias prediletas da imprensa para se desincumbir de determinadas culpas, assim como a reformulação do mito criado, como ocorreu no caso do Maníaco da Bicicleta e se verá adiante.

¹⁴ RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base – Os Abusos da Imprensa**. São Paulo: Ática, 1995.

Mesmo os veículos que contam com a figura do *ombudsman* para direcionar uma autocrítica, evitam aprofundar debates com seu público leitor quando o assunto envolve pecados éticos do veículo.

A tarefa de refletir sobre erros graves cometidos pela imprensa continua restrita aos meios acadêmicos ou à crítica especializada.

Cite-se como exemplo o site Observatório da Imprensa. Dessa forma, os veículos de comunicação preservam sua aura de infalibilidade a fim de preservar a credibilidade de seus consumidores de notícias.

2.3 A ESCOLHA DAS FONTES

Para Traquina (2005: p.190), uma fonte é “uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto.” É o jornalista, portanto, quem avalia a credibilidade dessa fonte e a importância de reproduzir suas informações para a opinião pública. A responsabilidade primeira de dar crédito às informações da fonte é do jornalista.

Traquina (2005: p.59) lembra que após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865), a utilização da entrevista e de fontes múltiplas tornou-se freqüente no jornalismo.

Não só as peças noticiosas incluíam cada vez mais fontes múltiplas, apresentando uma diversidade de pontos de vista no mesmo artigo, como também os jornalistas demonstraram ainda mais agressividade na obtenção de elementos informativos: a prática dos correspondentes do Norte durante a Guerra Civil norte-americana, de viajar disfarçados no Sul para evitar serem detectados, forneceu um modelo para o “jornalismo de disfarce” que se desenvolveu nos anos de 1880. (Traquina: 2005, p.59)

Relatar o posicionamento de fontes diferentes numa mesma notícia passou a ser uma das ferramentas para assegurar a objetividade jornalística. No entanto a prevalência de

fontes oficiais ou dos chamados “discursos competentes”, para usar uma expressão da filósofa Marilena Chauí, acabam prevalecendo no cotidiano da imprensa. Os argumentos das autoridades competentes, tais como psiquiatras, sociólogos, antropólogos, entre outros, muitas vezes servem apenas para ratificar uma posição estereotipada do próprio jornalista acerca de determinados fatos. O uso de fórmulas fixas, como por exemplo a justificativa de trauma infantil para a prática de violência sexual, é facilmente assimilado pelo público consumidor de notícias e se converte em recurso de prático acesso a quem escreve pressionado pelo *deadline*.¹⁵ Por outro lado, a mesma pressa e comodismo, por vezes faz com que o jornalista ouça uma fonte não oficial ou busque a outra versão do fato apenas por desencargo de consciência, sem muito esforço o que resulta nas justificativas vãs como: a reportagem tentou ouvir fulano de tal, mas não obteve retorno.

A Teoria Interacionista busca explicações para a prevalência das fontes oficiais nos textos jornalísticos na própria rotina de trabalho da imprensa. Para os interacionistas, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (Traquina: 2005, p.180). Esta corrente destaca a produção de notícias como um processo interativo, onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante. Lage (2001: p. 39), observa que as “fontes são cada vez mais especializadas e desenvolvem estratégias de convencimento sutis, buscando envolver, antes de mais nada, os próprios repórteres.” Bakhtin (2004: p. 113) também argumenta:

Na verdade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte.

Assim como o jornalista tem interesse na colaboração da fonte, esta possui suas intenções ao informar. O repórter não pode ignorar tal observação em toda matéria que produ-

¹⁵ Jargão jornalístico: prazo final para entregar uma matéria à edição.

zir. Os teóricos construcionistas enfatizam ainda a produção de acontecimentos que visam unicamente a suprir os *media* de informação.

A rotina jornalística que obedece a tempo e espaço pré-determinados facilita a promoção de certas ocorrências ou a prevenção a atos para os quais não se deseja divulgação. A produção de “pseudo-eventos” ou “factóides” é estratégia cada vez mais utilizada por agentes sociais para alimentar a imprensa com notícias que interessem a determinada instituição ou grupo.

Traquina (2005: p 187-189) evidencia os tipos de acesso das fontes aos jornalistas, identificados por Molotch e Lester, como questão crucial na determinação do que será notícia. Os dois teóricos distinguem três tipos de acesso: habitual, disruptivo e direto. No primeiro, a fonte está relacionada diretamente às necessidades da imprensa. É o caso, por exemplo, do Presidente da República para um jornal de abrangência nacional ou do prefeito para um jornal municipal.

O acesso disruptivo envolve fontes que normalmente não têm acesso aos *media* e, para consegui-lo, provocam algum tipo de rompimento da ordem. Podemos exemplificar com a organização de uma manifestação de moradores que fecham uma rua ou um manifestante solitário que resolve andar nu pelo centro da cidade.

O acesso direto é provocado pelos próprios jornalistas que decidem quem vão entrevistar para determinada matéria. Tanto no primeiro quanto no último tipo de acesso, as fontes oficiais são privilegiadas porque são consideradas de maior credibilidade junto à opinião pública. Abramo (2004: p. 30) afirma:

A melhor versão oficial é a da autoridade, e a melhor autoridade, a do próprio órgão de imprensa. À sua falta, a versão oficial da autoridade cujo pensamento é o que mais corresponde ao do órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela, mas a aceite e adote. [...] Assim, o oficialismo se transforma em autoritarismo.

Há que se acrescentar, contudo, que a própria imprensa também se encarrega de criar seus próprios pseudo-acontecimentos durante o processo de construção da realidade. A onda de criminalidade em Joinville, conforme evidenciado no capítulo 1, pertence à criação de um acontecimento pela própria imprensa, pois como mostra a tabela 1, as ocorrências registradas em 2000 não apresentavam grande diferença em relação ao ano anterior. Com base neste acontecimento inventado, os veículos de comunicação desencadearam uma campanha pela melhoria da segurança pública que culminou na Operação Norte Seguro.

A divulgação do falso retrato falado do Maníaco da Bicicleta em primeira mão no programa *Fantástico* e, por insistência no erro, na imprensa estadual, mostra que as fontes oficiais podem também fornecer falsas informações. Nesse episódio, como se verá no próximo capítulo, a estratégia da imprensa para evitar arranhões a sua credibilidade foi imputar toda a culpa pela falsa acusação a um inocente às fontes oficiais. Mas não se pode negligenciar o fato de que a escolha e confiança em determinadas fontes parte do jornalista. Abramo (2004: p. 32) declara:

Não é incomum perceber que às vezes os responsáveis pelos órgãos cometem erros – aí sim, involuntários – porque passaram a acreditar integralmente nas matérias do próprio órgão, sem perceber que elas não correspondem à realidade.

Nas matérias sobre a onda de segurança em Joinville (cf Cap. 1) não apenas os jornalistas de *A Notícia* passaram a crer no mito criado, como também outros veículos de comunicação, autoridades locais e os próprios responsáveis pela Segurança Pública, tanto que desencadearam uma operação especial em resposta aos apelos da mídia. A divulgação do falso retrato falado do Maníaco da Bicicleta obriga a uma série de reflexões. Houve precipitação do jornalista que, em busca de um furo¹⁶, primeiro divulgou a fotografia? Houve intenção da fonte de que houvesse a divulgação oficiosa do retrato a fim de tranquilizar a população e dar

¹⁶ Notícia em primeira mão.

a impressão de que a polícia estava prestes a prender o estuprador? Ao confeccionar o falso retrato, a polícia apostou no silêncio de Aloísio Plocharski?

Ainda que tais perguntas fiquem sem respostas, o fato é que a imprensa limitou-se a voltar os holofotes sobre a autoridade policial que forneceu o retrato e passou então a assumir uma postura de defesa do inocente Aloísio Plocharski, nova peça no xadrez mítico do caso Maníaco da Bicicleta.

Chaparro (1994: p. 67), faz a seguinte observação acerca das fontes:

A permisividade ética os leva [as fontes] à prática freqüente do embuste planejado iludindo a boa-fé até de bons jornalistas, a fim de plantar nos jornais informações e versões que lhes interessam, ainda que falsas.

A falsa informação nada mais é que um boato e, por vezes, a imprensa – mesmo a que se auto-denomina não-sensacionalista – encarrega-se de difundir boatos, como o de que a polícia havia confeccionado um retrato falado do maníaco da bicicleta com auxílio de computador. Outro boato surgido do caso Maníaco da Bicicleta foi difundido via Internet e dava conta de que o autor dos estupros seria um jovem empresário, membro de uma das famílias mais tradicionais de Joinville. Ainda sobre boato, Chaparro (1994: p 65-66) escreve:

Dois atributos principais caracterizam o boato: 1) É antes de tudo uma informação: traz elementos novos sobre uma pessoa ou um acontecimento, ligados à atualidade; 2) destina-se a ser acreditado, quer seja falso ou verdadeiro. [...] O boato, em forma ou não de off, constitui-se instrumento de difusão de informações utilizado intensamente pelas fontes.

Alguém informou ao jornalista que primeiro divulgou a fotografia de Plocharski que aquilo seria o retrato falado do Maníaco da Bicicleta. Se a informação foi em *off*^{d7} ou não acabou por prejudicar uma pessoa inocente e nesse caso, tanto o jornalista (por ter dado crédito a sua fonte sem hesitar) quanto o informante erraram. No caso aqui em estudo, a vítima do erro manifestou-se, exigiu a reparação do dano. O mesmo ocorreu com as vítimas do caso

Escola Base, mas e quantas serão as pessoas lesadas por falsas informações ou por pré-condenações midiáticas que se calam diante de boatos que se transformam em notícias?

Traquina (2005:p130-135) enumera o que considera valores fundamentais do jornalismo: liberdade, verdade, credibilidade e objetividade. “A importância de manter a credibilidade leva a um trabalho constante de verificação dos fatos e da avaliação das fontes de informação”, explica o pesquisador português. A busca de “grandes histórias” da sociedade pós-moderna não justifica, portanto, a negligência ao rigor da apuração no trabalho feito pela imprensa. A compressão cada vez maior do espaço-tempo também não serve de desculpa para checagens apressadas e divulgação precipitada de boatos. Ao vislumbrarem a revolução tecnológica da informação, ainda em seu início, jornalistas experientes como Luiz Beltrão (1992: p. 146) acreditavam que as facilidades trariam mais tempo para que o jornalista pudesse dedicar-se à leitura e ao maior conhecimento a fim de aprimorar seu trabalho. A prática colocou por terra os sonhos de pessoas como Beltrão, pois as redações tornam-se mais enxutas e, não raro, um mesmo profissional, especialmente em jornais do interior, precisa dar conta da coleta de informações, da redação, fotografia e diagramação de suas matérias. O jornalista vê-se cada vez mais pressionado pelo tempo e pelo espaço limitado das páginas. Vive a cada dia a ânsia de fechar a edição e, no atropelo constante, acaba cedendo à tentação de estereotipar, mitificar, negligenciar checagens, ater-se a fontes oficiais. A receita de Beltrão (1992: p.157) continua necessária nestes tempos de novas tecnologias informacionais: as condições fundamentais ao exercício do jornalismo são liberdade e responsabilidade.

¹⁷ De off record, “sem gravar”. Informação extra-oficial, não confirmada.

2.4 O FALSO RETRATO

No dia 5 de novembro de 2000, a família Plocharski assistia à televisão quando foi surpreendida por uma notícia rápida no programa *O Fantástico*, mas que marcaria sua vida para sempre. O apresentador mostrou em primeira mão o retrato falado do Maníaco da Bicicleta, estuproador em série que agia em Joinville. Imediatamente, Aloísio e seus familiares reconheceram que o retrato era, na verdade a fotografia do jardineiro que não tinha nada a ver com os casos de violência contra mulheres.

O Maníaco da Bicicleta fez sua primeira aparição midiática em 7 de outubro, embora os estupros já viessem ocorrendo desde agosto. O estuproador torna-se um ícone da insegurança joinvilense e motiva uma campanha dos veículos de comunicação e lideranças da comunidade contra a onda de crimes na cidade. O resultado é a Operação Norte Seguro, com 163 policiais a mais na cidade e apoio de 2 helicópteros. O assunto joinvilense ganha espaço na mídia nacional. A Agência Estado divulga matéria no dia 4 de novembro de 2000. No Nordeste, o jornal Vale Paraibano, que vivia às voltas com os crimes praticados por Mizael Pereira da Silva, também identificado pela alcunha de “Maníaco da Bicicleta”, aproveitou a aparição do maníaco catarinense para associar as informações ao estuproador que agia no Rio Grande do Norte.

Jornal Vale Paraibano 4/11/00

Maníaco da bicicleta é procurado em Joinville

Uma grande operação policial foi deflagrada ontem em Joinville (SC), a 170 km de Florianópolis, na tentativa de prender o "maníaco da bicicleta", um homem que vem praticando estupros em série. Desde 31 de agosto, quando se inicia-

ram os ataques, o maníaco já estuprou cinco mulheres - entre elas uma estudante de 16 anos - e tentou violentar oito, que conseguiram fugir. Segundo relatos das vítimas, o estupro se aproxima em uma bicicleta, saca uma arma e as obriga a seguir até terrenos baldios, onde comete o crime.

Note-se que a nota não deixa claro que o maníaco procurado em Joinville não é o mesmo de Natal. O título já serve para despertar o interesse dos leitores que acompanham o caso do estupro nordestino e podem facilmente deduzir que o maníaco poderia estar agindo também no Sul do país.

A divulgação do novo retrato falado do maníaco pelo *Fantástico* pegou de surpresa também os jornalistas de Santa Catarina que não puderam dar o furo sobre o assunto policial mais comentado do Estado naquela época. Na segunda-feira, dia 6, a imprensa estadual cobrou das autoridades policiais a “traição” de ter divulgado antes para a imprensa nacional um fato tão importante para os catarinenses. Em troca, receberam amplas informações que confirmaram a confecção de um novo retrato do maníaco, com o auxílio de computador e que deveria facilitar a captura do estupro. Já na capa da edição do dia 7, o jornal *A Notícia* divulga o retrato com a chamada “Procurado” e explica que a Deic (Delegacia de Investigações Criminais) usou computador para “conseguir maior fidelidade das características do maníaco”. Obedecendo à tendência adotada semanas antes, de encaminhar as matérias relacionadas à segurança para a editoria de geral, *A Notícia* também publica a reportagem sobre o novo retrato fora da editoria policial.

A Notícia

Joinville - Terça-feira, 7 de Novembro de 2000 - Santa Catarina - Brasil



esclarecer
[AN_CIDADE](#)

aprendem mais
doença: Hospital
São José realiza
com famílias para
dúvidas.

Procurado

- Divulgado novo retrato falado de maníaco: Deic usou computador para conseguir maior fidelidade das características do "maníaco da bicicleta".

[GERAL](#)

Fonte: [Climerh](#)

Nevoeiros no amanhecer. Sol e poucas nuvens durante o dia.

Máx: **25 °C**

Min: **07 °C**

Inscriva-se com seu e-mail e receba as manchetes do dia

Figura 3 – Capa A Notícia on-line 7/11/00

A Notícia 7/11/2000

Divulgado novo retrato falado de estuprador

Deic usou computador para conseguir maior fidelidade das características do

"maníaco da bicicleta"

Joinville - As investigações na tentativa de identificar e localizar o "maníaco da bicicleta" intensificaram (sic) desde a semana passada, com a coordenação de uma equipe de policiais da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic). Comandados pelo diretor da Deic, delegado Dirceu Silveira Júnior, os policiais vão continuar em Joinville enquanto permanecer a Operação Norte Seguro, até 3 de dezembro. Os investigadores trabalham, desde ontem, com um novo retrato falado, desenvolvido com ajuda de computador e, por isso mesmo, com mais fidelidade às características, estatura mediana, loiro, olhos claros e dentes separados, aproximadamente 24 anos.

Desde setembro, ele já estuprou oito mulheres. Eles declararam, ainda, que ele é bem asseado, bem vestido e tem boa dicção.

De acordo com o delegado Silveira Júnior, o retrato falado computadorizado foi feito há mais de uma semana baseado em informações das vítimas. "Já temos três retratos-falados. A tendência é que eles venham a ser aperfeiçoados", disse ontem Silveira Júnior. Cerca de 100 homens já foram detidos pela PM e encaminhados à Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente como suspeitos dos crimes. No domingo, um suspeito com as semelhanças quase que idênticas às do maníaco foi detido e encaminhado à Delegacia da Mulher. Para surpresa das policiais, ele já tinha sido detido na semana anterior mas não foi identificado pelas vítimas.

PESADELO

A última vítima do suspeito foi a estudante P.C., 17 anos. Ela foi atacada na parada de ônibus na rua João Colin, na frente da antiga loja A Barateira, no centro, no dia 27 de outubro. Levada para a rua Benjamim Constant, no bairro América, teve a boca amordaçada e as mãos e os pés amarrados com fita crepe. Para esca-

par de ser violentada sexualmente, teve várias partes de seu corpo cortadas com estilete. Pela gravidade do caso e trauma sofrido, a estudante foi obrigada a sair de Joinville temporariamente. De acordo com a mãe dela, P.C. foi para a casa de seus tios, em São Paulo e já está freqüentando um colégio na capital paulista.

O lugar predileto de o maníaco agir é no bairro América, zona nobre de Joinville. Ele costuma andar com uma bicicleta azul e às vezes usa boné. (Arlei Zimmermann)

Segurança espera resultados da Operação Norte Seguro em poucos dias

O secretário da Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, que coordena o Grupo Executivo de Segurança Pública Integrada (Gesp) esteve na noite de ontem no falando sobre a Operação Norte Seguro na Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij). Acompanhado do comandante da PM no Litoral, coronel Roque Heerdt, o secretário apresentou um relatório das primeiras ações na região, que iniciaram sexta-feira. Numa varredura, foi recuperado um veículo, encontrado (sic) quatro motores, apreendido uma arma e detida (sic) seis pessoas. **No entanto, apesar do** aporte de 140 PMs, 25 policiais civis, 11 motocicletas, mais um helicóptero e quatro veículos para investigação, o número de furto de veículos continuou na média: oito foram levados entre a sexta-feira e domingo. O secretário promete que as ações integradas surtirão efeito nos próximos dias.

A palavra de ordem da operação é integração. **Segundo Ramos de Oliveira,** o apoio e confiança da sociedade serão importantes para os resultados. "Joinville cresceu, é uma cidade cosmopolita e é necessário que as pessoas tenham cuidado", aconselhou, lembrando que o trabalho da polícia nunca será suficiente para eliminar a criminalidade por completo. Mas ele aponta que a tecnologia, com

um policial mais preparado deverá trazer os índices para níveis aceitáveis. "Com uma comunicação eficiente, a vigilância eletrônica e o trabalho integrado das polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal; além do envolvimento da Vigilância Sanitária, Secretaria da Fazenda e entidades representativas da sociedade conseguiremos **devolver a tranquilidade** para os joinvilenses", resumiu. Ele espera que após os 30 dias de operação o trabalho integrado continue.

Ainda na tarde de ontem, no auditório do 8º Batalhão da PM, o secretário promoveu um encontro com os representantes das forças policiais e dos órgãos de fiscalização que integram o Gesp. O objetivo era conhecer os representantes das diferentes instituições que estão engajadas na Operação Norte Seguro, além de estabelecer estratégias de atuação e comunicação conjuntas. A Secretaria da Fazenda colocará 10 fiscais na operação. O diretor da 13ª Regional de Saúde, Paulo Chagas, avisou que as emergências dos hospitais estão instruídas para comunicar qualquer ocorrência com vítima de violência. (Antônio Anacleto)

Ao afirmar já no título "Divulgado novo retrato falado do estuprador" e na linha de apoio: "Deic usou computador para conseguir maior fidelidade das características do 'maníaco da bicicleta'", o texto jornalístico em questão dá como certa a informação de que havia um retrato falado mais fidedigno do estuprador.

O jornalismo, além de abrigar em seu bojo as relações interdiscursivas, ou seja, relações com discursos mais abrangentes inseridos no contexto social, político, econômico e cultural, também abriga relações de intertextualidade e até de intratextualidade, como denomina Citelli (1994). Isso ocorre porque as notícias veiculadas pelos jornais costumam ter um prolongamento por dias seguidos. O caso "Maníaco da Bicicleta" não foi diferente. Houve um esforço midiático para transformar o caso em uma trama acompanhada dia após dia pelos lei-

tores catarinenses. Cada texto era continuação de outro anterior, sempre com a pressuposição de que o leitor estivesse por dentro do desenrolar dos fatos.

No texto acima, algumas marcas evidenciam este caráter de continuidade. A palavra “desde” é uma dessas marcas, assim como o verbo continuar, no primeiro parágrafo da matéria em “desde a semana passada”; “os policiais vão continuar”; “desde ontem”; “desde setembro”.

Observe-se que, no mesmo parágrafo, há três ocorrências da palavra “desde” que remete a textos anteriores. Pressupõe-se que o leitor esteja acompanhando o caso há mais tempo. O uso do adjetivo “novo” para qualificar o substantivo “retrato falado” leva a pressupor, mesmo para quem toma o primeiro contato com o caso, que já existiram outros retratos anteriores a este.

Para Ducrot, apud Koch (2000: p. 61), a pressuposição é um tipo particular de ato ilocucionário que funciona como um certo modo de propor regras para um discurso posterior. Depois de rever suas próprias teorias, Ducrot afirma que o pressuposto pode estar marcado no enunciado, como no caso acima descrito, mas também pode não aparecer senão numa interpretação fundada nas condições de enunciação. Segundo Koch (2000: p. 61):

Nessa nova formulação, a pressuposição se define, basicamente, pela lei de encadeamento: só se encadeia sobre o posto, sendo a informação pressuposta apresentada não como o tema do discurso ulterior, mas apenas como o quadro no qual ele irá se desenvolver. A noção de subentendido passa a ser reservada para designar os efeitos de sentido, aqueles que surgem na interpretação, perguntando-se por que o locutor disse o que disse, e quando se considera tais razões como parte integrante do que foi dito.

A utilização das aspas, ao designar o “maníaco da bicicleta”, funciona como um indicador de modalização. Segundo Maingueneau (2002: p.160): “Para que as aspas sejam decifradas adequadamente, é necessário uma convivência mínima entre enunciador e leitor”. Portanto, ao utilizar aspas para a expressão “maníaco da bicicleta”, o jornalista reitera o acordo tácito entre o jornal e o receptor da notícia de denominar o estuprador em série com tal

alcunha. Diz ainda Maingueneau: “Por seu lado, o leitor deve construir uma determinada representação do universo ideológico do enunciador para conseguir ter sucesso na interpretação pretendida.” Ora, as matérias anteriores acerca do maníaco e sobre a onda de insegurança em Joinville já haviam construído o prévio cenário bem como as características do personagem central do caso.

O jornalismo trabalha o tempo todo com pressuposições, subentendidos e intertextualidades, inclusive com outros meios de comunicação de massa como a TV, e principalmente intratextualidades, ou seja, os textos anteriores do mesmo veículo.

Ao afirmar que o novo retrato falado foi desenvolvido com *“ajuda de computador e, por isso mesmo, com mais fidelidade às características - estatura mediana, loiro, olhos claros e dentes separados, aproximadamente 24 anos”*, o jornalista está mais uma vez compactuando com a criação de uma realidade que, como se provou no dia seguinte, não passava de um engodo. Adiante se verificará que o editorial publicado no dia 9 de novembro de 2000, após vir à tona a informação de que o retrato falado era na verdade a foto do inocente Aloisio Plochanski, simplesmente desconsidera a afirmação da fonte oficial, pois não questiona a mentira “retrato falado feito com auxílio de computador”. O editorial contenta-se em aceitar a desculpa da fonte de que se tratava de material para uso interno, mas não discute o fornecimento de uma informação incorreta.

Outra prova de que a fonte oficial mentiu deliberadamente sobre o falso retrato falado e que poderia servir de arguição ao editorial está no trecho:

“De acordo com o delegado Silveira Júnior, o retrato falado computadorizado foi feito há mais de uma semana baseado em informações das vítimas. “Já temos três retratos-falados. A tendência é que eles venham a ser aperfeiçoados”, disse ontem Silveira Júnior.”

Numa reflexão mais aprofundada, o leitor mais atento bem poderia supor que ao não questionar a deliberada incorreção dos fatos informados pela fonte oficial na matéria de 7 de novembro, o editorial estaria aludindo a uma “invenção” do repórter. Espaço polifônico por natureza, o texto jornalístico trata de eximir-se de algumas afirmações, explicitando suas fontes. Este artifício, além de utilizado no próprio texto, também serviu para eximir o veículo da culpa por responsabilizar um inocente pelos estupros, como adiante se verá no editorial. A polifonia, conforme explica Koch (2000), evidencia a presença de diversos enunciadores, mesmo quando o locutor é único. É o que ocorre na frase: *“Eles declararam, ainda, que ele é bem asseado, bem vestido e tem boa dicção.”* “Eles” refere-se aos policiais e o marcador “ainda” serve para introduzir novos argumentos que contribuem para a construção do personagem “Maníaco da Bicicleta”: bem asseado, bem vestido e com boa dicção.

O texto também traz a “voz” da mãe de uma das vítimas:

De acordo com a mãe dela, P.C. foi para a casa de seus tios, em São Paulo e já está freqüentando um colégio na capital paulista.

O lugar predileto de o maníaco agir é no bairro América, zona nobre de Joinville. Ele costuma andar com uma bicicleta azul e às vezes usa boné.

No trecho acima, o jornalista introduz argumentos para a construção do personagem: a zona nobre da cidade como local predileto de suas ações, a bicicleta azul para justificar a alcunha de “Maníaco da Bicicleta” e o boné. Algumas palavras escolhidas costuram o clima de tensão da história, a começar pelo subtítulo “Pesadelo”. Depois aparecem “atacada”, “gravidade do caso”, “obrigada a sair de Joinville”.

Embora trabalhe o tempo todo com afirmações, o texto acima, ao ser desmentido pelo editorial analisado a seguir, tem como principais válvulas de escape dois artifícios semânticos: a polifonia e a pressuposição, pois ambos permitirão que o jornal exima-se da culpa pela acusação de um inocente enquanto joga a responsabilidade do dito sobre a fonte oficial.

Tal constatação vai ao encontro do que observa Maingueneau (2002): o discurso é uma organização situada para além da frase, que mobiliza estruturas de uma outra ordem que as da frase.

São os recursos semânticos da polifonia, dos pressupostos e subentendidos que permitirão ao jornal desmentir seu próprio texto, desconstruir a realidade anteriormente construída por suas próprias afirmações.

Ao acoplar a matéria sobre o novo retrato falado à retranca “*Segurança espera resultados da Operação Norte Seguro em poucos dias*”, o jornal mais uma vez fortalece a ligação intratextual entre o caso do Maníaco da Bicicleta e a situação de insegurança dos joinvillenses. A retranca traz resultados da Operação Norte Seguro, mas não deixa de observar que: “No entanto, apesar do aporte de 140 PMs, 25 policiais civis, 11 motocicletas, mais um helicóptero e quatro veículos para investigação, o número de furto de veículos continuou na média: oito foram levados entre a sexta-feira e domingo.” Os adversativos “no entanto” e “apesar” levam a inferir que a operação policial ainda não obteve os resultados esperados. A frase: “O secretário promete que as ações integradas surtirão efeito nos próximos dias” quando relacionada à matéria principal acerca da divulgação do novo retrato do maníaco parece cumprir a função de assegurar para breve a captura do maníaco, personificação do estado de insegurança da cidade arquitetado pela campanha midiática anterior.

2.5 COERÊNCIA EM CIMA DO MURO

Enquanto o texto noticioso busca a isenção e a impessoalidade, embora as marcas da intenção estejam sempre presentes, o editorial é argumentativo por natureza e busca decla-

radamente o convencimento. Para Bahia (1990: p. 104), o objetivo do editorial é a racionalidade e não induzir à paixão. Na prática, contudo, os editoriais podem também servir exclusivamente aos interesses do veículo de comunicação.

No caso específico do texto argumentativo no veículo jornal, há que se levar em conta o suporte da mensagem. Como lembra Maingueneau (2002: p. 71): “O suporte não é acessório. [...] O mídiun não é um simples meio de transmissão do discurso, mas imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer.” O jornal, por seu caráter axiomático, tem no editorial um espaço privilegiado de manifestação de opinião e, sobretudo, de convencimento do público leitor. No texto a ser analisado em seguida, a intenção do editorial não é outra se não eximir o jornal da culpa pela divulgação de um falso retrato falado. O texto remete a culpa à fonte oficial, mas ameniza o erro desta quando não questiona os motivos da divulgação errada.

Para Koch (2000:p.19):

O ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.

A argumentação do editorial é ainda mais carregada de intencionalidade e do que Koch (2000) chama de “ato ilocucionário da argumentação”, ou seja, a pretensão de impor ao destinatário um certo tipo de conclusão como a única direção na qual o discurso pode ter seqüência. Ou, como observam Perelman et Obrechts-Tyteca apud Citelli (1994: p.65): “A argumentação é uma ação que tende a modificar um estado de coisas preexistentes.” No caso específico do editorial de *A Notícia* (9/11/2000), o objetivo é modificar a impressão que o leitor teve após a divulgação do retrato falado de um inocente, acusado de estupro, afinal tal constatação dos leitores poderia arranhar seriamente a credibilidade do veículo. Observe-se que desde o primeiro parágrafo o editorial imputa a culpa pelo erro à fonte oficial ao mesmo

tempo em que tenta justificar o erro da polícia. Uma forma de ficar bem com os leitores e com a fonte ao mesmo tempo.

A Notícia 9/11/00 /Editorial

O caso do retrato falado

A admissão da precipitação em divulgar um retrato falado baseado totalmente na foto de um inocente - conforme comprovado ontem na edição de A Notícia - e a garantia de recolher os fotos do suspeito de ser o popularmente "**Maníaco do Parque**" podem não ser suficientes para amenizar os prejuízos sofridos pelo cidadão acusado injustamente. No entanto, a alegação de que o retrato falado era para utilização interna e jamais para a distribuição à imprensa, não deixa de ser uma atitude elogiável. Com certeza, o erro foi imenso, mas não deixa ser um avanço as tentativas de repará-lo. E, principalmente, que sirva de lição para casos semelhantes a ser investigados pelas forças policiais.

Se fosse mantida a versão da "coincidência" entre o retrato falado e a fotografia de Aloísio Plochanski, a própria Operação Norte, uma iniciativa louvável para combater o crescimento da criminalidade na região Norte de Santa Catarina, estaria abalada na credibilidade. A manutenção da falha poderia afetar ainda mais a credibilidade das secretarias estaduais de Justiça e Cidadania e de Segurança Pública, envolvida diretamente nas ações de reforço policial na região. Afinal, havia sido divulgado um retrato falado baseado na foto de um homem que já havia se apresentado em uma delegacia de polícia, sem ser reconhecido pelas vítimas.

A Operação Norte não foi implantada somente pelos ataques em série do estuprador. Evidentemente, a repercussão sobre os casos foi extrema e o "Maníaco da Bicicleta" acabou se transformando no ícone da insegurança. A conclusão até faz sentido, pois são quatro casos confirmados de estupro e duas tentativas registradas. No entanto, os reforços policiais foram enviados pelo governo do Estado também pelo registro do crescimento de ocorrências em outras modalidades de crimes, como furtos e roubos.

Entidades empresariais chegaram a preparar um dossiê, entregue ao secretário de Segurança Pública, Antenor Chinatto. Como a edição de hoje de A Notícia aponta, o caso dos estupros em série detonou uma onda de boatos. Lamentavelmente, além de reforçar a sensação de pânico em Joinville, as falsas informações acabam atrapalhando as atividades de investigação. A cobrança pela população de respostas é saudável e faz parte dos direitos do cidadão. Equivocada é quando ocorre acompanhada de sensacionalismo.

Que as lições do episódio não fiquem restritas à aspectos meramente factuais. Com certeza, a tarefa de combate ao crescimento da criminalidade não cabem somente às forças repressivas, e sim à toda sociedade. No entanto, é necessário o reaparelhamento da polícia, principalmente em equipamentos para investigação técnica. É evidente que com auxílio da tecnologia a tarefa policial fica mais eficiente. Possivelmente, falhas como da divulgação do retrato falado baseado na fotografia de uma inocente poderiam ser evitados. É claro que não foi somente essa a causa do erro, mas a deficiência técnica da polícia é clara.

A utilização da palavra "admissão", já no início do texto, dita o tom do editorial, isto é, a imputação da culpa pelo engano à fonte oficial sem questionar em nenhum momento a responsabilidade do jornalista na escolha das fontes e checagem de informações. Em segui-

da, a palavra “comprovado”, causa a impressão de que o jornal precisou investigar, apurar o erro, quando na verdade isso não ocorreu. Foi a vítima do engano, Aloísio Plochanski, quem tomou a iniciativa de exigir que se desfizesse o equívoco.

Ao mesmo tempo em que aponta o erro policial, o jornal ameniza a acusação com o uso do operador “no entanto” para introduzir o argumento de que “a alegação de que a retrato falado era para utilização interna e jamais para a distribuição à imprensa, não deixa de ser uma atitude elogiável.” Ora, a matéria do próprio jornal, analisada anteriormente, deixava claro que a polícia declarou ter realizado um novo retrato falado, com auxílio de computador, justamente para dar maior fidelidade às características do suspeito. Mas o editorial não encara o uso da expressão “novo retrato falado” como uma mentira deliberada da fonte oficial e aceita, passivamente, a alegação de engano. Mais que isso, tenta convencer o leitor de que tudo não passou de mero equívoco.

Novamente o uso do operador *mas*, “operador argumentativo por excelência”, segundo Ducrot, introduz as desculpas para o erro policial: “Com certeza, o erro foi imenso, mas não deixa ser um avanço as tentativas de repará-lo.”

Interessante observar que involuntariamente, ao que parece, o editorial admite, no primeiro parágrafo, a alusão do caso dos estupros em série de Joinville ao caso similar de São Paulo, pois em vez de reportar-se ao “Maníaco da Bicicleta”, o editorial acaba citando o “Maníaco do Parque”. Esta alusão, ainda que involuntária, evidencia a atitude propositada da mídia de relacionar o caso joinvilense à repercussão nacional dos estupros cometidos por Francisco de Assis Pereira, em São Paulo.

O segundo parágrafo apresenta no enunciado, marcas claras de que a divulgação do retrato falado não se tratou de mero engano, portanto contradiz a própria argumentação do editorial de que houve um equívoco e não mentira deliberada da fonte oficial. A expressão “Se fosse mantida a versão da coincidência entre o retrato falado e a fotografia”, evidencia

que houve tentativa de utilizar a versão de coincidência. A mesma informação está pressuposta em “A manutenção da falha poderia afetar ainda mais a credibilidade das secretarias de Justiça e Cidadania e de Segurança Pública.” Do mesmo modo, a expressão “ainda mais” denota que a credibilidade das duas secretarias já estava afetada antes do incidente do falso retrato falado.

O texto noticioso de 7 de novembro, dois dias antes do editorial, mencionava:

No domingo, um suspeito com as semelhanças quase que idênticas às do maníaco foi detido e encaminhado à Delegacia da Mulher. Para surpresa das policiais, ele já tinha sido detido na semana anterior, mas não foi identificado pelas vítimas.

Isso indica que, ao divulgar o falso retrato falado para a imprensa estadual, a polícia já sabia que se tratava da fotografia de alguém que fora detido como suspeito, porém liberado ao não ser reconhecido pelas vítimas. Tratava-se do próprio Aloísio Plocharski.

No parágrafo seguinte, o editorial acaba reconhecendo que o Maníaco da Bicicleta foi transformado em ícone da insegurança (mas não diz que foi a própria mídia que operou tal mitificação). O jornal justifica a repercussão extrema do caso do estuprador com o argumento: “A conclusão até faz sentido, pois são quatro casos confirmados de estupro e duas tentativas registradas.” Novamente, com o uso do operador “no entanto” e do inclusivo “também”, o editorial introduz o argumento de que outros motivos, além do Maníaco, levaram à operação Norte Seguro.

Ao utilizar a frase “Entidades empresariais chegaram a preparar um dossiê, entregue ao secretário de Segurança”, o editorial enfatiza as demais causas que levaram à Operação Norte Seguro, além do Maníaco da Bicicleta, e assim vai construindo a imagem de boas intenções da polícia, de que a divulgação errônea da foto foi apenas um equívoco justificável em meio a tanto trabalho policial.

Por fim, o editorial lamenta o sensacionalismo em torno do caso do Maníaco da Bicicleta, atribui à sociedade parte da responsabilidade pelo combate à criminalidade e acaba por usar como desculpa para o erro policial a deficiência técnica. A aparição do Maníaco da Bicicleta nas páginas policiais a partir de 7 de outubro usou de artimanhas sensacionalistas desde o princípio (Cf Cap 1), tanto que palavras como “aterrorizando”, “setembro negro”, entre outras expressões foram utilizadas nas reportagens que tinham por finalidade desencadear uma campanha pelo reforço da segurança pública em Joinville.

Os lapsos de concordância e de uso da crase presentes no editorial levam também a algumas reflexões. O autor do editorial escreveu o texto com muita pressa, talvez sem tempo para revisar? Escreveu sob pressão no afã de encontrar desculpas para o erro policial? Ou foi mero descuido?

Estas observações sobre os dois textos em questão evidenciam como um discurso pode ser considerado coerente, se analisado de maneira isolada, e, ao mesmo tempo incoerente se contextualizado dentro da linha de continuidade que os jornais costumam adotar na exploração de certos assuntos. Um olhar mais atento sobre as marcas de intencionalidade pode render uma interpretação mais apurada dos textos jornalísticos e de suas relações com a sociedade na qual seu autor está inserido. No entanto, a leitura dos consumidores de notícias costuma ser rápida demais para evitar uma desconstrução crítica da realidade edificada pelos meios de comunicação. Manobras de adaptação de construções mitificadas como esta que o editorial aqui descrito possibilitam têm por finalidade salvaguardar a credibilidade dos veículos de comunicação que se auto-rotulam “não sensacionalistas”. Para alcançar o objetivo de firmar-se enquanto núcleo de poder sustentado pela credibilidade da opinião pública o jornalismo não hesita em utilizar estratégias de convencimento, seja em textos argumentativos como editoriais e colunas, seja através da linguagem referencial de seus textos noticiosos.

3. ESTRATÉGIAS SEMÂNTICAS E PRAGMÁTICAS NO JORNALISMO

*“O discurso não é jamais independente
de contexto e, portanto,
jamais é inocente.”*
(Van Dijk: 1996:202)

O jornal é um produto altamente perecível. Seu prazo de validade é um dia. Ao amanhecer, nova edição estará nas mãos dos leitores. Isso implica uma incorporação ao cotidiano, uma relação diferente da que ocorre quando se compra um livro ou uma pintura. O jornal é lido às pressas e, normalmente, a relação entre um texto lido ontem com outro do dia atual é bastante superficial, limitando-se ao enredo do caso e não aos detalhes. Tais características levam a supor que, para a maioria dos leitores, a interpretação de casos como o Maníaco da Bicicleta ocorre de maneira incompleta, pela falta de um olhar mais atento à contextualização das informações, contraditórias por vezes, descontínuas quando deixam de questionar informações anteriores publicadas pelo mesmo veículo, repletas de intencionalidade. Uma das

conseqüências da interpretação superficial é a manutenção da credulidade nos mitos criados pela imprensa e do poder outorgado aos meios de comunicação enquanto guardiões morais da sociedade.

Moura (2000, p. 59-60) observa que as pesquisas em semântica estão enraizadas em duas tradições opostas: a que ele chama de semiológica, em alusão a Saussure, e a lógica:

O que chamei aqui de tradição semiológica analisa a significação na língua natural como um sistema de regras sobre o tipo de relação que as palavras mantêm entre si. A tradição lógica, por sua vez, está essencialmente envolvida com a relação entre o sentido dos enunciados e os conceitos de verdadeiro e falso, que por sua vez estabelecem o elo entre a linguagem e o mundo.

Para explicar melhor como se dá a passagem do sentido para a referência, a tradição lógica, segundo Moura (2000, p 61-62), caminha na direção de incorporar elementos contextuais na significação o que, para o autor, reabre as discussões acerca dos limites entre semântica e pragmática. Os textos analisados até aqui acerca da cobertura jornalística de *A Notícia* no caso Maníaco da Bicicleta evidenciam o quanto semântica e a pragmática complementam-se para desnudar significados que passariam despercebidos em uma leitura superficial. Para Van Dijk (1996: p. 80-81), “o contexto é, ao mesmo tempo, uma abstração teórica e cognitiva, isto é, derivada da verdadeira situação físico, biológica, etc.” Para o pesquisador holandês, a compreensão pragmática se dá paralelamente ao processo relativo de compreensão semântica, no qual o conhecimento prévio do contexto é importante para a interpretação de cada sentença. “Paralelamente à noção de pressuposição, então, podemos introduzir a noção de pré-condição pragmática, definida como uma propriedade contextual”, constata Van Dijk.

A compreensão da mensagem jornalística, ou qualquer outra, envolve conhecimento prévio, ou seja, o repertório de informações acumuladas pelo leitor. Como a leitura de jornal costuma ser rápida, é natural que os leitores retenham na memória apenas as informações mais relevantes. É com base nisso que o jornalista, em coberturas como o do Maníaco da

Bicicleta, trabalha com a certeza de que seu leitor já conhece os fatos principais sobre o caso em questão. Dados como a alcunha do estuprador, seu modo de agir, número de vítimas, figuram entre as informações relevantes que, supõe-se, os leitores retiveram na memória. Por outro lado, o jornalista conta com a leitura não tão atenta de seu público para ignorar o detalhamento de informações contraditórias. Como se viu no capítulo anterior, o editorial que trata a divulgação do falso retrato falado como um “engano” da fonte policial deixa de questionar o fato de que matéria divulgada pelo mesmo veículo no dia 7 de novembro de 2000 dava como certa a informação, como se comprova no trecho: “De acordo com o delegado Silveira Júnior, o retrato falado computadorizado foi feito há mais de uma semana baseado em informações das vítimas.”

A ação jornalística, portanto, leva em consideração a mesma conclusão de Van Dijk (1996: p. 82), ou seja, de que num processo cognitivo rápido, os contextos pragmáticos são estruturados hierarquicamente. O texto jornalístico, desde a concepção da pauta, passando pela estruturação dos parágrafos até a posição da matéria na página leva em conta o que Van Dijk denomina de estrutura relevante. O que o jornalista julga mais importante aparece em primeiro plano na pirâmide invertida. Tal disposição visa a favorecer a retenção contextual do leitor, privilegiando as informações que o jornalista deseja que sejam retidas em detrimento daquelas que podem ou “devem” ser esquecidas pelo leitor. Embora a maioria dos textos da cobertura do Maníaco da Bicicleta seja localmente coerente, a incoerência aparece quando se considera todo o contexto em que foram produzidos. Van Dijk (1996: p 69-70) faz uma série de observações que ajudam a compreender as estratégias semântico-pragmáticas existentes na cobertura jornalística ou em outros textos.

Os discursos são, em princípio, caracterizados por um significado global ou macroestrutura, que formaliza o tema ou tópico do discurso como um todo. Tal estrutura pode ser freqüentemente expressa por títulos ou cabeçalhos, ou por posição temática inicial ou por sentenças sintéticas finais. As proposições das macroestruturas são derivadas por macrorregras (tais como supressão, generalização e construção) a partir das proposições expressas pelo texto e do conhecimento ativado do mundo. Sem uma macroestrutura semântica, mesmo que fragmentária, não há coerência global, e

portanto nenhum tema para o discurso. [...] O significado global do discurso tem uma dupla função: fornece o conteúdo semântico para as categorias esquemáticas que são típicas de um gênero específico de discurso e, ao mesmo tempo, fornece base para o estabelecimento da coerência local. É que a macroproposição contém os conceitos pelos quais o conhecimento do mundo associado (scripts) é ativado para interpretar as sentenças e palavras do discurso.”

Sabedor, ainda que de modo empírico, de como funciona o mecanismo de assimilação de informações do público consumidor de notícias, cada veículo de comunicação pode utilizar a estruturação de seus textos de modo a criar mitos, convencer, construir realidades como a da onda de insegurança em Joinville ou fugir da responsabilidade por erros de informação. A credibilidade do veículo fica resguardada pela coerência local, nível perceptível ao leitor.

Dissociar a semântica da pragmática nos estudos de textos jornalísticos é, por conseguinte, deixar de levar em consideração o contexto mais amplo em que está inserida a informação noticiosa. Como ficou exposto no capítulo anterior, a notícia, apesar de utilizar-se da função referencial da linguagem, o faz, como no caso *Maníaco da Bicicleta*, com o intuito de convencer e até persuadir através de estratégias que vão da estruturação relevante (lead, pirâmide invertida), utilização de autoridades competentes para expor argumentos, manutenção do mito da imparcialidade e enunciados de caráter afirmativo. Ao discorrer sobre as estruturas da notícia na imprensa, Van Dijk (1996: p.122) observa:

Assumimos que há uma relação sistemática entre texto noticioso e contexto. Assim, parece plausível que as formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso tanto por jornalistas quanto por leitores, de outro.

De fato, a construção de realidades e mitos pelo jornalismo nem sempre é algo planejado antecipadamente e com finalidades bem determinadas pelos jornalistas. As intenções por trás de tais construções podem ser do proprietário do veículo e nem sempre percebidas pelos repórteres/editores, mas podem também ser mecanismos para simplesmente atrair e

manter acesa a atenção do comprador de jornais. Os mitos noticiosos podem ainda, assim como as matérias estereotipadas, integrar um tácito acordo com o leitor que espera por determinados assuntos para realizar seu processo catártico de enfrentamento dos problemas cotidianos. Contando com este “acordo tácito” é que o jornalismo consegue driblar até mesmo flagrantes erros de informação e assegurar seu maior patrimônio: a credibilidade, como se verá adiante nas matérias de repercussão sobre o falso retrato falado do inocente Aloísio Plochanski.

Moura (2000: p.66) observa:

A fronteira entre semântica e pragmática é normalmente traçada a partir da noção de contexto. A significação que independe do contexto é colocada no campo da semântica e a significação contextualmente dependente é colocada no campo da pragmática. O problema é que uma definição precisa de contexto raramente é fornecida, e a divisão entre semântica e pragmática continua muito fluida.

Tão fluida é a divisão entre semântica e pragmática que se torna impossível ter uma compreensão aprofundada do texto jornalístico sem que se considere ambos os campos. Na tentativa de avançar na possibilidade de delimitação das atribuições pragmáticas e semânticas, Moura estabelece que a primeira envolve crenças do interlocutor que delimitam o contexto de sua interpretação. Portanto, para Moura (2000: p. 76), os contextos que não dependem dessa atribuição de crenças não são pragmáticos, mas definidos no componente semântico, em função da dinâmica do discurso. O conjunto de contextos equivale, para Moura, às informações compartilhadas que permitem a interpretação de uma sentença. Devemos considerar então, além das pressuposições semânticas – deduzíveis a partir do texto – as pressuposições pragmáticas decorrentes de crenças compartilhadas inseridas em fenômenos mais gerais de comunicação.

Uma das principais estratégias pragmáticas do jornalismo é justamente a que considera a pressuposição de que o consumidor de notícias atribui crédito ao que lê nos jornais. Sustentar o mito da credibilidade é cuidar para que tal pressuposição pragmática atue sobre os

leitores em favor da manutenção do poder da imprensa. Moura (2000: p 102-103) reserva o termo “pressuposição pragmática” a fenômenos mais amplos da comunicação:

Desde que o uso lingüístico envolva a atribuição de crenças aos interlocutores, estamos no campo da pragmática. Mas a referência ao contexto (especialmente aquele organizado no conhecimento compartilhado) pode receber um tratamento semântico, como o caso da pressuposição parece mostrar. Ademais, é preciso reservar o termo ‘pressuposição pragmática’ para fenômenos muito mais gerais da comunicação. Para que uma interação ocorra, certos ‘pressupostos pragmáticos’ devem ser obedecidos, seja em relação à interação em geral, seja em relação ao ato de fala específico que se pretende realizar.

Para Chaparro (1994: p.18), “a conexão teórica entre jornalismo e pragmática está assentada no reconhecimento de que a utilização da língua não se reduz a produzir um enunciado, senão que esse enunciado é a execução de uma ação social.” Van Dijk (1996: p.17) também assinala que: “já que intenções estão envolvidas no discurso, estamos lidando não só com objetos lingüísticos, como também com os resultados provenientes de algum tipo de ação social.”

Ao traçar um modelo cognitivo de compreensão e produção de discurso, Van Dijk (1996: p 22-31) relaciona a compreensão de cada palavra em uma oração a sua estrutura funcional dentro do todo que abrange os níveis sintático e semântico. Em vez do modelo estrutural convencional de processamento, Van Dijk enxerga um modelo estratégico no processo de compreensão e produção discursiva. A diferença principal entre os dois modelos é que, na concepção estratégica, não há garantias de êxito, mas sim hipóteses operacionais que podem ou não funcionar da maneira pretendida. Isso implica que, além dos componentes textuais, há que se considerar as características do usuário da língua, seus objetivos, seu repertório de conhecimentos prévios. Os leitores de textos jornalísticos estão inseridos na convivência com determinados tipos de discurso, costumam ter conhecimento prévio dos assuntos que continuam em pauta por mais dias, dominam a maioria das expressões lexicais utilizadas, ou seja, detêm uma familiaridade com o veículo noticioso.

Estabelecer a coerência local (em nível do texto) e global (em relação de maior abrangência com o tema) são, para Van Dijk duas subestratégias principais no modelo cognitivo de compreensão e produção de discurso.

Um modelo de situação pode incorporar experiências prévias e, conseqüentemente, também bases textuais com as mesmas ou semelhantes situações. Ao mesmo tempo, o modelo pode incorporar instanciações de conhecimento mais geral da memória semântica sobre tais situações. Compreende-se que essa representação é continuamente combinada com o que já sabemos sobre situações semelhantes, isto é, com o modelo episódico. Esse processo é importante, já que ele nos permite limitar a base textual às informações expressas ou implicadas pelo próprio texto, sem ter que intrometer dentro dele grandes quantidades de conhecimento. Será pressuposto que esse conhecimento episódico e semântico está integrado dentro do modelo situacional mais completo com o qual a base textual é continuamente comparada. Isto significa que a compreensão está restrita a uma avaliação da base textual, não somente com respeito à coerência local e global, mas também com respeito ao seu modelo situacional correspondente. (Van Dijk: 1996: p 24-25)

Estrategicamente, portanto, o jornalista - que também reflete os hábitos da profissão, ou seja, seu conhecimento prévio da técnica de utilizar o discurso noticioso – recorre à mitificação de personagens e casos, perpetua estereótipos, como por exemplo, o de que maníacos são sempre vítimas de abuso sexual na infância, reforça mitos como o da imparcialidade e isenção da imprensa a fim de facilitar e pré-direcionar a compreensão de seu público leitor. A começar pela própria alcunha dada ao estuproador joinvilense, “Maníaco da Bicicleta”, percebe-se um compromisso dos jornalistas com o repertório de situações semelhantes a que já estiveram submetidos os leitores. O apelido remete ao então recente caso do “Maníaco do Parque”, como evidencia o lapso verbal cometido já no primeiro parágrafo do editorial de 9 de novembro de 2000, dominado “O caso do retrato falado” (cf cap 2).

Da mesma forma, o leitor de jornais espera encontrar nas páginas noticiosas o discurso ao qual está acostumado e as situações similares àquelas que já conhece de outros textos jornalísticos. Este sistema de controle do modelo proposto por Van Dijk permite que todas as estratégias estejam direcionadas à produção de informações, tais como representações semân-

ticas, pragmáticas, interacionais compatíveis com os objetivos gerais da compreensão.

Segundo Van Dijk (1996: p. 26):

É óbvio que a maior parte da compreensão do discurso envolverá crenças e avaliações pessoais. Sem estas, certos tipos de coerência local e global podem não ser estabelecidos porque podem pressupor crenças pessoais.

Não há, pois, como separar, na compreensão de um texto jornalístico, os componentes semânticos dos pragmáticos e, portanto, deixar de considerar as intenções subjetivas de quem escreve, dos efeitos que visa a produzir com seu discurso, conforme observa Koch (1993: p. 33). No jornalismo, a interação entre quem escreve e quem lê é direcionada pelas estratégias de produção de discurso do jornalista ou do veículo a quem representa, afinal, o repórter precisa prever a reação do consumidor de notícias, precisa antever o repertório de informações compartilhadas de seu público para garantir a rápida absorção das informações que publicará na edição do dia seguinte. O jornalista sabe, de antemão, que seu texto estará diante de um destinatário apressado, que confia na veracidade dos fatos ali apresentados, que espera por figuras estereotipadas que facilitem sua compreensão. Mesmo em situações inesperadas, como a denúncia do uso indevido da fotografia de um inocente em lugar do retrato falado de um estuprador, a estratégia jornalística é a de antever a reação de seu público e evitar o descrédito no veículo.

No caso do Maníaco da Bicicleta, evidenciado o erro de informação, a estratégia adotada pela imprensa passa a ser a de imputar a culpa à polícia e assumir papel de defesa do inocente Aloísio Plochanski. Como exposto no capítulo 1, o fato novo, ou seja, a evidência da falsa informação, não destruiu o mito construído, apenas modifica sua forma. Tal mecanismo de manipulação só é possível dado o domínio das estratégias semântico-pragmáticas do discurso jornalístico. Chaparro (1994: p. 17) constata:

No jornalismo, as ações, os fazeres e seus textos são de alta complexidade, pois se trata de um processo social e cultural de intermediação, com múltiplos emissores produtores (de informações e opiniões) e receptores usuários.

3.1 DA PRAGMÁTICA À ÉTICA

Se na produção e na compreensão de um texto jornalístico concorrem componentes semânticos e pragmáticos, ou seja, se o jornalista adota – seja por força do hábito, seja por obediência às técnicas ou por deliberação do veículo – estratégias que direcionam a compreensão das notícias, então é impossível eximir o jornalista e o veículo da responsabilidade pelas realidades que ajuda a construir cotidianamente.

Chaparro (1994: p. 22) estabelece:

- a) O jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis - portanto fazeres combinados com intenções.
- b) Porque as ações são conscientes, controláveis e intencionadas, cada jornalista é responsável moral por seus fazeres.
- c) Se uma intenção se refere unicamente à execução de um fazer, então as intenções dos fazeres jornalísticos estão necessariamente vinculadas aos motivos éticos próprios do jornalismo.

Tais considerações implicam admitir que, ao dar crédito à fonte policial e divulgar como retrato falado do estuprador a fotografia de um inocente, houve, em algum momento, a decisão deliberada e consciente do jornalista, seja por excesso de confiança na fonte oficial, seja por vontade de dar um furo jornalístico, seja por necessidade de suprir seu público leitor com a complementação de uma informação que já havia sido divulgada na televisão. Implica ainda admitir que, ao construir a realidade de uma onda de crimes em Joinville, sem questionar as estatísticas contraditórias (cf tabela 1), houve uma ação consciente de ocultação da realidade. Da mesma forma, ao ignorar os assaltos em ônibus do transporte coletivo e ao valorizar o personagem Maníaco da Bicicleta como símbolo da insegurança joinvilense, houve deliberada intenção do veículo em mover a atenção de seus leitores para uma “novela da vida real” capaz de alimentar a curiosidade dos consumidores de notícias por vários dias.

As atitudes exemplificadas acima não trariam motivos a quaisquer ponderações, se fizessem parte da literatura ficcional. Ocorre que as decisões tomadas por jornalistas e veí-

culos a que representam estão diretamente relacionadas a pessoas de verdade ou, como observa Chaparro (1994: p.23):

O jornalismo é o elo que, nos processo sociais, cria e mantém as mediações viabilizadoras do direito à informação. Eis aí o vínculo com o princípio ético universal que deve orientar a moral das ações jornalísticas e em função do qual o jornalista assume a responsabilidade consciente por seus fazeres profissionais.

Em momento algum, como se comprovará nas matérias jornalísticas que adiante ilustram esse capítulo, houve reconhecimento de erros e falhas por parte da imprensa no episódio do falso retrato falado. A preocupação evidente foi sempre a de eximir o veículo de comunicação de qualquer responsabilidade sobre o ato. Em que pese a contrapartida de dar voz à família Plochanski, ainda assim não houve mudança na estratégia de mitificação e construção do real, apenas a adição de um novo personagem à trama.

Por vezes, ao buscar uma interação mais efetiva com o leitor, através do atendimento a suas expectativas e da facilitação de sua compreensão dos textos jornalísticos incorre-se em escorregões éticos. A maioria dessas infrações aos princípios da ética jornalística passa despercebida. Só vem realmente à tona e possibilita reflexões como as que motivaram esta pesquisa quando provocam profundas transformações na vida das pessoas. É o que aconteceu no caso Escola Base, por exemplo. No afã de nutrir o consumidor de notícias com enredos envolventes, atrativos, muitas vezes as estratégias discursivas adotadas levam ao desrespeito ao que deveria ser o objetivo máximo de todo jornalista e, mais que isso, de todo veículo de comunicação noticiosa: o direito à informação. O artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos determina:

Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui o de não ser molestado por causa de suas opiniões, o de investigar e receber informações e opiniões e o de difundi-las sem limitação de fronteiras por qualquer meio de expressão. (www.dhnet.org.br, acessado em 10 jan. 2006)

O que muitas vezes os veículos noticiosos esquecem é que o direito à informação refere-se tanto a possibilidade de difundir como a de receber informações. Caharro (1994: p. 82) assinala que:

Quando um jornal ou um jornalista subtrai a verdade ao leitor, ou o ilude com artifícios e falsas intenções, o direito à liberdade de informação está sendo vilipendiado.

Mais adiante, Chaparro (1994: p.108) é ainda mais enfático acerca da responsabilidade ética do jornalista e do veículo ao qual representa em relação às informações que divulga:

O escamoteio ou a distorção de informações, as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falsas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a freqüente prevalência dos objetivos de marketing sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com que se protege o erro e se faz a apropriação anti-social do direito à informação (direito do leitor) – são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, enquanto função social.

O desabafo de Chaparro, acima transcrito, em muito remete à cobertura do caso Maníaco da Bicicleta. O maníaco já nasce como fruto de informações distorcidas, visto que simboliza um estado de violência construído pela mídia. Algum interesse motivou as sucessivas pautas que criaram a onda de violência joinvilense. Isso não significa negar a ocorrência de crimes em 2000. Realmente ocorreram assassinatos, estupros, roubos, mas não na escala que a mídia fez parecer. Ampliar o impacto das ocorrências policiais, por si só, consiste em difundir informação falsa assim como aconteceu com a divulgação da fotografia de Aloísio Plochanski.

A acomodação jornalística também esteve presente na cobertura do caso o que se pode comprovar pela ausência na diversidade das fontes e excesso de confiança nas mesmas. É bem mais cômodo ouvir a fonte oficial. Também houve ocorrência de textos imprecisos, que fugiram da objetividade para incitar, através da opinião misturada à informação, a campa-

nha pela segurança. Vender mais jornais, segurar a atenção do público em relação ao desdobramento da campanha por segurança parece ter sido o interesse motivador que acompanhou o Maníaco da Bicicleta de seu surgimento até sua prisão, em 2002. De todas as falhas, porém, a da arrogância, da teimosia em esquivar-se do erro é a mais grave e a que suscita mais motivos para reflexão.

O jornalismo é feito por jornalistas, humanos, falíveis, mas na prática percebe-se o quanto é difícil admitir erros nessa profissão. Mesmo no espaço destinado às cartas do leitor, quando se trata de uma correção ao veículo, é comum encontrar, abaixo da missiva, uma Nota da Redação, justificando o próprio erro em vez de reconhecê-lo. No caso Maníaco da Bicicleta toda a culpa pela divulgação de uma informação errada, mais do que isso, de uma informação que incriminava um inocente, foi atribuída à fonte policial. Mas quem deu crédito à fonte? Por que uma entrevista apenas com o delegado e não com o “desenhista” do retrato? Na matéria que divulgou o falso retrato do estuprador, a autoridade policial admitiu que era um “novo” retrato, “melhorado com uso do computador”, “com mais fidelidade às características”, “o retrato falado computadorizado foi feito há mais de uma semana baseado em informações das vítimas”. Por que, diante de tais informações que *A Notícia* divulgou um dia antes da denúncia de Plocharski, não houve nas matérias seguintes um questionamento mais incisivo à fonte policial? Ao contrário, o editorial do dia 9 de novembro de 2000 prefere tratar o episódio como um engano da polícia, não como uma ação premeditada, planejada.

São razões como essa que tornam a Pragmática essencial na abordagem do discurso jornalístico, pois considera as implicações sociais dos enunciados. Chaparro (1994: p.113) lembra a constatação de Van Dijk que define o ato de fala próprio do jornalismo como o de asseverar, ou seja, afirmar. Ao afirmar na capa do jornal: “Divulgado novo retrato falado de maníaco: Deic usou computador para conseguir maior fidelidade das características do maníaco-

co da bicicleta” e, mais que isso, ao publicar na capa o falso retrato, o jornal está avalizando, com a credibilidade de seus leitores, a informação prestada pela fonte policial.

Outro ponto a questionar: se o falso retrato foi divulgado ainda no domingo pelo programa televisivo *Fantástico*, por que se insistiu no erro espalhando a fotografia de Plocharski através da imprensa escrita, em todo o estado? Ainda que se aceitasse a hipótese de precipitação do repórter televisivo em divulgar uma informação extra-oficial, tal erro foi oficializado no dia seguinte através da imprensa escrita. Por que a segunda-feira não foi utilizada para desfazer o equívoco? Uma hipótese aflora de tais perguntas quando relacionamos o episódio ao contexto mais amplo da campanha por segurança em Joinville. O Maníaco da Bicicleta tornou-se o bode expiatório, o símbolo da insegurança joinvilense. Caçá-lo, acuá-lo significaria mostrar que a polícia estava vencendo a batalha inventada pela mídia. O arдил poderia ter dado certo não fosse a resposta da família Plocharski.

E se a reação dos Plocharski diante do erro tivesse sido o silêncio? A cidade ficaria mais tranqüila por saber que a polícia estava prestes a prender o estuproador em série? Não poderia Aloísio ter sido vítima da vingança por parte dos familiares das vítimas? E por que a polícia enviou uma equipe à casa de Aloísio, para protegê-lo, logo após a divulgação do retrato pela Rede Globo e, ainda assim, espalhou o falso retrato para a imprensa estadual no dia seguinte? São perguntas para as quais as matérias que se seguiram à divulgação do falso retrato falado deveriam ter buscado respostas, mas simplesmente ignoraram tais questionamentos. Sonegaram informação ao leitor. Burlaram mais uma vez o direito à informação.

Ao relacionar pragmática e jornalismo, Chaparro (1994: p 113 e 116), inspirado em Van Dijk, afirma:

A conexão teórica entre jornalismo e Pragmática está assentada no reconhecimento de que “a utilização da língua não se reduz a produzir um enunciado senão que esse enunciado é a execução de uma ação social”. [...] Porque as ações são conscientes e têm conseqüências sociais relevantes, o jornalista é responsável moral por seus fazeres. [...] Dado que a razão ética primordial do jornalismo é a de viabilizar, asseverando, o acesso ao direito de informação, a estética significativa a ser alcançada pelo

jornalismo é a do relato veraz – isto é: o relato do que em verdade foi visto, ouvido e sentido pelo mediador.

As implicações pragmáticas do discurso só fazem elevar a responsabilidade jornalística pela função social de sua profissão. No dia a dia do ofício de contar histórias aos leitores é sempre um desafio aliar ética e estética. Embora assegurado por leis, códigos deontológicos e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito social à informação enfrenta uma série de obstáculos, como lembra Karam (1997: p.17). Tais obstáculos podem ser de natureza política, ideológica, econômica, cultural, mas não devem servir de desculpa para se evitar um caminhar constante em busca da superação e da realização dos reais objetivos do jornalismo.

3.2 – O DIFÍCIL CAMINHO DA ÉTICA

A divulgação do falso retrato falado do Maníaco da Bicicleta, na verdade a fotografia de um inocente, virou de cabeça para baixo a vida da família Plochanski. Seria, portanto, desperdiçar uma oportunidade singular de reflexão se esta pesquisa se escusasse de discutir implicações éticas para ater-se apenas às questões semânticas. Afinal, como ficou evidenciado neste capítulo, a pragmática estuda a utilização da língua dentro da esfera da ação social.

Se o jornalismo, por desempenhar uma função social, está tão intimamente ligado às questões éticas, posto que desde a concepção de pauta até a disposição da matéria nas páginas depende de escolhas pessoais, por que encontra tantas dificuldades para praticar os preceitos éticos? A resposta pode estar múltiplas interpretações dos códigos e na diferença de escala de valor para conceitos como exatidão e verdade, na rendição a interesses econômicos

ou, no caso brasileiro, na falta de mecanismos de cobrança de um comportamento ético condizente com a profissão.

Aprovado em 29 de setembro de 1985 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Código de Ética do Jornalismo Brasileiro fixa as normas para o exercício do jornalismo:

I – Do direito à informação

Art. 1 – O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2 – A divulgação de informação precisa é dever dos meios de comunicação pública independente a natureza de sua propriedade.

Art. 3 – A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social coletivo. [...]

II – Da conduta profissional do jornalista

Art. 7 – O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

A Constituição Brasileira (1988) assegura em seu artigo 220:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veiculação não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

No reconhecimento do direito social à informação reside, portanto, a vertente que deve orientar todo o trabalho jornalístico. Para o pesquisador Francisco Karam, o direito social à informação só tem sentido se estiver conectado a conceitos de valores como o de Liberdade ao qual só se pode chegar através da garantia de diversidade o que implica ouvir uma multiplicidade de vozes. (Karam: 1997, p 15-16). Essa polifonia que, por princípio, deveria ser característica essencial do discurso jornalístico, deixa a desejar quando se privilegiam as fontes oficiais. Por pressão do tempo, comodidade ou postura ideológica do veículo deixa-se escapar a oportunidade de ouvir outras vozes, de dar a conhecer outras versões de fatos para que o público tenha o trabalho de discernir, de analisar e tirar suas próprias conclusões. Cada vez mais, o que se vê, é um mover intencional da massa, através dos meios de comunicação, para determinadas direções. Os anos eleitorais ou pré-eleitorais deixam isso muito claro.

Para Karam (1997: p. 26) “a informação clara, precisa e diversa é fundamental para entender a complexidade com que se move o mundo [...] Esconder isso é um ato contra a humanidade e a favor de uma ética essencialmente particularista.”

É importante considerar a conceituação de ética, moral e deontologia, antes de prosseguir o estudo das implicações éticas do caso Maníaco da Bicicleta, afinal, os três conceitos, embora carreguem diferenças, aparecem imbricados no cotidiano do jornalismo. Recorra-se ao estudo de Karam (1997: p. 34) para tais definições. Por moral entende-se o conjunto de normas que reflete determinado comportamento na sociedade e que se incorporam ao seu cotidiano. A ética é a reflexão sobre o mundo moral dos homens, responsável por questionar permanentemente a conduta humana. A deontologia, do grego *deontos* (o que deve ser) é a normatização de regras e condutas morais.

Segundo Traquina (2005: p 87-88), as preocupações deontológicas no jornalismo começaram a existir nos fins do século XIX e se tornaram um fenômeno mais relevante no século XX. Conforme o pesquisador português, o primeiro código de conduta para jornalistas nos Estados Unidos surgiu em 1890, mas se tratava apenas de um conjunto de “máximas rudimentares”. O primeiro código deontológico escrito é da Suécia. Foi redigido em 1900, porém adotado apenas a partir de 1920. Em 1918, o Sindicato Nacional de Jornalistas, na França, aprova seu primeiro código deontológico, considerado por muitos pesquisadores o primeiro código oficial de jornalistas do mundo. A Federação Internacional de Jornalistas só adota um código de honra profissional em 1939. Karam (1997: p. 53) associa a preocupação ética com complexidade do fazer jornalístico:

A preocupação com a questão ética no jornalismo surge com a complexidade social e a complexidade crescente da mediação que os meios de comunicação exercem sobre a realidade. O jornalismo, ao reconstruir o mundo, ao mostrá-lo em sua diversidade de fatos e pluralidade de versões, trouxe algo inerente consigo: a necessidade de distinguir os acontecimentos de relevância pública e a responsabilidade de publicá-los, prevendo conseqüências e atendendo a princípios de pluralidade social. A preocupação com a questão ética surge ao mesmo tempo em que se tenta garantir e ampliar o direito social à informação.

Quando Cláudio Abramo (1988: p.109) destacou que “a ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista” deixou uma sábia lição. E como a maioria dos ensinamentos sábios, é em sua simplicidade que encontramos a grande dificuldade de levá-lo à prática. A frase de Abramo tem o mesmo valor do popular conselho: “Não faças aos outros o que não queres para ti mesmo”, mas no jornalismo, tal regra muitas vezes fica esquecida e a mídia assume papel de juiz que antecipa condenações. No entanto, conforme observa Karam (1994: p. 117), embora pose de juíza, a mídia se nega a ser objeto de discussão. Diante do erro, prefere imputar a culpa às fontes esquecendo que a responsabilidade do jornalista pela a informação é maior que a das pessoas não diretamente ligadas ao cotidiano jornalístico, inclusive as próprias fontes.

Karam (1994: p. 107) cita um estudo de Barroso Asenjo acerca de códigos deontológicos jornalísticos de diversos países do mundo. A análise constata que 100% dos códigos defendem verdade, objetividade e exatidão da informação de onde se retiram, pois, as bases para manter o mito da isenção que sustenta a credibilidade popular no fazer jornalístico. Se a ligação do jornalismo com a ética é tão essencial, por que os códigos deontológicos não são respeitados à risca? Há várias respostas possíveis, sem considerar a deliberada oposição aos códigos por conta de interesses particulares. O caráter subjetivo que leva a várias interpretações para conceitos expressos nos códigos pode ser um dos entraves a seu cumprimento total. “Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público”, por exemplo, é uma norma prescrita no código de ética dos jornalistas brasileiros, mas está atrelada a uma decisão pessoal, subjetiva, do jornalista: definir o que é de interesse público. No caso do Maníaco da Bicicleta, os estupros só apareceram na cobertura jornalística para complementar o cenário de insegurança que se havia instaurado. Os assaltos a ônibus do transporte coletivo, ocorrência mais frequente em Joinville em 2000, não foram alvo da mesma importância dada ao Maníaco da Bicicleta.

A subjetividade do código também gera contradições difíceis de resolver. Enquanto manda “divulgar todos os fatos de interesse público”, na alínea “a” do artigo 9, o Código Brasileiro manda também “respeitar o direito à privacidade do cidadão”, na alínea “g”. Negar-se a ser fotografado é um direito de todo cidadão suspeito de crime, no entanto, é comum a imprensa utilizar fotografias de suspeitos, com a colaboração dos agentes de polícia - antes de qualquer julgamento – para ilustrar as páginas policiais. Aloísio Plochanski sequer sabia que sua fotografia ia parar nos jornais e na televisão porque nunca foi consultado sobre a utilização da mesma. Ora, a divulgação do retrato falado de um estuprador em série é de interesse público, mas a divulgação da fotografia de um inocente como se fosse o retrato de um maníaco sexual, além de ser invasão de privacidade é um achincalhe moral.

Não bastassem os problemas intrínsecos ao texto do código, há também a falta de punição para quem deixa de cumpri-lo. Diz o artigo 19:

Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética ficam sujeitos gradativamente às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Comissão de Ética:
Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato;
Aos não-associados do Sindicato, de observação, advertência pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato.

Ora, num país onde jornalistas profissionais dividem espaço nas redações com trabalhadores sem formação acadêmica, é preciso reconhecer que as sanções propostas pelo código de ética podem não ser tão convincentes quanto deveriam. Cabe à Lei de Imprensa brasileira (Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), estabelecer as punições aos responsáveis por atos considerados abusivos. A morosidade da tramitação judicial, no entanto, faz com que muitas pessoas lesadas por abusos de imprensa acabem desistindo no meio do caminho.

1.3 EM BUSCA DE EVOLUÇÃO

Os problemas éticos de forma alguma devem ser encarados como desmotivadores ao exercício do bom jornalismo. Ao contrário, devem servir de alerta e provocar a reflexão madura e consciente. O primeiro passo na busca de uma evolução ética da prática jornalística é justamente despir-se da arrogância que obriga a esconder os erros em nome da manutenção do mito da infalibilidade, por medo de sofrer abalos na credibilidade.

Embora o público leitor esteja habituado a uma leitura apressada e nem sempre atenta a detalhes, a sucessão de erros flagrantes poderá provocar uma desconfiança espontânea acerca dos meios de comunicação. O advento da internet e das notícias on-line também colabora para o surgimento de uma nova geração de leitores, predispostos a não confiar em tudo o que lêem. A internet também facilitou o acesso a múltiplas fontes de informação em tempo cada vez mais curto. Esta multiplicidade de fontes que o jornalismo sonega ao privilegiar o discurso das autoridades competentes pode ser facilmente buscada pelo leitor através das comparações de textos diferentes sobre o mesmo tema.

Também há que se considerar uma crescente produção acadêmica acerca da construção da realidade pela mídia, mensagens subliminares, mitificação, manipulação de informações, intencionalidade, entre outros temas que alertam para a impossibilidade de isenção e imparcialidade total dos veículos de comunicação. A própria ficção passou a mostrar, ainda que de forma satírica, a capacidade de construção da realidade exercida pela mídia. “O Show de Truman¹⁸”, de Peter Weir (1998) é um exemplo de abordagem desta temática. A discussão

¹⁸ Truman Burbank (Jim Carrey) vive na bucólica cidadezinha litorânea de Sea Heaven, trabalha em uma empresa de seguros, tem um casamento aparentemente feliz com uma enfermeira, tem amigos e vizinhos que gostam muito dele. O que difere Truman dos outros milhões de norte-americanos da classe média é que a única coisa real que existe em Sea Heaven é ele mesmo. Todo o resto, desde as pessoas mais próximas, até os pedestres, são atores contratados para dar-lhe a ilusão de falsa realidade e a cidade não passa de um cenário. Um dia

acerca do discurso jornalístico também ganhou mais espaço nas salas de aula. Crianças do ensino fundamental e adolescentes do ensino médio, até por conta da convivência com a internet, passaram a ter maior contato com textos jornalísticos e os professores enxergam neste filão uma boa forma de exercitar o senso crítico.

Em Santa Catarina, o jornal *A Notícia* desenvolve um trabalho de parceria com escolas públicas. O veículo possibilita treinamento com uma coordenação pedagógica sobre múltiplas formas de se utilizar o jornal em sala de aula. A abordagem multidisciplinar ainda conta com a edição de um caderno especial, o AN Escola, que dá vazão a textos produzidos pelos estudantes. Essa aproximação precoce e freqüente do meio jornal desperta espontaneamente um olhar mais atento ao jornalismo.

Por mais axiomático que seja, o jornalismo não pode mais se dar ao luxo de apostar todas as suas fichas na fé cega dos consumidores de notícias. É preciso considerar que, conforme as discussões do capítulo 2, ainda existe uma vontade popular de enxergar no jornalismo um contra-poder. É essa vontade popular que outorga ao jornalista a função de guardião moral da sociedade. Se o próprio jornalismo desvia-se de tal função poderá perder a posição privilegiada que custou tanto a obter.

Resguardar a credibilidade jornalística passa, portanto, por um processo de evolução ética, de depuração de valores e de profissionalização da imprensa. Passa pelo cumprimento de leis e códigos, pela criação de um órgão regulador da profissão, capaz de punir com maior rigor os desvios danosos ao direito social à informação.

O jornalismo, enquanto mediador da informação que influencia a vida das pessoas, continua a ser de fundamental importância para a humanidade, conforme atesta Karam (1994: p. 42):

Truman começa a suspeitar da realidade a sua volta e inicia-se um processo de desconstrução do que, até então, era o seu mundo real.

Esta periodização informativa permite a apropriação simultânea e gradativa do mundo em movimento por aqueles que não o vivenciaram, mas que o produziram como um todo. Esta apropriação, que precisa ser globalizada e imediatizada, também está relacionada ao compromisso ético do jornalista no sentido de permitir às pessoas participarem do mundo, escolherem e o influenciarem, também a partir das informações.

E por desempenhar um papel tão imprescindível na sociedade de informação em que vivemos é que o jornalismo não pode jamais se acomodar ou desanimar diante dos obstáculos que enfrenta. O passo inicial para a busca de uma evolução ética é a reflexão. Jornalistas, proprietários de veículos de comunicação, universidades e teóricos precisam discutir, questionar limites e valores, tornar mais clarificados os preceitos éticos a seguir, pois em breve esta será uma cobrança da própria sociedade em troca da manutenção da credibilidade, sustentáculo primeiro do fazer jornalístico.

3.4 O RETRATO ERA FALSO, O QUE FAZER?

No dia 7 de novembro de 2000 o assunto do dia entre os joinvilenses era a divulgação do “novo” retrato falado do Maníaco da Bicicleta. Não demorou para que as pessoas começassem a reproduzir o retrato divulgado pelos jornais e afixar em lugares públicos, como escolas, por exemplo – afinal o maníaco já havia atacado estudantes, em plena região central da cidade.

Enquanto para a maioria da população, o retrato simbolizava um importante passo na caçada ao esturpador em série, para a família Plocharski o estardalhaço da imprensa acerca do retrato era o início de um pesadelo que começou ainda no domingo, quando *O Fantástico* divulgou em primeira mão a fotografia de Aloísio. A aparição no programa da Rede Globo foi rápida, mas suficiente para que a mãe de Aloísio reconhecesse o filho na TV. À hora da apari-

ção inesperada do falso retrato no Fantástico, os jornais, com suas edições de plantão dominical, já estavam por fechar. Não havia mais tempo para apurar o furo do programa televisivo.

Na terça-feira, contudo, a fotografia de Aloísio aparece na primeira página dos jornais estaduais. Apavorada, a família Plocharski decide procurar a imprensa e denunciar o erro. No dia seguinte, 8 de novembro, *A Notícia* publica a reviravolta no caso e deixa claro, já no título, que a culpa pelo erro era da fonte policial.

A Notícia 8/11/00

Polícia manipula retrato falado

Semelhanças com estuprador vira ameaça a trabalhador

Joinville - O retrato falado do **suposto** maníaco **que teria** estuprado quatro mulheres e atentado contra outras duas, está causando constrangimentos ao trabalhador braçal Aloísio Plocharski, 30 anos. Ele afirma que a Polícia Civil usou uma fotografia sua, feita em 1990, para reproduzir o que **seria um retrato falado confeccionado a partir de um programa de computador**, elaborado pela Diretoria Estadual em Investigações Criminais (Deic). Já **o delegado da Deic, Dirceu Silveira Júnior, afirmou ontem que se trata de uma coincidência**. "A foto nada tem a ver com o retrato falado", **garantiu**.

Plocharski conta que, no último dia 30, policiais civis e militares, inclusive com helicóptero, cercaram sua casa, no bairro Atiradores, e o levaram para a Delegacia de Proteção à Mulher por ser "parecido" com o procurado maníaco. "Fui colocado na presença de cinco mulheres e nenhuma me reconheceu, pelo contrário, umas disseram que era mais alto, outras mais baixo, mais gordo, mais magro, enfim elas não se acertavam e fui liberado". Para sua surpresa e de sua família, no domingo, assistindo ao programa Fantástico, da "Rede Globo", viu sua foto divulgada

como sendo do suposto estuprador que está **aterrorizando** Joinville desde setembro.

"Minutos depois de passar a matéria, novamente minha casa foi cercada por dezenas de policiais que disseram terem vindo para me dar proteção porque os telefones das DPs ficaram congestionados com pessoas me indicando como sendo o tarado", contou constrangido, ontem. Os policiais ficaram mais de uma hora no local, **período em que apareceu o pai de uma das vítimas** e depois de conversar com Aloísio descartou qualquer possibilidade de ele ser o homem que está atacando as mulheres. "Disse que nenhuma das características do acusado, fornecidas por sua filha fechavam com as minhas," lembrou.

Ontem, ele foi novamente surpreendido com sua foto estampada nos principais jornais do Estado. Plocharski tem 1m83 de altura, 85 quilos, é gago, tem as mãos calejadas e parte do dedo mindinho da mão direita foi amputado. "O delegado (Dirceu) disse que o tarado tem 1m63 de altura, é magro e, de acordo com as vítimas, as mãos são macias", comparou. Ele diz que **a atitude da polícia** já está prejudicando-o e, até um novo emprego, que tinha interesse, já foi descartado. **"Na rua, já começaram a me chamar de tarado, outros palavrões e ofensas."**

O rapaz afirma que nos períodos em que aconteceram os estupros e atentados, ele estava trabalhando - e a polícia já checkou essas informações. Sua família quer saber, agora, como a foto da sua carteirinha de identificação no Sesc foi parar em poder da polícia. Ele não decidiu **se vai acionar judicialmente o Estado** para ser indenizado dos prejuízos morais. Ele nunca teve envolvimento com polícia.

Secretário da Justiça promete esclarecer assunto

Para o delegado da Deic, **Dirceu Silveira Júnior**, as características do retrato falado feito no computador são as mesmas de tantas outras pessoas que moram em Joinville e **nega de forma contundente que tenham reproduzido a foto de Aloísio Plocharski, sobrepondo apenas um boné**. "O material foi produzido com base em informações obtidas pela polícia", garante o policial. No entanto, ele admite que Plocharski não tem as características do estuprador, "caso contrário eu já o teria prendido", **esclarece**.

O tenente coronel Jari Dalbosco, comandante do 8º BPM, diz que **a corporação está distribuindo o retrato falado repassado pela Polícia Civil** porque está integrado ao trabalho da Operação Norte Seguro, esclarecendo que "não é material produzido pela PM."

O **Secretário de Justiça** e Cidadania e coordenador da Operação Norte Seguro, Paulo César Ramos de Oliveira, **que autorizou a distribuição do retrato falado aos órgãos de comunicação na segunda-feira**, disse ontem a noite - através do assessor de imprensa, Oldemar Olsen - que ainda durante a noite iria conversar com o delegado da Deic para se inteirar dos fatos. E, ainda hoje pela manhã reunirá a imprensa em Joinville para se pronunciar sobre o assunto. (MO)

Traída pelo excesso de confiança na fonte oficial, a imprensa dá o troco através de estratégias discursivas que jogam a opinião pública contra a atitude policial de divulgar um retrato falado falso. O fato novo – a aparição de Aloísio Plocharski – deflagra uma mudança de rumos na cobertura do caso Maníaco da Bicicleta, porém sem prejudicar o mito criado, símbolo do estado de insegurança construído midiaticamente. A saída é isentar os meios jornalísticos de qualquer responsabilidade sobre o falso retrato. Convém lembrar que, a imprensa estadual já estava decepcionada com a atitude da polícia em propiciar que fosse de um programa televisivo em rede nacional o furo jornalístico mais aguardado naqueles dias. A escolha

lexical pelo verbo “manipular” já denota, no título da matéria, a intenção do veículo. No subtítulo, a oposição estuprador x trabalhador inicia a mitificação de mais um capítulo na cobertura da “novela” Maníaco da Bicicleta.

Subitamente, desaparece toda a certeza enfática que acompanhou os textos anteriores acerca da atuação do maníaco. O mesmo veículo que misturou opinião à informação jornalística para incitar a população a mobilizar-se numa campanha por mais segurança, agora adota um texto cauteloso como se pode evidenciar já no primeiro parágrafo, com verbos no futuro do pretérito: “**teria** estupro”, “o que **seria** um retrato falado”. A mesma cautela fica explícita no uso do adjetivo “suposto” maníaco. Para a fonte policial - a mesma que informara, na segunda-feira, que o retrato falado havia sido confeccionado com base no depoimento das vítimas, através de computador, portanto mais fidedigno as características do procurado – o jornalista utiliza os verbos “afirmou” e “garantiu”, notadamente assertivos, para evidenciar que a culpa pelo retrato não era do veículo e sim da própria polícia. O delegado apresenta a versão de coincidência entre a fotografia de Plochanski e o retrato falado.

No segundo parágrafo, a expressão “aterrorizando Joinville” cumpre o papel de manter aceso o mito do Maníaco da Bicicleta. No terceiro parágrafo, Aloísio narra sua angústia logo após a aparição de seu rosto no Fantástico e destaca a aparição de policiais, em sua residência, para protegê-lo, ou seja, no domingo, a polícia já estava ciente de que as pessoas reconheceriam em Aloísio a figura do Maníaco e, mesmo assim, sustentaram a farsa do retrato divulgando-o para a imprensa estadual, na segunda-feira. Tal fato, por demais importante no desenrolar do episódio, não é questionado nas matérias posteriores ao relato de Plochanski. No mesmo parágrafo, Aloísio conta que o pai de uma das vítimas chegou a ir até sua casa, logo após a aparição no Fantástico. É importante lembrar que a insistência da mídia na mitificação do Maníaco da Bicicleta e da “onda de violência” na cidade havia preparado um clima de in-

dignação e de horror ao estuprador. Como se discutiu anteriormente, há sempre implicações éticas e pragmáticas num texto jornalístico.

No quarto e quinto parágrafos, o jornalista trata de utilizar a voz de Plocharski para isentar a imprensa de culpa na divulgação do falso retrato. “Ele diz que a atitude **da polícia** já está prejudicando-o” e “Não decidi se vai acionar judicialmente o Estado para ser indenizado”. Além de reparar erro do dia anterior, o jornal, ao dar voz a Aloísio também tenta se prevenir de ser alvo de uma ação indenizatória, ou, pelo menos, conhecer quais serão os passos de Plocharski na busca por justiça.

A segunda parte da matéria busca as explicações das fontes oficiais, mas sem aprofundar questionamentos. O repórter não busca saber, por exemplo, por que a polícia, mesmo sabendo que a população já estava associando a imagem do estuprador a Aloísio, após o *Fantástico*, insistiu em distribuir o retrato à imprensa estadual na segunda-feira. Mais que isso, o tenente-coronel informa que continua a distribuir o “retrato” e esquivava-se também da responsabilidade: “Não é material produzido pela PM”. O delegado insiste na alegação de coincidência com a foto de Aloísio, hipótese que poderia ser derrubada com uma observação mais atenta do “retrato”. A gola da camisa, na reprodução, estava dobrada assim como na foto de Aloísio. Uma gola dobrada não é característica normal num retrato falado. O Secretário de Justiça promete novas explicações depois de se inteirar dos fatos, embora tenha autorizado a distribuição do retrato à imprensa, na segunda-feira.

No dia seguinte o assunto principal de *A Notícia* é o caso do falso retrato falado, com direito a editorial (Cf cap. 2). Como se viu no capítulo anterior, o editorial tenta manter a boa relação com a polícia, amenizando o erro que passa a ser encarado como um “equivoco”. Aceita-se a nova versão, de que o retrato seria apenas para uso interno, sem maiores questionamentos. A capa traz a chamada:

Segurança manda recolher retratos

Vão ser recolhidos todos os retratos-falados do **suposto** estuprador que está agindo em Joinville e que mantinham semelhança com a fotografia do trabalhador braçal Aloísio Plocharski. A determinação é do coordenador da Operação Norte Seguro e secretário da Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira. A polícia admitiu, **com exclusividade para A Notícia, erros de procedimento** na liberação do retrato falado e se dispõe a oferecer segurança para que seja preservada a integridade física de Aloísio.

Mais uma vez surge o adjetivo “suposto” antes de estuprador, sinal de cautela do jornalista acerca da informação. Cautela desnecessária, visto que o estuprador realmente existia, o retrato falado é que passou a ser “suposto” visto que era falso. Como o caso Maníaco da Bicicleta sofreu um abalo inesperado, a imprensa trata de moldar nova forma ao mito, sempre preservando sua aura de guardião da moral, de contra-poder, como se percebe na frase: “A polícia admitiu **com exclusividade para A Notícia, erros de procedimento**”. Novamente, o jornal assume o papel de justiceiro. O verbo “admitiu” dita o tom de *mea culpa* para a polícia isentando o jornal de qualquer responsabilidade pelo crédito à fonte.

A Notícia 09/11/00 – quinta-feira

Segurança manda recolher retrato falado

Polícia admite que errou ao distribuir para a imprensa nacional material de uso interno sobre estuprador

(Marcos de Oliveira)

O coordenador da Operação Norte Seguro e secretário da Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, determinou ontem ao final da tarde, o recolhimento de **todos** os retratos-falados do **suposto estuprador** que está agindo em Joinville que mantinham semelhança com o retrato do trabalhador braçal Aloísio Plochanski, 30 anos. Ramos de Oliveira **admite** que a foto feita há 10 anos atrás - fato que inocenta o trabalhador que hoje apresenta outro biotipo - **guarda fortes características do suspeito, conforme vítimas e testemunhas**. Em nota oficial, o secretário oferece, caso seja necessário e de interesse de Aloísio, segurança para que seja preservada sua integridade física e psíquica.

Com exclusividade para A Notícia, o secretário de Segurança Pública, Antenor Chinato Ribeiro, disse ontem que **a confecção do retrato falado que teve como base a foto de Plochanski deveria ser apenas para consumo interno dos policiais** que estão trabalhando na busca do criminoso. "A feição do acusado é parecida com a da foto, feita em 1990. **Hoje, o biotipo de Aloísio não confere com o do maníaco**", esclareceu.

Ele **admitiu** que é um procedimento rotineiro pegar uma foto que apresente as características do procurado, fazer um trabalho em cima e entregá-la aos policiais que passam a ter um norteamento do suspeito. O erro de procedimento, no entendimento do secretário, foi na divulgação à imprensa da **cópia alterada da fotografia** do trabalhador como sendo o **suposto** maníaco que já estuprou quatro mulheres e atentou contra outras duas. Chinato antecipou que a SSP **está adquirindo um programa informatizado para confeccionar retratos-falados, hoje inexistente na Secretaria**.

Mas, até se chegar a determinação de recolher os desenhos, houve jogo de empurra-empurra entre os dois secretários. Pela manhã, depois de inteirar-se

sobre o equívoco do retrato falado, o coordenador da Operação Norte Seguro, Paulo César de Oliveira, responsável pela liberação à imprensa do retrato falado, afirmou que tinha contatado com Chinato Ribeiro e que este havia determinado uma sindicância, com prazo de 30 dias, para investigar o que teria ocorrido. Já Chinato disse que o retrato teria sido elaborado a partir do recebimento - de uma fonte anônima - de uma fotocópia ampliada da foto de Aloísio. "A partir de então, com base em informações de vítimas, foi acrescentado o boné", observou.

Para a polícia, Plocharski está descartado como suspeito de ser o acusado. No último dia 30 ele foi submetido a um auto de reconhecimento por cinco vítimas e todas descartaram a possibilidade de ser ele o "Maníaco da Bicicleta".

Toda a matéria deixa transparecer a tentativa do jornal de ficar de bem com Aloísio Plocharski - que a estas alturas começava a receber orientação de advogados interessados em mover ações indenizatórias - e também com a polícia, afinal as autoridades continuariam a ser fontes de próximos casos policiais. A opção pelo verbo "determinou", no primeiro parágrafo enfatiza a tomada de providências da autoridade policial para corrigir o erro de informação. A ênfase também aparece contida no uso do pronome "todos os retratos". Certamente, os retratos divulgados pela imprensa não seriam recolhidos. O jornalista parece ter escrito o texto em ordem cronológica, ou seja, pela seqüência de entrevistados, o que, por vezes, torna o texto contraditório, como se o repórter não dominasse todas as informações nele contidas. Veja-se como exemplo, ainda no primeiro parágrafo, aparece a informação de que o secretário de Justiça "admite" que a foto feita há 10 anos atrás "guarda fortes características" do suspeito, sem levar em conta que, em seguida, o secretário de Segurança deixa claro que realmente tratava-se da fotografia de Aloísio e não de um retrato falado, sob alegação de utilização interna da polícia. O repórter já sabia, portanto, diante da afirmação do secretário de Segurança que não se tratavam de meras "semelhanças" e sim da própria fotografia de um inocente.

O repórter também não questiona o secretário de Segurança acerca da inverdade professada pelo delegado da Deic no dia anterior, quando alegou ser apenas uma “coincidência” a semelhança com a foto de Aloísio.

No parágrafo seguinte, a mentira deliberada da polícia acerca do retrato mais uma vez é desmascarada, pois o secretário informa sobre a compra “de um programa informatizado para confeccionar retratos-falados, hoje inexistente na Secretaria”, ou seja, a polícia sequer possuía um mecanismo computadorizado capaz de fazer o retrato anunciado, no domingo, pelo delegado da Deic. Mais uma vez, o repórter não questiona a informação deliberadamente incorreta do delegado.

O parágrafo seguinte inicia com o adversativo “mas” e o intensificador “até” que denotam certa indignação do repórter com a demora da polícia em esclarecer a questão. Mais que isso, através da expressão “empurra-empurra”, denota a insegurança das autoridades sobre o assunto. A matéria prossegue com uma retransa sobre os desdobramentos do caso na vida de Plochanski.

Dia cheio de esclarecimentos

Ontem, Aloísio Plochanski viveu um dia mais calmo e pode sair às ruas sem medo de ser chamado de tarado, maníaco e ter de ouvir palavras de baixo calão e ofensas. Ele saiu cedo para ir ao trabalho e, às 9 horas foi procurado pela reportagem da "Rádio Difusora". Em seguida, foi dispensado para retornar ao trabalho hoje. Às 13 horas o trabalhador foi à "TV Cidade" onde prestou esclarecimentos sobre a situação em que foi envolvido, e também à "Rádio Floresta Negra FM" e a "TVBV".

Aloísio disse que hoje vai procurar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Joinville), onde pretende relatar seu drama e tentar conseguir um advogado para acionar judicialmente o Estado para reivindicar uma indenização dos prejuízos morais e financeiros sofridos. Ele reconhece que a divulgação de sua foto pela reportagem do programa "Fantástico", da "Rede Globo" o prejudicou perante colegas. "Eles estão divididos, alguns acreditam na minha inocência, outros não", lamenta.

Para o trabalhador, a posterior divulgação de sua foto nos jornais A Notícia e "Diário Catarinense" fortaleceu a suspeita de que seria ele o verdadeiro esturpador. "Somente depois da matéria divulgada ontem pela A Notícia é que amenizou e esclareceu definitivamente que sou inocente", afirmou. Até o final da tarde de ontem, Aloísio não tinha sido procurado por nenhum organismo de apoio do governo do Estado ou pela polícia.

DIREITOS HUMANOS

A presidente da Comissão dos Direitos Humanos, advogada Cinthya Maria Pinto da Luz, disse que hoje será realizado um contato com o trabalhador Aloísio Plochanski para saber qual a situação que está vivendo após ter tido sua foto divulgada nacionalmente como o suposto tarado de Joinville. "Faltou um cuidado muito grande e comprometeu a vida dele, foi uma agressão a todos os direitos e garantias individuais do cidadão", protestou Cinthya.(MO)

OAB promete assistência

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Joinville), Carlos Adauto Vieira, colocou a entidade a (sic) disposição do operário Aloísio Plochanski para garantir os seus direitos. "Cometeram uma irresponsabilidade sem di-

menção", classificou, dizendo que o Estado deveria ser acionado pelo dano moral e até pelo risco de vida que o operário está correndo com a divulgação de sua foto como se fosse um retrato falado do maníaco, manipulada em computador. "Ele poderia ter sido assassinado", disse, recomendando cautela às futuras ações da polícia. "Quizeram (sic) tão somente fazer média com a opinião pública", opinou. (Antônio Anacleto)

A retranca inicia com uma frase que leva o leitor a relacionar alguns pressupostos. "Ontem, Aloísio Plochanski viveu um dia mais calmo e pode sair às ruas sem medo de ser chamado de tarado, maníaco e ter de ouvir palavras de baixo calão e ofensas." Pressupõe-se que os dias anteriores não foram calmos para Aloísio; que antes não podia sair à rua; que antes tinha medo; que ouviu palavras de baixo calão e ofensas nos dias anteriores. Na verdade, o próprio Aloísio procuraria novamente o jornal, dias depois, para dizer que o falso retrato ainda afetava sua reputação.

O segundo parágrafo faz parecer que apenas contra o Estado e à Rede Globo caberia mover uma ação indenizatória por danos morais: "Ele **reconhece** que a divulgação de sua foto **pela reportagem do programa "Fantástico", da "Rede Globo"** o prejudicou perante colegas." Ao mesmo tempo, o jornal tenta assumir o papel de justiceiro e isentar-se da mira de uma possível ação de Plochanski: "**Somente depois da matéria divulgada ontem pela A Notícia é que amenizou e esclareceu definitivamente que sou inocente.**" A palavra "somente" exclui os demais veículos do esforço de reverter o erro que prejudicou Plochanski. A frase de Aloísio carrega uma contradição interna: "amenizou e esclareceu definitivamente que sou inocente". Ora, se amenizou, não esclareceu definitivamente, foi apenas um paliativo. O parágrafo anterior também reforça a contradição: "Eles (os colegas) estão divididos, alguns acreditam na minha inocência, outros não", lamenta.

A retranca encerra com a constatação de que nem o governo do Estado nem a polícia e nenhum órgão de apoio haviam procurado Aloísio. Subentende-se que apenas *A Notícia* estava interessada em corrigir o dano. Em seguida, aparecem as vozes de duas instituições, comissão de Direitos Humanos e da Ordem dos Advogados do Brasil, ou seja, o jornal assume mais uma vez o papel de justiceiro que vai atrás da recuperação dos direitos de Plocharski. A opinião do representante da OAB serve para reforçar a idéia de que é do Estado a exclusiva culpa pelo episódio do falso retrato.

Para que a aparição de Aloísio Plocharski não destruísse o mito do Maníaco da Bicicleta, a matéria recupera algumas informações acerca do assunto. As características do maníaco são reforçadas, reavivando o perfil do personagem na mente dos leitores. A descrição, no primeiro parágrafo, transmite exatidão: “1m63 de altura”, como se alguma das vítimas tivesse tempo para sacar uma fita métrica e medir a altura do estuprador.

Entenda o caso

Entre 29 de agosto a 10 de outubro - quatro mulheres são estupradas em Joinville - e outras duas são ameaçadas - entre os bairros América e Santo Antônio, supostamente pelo mesmo homem. As características do criminoso são: **1m63 de altura**, magro, mãos macias, bem asseado e fala com boa dicção.

5/11 - Deic divulga no programa "Fantástico", da "Rede Globo", um retrato falado do suposto estuprador, elaborado com base no depoimento das vítimas e melhorado com uso de computador.

6/11 - Secretaria de Justiça e Cidadania divulga o retrato falado para a imprensa estadual.

7/11 - O trabalhador braçal Aloísio Plocharski, 30 anos, denuncia que o retrato falado reproduziu uma foto sua, feita há 10 anos.

8/11 - O coordenador da Operação Norte Seguro e secretário de Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, determina o recolhimento imediato do retrato falado que guarda semelhança com Aloísio Plochanski em seu quesito técnico.

O segundo tópico, 5/11, repete uma mentira que já havia sido desmascarada: “um retrato falado do suposto estuprador, elaborado com base no depoimento das vítimas e melhorado com uso de computador.” O mesmo ocorre no tópico seguinte: “Secretaria de Justiça e Cidadania divulga o retrato falado para a imprensa estadual”. Já se sabia que o retrato era falso, era na verdade uma fotografia. E a mentira prossegue no último tópico, 8/11. Um leitor mais apressado, que pulasse o restante da matéria e se detivesse apenas no “Entenda o caso” continuaria com a impressão de que se tratava mesmo de um retrato falado apenas “semelhante” à fotografia de Aloísio.

A seguir, a matéria prossegue com uma relação de fatos e outra de boatos acerca do Maníaco da Bicicleta.

Verdades e mentiras a respeito do caso

Fatos

Houve uma série de estupros nos bairros Glória e América, em Joinville, no período entre 29 de agosto e 5 de outubro.

A partir das características descritas pelas vítimas, acredita-se que os estupros foram praticados pelo mesmo homem.

O acusado da série de estupros é um homem de pele branca, cabelos loiros, olhos claros, dentes frontais separados, estatura mediana e, aparentemente, 24 anos.

Segundo as vítimas, o estuprador tem fala mansa, usa boné e anda de bicicleta.

A Polícia Civil tinha o registro de quatro casos consumados e a PM outros quatro.

Inicialmente, as instituições não fizeram o cruzamento das informações para determinar se o que tinham em seus registros eram casos diferentes ou os mesmos.

Agora, com a centralização das operações, foi feita a checagem dos nomes e a conclusão é de que há quatro estupros consumados e duas tentativas atribuídos ao chamado "Maníaco da bicicleta".

Boatos

Após a divulgação do primeiro retrato falado, em 10 de outubro, a polícia e a imprensa passaram a receber dezenas de ligações telefônicas de pessoas que garantiam estar vendo o estupro naquele momento. A maior parte dos telefonemas era trote, pois o acusado teria de estar em três ou quatro regiões diferentes da cidade no mesmo momento.

O estupro seria filho de um juiz ou de um empresário e sua identidade estaria sendo protegida pela polícia e pela imprensa.

O estupro seria um ex-policia! portador do vírus da Aids que teria sido afastado da corporação e agora estaria realizando sua "vingança".

O estupro teria preferência por atacar mulheres vestidas de branco.

Uma mulher atacada pelo estupro teria dado entrada no Hospital Dona Helena com hemorragia e teria morrido. O caso teria sido abafado pelo hospital, polícia e imprensa.

Outros casos de estupro e de violência contra a mulher estariam sendo atribuídos ao chamado "Maníaco da Bicicleta".

A relação de boatos serve de indício para estimar o poder do mito. A partir de sua criação, alimentado por matérias sucessivas e novos detalhes, além da associação do Maníaco da Bicicleta a outros temas relacionados à insegurança, a população encarrega-se também de ampliar a forma mitificada. Para fechar a matéria sobre o recolhimento dos retratos e, conseqüente “lava-mãos” do jornal *A Notícia*, o editor utiliza um texto que mostra os resultados positivos da Operação Norte Seguro. Dessa forma, apesar de imputar a culpa pelo erro à polícia, o jornal fornece os atenuantes do esforço policial, mesma linha adotada no editorial.

Operação reduz número de ocorrências policiais

O coordenador Operação Norte Seguro e secretário da Justiça e Cidadania, disse ontem que as buscas pelo "Maníaco da Bicicleta" **continuam** com investigações em sigilo. "**Além disto**, estamos com várias operações sendo conduzidas, com barreiras, varreduras e policiamento ostensivo", resumiu. Ainda na tarde de ontem, o secretário Antenor Chinato Ribeiro percorreu as delegacias da cidade para acompanhar os trabalhos da Polícia Civil na operação.

Conforme a avaliação de Chinato, as ações integradas **já estão apresentando os resultados esperados**, baixando os índices de criminalidade. **Apesar de** oito veículos terem sido furtados de sexta-feira até domingo, o número foi baixando e na terça-feira não aconteceu nenhum registro. A Secretaria da Fazenda vistoriou quatro lojas de peças usadas, todas com irregularidades que estão sendo investigadas. A operação aconteceu com apoio de oito fiscais da Fazenda, 12 policiais militares e dois peritos da Polícia Civil. **Mas** as estatísticas mostram resultados **ainda mais positivos**. No primeiro dia de operação, sexta-feira passada, foram registradas 46 ocorrências, o número baixou para 29 no dia 7.

A primeira providência é informar que as buscas ao maníaco prosseguem, mesmo depois da divulgação do falso retrato falado. A expressão “além disto” [das buscas ao maníaco] enfatiza que há outras providências em andamento. A retranca preocupa-se em destacar resultados positivos da operação Norte Seguro: “as ações integradas **já estão** apresentando resultados esperados”. O operador de tempo “já” atua também como um intensificador da ação, como se mesmo cedo demais para avaliar os resultados sejam tão abundantes que não há como não enxergá-los. Como os resultados não são assim tão expressivos, o repórter precisa utilizar um ponderador “apesar de” para introduzir uma justificativa. “**Apesar de** oito veículos terem sido furtados de sexta-feira até domingo, o número foi baixando e na terça-feira não aconteceu nenhum registro.” Qualquer repórter que já tenha atuado na área policial sabe que as ocorrências de furto costumam ser maiores nos finais de semana. A mesma exaltação forçada ocorre em seguida: “**Mas** as estatísticas mostram resultados **ainda mais positivos**. No primeiro dia de operação, sexta-feira passada, foram registradas 46 ocorrências, o número baixou para 29 no dia 7.” O operador argumentativo “mas” antevê uma possível reação adversa do leitor diante do número de furtos para introduzir o argumento de que existem resultados “ainda mais positivos.” Novamente, há que se destacar que o dia 7 era uma terça-feira e as ocorrências policiais crescem nos finais de semana.

Na edição de 10 de novembro, nova matéria confirma a retirada dos falsos retratos pela polícia. O texto serve para reforçar dois pontos: 1º) que a polícia é responsável pelo erro e 2º) a atuação do jornal enquanto justiceiro para reparar o mal causado a Aloísio.

A Notícia – 10/11/2000

Equipe da PM recolhe os retratos-falado (sic) de maníaco

Material havia sido divulgado erroneamente pela Segurança

(Marcos de Oliveira)

Joinville - Uma equipe de policiais civis e militares passaram (sic) o dia de ontem retirando de locais públicos e privados o retrato falado do **suposto estuprador que estava agindo em Joinville, que teria sido confeccionado a partir de uma fotografia do trabalhador braçal Aloísio Plocharski, 30 anos**. A medida foi determinada pelo coordenador da Operação Norte Seguro e secretário da Justiça e Cidadania Paulo César Ramos de Oliveira, **após reportagem de A Notícia** denunciando a distribuição do material erroneamente. A polícia **admitiu que falhou** quando divulgou para a imprensa o material que deveria ser para uso interno da instituição. O governador em exercício, Paulo Bauer, acompanha hoje o andamento da Operação Norte Seguro.

A coordenação da Operação Norte Seguro reuniu-se na manhã de ontem no quartel do 8º BPM, onde está instalada, e ficou decidido que **todas as informações para os meios de comunicação serão centralizados** (sic). "É para evitar desencontros e duplicidade de informações", observou Oldemar Olsen, assessor de imprensa da Secretaria de Justiça e Cidadania. Conforme também determinou Ramos de Oliveira, desde ontem passou a ser constante o policiamento a residência de Aloísio Plocharski, no bairro Atiradores. Ele também conta com a segurança de policiais que o acompanham à distância no percurso ao trabalho.

Ainda assim, Aloísio Plocharski reclamou que muita gente ainda o evita e mulheres atravessam a rua, evitando terem de passar ao seu lado, quando o reconhecem. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos não esteve com o trabalhador, ontem, conforme havia previsto a presidente, advogada Cinthya Maria Pinto da Luz. Ela revelou que Plocharski tinha ido procurar a Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB/Joinville), onde recebeu o apoio do presidente, Carlos Adauto Vieira, que se colocou à disposição para prestação de assistência jurídica ao operário.

DANO

A mãe de Aloísio, Marli Plochanski disse que **pelo menos** 10 advogados **já procuraram** a família para prestar serviços jurídicos com o objetivo de acionar judicialmente **o Estado** requerendo indenização por danos morais e financeiros que sofreu a partir do momento que sua foto foi divulgada **no programa "Fantástico" da "Rede Globo"**, na edição do último domingo. "Ele deve mover esta ação porque teve prejuízos e trauma moral a partir do momento que sua imagem foi tornada pública como se fosse um marginal. **O Estado** deve ter agentes de segurança responsáveis", sentenciou o presidente da OAB, Carlos Adauto Vieira.

O desenhista da Deic, Cassius Clay, esteve ontem em Joinville mas a Assessoria de Imprensa da SJC **descartou** a possibilidade da confecção de **mais um retrato falado** sobre o Maníaco da Bicicleta.

O receio de incorrer em novos erros de informação acaba provocando incoerências no texto. No título, o editor trata os retratos-falados (sem dizer que são falsos), como se realmente fossem do maníaco, ou seja, a afirmação do título parece confirmar que realmente o maníaco era Aloísio. A linha de apoio evidencia o erro da segurança, através da palavra "eroneamente".

O repórter, assim como na matéria do dia anterior, passa a tratar o assunto com extremo cuidado, estratégia oposta à utilizada durante os textos que construíram o mito do Maníaco da Bicicleta. A insegurança ao tratar do tema fica clara na insistência do adjetivo "suposto". Adiante, aparece a locução verbal no pretérito "estava agindo", como se com a divulgação do falso retrato já se soubesse que o estuprador interromperia suas investidas. Outro indício da insegurança está na locução "teria sido", em "teria sido confeccionado (o retra-

to) a partir de uma fotografia”. O secretário de Segurança já havia reconhecido, no dia anterior, que a fotografia de Aloísio Plocharski realmente foi utilizada para compor o retrato. Ainda no primeiro parágrafo, o repórter esforça-se por manter a aura de guardião da justiça do jornal ao afirmar que a medida de recolher os retratos foi tomada “após reportagem de *A Notícia* denunciando a distribuição do material erroneamente.” Ou seja, em nenhum momento o veículo questiona sua própria co-responsabilidade no caso, afinal, o crédito à fonte é sempre responsabilidade do jornalista. Ao contrário, está clara a preocupação do jornal em se antepor ao possível questionamento dos leitores acerca de tal cumplicidade.

A opção pelos verbos “admitiu” e “falhou” também serve para reforçar a culpa da polícia pela divulgação do falso retrato. No segundo parágrafo, a expressão “desde ontem” pode remeter o leitor ao texto jornalístico do dia anterior e levar a inferir que “o policiamento passou a ser constante na casa de Aloísio graças à matéria publicada na edição de ontem”. No terceiro parágrafo há duas ocorrências da palavra ainda: “**Ainda assim**, Aloísio Plocharski reclamou que muita gente **ainda** o evita e mulheres atravessam a rua, evitando terem de passar ao seu lado, quando o reconhecem.” Esse marcador serve para ponderar que, apesar de todo o desmentido na imprensa, do desmascaramento da farsa do retrato, Aloísio sente-se discriminado, contrariando a afirmação feita na matéria do dia anterior : “Somente depois da matéria divulgada ontem pela *A Notícia* é que amenizou e esclareceu **definitivamente** que sou inocente”.

O subtítulo “Dano” introduz a parte do texto em que o repórter sonda quais serão as providências judiciais tomadas por Aloísio. No trecho, a mãe do rapaz afirma que “**pelo menos** 10 advogados **já** procuraram a família”. O marcador “pelo menos” leva a pressupor que o número pode ser ainda maior que 10 e o advérbio “já” dá idéia de que outros profissionais do Direito ainda vão se oferecer para prestar serviços à família Plocharski. O repórter deixa claro que a intenção da família é acionar “o Estado” e que os danos à imagem de Aloísio-

sio foram causados pela aparição “no Fantástico”. Dessa forma, o repórter tenta isentar a imprensa estadual, inclusive o veículo que representa, de qualquer responsabilidade sobre o caso. A intenção parece ser deixar implícito que os jornais catarinenses são tão vítimas quanto Aloísio no episódio do retrato ou que, se a imprensa estadual divulgou a fotografia, foi por que antes saiu no *Fantástico*. A matéria termina descartando a hipótese da confecção de “mais um” retrato falado.

No dia 11 de novembro, *A Notícia* divulga matéria sobre resultados positivos da Operação Norte Seguro com destaque para a ausência de roubo de carros nos últimos três dias. Na matéria, o governador em exercício Paulo Bauer sustenta a alegação de equívoco na distribuição da fotografia de Plocharski:

“Sobre a divulgação da fotografia do operário Aloísio Plocharski como sendo um retrato falado do “Maníaco da Bicicleta”, Bauer destacou que a primeira providência foi esclarecer a opinião pública, informando como a imagem foi produzida - que era um recurso interno e não deveria ser divulgada. Segundo ele, todas as imagens já foram retiradas de circulação e a partir deste momento, nenhuma informação estratégica sobre o tema deverá ser repassada. Quanto a possibilidade de punição, disse que a estrutura da Secretaria de Segurança deverá tomar providência. “Queremos deixar claro que nem o governo, ou seu governador, tem compromissos com o erro”, resumiu. Mas o governador sustenta que a questão do retrato falado e outra ocorrência envolvendo PMs de Florianópolis numa casa noturna da cidade não devem comprometer a Operação, que na sua avaliação, já contabiliza resultados positivos, com queda geral no número de ocorrências.”

A matéria ainda traz uma retransa sobre a família Plocharski que pede retratação do Estado:

Família exige uma retratação

Uma retratação oficial do governo do Estado de Santa Catarina, em âmbito nacional, no horário do programa "Fantástico" da Rede Globo, é o que vai solicitar a família do operário Aloísio Plocharski, 30 anos, ao coordenador da Operação Norte Seguro e secretário da Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira. A solicitação será feita hoje, às 11 horas, no 8º BPM, quando os Plocharski se reunirão com Oliveira. O encontro foi solicitado pela mãe do trabalhador, Marli Plocharski.

Para a família do operário, é muito importante para ele que fique bem claro para a Nação, por parte das autoridades estaduais, que Aloísio não é o maníaco que estuprou quatro mulheres e atentou contra outras duas. "Eles causaram este transtorno e constrangimento, nada mais justo que reparem este erro", disse Marli. Ela contou que ontem saiu com o filho e no ônibus várias pessoas apontaram para ele como sendo o estuprador. "Na rua e galerias as pessoas comentam, está um clima muito ruim", disse.

Aloísio teve sua fotografia transformada num retrato falado do susposto "Maníaco da Bicicleta" e divulgado nacionalmente uma semana depois de ter sido submetido a reconhecimento e descartado como suspeito. A assessora jurídica do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, advogada Cinthya Maria Pinto da Luz garantiu todo apoio necessário, inclusive acompanhamento jurídico. (Marcos Oliveira)

No dia 13, *A Notícia* divulga matéria "Vítima de retrato falado aguarda solução do governo", em que narra o encontro da família Plocharski com o secretário de Justiça e Cidadania. Conforme a matéria, a família ficou decepcionada com a falta de providências do Estado para corrigir os danos causados à vida de Aloísio. (Cf anexo 6). A partir desta matéria, o caso Maníaco da Bicicleta começa a esfriar. No dia 17, matéria policial aborda caso de estu-

pro em Siderópolis, mas sem fazer qualquer conexão com o maníaco joinvilense, como ocorria no período de construção do personagem.

O Maníaco da Bicicleta só volta à baila nos dias 22 e 23 de novembro por conta de um boato espalhado pela internet que acusava o filho de um importante empresário da cidade de ser o maníaco. No dia 22, *A Notícia* publica a matéria “Internet levanta novo boato sobre estuprador em Joinville”, com retranca em que o jornal condena a boataria. (cf Anexo 7). No dia seguinte, matéria sobre os boatos traz o título: “Identificada origem de mensagem sobre estuprador”. Na verdade, a polícia identificou apenas o provedor de onde partiu a mensagem. A matéria cumpre a função de amedrontar o internauta que espalhou a mensagem apócrifa:

“O advogado do empresário Ivo Koentop - que sentiu-se diretamente atingido pela mensagem veiculada na Internet - Sérgio Schulze, confirmou que todas as empresas e pessoas que divulgaram, mesmo retransmitindo a mensagem, serão responsabilizadas criminalmente. "A lei é clara: está sujeito as mesmas penas do crime de calúnia aqueles que, sabendo ser falsa a imputação, a propalam ou divulgam (artigo 138 parágrafo 1º do Código Penal)", esclarece o advogado.”

No dia 29 de novembro, matéria na editoria de geral apresenta um balanço positivo da Operação Norte Seguro. Autoridades joinvilenses, inclusive o presidente da Associação Comercial e Industrial, Moacir Thomazi – diretor de *A Notícia* – pedem a continuidade da operação. A matéria (cf anexo 8) não menciona, em nenhum momento, os casos de estupro do Maníaco da Bicicleta, apresentado anteriormente como símbolo maior da insegurança joinvilense.

A manchete do jornal *A Notícia* em 2 de dezembro anuncia: “Estado mantém e amplia Operação Norte Seguro” (cf anexo 9). A operação tinha 3 de dezembro como data final de duração. Atendendo aos pedidos das autoridades locais, o governo estende a Norte

Seguro até a segunda quinzena de dezembro. Novamente, a matéria não menciona os casos de estupro em Joinville nem cita o Maníaco da Bicicleta.

O Maníaco da Bicicleta sai da cena policial para retornar em 2002, com a prisão de Marlon Cristiano Duarte que confessou a autoria dos estupros. Antes, no dia 6 de janeiro de 2001, *A Notícia* publica matéria sobre a solicitação de uma indenização por Aloísio Plocharski. Apesar dos esforços em eximir-se da responsabilidade pela divulgação do falso retrato, o jornal joinvilense também figura entre os réus da causa.

A Notícia 6/1/01

Advogado pede compensação milionária para joinvilense

Joinville - O advogado Elemar Buetguem, contratado por Aloísio Plocharski 30 anos, que teve sua foto estampada **pela polícia** como se fosse o **suposto** "maníaco da bicicleta", ajuizou uma ação de indenização por danos morais para seu cliente no valor de R\$ 1,7 milhão - equivalente a 10.800 salários mínimos. Por lucro cessante, ou seja, as perdas que Plocharski está sofrendo por **ter perdido o emprego e por não conseguir outro**, o advogado quer que ele receba uma pensão vitalícia sugerida em três salários mínimos, a valer de imediato. **São três réus na ação: governo do Estado, "Rede Globo de Televisão" e jornal A Notícia.**

Conforme o advogado, Plocharski **ainda continua** sendo discriminado nas ruas, "desde que sua foto foi tornada pública como se fosse o tarado que estupro quatro mulheres e atentou contra outras duas entre agosto e outubro do ano passado, ele **não anda mais de ônibus**, onde tem sentido os maiores constrangimentos". **Para Buetguem, o governo do Estado é o responsável** pela confecção do material que chegou a ser divulgado pela coordenação da Operação Norte Segu-

ro como sendo um "retrato falado" confeccionado através de software da Secretaria de Segurança Pública.

A "Rede Globo" entrou como ré **porque** divulgou a foto no programa "Fantástico" **para todo o País**, e o jornal A Notícia **porque também** publicou a foto **cedida pelo secretário de Justiça e Cidadania**, Paulo Cezar Ramos de Oliveira, coordenador da operação. Para o advogado, **nem o fato de** A Notícia ter sido o **primeiro** órgão de imprensa a **esclarecer** o **equivoco** da polícia, com um **primoroso** trabalho de arte, **foi suficiente para ser poupado** da ação. "O mal já estava consumado", justificou Elemar Buetguem. **Com relação a outros jornais que também** publicaram a foto, o advogado disse que "eles **apenas** reproduziram o material que foi distribuído."

No primeiro parágrafo, mais uma vez, o jornal deixa claro que a culpa pelo erro é da polícia, através do agente da passiva: "que teve sua foto estampada **pela polícia** como se fosse o suposto maníaco da bicicleta". No segundo parágrafo, a citação indireta da fala do advogado também evidencia a culpa do Estado. "Para Buetguem, **o governo do Estado é o responsável** pela confecção do material".

A matéria termina com uma defesa da atitude de *A Notícia*. "A "Rede Globo" entrou como ré **porque** divulgou a foto no programa "Fantástico" **para todo o País**, e o jornal A Notícia **porque também** publicou a foto **cedida pelo secretário de Justiça e Cidadania**". Há uma comparação quantitativa pressuposta: enquanto a Globo afetou negativamente a imagem de Aloísio para todo o Brasil, *A Notícia* só fez reproduzir para o Estado a foto cedida pelo Secretário de Justiça – o real culpado na visão do jornal. A expressão atenuante "nem o fato de", o uso do numeral "o primeiro" servem para enaltecer a boa vontade de *A Notícia* em reparar a falha da polícia – não do jornal. O jornalista chega a buscar um adjetivo pouco usa-

do na linguagem jornalística, “primoroso”, para qualificar o esforço do jornal em corrigir o erro policial no caso do falso retrato falado:

“Para o advogado, **nem o fato de A Notícia ter sido o primeiro** órgão de imprensa a **esclarecer o equívoco** da polícia, com um **primoroso** trabalho de arte, **foi suficiente para ser poupado** da ação. "O mal já estava consumado", justificou Elemar Buetguem.”

Outra comparação que leva a pressupor certa injustiça para com *A Notícia* “o primeiro órgão de imprensa a esclarecer o equívoco da polícia”, finaliza o texto informando que os outros jornais que “também” publicaram a foto “apenas” reproduziram o material distribuído. Subentende-se que os demais jornais deveriam ser arrolados como réus também, uma injustiça de Plochanski que não reconheceu o esforço de *A Notícia* em reparar o dano e ainda deixou de cobrar indenização de outros veículos que também divulgaram o falso retrato.

3.5 – Esvaziamento Estratégico

As matérias jornalísticas abordadas neste capítulo mostram como a mídia consegue moldar os mitos que cria ou reproduz conforme suas necessidades. O surgimento de um fato novo – o falso retrato falado – não destruiu o mito criado. Porém, com a possibilidade iminente de uma ação judicial indenizatória, aos poucos o caso dos estupros foi sendo retirado da pauta de *A Notícia*. É claro que outros assuntos tomaram o interesse dos jornalistas e do público nesse período, afinal, as “novelas” que o jornalismo cria têm início, meio e fim. Tal como no gênero ficcional, o assunto jornalístico é alimentado enquanto interessa ao veículo.

Como evidenciaram os textos jornalísticos utilizados nestes primeiros capítulos, estratégias semânticas e pragmáticas diferentes são utilizadas nos distintos momentos da cobertura do caso Maníaco da Bicicleta. O primeiro momento foi o da construção do mito como

símbolo da situação de insegurança joinvilense, arquitetada também por uma criação midiática. Nesse período, optou-se por adotar características semelhantes a do texto ficcional: definição do nome do personagem central, seu perfil físico e psicológico, sucessão de ações atribuídas ao maníaco, indignação da comunidade. Vincular a figura do maníaco a outros casos de violência, que não mantinham qualquer relação com os estupros em série, também foi tática utilizada no período de construção do mito.

No segundo momento, o surgimento inesperado de Aloísio Plochanski faz com que a imprensa adote um novo posicionamento. Em lugar das enfáticas asserções que, na primeira fase, exigiam a caçada ao maníaco, adotam-se expressões mais cautelosas em relação ao caso. Tal procedimento pode ser um indício de que a ocorrência de pecados éticos leva os profissionais da imprensa a refletirem sobre sua ação enquanto atores de um serviço público: a informação. Esta reflexão deveria estar presente em todos os momentos da atuação de um jornalista, mas a pressão do tempo e a necessidade de nutrir o consumidor de notícias com boas histórias, além de fatores econômicos como interesses da empresa e condições inadequadas de trabalho acabam falando mais alto.

A polícia divulgou uma informação errada. Os veículos de comunicação reproduziram e, portanto, ampliaram as conseqüências do erro porque confiaram cegamente na fonte oficial. Foram co-responsáveis pelo erro. Karam (1994: p. 59) aponta a ausência da pluralidade de fontes como um dos indícios de crise ética do jornalismo e lembra:

O surgimento e implementação de novas tecnologias e novas técnicas, usadas na confecção de informações, não mudam substancialmente o objeto do jornalismo, a realidade em suas múltiplas manifestações e sua relação com conceitos tais como “interesse público”, “relevância social”, “fato” ou “acontecimento”. No entanto, a reconstrução dessa realidade, mediante o emprego de técnicas específicas e linguagem particular, torna o jornalismo, não apenas instância de reflexo de fatos percebidos na dimensão particular da lógica do veículo ou do mediador jornalista. Torna o jornalismo como potencialidade, uma forma de conhecimento social da realidade, a partir da reconstrução cotidiana do mundo.”

É por conta destas responsabilidades enumeradas por Karam que o jornalismo não pode se furtar a refletir sobre suas falhas.

O próximo capítulo abordará a presença de mecanismos próprios do sensacionalismo em veículos que condenam tal prática.

4. O PODER VITIMIZADOR DA IMPRENSA

*“As pessoas são condenadas a ‘apenas ouvir’,
para que não falem.
De outra maneira, as pessoas são informadas
para que não busquem a informação.”*
(Muniz Sodré: 1989)

A família de Aloísio Plocharski lutou, na justiça, para receber uma indenização por danos morais. Passados seis anos desde a divulgação do falso retrato falado, em maio de 2006, a Justiça expediu sentença indenizatória (Cf anexo 13), mas ainda com possibilidade de recurso dos réus. Em seu estudo sobre “A Vítima nos Meios de Comunicação”, Portão (1982: p.60) destaca a dificuldade em se obter indenização por danos e toma emprestado do professor Wilson Melo da Silva a definição de danos morais como:

lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, entendendo-se por patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico. Seu elemento característico é a dor, tomado o termo em seu sentido amplo, abrangendo tanto os sofrimentos meramente físicos, como os morais propriamente ditos. Danos morais seriam, pois, exemplificadamente, os decorrentes das ofensas à honra, ao decoro, à paz interior de cada qual, às crenças íntimas, aos sentimentos afetivos de qualquer espécie, à liberdade, à vida, à integridade corporal.

Portão (1982:p.61) reconhece que certos tipos de ofensas através de meios de comunicação têm tal força de vitimização que são difíceis de se valorar em penas pecuniárias, mas nem por isso devem ficar impunes. A reparação de danos morais é causa de controvérsia entre magistrados e, conforme Portão, casos de vitimização pela imprensa são freqüentes, sobretudo nas páginas policiais.

No Brasil, a dificuldade de punição aos crimes de imprensa e, mais que isso, a submissão ao “poder da imprensa” como órgão livre para expressar o que bem entende parece estar atrelada à fase de ditadura militar por que passou o país. Hoje, em tempos de democracia, a sombra da censura ainda é o argumento mais utilizado pelos empresários da mídia para justificar a divulgação de informações erradas, enganosas, injúrias e calúnias. Usa-se o pretexto de combater o fantasma da censura do período ditatorial militar como escudo para proteger atos de libertinagem que culminam na divulgação de informações mal apuradas ou que interessam bem mais ao proprietário do veículo que ao público.

Portão (1982: p 66-67) diferencia calúnia, difamação e injúria:

Na Lei de Imprensa, caluniar alguém consiste na falsa imputação de um fato definido como crime. A difamação é a imputação de fato ofensivo à reputação de alguém, assim como constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivado por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido a pena a que tenha sido condenado em virtude dele. [...] A injúria, na informação, consiste em ofender a dignidade ou o decoro de alguém.

É importante destacar que a calúnia caracteriza-se pela intenção ofensiva, com o propósito de expor o ofendido ao desprezo público. Ora, as autoridades policiais já sabiam que o falso retrato falado comprometeria a imagem de Aloísio Plocharski, afinal, no domingo, logo após a divulgação no *Fantástico*, houve reconhecimento público de que Plocharski era a mesma pessoa do retrato. Tanto é verdade, que o pai de uma das vítimas esteve na casa de Aloísio. “Quando o homem chegou, minha mãe perguntou se ele era mais um curioso que veio fazer chacota de Aloísio. O homem então disse que era pai de uma das vítimas, só então os policiais o seguraram, mas ele declarou que a aparência de meu irmão não era como a filha dele havia descrito”, relatou Áurea Plocharski, irmã de Aloísio, em entrevista à autora em 19/3/06. Ainda assim, houve insistência em divulgar o retrato e confirmar a versão mentirosa de que se tratava de trabalho realizado em computador para garantir “maior fidelidade às características do maníaco”. Houve calúnia.

De outra parte, *O Fantástico*, *A Notícia*, e outros veículos de comunicação reproduziram as informações erradas da polícia, sem questioná-las. Houve difamação.

O descuido com a apuração dos fatos resulta em casos diários de difamação através da imprensa. Sob a proteção do “direito à liberdade de expressão”, a mídia dá-se o direito de difamar. As páginas policiais estão cheias de fotografias de acusados e suspeitos de crimes, ainda não julgados, que expõem suas imagens à opinião pública enquanto culpados. As páginas de política também se sustentam por uma infinidade de denúncias ainda não apuradas, mas pré-julgadas pela imprensa. Portão (1982: p. 66) adverte:

Cabe-lhe [à imprensa] o dever (mais que o direito, portanto) de noticiar, de comentar e criticar. Mas que o faça com equilíbrio, sobriedade e comedimento, a fim de que a linha demarcatória de seu direito não invada terreno igual e até superiormente sagrado, reservado a direitos de outrem.

O mesmo autor também constata que 80% dos fatos de natureza policial divulgados pela mídia têm as primeiras informações originadas de delegacias de polícia, cujos dados são aceitos pelos repórteres como exatos, ignorando-se o fato de que – voluntariamente ou não – muitas destas informações ou omissões podem prestar-se a pressionar autores de crimes durante as investigações, como um blefe. A divulgação de um novo retrato falado do Maníaco da Bicicleta, personificação da violência em Joinville em 2000, deveria soar como um artifício tranquilizador da população, uma demonstração de que a Operação Norte Seguro estava realmente surtindo efeitos positivos na cidade. Não fosse a atitude dos Plocharski em denunciar a fraude, o plano poderia ter funcionado e talvez até pressionado Marlon Cristiano Duarte a se entregar à polícia ou a ser delatado.

Portão (1982: p. 89-93) classifica as causas geradoras da vitimização pelos meios de informação em dois grupos: voluntárias e involuntárias. Ao primeiro concorrem fatores como vingança, jogo de interesses econômicos ou políticos e hostilidade de propósito ao fazer

a denúncia. Como fatores involuntários, Portão destaca a ignorância (desconhecimento da realidade), falha na coleta de informação e falha na elaboração da informação.

O depoimento de Aloísio Plocharski, em entrevista para esta pesquisa em 19/03/06, demonstra que as conseqüências da divulgação do falso retrato falado ainda estão presentes em sua vida. O próprio comportamento de Aloísio transformou-se. Ficou ainda mais retraído e calado do que já era, segundo sua mãe. Perdeu amizades, viu o pai entrar em depressão e ceder ao álcool, acredita que a morte do avô por infarto foi decorrente das preocupações com o episódio do Maníaco da Bicicleta. Deixou de freqüentar festas e eventos públicos para não cismar com cochichos e olhares atravessados. A divulgação do falso retrato falado mudou a vida dos Plocharski. A irmã de Aloísio, Áurea, conta que o medo de ser confundido com o maníaco persiste até hoje, mesmo com a prisão do verdadeiro autor dos estupros. “Faz alguns dias, o Aloísio estava voltando do trabalho e foi atingido pelas costas, levou uma sarrafada. A gente já ficou pensando: se era uma tentativa de assalto ou se teria alguma coisa a ver com o Maníaco da Bicicleta.” (Em entrevista concedida à autora no dia 19/03/06)

Mesmo sabendo que a recordação daqueles tristes dias de novembro de 2000 reavivam um pesadelo, os Plocharski, especialmente a mãe de Aloísio, não se negam a atender estudantes de jornalismo que, vez por outra, procuram a família para abordar o caso em algum trabalho na disciplina de Ética. Marli acredita que, o caso do falso retrato falado pode evitar que futuros jornalistas cometam o erro de confiar excessivamente nas fontes policiais e busquem apurar melhor os fatos. A mãe de Aloísio foi convidada a engajar-se em ONGs que defendem direitos humanos, direitos da mulher, entre outras, mas não aceitou. Segundo ela, não quis utilizar-se da dor do filho para se transformar em símbolo, em novo mito das vítimas de erros da polícia e da imprensa.

Não é apenas o erro de apuração e a precipitada imputação de culpa a um inocente que vitimizam pessoas pela imprensa. Há também a vitimização do próprio público consumidor da notícia, quando esta é construída. Portão (1982: p. 79) assinala que:

Uma notícia mal posta pode afetar apenas uma pessoa como poderá, ainda, atingir uma coletividade inteira, dependendo da utilização maior ou menor dos meios de comunicação de massa. Uma notícia infundada corre o risco de gerar um clima de tensão e de inquietude no grupo social que – com as informações subsequentes – provocará uma série de estágios emocionais ou neurotizantes a ponto de causar o terror e o pânico.

Não só os Plochanski foram vítimas da sensacionalização do caso Maníaco da Bicicleta. Toda a população de Joinville foi, em certa medida, vitimizada também pela construção de uma “onda de violência” que, como se viu através da tabela 1, no primeiro capítulo, não existiu de fato, pelo menos não na proporção imposta pela imprensa, afinal o índice de crimes em 2000 era menor que no ano anterior. Os próprios jornalistas, a certa altura do processo de mitificação, tornaram-se vítimas das informações veiculadas por seus veículos porque passaram a acreditar na realidade que eles próprios ajudaram a construir. Sem questionar a autoridade policial nem checar informações passaram a veicular notícias que só fizeram ampliar “verdades” inexistentes.

4.1 O SENSACIONALISMO DA IMPRENSA “SÉRIA”

Por vitimologia, na Comunicação Social, Portão (1982: p.78) entende:

o estudo da vítima diante das conseqüências negativas ou criminógenas da informação transmitida pelos meios de comunicação, causando prejuízo ou danos no indivíduo, em outras pessoas direta ou indiretamente relacionadas àquele indivíduo.

Para que se caracterize a vitimologia, segundo Portão, é necessário que a informação seja transmitida por meio de comunicação de massa e encontre guarida na opinião pública; que a informação afete negativamente determinado indivíduo e lhe cause prejuízos e danos assim como a outras pessoas relacionadas à vítima e que esses danos afetem os princípios do direito do cidadão à sua própria imagem. Aloísio Plochanski enquadra-se totalmente nestas características.

Os fatores de vitimização pela imprensa são intensificados quando partem de um sensacionalismo velado, isto é, de atitude sensacionalista de veículos considerados “sérios”, pois a credibilidade do público na chamada “imprensa marrom” costuma ser menor que nos veículos que se auto-declaram comprometidos com a ética. Portão (1982: p 82) faz as seguintes observações acerca dos fatores que influem no processo de vitimização, levando em conta as condições de aculturação dos grupos sociais:

- a) A subcultura amplia os limites do alcance dos efeitos vitimológicos da informação;
- b) as características da imprensa popular [sensacionalista] se prestam para enfatizar as mensagens estigmatizando de forma mais contundente as vítimas das informações consideradas de natureza negativa;
- c) os veículos de maior aceitação nas camadas médias e alta dos grupos sociais dão às informações a credibilidade que afetará ainda mais as vítimas dessas informações negativas ou improcedentes;
- d) interesses escusos ou tramas urdidas para atingir determinados objetivos, habilmente disfarçados na apresentação da matéria, criam maiores dificuldades para qualquer esforço de desvitimização das pessoas atingidas direta ou indiretamente pela informação;
- e) as técnicas de manipulação da notícia permitem a valorização do impacto, limitando as possibilidades de reabilitação das vítimas atingidas pelas notícias infundadas ou tendenciosas. O fenômeno ocorrerá mesmo com a divulgação dos fatos verdadeiros, quando a notícia leva de arrastão outras pessoas meramente relacionadas à ocorrência, à denúncia ou aos elementos atingidos pela informação vitimológica.

Quando o leitor compra um jornal declaradamente sensacionalista, como por exemplo, o Diarinho do Litoral¹⁹, sabe que encontrará hipérboles, trocadilhos, linguagem maliciosa e repleta de frases de duplo sentido. Estudo da pesquisadora Ana Rosa Ferreira Dias demonstrou a proposital aproximação da linguagem utilizada pelos veículos sensacionalistas da oralidade a fim de buscar uma interação mais direta com o leitor, à semelhança de uma

conversação. Dias (1996) analisou o jornal “Notícias Populares”, de São Paulo como referência em sua pesquisa sobre o discurso da violência. Ela observa que, no Notícias Populares, os relatos de atos violentos são muitas vezes amenizados pela comicidade e pelo tom jocoso das matérias:

O toque de humor à fatalidade das tragédias leva os leitores do NP a contactar com uma violência filtrada pela comicidade o que, do ponto de vista de alguns críticos, institui a violação de princípios éticos que asseguram respeito ao ser humano e ao seu sofrimento, seja ele agressor, vítima ou audiência. (Dias: 1996, p. 98)

No exemplo catarinense de jornal sensacionalista, “O Diarinho”, o humor para tratar de assuntos de violência também se faz presente. Se, por um lado, a jocosidade é um desrespeito ao ser humano envolvido com a violência, por outro, revela que o jornal “brinca” com as informações nele contidas, ou seja, é uma forma de deixar claro ao leitor que o sensacionalismo está presente. Em veículos ditos “sérios”, a linguagem é sempre assertiva e não deixa espaço para questionamentos. São afirmações de verdade. Como já ficou demonstrado nos capítulos anteriores, embora utilize com predominância a linguagem referencial, os jornais – por vezes – desencadeiam campanhas persuasivas. Foi o que ocorreu na construção da situação de insegurança em Joinville, no ano 2000.

Segundo Dias (1996: p.103), o fato de a violência se apresentar como um desvio em relação a determinados estados tidos como normais, garante-lhe lugar efetivo na mídia que necessita de tais acontecimentos violentos para manter uma carga de ruptura. A instauração de um estado de violência em Joinville no ano 2000 é um exemplo de acontecimento criado pela própria mídia através do sensacionalismo velado.

No caso da divulgação do falso retrato falado do caso Maníaco da Bicicleta é interessante notar que o jornal de bairro O Vizinho, considerado por alguns profissionais da imprensa como sensacionalista por abordar temas polêmicos, não divulgou a fotografia de Aloí-

¹⁹ Jornal tablóide editado em Balneário Camboriú-SC.

sio. O diretor de O Vizinho, Altamir Andrade, explicou à autora desta pesquisa que chegou a fazer entrevistas sobre o caso, mas declinou de publicar a matéria por suspeitar de interesses políticos na questão. Coincidência ou não, o delegado Marco Aurélio Marcucci, que prendeu, em 2002, o verdadeiro autor dos estupros, candidatou-se a vereador por Joinville e foi eleito. Mais tarde acabou sendo processado sob acusação de receber dinheiro de arrombadores de caixas eletrônicos, os “caixeiros”, tema também bastante explorado pela mídia após o esfriamento do caso do Maníaco da Bicicleta.

Segundo Andrade, O Vizinho só se manifestou sobre o caso do Maníaco da Bicicleta em editorial da edição 435, em abril de 2002, após a prisão de Marlon Cristiano Duarte.

O Vizinho/ ed 435/ abril de 2002

Tarado da bicicleta existe, e agora estoriadores?

O tarado, ou maníaco da bicicleta, como ficou conhecido o réu confesso Marlon Cristiano Duarte, 26, morador do bairro Jarivatuba, agora está confirmado, existe! Ferramenteiro, casado, duas filhas e totalmente insuspeito, desde agosto de 2000, Duarte deixou parte da população joinvilense aterrorizada.

A prisão recente do confesso estuprador de seis atos consumados e de uma tentativa foi um alívio não só para as mulheres, mas, também, para outras vítimas de “estupro psicológico”.

Enquanto o ferramenteiro atacava as mulheres e a polícia não conseguia encontrá-lo, muitas estórias foram inventadas. Que o estuprador era filho de um empresário. Que a polícia já sabia quem era, mas estava escondendo o jogo. Que era uma armação de marketing político para projetar Joinville no cenário nacional e projetar o nome do prefeito...

Que as realidades dos fatos possam servir de reflexão para aqueles que gostam de inventar ou de acreditar em acusações não fundamentadas. Apesar de

não ganhar espaços nos noticiários sobre a acusação de o ex-prefeito Luiz Henrique da Silveira haver “maquinado” toda a estória, os boatos correram como rastilho de pólvora, no boca-a-boca, difamando-o.

A própria polícia, que também foi vítima da boataria, cometeu erros de pré-julgamento identificando como o maníaco um morador do bairro Atiradores. A família Plochanski até hoje vive o drama daquele erro. Quem paga por isso? Agora está criada a oportunidade para todos aqueles que saíram por aí a “fofocar” as boatarias, de se redimirem. Ao menos um pode ser responsabilizado: o Estado, pelos erros da polícia que divulgou nacionalmente a foto de um inocente. E quanto às outras vítimas? Muito difícil de serem justicadas. Talvez, só com a Divina...

No caso do Maníaco da Bicicleta o que se viu, portanto, foi uma inversão de papéis. A imprensa “séria” utilizou-se de estratégias sensacionalistas para construir a situação de violência e seu personagem símbolo e para eximir-se da responsabilidade pela divulgação do falso retrato, imputando toda a culpa às autoridades policiais. No editorial de 9 de novembro de 2000, *A Notícia* afirma:

Entidades empresariais chegaram a preparar um dossiê, entregue ao secretário de Segurança Pública, Antenor Chinatto. Como a edição de hoje de *A Notícia* aponta, o caso dos estupros em série detonou uma onda de boatos. Lamentavelmente, além de reforçar a sensação de pânico em Joinville, as falsas informações acabam atrapalhando as atividades de investigação. A cobrança pela população de respostas é saudável e faz parte dos direitos do cidadão. Equívocada é quando ocorre acompanhada de sensacionalismo.

Irônico observar que a “onda de boatos” e a “sensação de pânico” por conta do Maníaco da Bicicleta foram desencadeados pelos meios de comunicação de massa, especial-

mente pelo próprio veículo autor do editorial. O sensacionalismo criticado por *A Notícia* esteve presente desde o início da mitificação do maníaco, como demonstraram matérias anteriormente analisadas, além da insistência quase diária sobre o tema. O trecho abaixo, de matéria veiculada por *A Notícia* em 13 de outubro de 2000, exemplifica o tom sensacionalista na cobertura do caso:

Assaltos ousados, crimes misteriosos e **um homem de alta periculosidade amedrontando as mulheres da cidade**. Esse é o atual retrato de Joinville. O mês passado já está sendo chamado de "**setembro negro**" para a polícia civil e militar do município. Uma reunião entre os dois órgão (sic) está colocando em prática o **que já deveria ter sido feito há muito tempo**. "Estamos unidos para combater a criminalidade. Polícia Civil e Militar estão nas ruas e todas delegacias estão integradas", diz a delegada. [...]

No entanto, nada preocupa mais a polícia de Joinville do que um homem desconhecido que está aterrorizando as mulheres.

O sensacionalismo presente nos chamados meios de comunicação "sérios" é justamente o mais nocivo ao receptor de notícias, pois se ampara na credibilidade estabelecida sobre uma aura de idoneidade e apego à veracidade dos fatos. Portão (1982: p.75) cita a opinião do psiquiatra Carvalhal Ribas acerca dos efeitos do sensacionalismo:

Infelizmente certos jornais, impelidos pela ganância e certos interesses subalternos, deixam de insistir no objetivo de fornecer ao povo uma imprensa suscetível de elevar-lhe os padrões de cultura e de espiritualidade, em detrimento de grandes lucros.

De Alberto Dines, Portão (1982: p.76) recolhe outro argumento acerca da responsabilidade do jornalista pelos atos de sensacionalismo:

Um homem que se senta à mesa de um jornal, deve estar imbuído de uma certa responsabilidade, mesmo que o veículo seja popular. A procura de emoções e sensações não pode cegar o jornalista a ponto de fazer com que se esqueça que está lidando com vidas humanas. Uma palavra irresponsavelmente colocada pode arrasar uma vida, pode causar a morte, pode destroçar uma família.

Ao espetacularizar um tema, os veículos de comunicação, mesmo os que se intitulam comprometidos com a ética, acabam por adotar estratégias próprias do sensacionalismo, ainda que mantenham – através das escolhas lexicais – o aspecto de seriedade. É justamente tal artimanha que torna o sensacionalismo da imprensa “séria” muito mais ardiloso e mordaz que o da imprensa marrom.²⁰ É, portanto, muito mais honesto com o leitor utilizar um sensacionalismo aberto, declarado, jocoso, do que dissimular a espetacularização da notícia em um texto aparentemente imparcial apoiado na linguagem referencial.

Para Senderey (1983: p. 121), enquanto existirem pessoas que se deleitem com a leitura da crônica policial, é muito difícil esperar que jornalistas introduzam modificações construtivas em seu trabalho profissional. O mesmo autor aponta que a emissão de opiniões pela crônica policial durante processos criminais pode criar no público uma atitude mental frente ao réu com repercussão sobre o futuro do mesmo. “Devido a esta informação distorcida e com frequência intencional, grande parte do público continua crendo na inocência dos condenados e na culpabilidade dos inocentes.” (Senderey: 1983, p.123). A irmã de Aloísio Plocharski, (entrevista concedida à autora em 19/03/06) confirma a constatação de Senderey. Segunda Áurea Plocharski, mesmo depois de a imprensa ter divulgado que o retrato era falso e que Aloísio era inocente, seu irmão só podia sair da cidade para visitar parentes com uma declaração da Justiça. “Quem garante que todas as pessoas que viram a foto de Aloísio estampada como maníaco ficaram sabendo da versão verdadeira dias depois?”, questiona Áurea.

No dia 27 de outubro de 2000 em matéria publicada no AN Cidade - suplemento de *A Notícia* com circulação exclusiva na região de Joinville - a própria polícia reclama da sensacionalização na cobertura do caso Maníaco da Bicicleta. No entanto, há recursos sensacionalistas também na matéria em questão.

²⁰ Imprensa sensacionalista.

AN CIDADE 27/10/00

Providências



Delegadas Marilisa Boehm e Ruth Henn e o tenente-coronel Jari Dalbosco afirmam que investigadores, policiais e patrulheiros estão mobilizados para prender o maniaco. Falsas denúncias e boatos atrapalham ação policial. **Fotos:** Carlos Alberto e Sílvio Reinert

Figura 4 – AN Cidade on-line 27/10/00

Casos de estupro provocam pânico

Policiais pedem que população tenha calma e faça denúncias

Uma onda de boatos invadiu as ruas de Joinville desde a divulgação dos casos de estupro ocorridos entre o final de agosto e o início de outubro. Praticados, provavelmente, pelo mesmo homem, os crimes aconteceram nas proximidades do centro, entre os bairros Glória e América. Os fatos deixaram a população em alerta. **Mais do que isso, estão causando pânico e fomentando todo tipo de especulação.**

Apesar da boataria sobre novos ataques, a Polícia Civil confirma quatro casos entre os dias 29 de agosto e 5 de outubro. Já o Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) tem quatro registros entre os dias 2 e 10 de outubro (que podem

coincidir, já que os nomes das vítimas não foram divulgados). Além disso, a Polícia Civil não acredita que as últimas tentativas alardeadas tenham sido feitas pelo “maníaco da bicicleta” ou “tarado do América”, como o esturador é conhecido.

“Nos primeiros registros feitos pela Polícia Civil, as características eram as mesmas. Depois da divulgação do retrato falado (dia 9/10), os ataques do maníaco cessaram e começaram a aparecer os aproveitadores”, aposta a delegada regional Marilisa Boehm. Para a delegada Ruth Henn, da Delegacia da Mulher, **a população precisa manter a calma**. “Estamos tomando todas as providências e cerca de cem pessoas já foram submetidas ao reconhecimento”, informa.

Para acabar com os boatos, Marilisa Boehm sugere que as informações sejam repassadas inicialmente à polícia. **“Não adianta procurar os meios de comunicação, já que alguns programas são sensacionalistas”**, dispara, dizendo que a **imprensa só ajuda se tiver critérios**. “A imprensa tem responsabilidade com a verdade”, acrescenta.

O comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Jari Dalbosco, concorda com a delegada. “A imprensa tem um papel importante, **mas não pode apelar para o sensacionalismo**. Há programas de televisão divulgando casos que não estão registrados na Polícia Militar, Civil ou hospitais”, critica, sugerindo que as pessoas selecionem melhor a fonte de informações.

De acordo com a delegada regional, os investigadores, policiais e até patrulheiros da Polícia Rodoviária estão mobilizados para prender o maníaco. “O problema é que temos outras inúmeras ocorrências para atender. O serviço policial não é brincadeira”, lembra. “É possível até que tenha alguém interessado em dispersar as investigações”, comenta, referindo-se ao fato de a delegacia receber, em um mesmo horário, denúncias de tentativas de estupro em lados opostos da cidade.

A PM enfrenta o mesmo problema. **A cada dia, o Copom recebe de 30 a 40 ligações sobre o caso, mas apenas 10% das informações têm fundamento.**

"Há quem ligue para fazer brincadeira, passar trote ou apenas conversar, especular sobre os boatos", informa. Até a manhã de quarta-feira, 36 suspeitos foram encaminhados pela PM à Delegacia da Mulher. E mesmo com o **temor que se instalou em Joinville**, a PM informa que, na média, o número de casos de estupro não aumentou. Segundo estatísticas do Copom, de janeiro a outubro de 1999, foram 13 casos de estupro e 34 tentativas. Este ano, no mesmo período, a PM registrou nove casos de estupro e 25 tentativas (dessas, sete aconteceram em outubro). Na avaliação de Jari Dalbosco, a divulgação de que um maníaco estaria agindo na cidade pode ter motivado as vítimas a denunciarem. "Sabendo que existe a possibilidade de a prisão acontecer a qualquer momento, as pessoas se encorajaram", acredita.

Abordagem segue ritual

O medo de que o estupro faça novas vítimas está afetando a rotina das mulheres que vivem em Joinville e precisam caminhar sozinhas pelas ruas. Mesmo sem dominar técnicas de autodefesa, é possível ampliar a margem de segurança se as pessoas estiverem sempre atentas, já que a maioria dos ataques acontece quando a vítima está alheia aos sinais clássicos.

A abordagem costuma obedecer a um ritual, que se repete em todos os lugares do mundo. O agressor seleciona a vítima ao perceber que ela está despreparada. Depois, acompanha seus movimentos, cruzando várias vezes o caminho. Outra tática é cercar a vítima com uma pergunta simples, a fim de distraí-la. Embora os especialistas admitam que não há receita infalível contra um estupro ou assalto, todos concordam que a melhor maneira é a prevenção.

O instrutor de defesa pessoal da Escola Técnica de Segurança, Icracir Rosa, explica que o mais importante é não criar oportunidades. "As pessoas que não estão tecnicamente preparadas devem evitar qualquer tipo de reação. O fundamental é prevenir", revela o especialista, que também é professor de judô e defesa pessoal na Faculdade de Educação Física da Univille.

A preocupação com o sensacionalismo em torno do caso Maníaco da Bicicleta já aparece na chamada de capa: "Falsas denúncias e boatos **atrapalham** ação policial", mas o título da matéria, por si só, dita o tom sensacionalista também para o texto que critica a espetacularização: "Casos de estupro provocam **pânico**" e na linha de apoio: "Policiais **pedem que população tenha calma** e faça denúncias". A palavra pânico, sinônimo de "pavor repentino" remete a idéia de uma situação da qual não se pode escapar e a solicitação de calma, por parte da polícia, pressupõe um estado de desespero entre a população joinvilense o que não corresponde à realidade. Mesmo com tanta ênfase dada ao Maníaco da Bicicleta, as pessoas prosseguiram suas rotinas, talvez mais apreensivas, é verdade, mas longe de estarem em "pânico". Apesar de reclamar do excesso de telefonemas, a matéria solicita que os joinvilenses continuem a denunciar suas suspeitas acerca do tarado.

O primeiro parágrafo refere-se a uma "**onda de boatos que invadiu as ruas de Joinville**", mas é necessário lembrar que o Maníaco da Bicicleta ganhou evidência através das páginas de veículos de comunicação considerados não-sensacionalistas, inclusive o próprio jornal *A Notícia*. Ao fim do mesmo parágrafo, o jornalista recorre ao que a teoria da relevância chama de "implicatura escalar", para enfatizar a ampliação do sentimento de temor pela população: "Os fatos deixaram a população em alerta. **Mais do que isso, estão causando pânico** e fomentando **todo tipo de especulação.**" A expressão "mais do que isso" visa a ampliar a sensação de pavor diante do maníaco.

Na fala da delegada: “a população **precisa** manter a calma”, a escolha do verbo também serve para indicar que as coisas estão fora de controle. Em seguida, a delegada passa a reclamar da espetacularização em torno do caso: “Não adianta procurar os meios de comunicação, já que **alguns** programas **são sensacionalistas**.” O pronome indefinido impede a generalização e permite que *A Notícia* se exclua do rol dos veículos sensacionalistas. Tal artimanha de exclusão fica mais evidente na fala do comandante da Polícia Militar: “A imprensa tem um papel importante, **mas** não pode **apelar para o sensacionalismo**. Há **programas de televisão** divulgando casos que não estão registrados na Polícia Militar, Civil ou hospitais”. O recorte da fala do comandante restringe o sensacionalismo à televisão e deixa caminho livre para que estratégias sensacionalistas sejam utilizadas no mesmo texto que critica a espetacularização. Do modo como a crítica ao sensacionalismo é apresentada, seguida pelo conselho de que as pessoas “selecionem melhor a fonte de informações”, o leitor é levado a supor que está diante de um veículo que não utiliza o sensacionalismo.

A matéria acaba fornecendo alguns dados que dão idéia das conseqüências concretas do sensacionalismo entre a população: “A cada dia, o Copom recebe de 30 a 40 ligações sobre o caso”, “apenas 10% das informações têm fundamento”.

A matéria ainda revela, pela primeira vez, e antes mesmo do caderno principal de *A Notícia*, que o número de estupros em 1999 era maior que em 2000. “E mesmo com o **temor que se instalou em Joinville**, a PM informa que, na média, o número de casos de estupro não aumentou. Segundo estatísticas do Copom, de janeiro a outubro de 1999, foram 13 casos de estupro e 34 tentativas. Este ano, no mesmo período, a PM registrou nove casos de estupro e 25 tentativas (dessas, sete aconteceram em outubro).” Em *A Notícia*, tal comparação só aparece no dia 4 de novembro, através de uma tabela divulgada pela PM (Cf tabela 1). A construção da “onda de violência” em Joinville, motivadora de uma operação especial da po-

lícia, já nasceu de uma estratégia sensacionalista, a de produzir artificialmente um acontecimento.

Na retranca “Abordagem segue ritual”, a espetacularização do caso prossegue em: “**O medo** de que o estuproador faça novas vítimas **está afetando a rotina das mulheres** que vivem em Joinville e precisam caminhar sozinhas pelas ruas.” A palavra “medo” e o verbo no gerúndio “está afetando a rotina” reforçam a idéia inicial do título de que a cidade continua mesmo em pânico.

Em seu livro “O Império do Grotesco”, Muniz Sodré e Raquel Paiva apontam que, do ponto de vista da forma discursiva, o grotesco mostra-se genericamente como “representado” ou “atuado”, isto é, vivenciado. É “representado” quando ocorre em situações da comunicação indireta e a imprensa, ao lado da literatura, é um desses meios de suporte escrito. No suporte imagístico os autores enquadram pintura, escultura, arquitetura, desenho, fotografia, cinema e televisão. Entre as espécies de grotesco, Sodré e Paiva (2002: p.66) estabelecem o escatológico (excreções, dejetos humanos), taratológico (deformações, aberrações), crítico (caricatura, charge) e o chocante, onde enquadram o sensacionalismo. O grotesco, por ser diferente do trivial, insere-se com frequência na pauta jornalística.

Para Costa (2002: p. 132), a estética da violência está presente no jornalismo não apenas no conteúdo, mas também na forma advinda de uma mecanização cada vez mais irracional. Os avanços tecnológicos levaram à necessidade de abastecer continuamente e sempre com maior rapidez o fluxo de informações. A própria pirâmide invertida, que subverte o tempo cronológico para favorecer a informação que é mais relevante e assim chamar a atenção do leitor contribui para a adoção da estética da violência. Assim, os efeitos recebem mais destaque que as causas. Para Costa (2002:p.133-135),

A estética da violência está entranhada na natureza dos *mass media* como uma condição inerente, ou seja, a discussão sobre a ideologização da mensagem não recai apenas na narrativa e nos propósitos discursivos de evidenciar determinados aspectos da realidade. A maneira como as informações são condicionadas à natureza dos

veículos, a separação entre autonomia e heterodeterminação cultural, a política de adequar a programação às estatísticas de audiência, ampliando o espectro de receptores em detrimento da qualidade estética, conteudística no seu conjunto, dizem muito da violência simbólica presente na indústria cultural. [...] A compulsão pela novidade informativa e a exploração da curiosidade, do grotesco, acomodando a narrativa dos fatos à determinação da lógica de que tudo deve fluir rapidamente e paradoxalmente de forma repetitiva em diversos canais, meios e circunstâncias, traz comprometimentos à formação da sensibilidade em tal ordem que, de modo crescente e cumulativo, o receptor deixa de ser capaz de se sensibilizar quanto ao trágico, à miséria, à dor.

Tal banalização de conteúdos por estratégias sensacionalistas não atinge apenas o consumidor de notícias, mas também os próprios jornalistas a ponto de, na luta diária por informações que “vendam jornal”, esquecerem seus valores éticos. No corre-corre de uma redação que precisa ser cada vez mais ágil para atender não apenas a edição do dia seguinte, mas as versões on-line, instantâneas, o fazer jornalístico adota ritmos cada vez mais frenéticos e deixa de lado, em nome da velocidade, o cuidado com a qualidade da informação, ainda que para tanto necessite render-se aos métodos sensacionalistas. Somente quando pecados éticos mais graves vêm à tona, como o episódio do falso retrato falado e comprometimento da imagem de Aloísio Plochasrki, é que jornalistas relembram com mais ênfase de sua responsabilidade para com o público. Tal efeito, contudo, costuma ser passageiro, visto que a mecanização cada vez mais acelerada da sociedade exige mais novidades, mais fatos que agucem a curiosidade de um público para o qual a violência é cada vez mais banal.

Na ânsia de conquistar a atenção deste leitor que já não se surpreende com qualquer coisa, o jornalismo cede à tentação de mitificar suas coberturas. Além desse fator, pesam aspectos como imposição de interesses econômicos, modus operandi arraigado e reprodução de mitos mais abrangentes.

Ao discorrer sobre a sensacionalização de fatos sociais, personificação de acontecimentos históricos e redução do real ao factual, ingredientes utilizados para explorar a emoção e interesse do público, Costa (2002: p.137-138) elenca fatores que coincidem com as estratégias adotadas para espetacularizar o caso do Maníaco da Bicicleta:

- a) utilização de chamadas e títulos sintéticos, que exploram o inusitado e causam uma imediata curiosidade, uma vez que agrupam idéias, personagens e contextos de forma espetacular, inusitada;
- b) construção da narrativa jornalística fundamentada no lead e/ou pirâmide invertida, criando condições para racionalizar o processo de seleção e exclusão de informações, de modo a possibilitar, em tese, uma imediata compreensão do enunciado e dos agentes envolvidos na informação; [...]
- c) a indistinção entre o real e sua representação torna-se ainda mais emblemática com o aparecimento da fotografia digital, da exploração mais acentuada de informações e de imagens que simulam e criam simulacros; [...]
- d) mediação do dado informacional em relação à totalidade dos acontecimentos, descartando qualquer possibilidade de expressão objetiva da realidade e a neutralidade jornalística.

Como exemplo do fator “a” recorde-se alguns dos títulos empregados por *A Notícia* durante a cobertura do caso Maníaco da Bicicleta:

Maníaco da bicicleta estupra em Joinville

Sai retrato falado de esturador

Mais uma jovem é estuprada em Joinville

Casos de estupro provocam pânico

Os títulos acima buscam aguçar a curiosidade do leitor de formas diferentes. O primeiro apresenta o personagem, por isso a alcunha escolhida para o esturador aparece antes mesmo da primeira matéria sobre o caso. A partir do segundo título apontado acima, o jornal já supõe um acompanhamento do caso pelo público. O terceiro obedece a uma escala quantitativa, através da expressão “mais uma”, ou seja, há o pressuposto de que outras jovens já foram esturadas, mesmo sem que o leitor precise ler a matéria em questão ou não tenha lido as matérias anteriores. O último título citado apela de vez para o sensacionalismo expresso pela palavra “pânico”.

A pirâmide invertida, aliada aos recursos do estereótipo e da mitificação, ajuda a compor a espetacularização do caso a fim de provocar uma rápida compreensão do leitor, como mostra a matéria de “estréia” do maníaco em *A Notícia*:

Um homem de estatura mediana, aproximadamente 1m65, loiro, olhos claros e que anda sempre com uma bicicleta azul, possivelmente de marcha, **está aterrorizando** a comunidade de Joinville.

O objetivo principal deste lead, justamente o de sensacionalizar o caso a fim de provocar a atenção do leitor para o desenrolar dos acontecimentos nos dias seguintes, fica claro na locução “está aterrorizando”. O gerúndio evidencia uma ação em curso, antevendo os desdobramentos do caso. Note-se que o fato propriamente dito, ou seja, a série de estupros, só aparecerá com maiores detalhes no final do texto, mais precisamente em outra retranscrição:

Os registros de ocorrências começaram a aparecer em 29 de agosto. De acordo com uma das vítimas, caminhava pela rua Almirante Tamandaré, no bairro América, próximo ao centro, por volta das 21h30, quando foi abordada pelo suspeito. Loiro, estatura mediana, olhos claros, sotaque normal, usando um boné e moletom azul, armado com um revólver, ele ameaçou a vítima. Disse que era um assalto e a forçou ir até um matagal, nas proximidades, onde a estupro.

O lead, técnica básica do jornalismo, carrega em seu bojo a possibilidade de sensacionalizar, de evidenciar o grotesco, o diferente, o anormal.

No caso Maníaco da Bicicleta, o simulacro, apontado por Costa, na alínea “c”, voltou-se contra seus artífices. De fato, a fotografia de Aloísio Plochanski foi modificada em computador, ganhou um boné e se transformaria na imagem do Maníaco, não fosse a denúncia da família de Aloísio. A certa altura dos acontecimentos, na noite em que o *Fantástico* exibiu o falso retrato, o próprio Aloísio chegou a ter dificuldade para separar a realidade da representação. Em entrevista à autora (19/03/06) contou que, após saber que seu rosto estava na TV, imaginou que tudo pudesse ser parte de uma armação para realmente condená-lo por crimes que não cometera. Minutos depois da aparição da fotografia no programa da Rede Globo, a família Plochanski, abalada pela notícia, ouviu passos no lado de fora da casa. Ao

abrir a porta, a mãe de Aloísio topou com um policial que segurava uma escopeta na mão. A casa estava cercada pela polícia e, segundo relato da família, o delegado Dirceu Silveira Júnior, sem qualquer mandado, invadiu a residência, acompanhado de outros policiais. “Reviraram tudo. Acharam apenas um canivete de escoteiro e uma faca de pesca no guarda-roupa de Aloísio, mas minha mãe não deu trégua pra eles (os policiais). Onde eles iam ela ia também porque tinha medo de que alguém plantasse alguma falsa prova do crime”, conta Áurea Plochanski.

De repente, a vida dos Plochanski parecia sair da realidade direto para um filme. A família tinha todos os motivos para não confiar mais na segurança de fatos concretos, afinal, dias antes, policiais à paisana, em um Gol branco, procuraram por Aloísio dizendo ter um emprego a oferecer. O rapaz acompanhou-os até a delegacia onde foi submetido a um teste de reconhecimento pelas vítimas do estupro mais procurado da cidade. Nenhuma das mulheres o reconheceu e Aloísio pensou estar livre daquele mal entendido. No entanto, a partir daquele dia, sua mãe percebeu movimento diferente na pacata rua onde moram. Rondas policiais, pessoas estranhas na frente da casa e até helicópteros sobrevoando o bairro. Mas, como não houve reconhecimento por parte das vítimas e, nem poderia haver, visto que Aloísio era inocente, a família seguia sua rotina. A aparição da foto de Aloísio no *Fantástico* fez com que a representação invadisse a realidade dos Plochanski. Não podiam mais confiar na polícia, por isso a desconfiança de que tudo pudesse ser uma ardilosa trama para transformar Aloísio em bode expiatório dos estupros. “Até hoje não sabemos direito como a polícia teve acesso àquela fotografia do Aloísio tirada anos antes”, conta Áurea.

O simulacro, como cópia quase perfeita da realidade, e o mito, naturalização de uma fala inventada, acabam envolvendo até mesmo seus criadores numa suprarrealidade. Jornalistas joinvilenses à época da “caçada ao maníaco” pareciam acreditar em sua própria invenção de situação de violência generalizada na cidade a ponto de nem mais os fatos – como

as estatísticas de ocorrências policiais – serem suficientes para evidenciar que não havia um alarmante aumento de criminalidade, quando muito a concentração maior de ocorrências em um mesmo mês.

O fator exposto na alínea “d” também ocorreu na cobertura do caso Maníaco da Bicicleta. O esturpador passou a ser símbolo da situação de insegurança criada. Apenas os acontecimentos com maior margem ao sensacionalismo foram abordados.

4.2 A VIOLÊNCIA COMO PRODUTO

Costa (2002: p.169) leva a refletir, com suas constatações, que questões como o sensacionalismo, a banalização da violência, a espetacularização de acontecimentos e a personificação de fatos históricos integram uma gama muito maior de relações numa rede que é fruto do sistema capitalista. É por isso que a forma, além do conteúdo, corrobora para que o sensacionalismo esteja presente também nos chamados “veículos sérios”.

A estética da violência, dado o estágio avançado das forças produtivas do capitalismo, deve ser compreendida pela racionalidade técnica presente na conformação do formato das mercadorias simbólicas. Sua interpretação não se esgota apenas na manifestação do conteúdo da notícia, pois é a expressão da aparência do fenômeno do sensacionalismo que, em sua totalidade, incorpora também a forma e as condições de sua produção. (Costa: 2002, p.169)

O jornalista e os veículos noticiosos integram uma rede de poder. A manutenção da posição nesta rede inclui estratégias econômicas, sociais e culturais. Sobreviver no mercado atual da informação exige cada vez mais agilidade, ampliando a pressão do *dead line*²¹.

²¹ Prazo final para fechamento de matéria jornalística

A utilização de narrativas que se aproximam da ficção, seja pela criação de personagens, pela elaboração de um enredo que renda desdobramentos à semelhança de uma novela e o uso de fórmulas estereotipadas são reflexos já condicionados para atender às exigências ideológicas vigentes de evitar contradições, unificar entendimentos, agilizar compreensões. Arbex Jr (2001) também aborda a pressão cada vez mais acirrada do tempo sobre a informação:

Ora, em um mundo em que a informação existe em abundância, para todos, tanto a rapidez como a eficácia na capacidade de obter uma informação exclusiva e na de disseminá-la adquiriram uma urgência dramática, acirrando ainda mais a competição entre os vários veículos de comunicação de massa. Ser mais rápido tornou-se uma demonstração de prestígio, de poder financeiro e político. É por essa razão que toda a produção da mídia passa a ser orientada sob o signo da velocidade (não raro da precipitação) e da renovação permanente.

Por fazer parte de uma cadeia maior de estratégias, o sensacionalismo muitas vezes nem é percebido por quem o manipula, nem pelos jornalistas nem pelos leitores. A violência é, portanto, um produto exigido pelo mercado da informação. Nos atos violentos, o enredo típico das narrativas ficcionais está pronto: há um vilão e há os mocinhos na luta do bem contra o mal. As histórias de violência são, em sua maioria, repetitivas. Mudam-se os personagens, mas os enredos assemelham-se. A freqüente recorrência do tema na mídia faz com que o público consumidor de notícias espere por detalhes que lhe tragam o “novo”, o “inusitado”. Foucault (2000: p. 215-216), ao comentar a narrativa de crimes em panfletos que circulavam pela Europa no início do século XIX, mostra que a receita de espetacularização não é algo recente, embora tenha se tornado prática comum na era da informação:

É preciso prestar atenção nestas palavras que tão freqüentemente reaparecem nos títulos dos panfletos: detalhe, circunstância, explicação, acontecimento. Elas designam, com efeito, muito bem, a função dessa espécie de discurso em relação à importância que jornais e livros davam aos mesmos fatos: mudar de escala, aumentar proporções, fazer aparecer o grão minúsculo da história, abrir ao cotidiano o acesso da narração. Para operar esta mudança é preciso, por um lado, fazer entrar na narrativa elementos, personagens, nomes, gestos, diálogos, objetos, que na maioria das vezes aí não têm lugar por carência de dignidade ou importância social; e é preciso, por outro lado, que todos esses pequenos acontecimentos, apesar de sua freqüência e monotonia, surjam como singulares, curiosos, extraordinários, únicos, ou quase, na memória dos homens.

Tal esforço a que se refere Foucault tornou-se prática integrada à rotina do jornalismo moderno. O público consumidor de notícias acostumou-se a acompanhar tais narrativas e o repórter especializou-se em produzi-las, quase que mecanicamente. Sensacionalizar, portanto, faz parte do *modus operandi* do jornalismo desde sua essência de explorar o inusitado, mas também serve como estratégia vinculada ao sistema capitalista, ou seja, oferecer ao público o produto desejado. Na elaboração da pauta, já se recomenda buscar o gancho mais interessante da matéria, abordar o desvio da normalidade. Para Costa (2002: p. 153), a sensacionalização dos fatos, utilizada para superar a concorrência, é inescapável da essência da produção jornalística que deve “organizar, sintetizar, dispor os acontecimentos como choques de estranhamento, cada vez mais espetaculares, inusitados.” O autor também constata que “Na indústria cultural, a informação jornalística, até mesmo nos veículos considerados sérios, coloca-se a serviço do esquematismo da produção ficcional romanesca” (Costa: 2002, p 159). A ostentação de uma bandeira anti-sensacionalista pelos chamados veículos “sérios” não passa, portanto, de uma farsa para conquistar a credibilidade de seus leitores e, ao mesmo tempo, denegrir a imagem de seus concorrentes declaradamente sensacionalistas.

O caso Maníaco da Bicicleta sofreu um esfriamento após a exploração do episódio do falso retrato falado que acusava injustamente Aloísio Plocharski pela autoria dos estupros. Quando retornou à baila, em 2002, em decorrência da prisão do verdadeiro autor dos estupros - Marlon Cristiano Duarte - novamente a imprensa “séria” recorreu a artifícios de sensacionalização para reacender no público o interesse que o caso obtivera dois anos antes. Desta vez, porém, a polícia tomou o cuidado de só liberar informações à imprensa depois do reconhecimento das vítimas. Marlon foi detido em 4 de abril de 2002, mas a divulgação da prisão para a imprensa só ocorreu no dia 16 e apareceu nos jornais no dia seguinte. Há resquícios do tom sensacionalista no texto, mas em menor escala se comparado à fase de mitificação do maníaco.

A Notícia 17/04/02



Fim de caso

Os delegados Marco Aurélio Marcucci e Ruth Henn, da DIC, exibem as fotos e o retrato falado do homem acusado de estupros em Joinville (foto Salmo Duarte). [POLÍCIA](#)

"Maníaco da bicicleta" preso em Joinville

Quase dois anos depois da série de ataques que apavorou a cidade, o caso do maníaco da bicicleta foi elucidado pela polícia de Joinville. O ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, preso desde o dia 4, foi reconhecido por todas as vítimas e acabou confessando a autoria de cinco estupros. Uma das mulheres chegou a reconhecê-lo apenas pela voz. A prisão aconteceu porque ele voltou a atacar em março, usando a mesma tática. [POLÍCIA](#)

Figura 5 – A Notícia on-line chamada principal 17/04/02

Chega ao fim a caçada ao "maníaco da bicicleta"

Ferramenteiro confessa ser o responsável por cinco estupros

Marcos de Oliveira

Após quase dois anos de investigação e depois de **ter espalhado pânico** em Joinville, a polícia encontrou o **temido** "maníaco da bicicleta". Ontem, na Divisão de Investigação Criminal (DIC, onde está preso desde sexta-feira), o mecânico ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, 26 anos, confessou ser o autor de cinco estupros e um atentado. Casado, dois filhos, residente no bairro Jarivatuba, o acusado foi reconhecido por todas as vítimas dos crimes ocorridos de maio a setembro de 2000 e um caso em março deste ano. A Justiça decretou a prisão preventiva do operário.

A identificação do maníaco aconteceu porque ele voltou a atacar no último dia 5 de março. A vítima, uma mulher de 20 anos, retornava do trabalho para casa quando foi atacada por ele, que usava uma bicicleta, no bairro Bucarein. O caso colocou em alerta a polícia que em 2000 acompanhou crimes semelhantes, cujo autor usava um bicicleta. A prisão só aconteceu no último dia 4, em um telefone público, no bairro onde reside, quando tentava um encontro e ameaçava uma mulher.

A PM foi acionada e o localizou. Detido, foi levado para a Delegacia de Proteção à Mulher. Ali, sua aparência, idêntica à descrição do "maníaco da bicicleta" chamou a atenção das policiais. "Tínhamos um caso recente. Fotografamos o suspeito que depois de prestar depoimentos - onde forneceu todos os dados e endereço - foi liberado", conta a delegada Ruth Henn. Através da foto, a sua última vítima reconheceu Marlon. "Ela não teve dúvidas em apontá-lo. Inclusive, antes de vê-lo, a vítima reconheceu sua voz", explica a policial. As investigações foram retomadas e com as provas obtidas foi solicitada a prisão de Marlon Duarte para facilitar a apuração dos crimes. Na sexta-feira ele foi detido em sua casa. "Ele pretendia se mudar de endereço no sábado", disse delegado Marco Aurélio Marcucci, da DIC.

Desde sua prisão, até as 17 horas de ontem, Marlon negou seu envolvimento nos crimes. Durante a coletiva para a imprensa, os delegados Marco Aurélio Marcucci e Ruth Henn foram chamados à cela onde estava o acusado, que havia decidido confessar a autoria dos crimes. Sua decisão ocorreu após obter a garantia de que não seria exposto à imprensa e que não seria removido ao presídio de Joinville.

A bicicleta azul que usava para abordar suas vítimas, em 2000, não foi encontrada. Atualmente estava com uma bicicleta prateada, supostamente usada no estupro cometido no dia 5 de março.

Na chamada de capa, a sensacionalização transparece na escolha lexical pelo verbo “apavorar” a fim de remeter o leitor à série de estupros cometidos em 2000. O título utiliza a palavra “caçada” para referir-se a ação policial. O substantivo serve para relacionar a figura do estuprador a de um animal e deixar implícito que o trabalho policial de investigação sobre o caso havia perdurado, mesmo durante o período em que o estuprador interrompeu sua atividade.

O primeiro parágrafo reforça a sensacionalização na frase: “Após quase dois anos de investigação e **depois de ter espalhado pânico** em Joinville”. Quem, na verdade, espalhou pânico na cidade foi a própria mídia. O adjetivo “temido” também serve para ampliar a importância do personagem central da narrativa.

Como mostrará o próximo capítulo, a sensacionalização nas matérias que se seguiram à prisão de Marlon é ainda mais explícita e recorre ao discurso do arrependimento e depois ao discurso psiquiátrico para captar a atenção do público ao caso. O uso de imagens também é apelativo, como a foto de capa da edição de 18 de abril de 2002, em que aparece a mãe do estuprador chorando ao lado da foto de Marlon em pose de bom moço. (Cf cap.5)

Arbex Jr (2001: p.69), recorre ao filósofo e diretor de cinema Guy Debord para delinear uma definição de sociedade do espetáculo:

O espetáculo – diz Debord – consiste na multiplicação de ícones e imagens, principalmente através dos meios de comunicação de massa, mas também dos rituais políticos, religiosos e hábitos de consumo, de tudo aquilo que falta à vida real do homem comum: celebridades, atores, políticos, personalidades, gurus, mensagens publicitárias – tudo transmite uma sensação permanente de aventura, felicidade, grandiosidade e ousadia.

O espetáculo é a aparência que confere integridade e sentido a uma sociedade esfacelada e dividida. É a forma mais elaborada de uma sociedade que desenvolveu ao extremo o “fetichismo da mercadoria” (felicidade identifica-se ao consumo). Os meios de comunicação de massa – diz Debord – são apenas a “manifestação superficial mais esmagadora” da sociedade do espetáculo, que faz do indivíduo um ser infeliz, anônimo e solitário em meio à massa de consumidores.

A troca simbólica que o sensacionalismo nos meios jornalísticos considerados “sérios” proporciona é uma via de mão dupla. Abastece o consumidor de notícias com narrativas fáceis de assimilar e que não requerem esforço reflexivo, ao mesmo tempo que emprestam a este leitor a sensação de estar bem informado. Por outro lado, garantem ao sistema jornalístico a comodidade de manter um *status quo* seguro, com o domínio de técnicas automatizadas pela redação/edição e a certeza de que encontrarão aceitação pelo público já acostumado ao espetáculo. A espetacularização é uma fórmula de produção voltada ao mercado. Ocorre que, ao ostentar uma aura de isenção e seriedade, mais que isso, ao se enquadrarem na categoria de não-sensacionalistas, os veículos de comunicação vendem uma imagem enganosa para assegurar sua credibilidade. Outorgam-se a capacidade de definir o que é ou não relevante para o público consumidor de notícias em nome de atender às expectativas desse mesmo público. O antropólogo Hélio Silva, em artigo publicado em *A Fenomenologia da Violência* (Gauer et Gauer:2002, p.43) observa:

A violência tornou-se uma mercadoria que todos os nossos veículos de informação abrigam sem pestanejar, enquanto vacilam seriamente em conceder duas ou três linhas para informar o leitor do surgimento de uma obra científica ou literária.

Não apenas os veículos de comunicação assimilam a violência como parte integrante de sua rotina, mas a mesma aceitação é institucionalizada pelo sistema punitivo. Os presídios, manicômios, centros de recuperação de menores fundamentam-se na exclusão dos maus do convívio com os bons. A imprensa só faz fortalecer a estigmatização por meio de suas narrativas de maniqueísmo bem marcado. Na matéria jornalística o efeito sobrepõe-se à causa. Na disputa pela atenção do consumidor de notícia, os veículos de comunicação de massa não hesitam em utilizar mecanismos sensacionalizantes até mesmo num dos poucos espaços jornalísticos que deveria privilegiar a reflexão sobre causas, o editorial. Segundo Senderey (1983: p.125), o editorial “por sua maior capacidade de ponderação, tem em suas penas a

delicada tarefa de orientar a opinião pública”. No entanto, como já evidenciou o capítulo 2, os veículos de comunicação “sérios” podem utilizar o editorial para defesa de si próprios enquanto anti-sensacionalistas, ainda que seus textos noticiosos mostrem o contrário. O sensacionalismo e a autodefesa surgem até mesmo nos editoriais de veículos ditos comprometidos com a ética.

A Notícia – Editorial 18/4/02

Joinville mais tranqüila

Com a prisão do "maníaco da bicicleta", a população de Joinville já pode voltar à rotina com mais tranqüilidade e segurança. A polícia agiu com presteza dessa vez.

Mesmo considerando que a polícia **só** conseguiu identificar e deter o chamado "maníaco da bicicleta", acusado de estupros em Joinville, **com dois anos de atraso** e em decorrência de seu retorno "à atividade", deve-se reconhecer que **desta vez** ela agiu com diligência, logrando prender um cidadão perigoso que muita intranqüilidade trouxe à comunidade.

O ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte está preso desde o último dia 4, e pelo menos cinco vítimas o identificaram com segurança. Uma delas o reconheceu só pela voz como autor da abordagem feita há cerca de dois anos. Não apenas neste caso do "maníaco da bicicleta" em Joinville, mas também nos repetidos casos de desmanche de veículos - na localização de oficinas especializadas na receptação de carros roubados - **a Polícia Civil catarinense vem conseguindo ótimo desempenho nas últimas semanas**. Trata-se de **eficiência que resulta da melhor atenção que o governo vem dando à segurança pública**, realizando grandes investimentos em equipamentos, veículos e pessoal.

Quando a população reclama do aumento da criminalidade e da violência nas cidades catarinenses, **a mídia sempre repercute os casos mais dramáticos** - como o do "maníaco da bicicleta", que mereceu **até** cobertura da imprensa nacional e de importantes redes de televisão - **e cobra do poder público** mais recursos, mais investimento, mais ação efetiva. **Quando a polícia consegue mostrar serviço**, especialmente nas investigações em torno dos "desmanches" de carros, **é preciso também reconhecer o trabalho eficiente**.

No caso de identificação do ferramenteiro-estuprador de Joinville, **vale elogiar o trabalho dos delegados que souberam manter sigilo** depois que o "maníaco da bicicleta" voltou a atacar em março deste ano, usando "a mesma tática e a mesma técnica". (Há quase dois anos, foi liberada a foto de outra pessoa, num **incidente realmente lamentável e desabonador para a polícia**.) As diligências foram feitas com empenho, e o resultado é que a população joinvilense, que sempre aguardou a detenção do **desajustado**, agora vive mais tranqüila.

Milhares de mulheres que trabalham durante o dia e freqüentam instituições de ensino à noite deixam assim de se sentirem ameaçadas. Muitas até tiveram de alterar sua rotina, para escaparem à sanha do maníaco. Aplausos para a polícia, portanto.

O trecho em destaque, no início do editorial, reforça a idéia, plantada desde o surgimento do Maníaco da Bicicleta, de que o estuprador era o símbolo maior da insegurança na cidade. Na frase: "Com a prisão do maníaco da bicicleta, a população já pode voltar à rotina com mais tranqüilidade", leva a pressupor que antes da prisão de Marlon, a cidade continuava em clima de intranqüilidade, embora nem a imprensa, nem a polícia falassem mais dos casos de estupro. A autodefesa do jornal, contextualmente relacionada ao episódio do falso retrato falado, é expressa na oração "A polícia agiu com presteza dessa vez", ou seja, das ve-

zes anteriores (subentendida a divulgação da foto de Aloísio), faltou presteza policial. Mais uma vez, o jornal – a esta altura alvo da ação indenizatória movida pelos Plocharski – isentasse da responsabilidade pela informação errada.

O editorial acima se serve da mesma estratégia adotada no editorial de 9 de novembro de 2000: criticar e elogiar a polícia ao mesmo tempo. A crítica fica pressuposta no início do texto: “**Mesmo** considerando que a polícia **só** conseguiu identificar e deter o chamado “maníaco da bicicleta” [...] **com dois anos de atraso e em decorrência de seu retorno à atividade**” . A crítica contradiz a matéria do dia anterior, que dava a entender que a polícia continuava trabalhando no caso do Maníaco da Bicicleta: “Após quase dois anos de investigação”. No editorial, a versão é de que a polícia só prendeu Marlon porque este voltou a estupro. O editorialista reconhece novamente que “desta vez”, a polícia agiu com diligência, ou seja, reforça contextualmente a idéia de que o jornal não teve qualquer responsabilidade pela informação errada no episódio do falso retrato falado.

No segundo parágrafo, o editorial ameniza as críticas com elogio não só à polícia, pela eficiência demonstrada nas “últimas semanas”, como também ao governo estadual, pelos “grandes investimentos em equipamentos, veículos e pessoal”. Em seguida, o editorialista reforça seu compromisso com a imparcialidade ao afirmar que “a mídia sempre repercute os casos mais dramáticos” de violência e “cobra” soluções do poder público, mas também sabe “reconhecer o trabalho eficiente” “quando a polícia **consegue** mostrar serviço”. Além de fortalecer a imagem de imparcialidade do jornal, o editorial destaca a posição de “guardião” dos direitos da sociedade que cobra soluções dos governantes.

A mesma imprensa que pressionou as autoridades policiais a divulgarem o falso retrato falado e mais detalhes sobre a investigação após a aparição da foto de Aloísio no Fantástico, passa a elogiar a atitude “sigilosa” da polícia na prisão de Marlon: “vale elogiar o trabalho dos delegados que souberam manter sigilo depois que o maníaco da bicicleta voltou a

atacar”. O mesmo parágrafo ainda caracteriza como “incidente” a divulgação inadequada da foto de Aloisio, mais uma vez sem questionar a intencionalidade da polícia por trás do episódio e, mais uma vez, exime o veículo de comunicação de qualquer co-responsabilidade – ainda que involuntária – por ampliar a divulgação de uma informação errada e perniciosa a um inocente: “incidente lamentável e desabonador para a polícia” nunca para o jornal.

A função de instituição estigmatizante revela-se na escolha de “desajustado” para referir-se ao estuprador, antevendo o discurso psiquiátrico que justificaria as ações de Marlon, como adiante mostrarão os textos analisados no capítulo 5. A sensacionalização ainda transparece no final do editorial em: “Milhares de mulheres que trabalham durante o dia e frequentam instituições de ensino à noite deixam assim de se sentirem ameaçadas”, como se o único estuprador a agir em Joinville fosse Marlon Duarte.

Sobre a abordagem da criminalidade em editoriais, Senderey (1983: p.127) constata:

Se a página editorial silencia o problema da criminalidade, crendo assim contribuir para a sua solução, comete um erro tão grande ou de maior proporção quando exagera a magnitude do mesmo, o diminui ou apresenta os fatos de forma arbitrária, equivocada ou maliciosamente distorcida. Também não se atenua a responsabilidade profissional do editorialista se cometer qualquer destes erros somente para manter-se afinado com a linha política ou doutrinária da empresa jornalística a que pertence. Se sustentamos que a imprensa e a sua liberdade são fundamentais para uma democracia, também não devemos esquecer que esta mesma democracia não se pode desenvolver adequadamente quando é alimentada pelo erro e pela mentira.

Na prática, no entanto, sabe-se o quão difícil é deixar de atender às ordens e diretrizes da direção dos veículos de comunicação de massa devido à ameaça constante da reserva de mão-de-obra presente no mercado. No caso específico dos editoriais e, mais ainda, de editoriais dos chamados veículos “sérios” a responsabilidade pelas opiniões emitidas deve ser ainda mais cuidadosa do que as informações veiculadas pelos órgãos declaradamente sensacionalistas, do contrário estará fazendo propaganda enganosa de seu compromisso ético.

4.3 É POSSÍVEL ESCAPAR AO SENSACIONALISMO?

Se a violência está entre as mercadorias prediletas dos meios de informação e de seu público; se a sensacionalização dos fatos e a aproximação da notícia às narrativas romancesas acompanha o jornalismo praticamente desde seu surgimento; se o lead, por si só, já se presta a destacar o aspecto mais sensacional e chamativo de cada matéria; se mesmo os veículos considerados “sérios” utilizam a espetacularização, a mitificação e a construção da realidade para venderem suas histórias, há possibilidade de mudança no modelo jornalístico atual?

Não é uma pergunta fácil de se responder, porque não depende apenas da mudança de posição dos agentes da informação, o que por si só já seria um processo deveras complexo. Não ceder às tentações da sensacionalização é um exercício diário de auto-observação de cada jornalista em seu trabalho, mas também requer uma mudança de postura cultural e social do público em relação às expectativas que alimenta acerca da informação que procura nas páginas dos jornais, na web, no rádio e na TV. Tal mudança de comportamento passa pela assimilação de valores éticos que andam esquecidos e que podem ser reavivados com estudos de casos semelhantes ao de Aloísio Plocharski, isso é, de vitimização de pessoas inocentes pela espetacularização de informações na mídia. O preceito de Cláudio Abramo, de que “a ética de jornalista é a ética do cidadão” deve também ser entendido pelo consumidor de notícias que se deleita com desgraças alheias sem perceber que também pode vir a ser a próxima vítima da mídia panóptica, como o foi Aloísio Plocharski.

A simples conformação e acomodação de jornalistas e público com a situação de que ambos buscam o sensacionalismo como estratégia de produção e entendimento mais rápido das informações apenas amplia o problema das vítimas da espetacularização dos meios de

comunicação de massa, normaliza a ferida ética da pré-condenação de inocentes e da valorização glamurosa de culpados. O promotor de justiça Edilson Mougenot Bonfim, que atuou na acusação do motoboy Francisco de Assis Pereira, o “Maníaco do Parque”, aborda a necessidade de mudanças no enfoque midiático:

Sabe-se que a exposição pela imprensa de um acusado que no futuro se revelará inocente poderá trazer-lhe grande prejuízo. Nesse sentido, para evitar tal ocorrência, somente a utilização de uma genérica fórmula bipartida: a ética de uma imprensa responsável e o aperfeiçoamento do texto legal, disciplinando a matéria (o quê, quando e de que modo noticiar, em que medida...) Mudar somente as mentalidades seria ilusório; mudar os textos sem mudar as mentalidades seria ineficaz... (Bonfim: 2004, p.45)

A pressão do mercado por informações que prendam a atenção de consumidores cada vez mais apressados não serve de justificativa para a condenação de inocentes. Cabe ao próprio jornalismo trabalhar para transformar essa expectativa sensacionalista de seu público. É um trabalho cujos resultados só podem aparecer em longo prazo, mas que precisa ser iniciado antes que – sob a égide da “liberdade de expressão” – destruam-se outros direitos fundamentais do ser humano como o de ser considerado inocente até que provem o contrário.

Nas conclusões de seu livro “Imprensa e Criminalidade”, Senderey (1983: p. 133) salienta a importância da crônica policial dentro da função social exercida pelo jornalismo:

Sustentamos também que a crônica policial deve existir, pois a população tem o direito de estar informada do que sucede no seio da sociedade a que pertence. É ingênuo supor que, suprimindo-a, se contribua efetivamente para a diminuição da criminalidade, a qual se nutre em outras fontes muito mais importantes do que a imprensa, como são as condições políticas, sociais, econômicas de cada comunidade. Se a crônica policial deve existir, entre muitos outros motivos, por respeito à liberdade de imprensa, é indispensável não confundir esta liberdade com libertinagem. Ninguém se beneficia com uma imprensa sensacionalista e escandalosa. Nem o leitor, nem o jornalista, nem a sociedade na qual ambos vivem e aspiram a melhorar. Uma informação escoreita, precisa, objetiva e exata dos fatos criminosos é amplamente suficiente. A fantasia, a dramatização e o exagero não só revelam o mau gosto e até tendência psicopatológica do próprio cronista, mas enlameiam e denigrem esta mesma liberdade de imprensa que tanto reclamam e defendem.

A mesma imprensa que habituou, durante décadas, seu público a aguardar por notícias sensacionalistas, pode dar início, em nome da evolução dos valores humanos, a uma “dessensacionalização” do noticiário. A violência cotidiana, sobretudo das grandes cidades, já

é por demais cruel para necessitar de estratégias enfatizantes. A realidade crua, sem adereços emprestados das narrativas ficcionais, talvez seja justamente o que as comunidades necessitam para darem-se conta dos efeitos nocivos de um capitalismo tardio na sociedade pós-moderna. O processo de depuração da notícia, através da eliminação de estereótipos, do esforço pela não-mitificação de casos, da apuração mais eficaz de denúncias poderá inverter o processo de banalização da violência pelo público. Os fatos narrados pela crônica policial deixarão de ser simulacros inspirados na literatura romanesca para se transformarem em recorte do real.

Essencial para o caminho da dessensacionalização e desmitificação jornalística também é fazer valer verdadeiramente a polifonia, dando voz a múltiplas fontes, não apenas às autoridades competentes, mas também ao acusado, à vítima, aos envolvidos em cada caso. Tal procedimento, por certo, envolve mudanças nas condições de trabalho dos jornalistas. A evolução tecnológica, em vez de propiciar mais tempo para que os jornalistas pudessem melhor apurar suas matérias, teve efeito contrário. Diminuiu-se o número de profissionais nas redações e instaurou-se um acúmulo de funções.

Posturas ideológicas e mitos como infalibilidade e neutralidade jornalística também precisam ser repensados. O jornalista é humano. Tem intenções ao comunicar sim. É passível de falhas como qualquer outro profissional e quando estas ocorrem nada melhor que reconhecê-las para transformar os erros de hoje nos acertos que permitirão a evolução de amanhã. Varrer a sujeira para baixo do tapete, negar responsabilidade por informações mal apuradas e pela transformação de inocentes em culpados não funcionará por muito tempo como escudo para proteger a credibilidade dos veículos de comunicação.

Os escorregões éticos da mídia, como o caso do Maníaco da Bicicleta, a formação de senso mais crítico da nova geração de leitores, a produção acadêmica de diversas áreas das ciências humanas, que analisam a comunicação de massa, forcem lentamente uma mudança

de posicionamento dos consumidores de notícias que começam a detectar, sem muito esforço, as intenções dos veículos midiáticos. Provas dessa transformação lenta e gradual já se fazem notar em episódios políticos recentes em que o eleitor desconfia dos candidatos defendidos por grandes redes de comunicação.

A educação, em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade, tem um papel fundamental nesse longo percurso em busca de uma imprensa mais zelosa de sua função social. O contato com textos jornalísticos, a interpretação contextual de notícias, o questionamento às argumentações vagas de editoriais são exercícios que estudantes de todos os níveis começam a praticar. Da mesma forma, os cursos de Comunicação Social podem sustentar debates mais profundos acerca do atual modelo do fazer jornalístico.

Legisladores e magistrados podem colaborar para que a liberdade de expressão não sirva de pretexto para desrespeitar outros direitos dos cidadãos. Punir com mais agilidade e rigor os crimes de imprensa certamente evitaria o crescimento do número de pessoas vitimizadas por falhas de apuração ou por outras irresponsabilidades cometidas no cotidiano do jornalismo.

Em vez de mitificar personagens do mundo do crime, sensacionalizar histórias de violência e pré-julgar suspeitos, o jornalismo pode trabalhar com mais critério e empenho as coberturas acerca dos julgamentos e punições aos criminosos efetivamente culpados. No entanto, o que se vê, no dia-a-dia das páginas policiais é uma supervalorização do crime em detrimento da punição. Tal prática faz a impunidade no Brasil parecer maior do que já é. Uma mudança de postura que leve ao abandono de métodos sensacionalistas envolve um conjunto de transformações, mas é um objetivo possível.

No próximo capítulo, matérias jornalísticas que repercutiram a prisão do “Maníaco da Bicicleta” mostram como o discurso psiquiátrico é utilizado pela mídia para estereotipar justificativas para a violência sexual.

5. A POLIFONIA JORNALÍSTICA A SERVIÇO DOS ESTEREÓTIPOS

*“Toda crítica viva pode tornar-se logro.
Toda verdade não pode deixar de parecer,
para alguns a maior das mentiras.”*
(Bakhtin:2004, p. 46)

A prisão do verdadeiro autor dos estupros atribuídos ao Maníaco da Bicicleta não teve a mesma repercussão que a construção do caso e o episódio do falso retrato falado, como é de praxe. Cabe aqui uma observação empírica colhida de depoimentos de policiais manifestados a esta autora ao longo da carreira jornalística: a mídia costuma dar maior ênfase ao crime que a sua punição. A abordagem dos três momentos distintos na cobertura do caso Maníaco da Bicicleta ratifica a observação dos profissionais da polícia. O momento da construção do personagem e seu cenário mereceu maior atenção por parte da cobertura de *A Notícia* e de outros veículos de comunicação. O segundo momento, a divulgação do falso retrato e suas

implicações, também mereceu atenção especial, porém sempre com a clara intenção de mover toda a responsabilidade pela informação incorreta à fonte policial.

O terceiro estágio, a prisão de Marlon Cristiano Duarte, ganha as manchetes do jornal *A Notícia* e de outros veículos, mas em menor escala que a fase inicial, de construção do caso. É mais um ponto de semelhança entre o discurso jornalístico e o ficcional, pois o final da trama significa o momento de investir em novas histórias.

Desde seu surgimento, o Maníaco da Bicicleta teve sua imagem construída através de alusões ao Maníaco do Parque. O lapso verbal presente no editorial de *A Notícia* de 9 de novembro de 2000, no primeiro parágrafo (cf Cap 2) é um dos indícios dessa relação entre os dois personagens. Com a prisão de Marlon, a comparação torna-se mais explícita, ao ponto de, em uma das matérias, o repórter afirmar que Marlon havia acompanhado atentamente a história de Francisco Assis Pereira (AN Cidade 1/6/02). As notas do colunista Antônio Neves, publicadas em 20 de abril de 2002 também demonstram a alusão entre os dois maníacos, embora o caso de Francisco Assis Pereira fosse muito mais grave que o do joinvilense, pois envolvia assassinatos.

A Notícia 20/04/02

Tática do Maníaco 1

O estuproador Marlon Cristiano Duarte, que demonstrou boa oratória na conversa com a imprensa, de repente foi atacado pela amnésia, dizendo que não lembrava de seus atos quanto atacava as vítimas impiedosamente. **Mesma técnica foi utilizada pelo "Maníaco do Parque", Francisco de Assis Pereira**, que na primeira entrevista disse que "era o diabo que tomava conta do seu corpo". **Marlon deve ser fã do maníaco de São Paulo** e utilizou a mesma falácia. **O interessante é que a psicóloga da Delegacia da Mulher, Magda Bittencourt, ao traçar previamente o perfil de Marlon Duarte, o estuproador, já deu as pistas para o advoga-**

do de defesa, levantando a hipótese de que a sua ação era motivada por traumas da infância. Assim fica fácil matar, estuprar, roubar e depois remeter para teorias freudianas, deixando um rastro de vítimas de toda ordem e um quê de impunidade no ar. Detalhe que chamou atenção: **teve profissional de comunicação que ficou até penalizado com a dramatização do criminoso Marlon,** que ensaiou estratégia para chamar atenção da mídia dizendo ter conhecimento com autoridades e pessoas conhecidas da cidade. Agora deverá ser defenestrado para um desses presídios fora de Joinville, provavelmente em Mafra, Florianópolis ou Chapecó, segundo informações de fonte da segurança pública do município, retornando para ser julgado depois pela Justiça.

Tática do maníaco 2

A coincidência entre Marlon Cristiano Andrade (sic), o "Maníaco da Bicicleta" e Francisco de Assis Pereira, o "Maníaco do Parque", vai mais longe. Foi ignorado o ponto chave que era o medo das mulheres em denunciar os abusos sexuais e as violências que sofreram. No início, houve até desdém de setores da polícia e da própria sociedade, achando que as histórias das queixosas não tinha fundo de verdade, e, em alguns casos, que teriam aceitado as "cantadas" do estuprador e cederam calmamente aos seus instintos. Tanto era medo, que agora, depois da prisão de Marlon, outra vítima apareceu para fazer a queixa, reconhecendo-o como o autor do estupro. Há um estudo que dá um indicativo nessas situações dramáticas e constrangedoras: mulheres vítimas de crimes sexuais ainda temem ser consideradas culpadas pelos abusos que sofrem. Às vezes, vítimas dos próprios parentes, dentro da própria casa, em escritórios e até em consultórios médicos, conforme precedentes já noticiados.

Sem entrar no mérito do estilo moralista do autor da coluna, observa-se no texto três comparativos entre os dois maníacos, o do Parque e o da Bicicleta. A primeira semelhança apontada por Neves é a desculpa para os crimes seria uma “possessão demoníaca”. Depois, Neves intui que Marlon seria fã de Pereira, tema que a matéria do AN Cidade de 1º de junho retoma. Na segunda nota, o colunista tenta estreitar ainda mais a relação entre os dois casos e para isso utiliza-se de um recurso semântico de ênfase, capaz de provocar a expectativa do leitor: “A coincidência entre Marlon Cristiano Andrade (sic), o "Maníaco da Bicicleta" e Francisco de Assis Pereira, o "Maníaco do Parque", **vai mais longe.**” Na verdade, Neves refere-se ao medo sentido pelas vítimas como empecilho para denunciar. Ora, o medo é uma característica comum das vítimas de violência em geral.

A aproximação dos dois personagens, embora donos de trajetórias bem distintas, pois o Maníaco da Bicicleta não era homicida, ao contrário de Assis Pereira, integra as estratégias sensacionalistas abordadas no capítulo anterior, a fim de pré-conduzir a interpretação do leitor que facilmente associará as duas imagens.

Bonfim (2004: p. 29) destaca a “glamourização” do caso Maníaco do Parque:

Meados de 1998. Jamais um caso fora tão *glamourizado*, e nunca o imaginário popular estivera tão mobilizado e ávido por sensações. No tiroteio midiático, na superexposição de imagens, até a intimidade de quantos eram protagonistas, atores ou testemunhas da história rapidamente se devassava, tornando-se pública.

Quatro anos depois, a repercussão da cobertura midiática do caso do Maníaco do Parque ainda serviu como ferramenta para que o noticiário catarinense pudesse estereotipar o Maníaco da Bicicleta.

5.1 FÓRMULA FIXA: UM RECURSO CÔMODO

A recorrência a estereótipos²² e a “fórmulas fixas” como explicações são estratégias comuns na cobertura de casos sensacionalizados. Justificativas que já se tornaram habituais no imaginário popular são reiteradas através da citação de autoridades competentes. Nos casos de crimes sexuais, uma das primeiras providências do jornalista é buscar a opinião de um psicólogo ou psiquiatra que fale o que a maioria das pessoas de antemão espera ouvir, isso é, que as causas da violência podem estar relacionadas a traumas de infância.

Essa simplificação do pensamento freudiano tem, no jornalismo sensacionalista, a mesma função percebida nas obras de ficção, especialmente no cinema: justificar o ato violento e provocar compaixão do espectador/leitor.

Senderey (1983: p.149) observa que:

A criminalidade violenta ligada ao sexo, como o estupro, o atentado violento ao pudor e outros atos dessa natureza, estão ligados à mente, à psique do indivíduo; sexo é fantasia, no homem moderno, obrigado a repressões e nem sempre a violência no sexo é questão de vontade, de controle, que uma punição como apenas a prisão, ajudaria a resolver.

Tal consideração de Sanderey leva a pressupor um interesse catártico natural dos leitores por temas relacionados ao sexo, mas também levanta uma das questões mais polêmicas do direito: a inimputabilidade e a semi-imputabilidade. É considerado inimputável o indivíduo incapaz de entender o caráter ilícito de seus atos. Se é inimputável, não pode ir para a prisão comum e sim para tratamento psiquiátrico. Quando a mídia recorre a causas psicológicas para justificar crimes de violência sexual, força nos consumidores de notícias um sentimento de inimputabilidade. O Direito e a Psiquiatria, no entanto, ao contrário do que imprensa

22 Opinião pré-concebida sobre alguém ou alguma coisa

e ficção costumam estereotipar, mostram que, nos casos de estupro, raros são os criminosos sem real consciência do mal que causam.

O psiquiatra Geraldo José Ballone, professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina da PUCCAMP por 21 anos, constata:

o exame psiquiátrico geral dos criminosos sexuais seriais tem mostrado que a expressiva maioria deles (80 a 90%) não apresenta sinais de alienação mental franca. Falamos em “*alienação mental franca*” porque a imensa maioria desses criminosos é composta por indivíduos com Transtornos da Personalidade, Psicopatas Antisociais, portadores de Disfunções Sexuais ou Parafilias e nenhum desses quadros caracteriza uma alienação mental suficiente para a inimizabilidade. (Ballone: 2006, www.psiqweb.med.br)

Ballone, que mantém um site sobre psiquiatria com publicação periódica de artigos de renomados profissionais da área e com amplas discussões acerca da psiquiatria forense ainda destaca que a maioria dos violentadores sexuais são pessoas consideradas normais:

Apenas um grupo minoritário, de 10 a 20%, é composto por indivíduos com graves problemas mentais, quadros com características psicóticas alienantes, quer dizer, juridicamente inimputáveis. [...] Ao contrário de outros assassinos seriais, não devemos crer, sistematicamente, que o criminoso sexual serial é sempre impelido por incontroláveis desejos ou impulsos sexuais incoercíveis, ou qualificar esses agressores sexuais seriais como doentes mentais *alienados*. A ausência de doença mental alienante, sobretudo nos violentadores é a regra habitual e, o que se observa em geral, é que são indivíduos com condutas aprendidas numa socialização deficitária. (2006: www.psiqweb.med.br)

O psiquiatra Isaac Charam também aponta idéias mitificadas sobre estupro que costumam ser reforçadas por obras de ficção e pelo jornalismo. Segundo Charam (1997: p. 162), alguns dos principais mitos sobre estupro são que o estuprador sofre de um desejo sexual incontrolável; que o estuprador é sempre um doente mental; que a mulher estava mesmo querendo ou provocando o ato; que o estuprador é sempre de classe social baixa; que já teve problemas com a lei.

Ao estudar o crime cometido por Pierre Rivière²³ em 1835, Foucault aborda a dificuldade enfrentada pelos médicos da época em provar a insanidade do assassino, visto que, pelo memorial escrito por Rivière na prisão, comprovava-se toda a premeditação do triplo

assassinato, embora diversos indícios de loucura tivessem acompanhado o rapaz desde a infância.

Estabelecer causas psicológicas capazes de justificar um crime sexual não é tão banal na psiquiatria e no direito quanto fazem parecer a ficção e a imprensa. Nas matérias que se seguiram à prisão de Marlon Cristiano Duarte, a presença de justificativas estereotipadas para os crimes tornam-se recurso para sensacionalização da cobertura. O discurso do arrependimento, comum entre estupradores depois de detidos, também fica evidente na matéria a seguir.

A Notícia 18/4/02

Capa



Maníaco diz que se arrepende do que fez

Drama

Maria de Lurdes segura a foto do filho Marlon, que confessou o estupro de cinco mulheres em Joinville: infância trágica

Foto: Cleber Gomes

O confesso estuprador que ficou conhecido como "maníaco da bicicleta" **se diz arrependido dos crimes**. Ele alega que agia tomado por um impulso incontrolável, mas que depois sentia repulsa e não acreditava no próprio ato.

Seu desejo é ser internado para tratamento. A mãe do acusado revela que ele teve uma infância traumática: foi estupro por um amigo do pai aos seis anos, viu o pai matar o irmão e assistia a mãe ser agredida constantemente. [POLÍCIA](#)

²³ Cf Foucault, Michel. **Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

Estuprador afirma que está arrependido

*"Maníaco da Bicicleta" diz para A Notícia que espírito baixava nele
quando atacava jovens*

(Arlei Zimmermann)

Bastante atordoado, Marlon Cristiano Duarte, 26 anos, que ficou conhecido como o "Maníaco da Bicicleta", disse ontem, em entrevista ao jornal A Notícia, que está arrependido do que fez. Segundo ele, a pessoa que praticou os estupros não era ele, e sim algum espírito ruim que baixou em seu corpo.

Ao todo foram cinco estupros e uma tentativa. Embora esteja com boa aparência - ele alega estar recebendo um bom tratamento na Divisão de Investigação Criminal (DIC) - Marlon não vê a hora de saber o seu destino. O seu único pedido é para ser internado numa clínica. "Preciso de ajuda, não adianta me colocarem dentro de uma cela. Não sou nenhum bandido. Nunca atirei uma pedra em alguém", desabafa.

Mesmo considerando grave os crimes praticados e alegar que tem que pagar pelo que fez, ele não se conforma. "Não consigo acreditar no que fiz", lamenta. Conta que quando foram divulgados os estupros na imprensa, ele olhava e lia as reportagens e não acreditava que tinha sido ele o autor. "Eu chegava a comentar com a minha mãe que o mundo era bom demais para as pessoas praticarem crimes desta natureza", conta.

Quando foi divulgado o retrato falado que não era dele, porém parecido, seu irmão chegava a brincar com ele que os dois eram muito parecidos. "Um dia

estávamos no terminal de ônibus e ele me mostrou o retrato falado. E disse: 'Olha Marlon, até os dentes dele são parecidos com os teus, são separados'. E eu, naquele momento, não conseguia captar que os crimes tinham sido praticados por mim. Então dizia para o meu irmão; 'Não fale isso, que horrível!'. Marlon conta que, se colocarem qualquer uma das vítimas na sua frente, jamais vai identificá-las. Alega que não escolhia nenhuma delas, pois tanto fazia se era bonita ou não, já que o seu objetivo era violentar sexualmente. "Eu sentia prazer, mas depois me arrependia e sentia nojo. Era horrível", fala. Embora confesse os crimes, diz que não agrediu nenhuma das vítimas e até pedia desculpas a elas. "Eu não tenho coragem de jogar nenhuma pedra em ninguém", fala.

Infância com muitos traumas

Muito abalada, a mãe de Marlon, Maria de Lurdes não se conforma que tudo isto esteja ocorrendo. Conta que, apesar do sofrimento, sempre deu uma boa educação aos filhos e Marlon foi um filho exemplar. **"Ele sempre gostou de estudar e é muito inteligente"**, revela. Como prova, mostra o seu certificado de conclusão do curso de ferramenteiro no Senai e do segundo grau no Esquema. **Maria de Lurdes lamenta que o filho tenha passado por maus momentos quando era criança. Além de crescer vendo a mãe ser agredida fisicamente pelo pai, assistiu o pai matar o irmão que ele tanto amava.** Marlon tinha seis anos e o irmão quatro. Ele estava jogando bola com o pai, na frente da casa, quando o pai chamou o outro filho para participar do jogo. "Como meu irmão se recusou, ele pegou uma caneca de alumínio e atirou na cabeça dele. A pancada foi tão forte que ele morreu no hospital", diz Marlon, emocionado. **Outra lembrança que não lhe sai da cabeça é o fato do pai ter abandonado seus dois irmãos (Sinara, 23 anos, e Fa-**

brício, 21), até hoje não encontrados. Marlon, segundo a mãe, também foi abandonado, mas ela conseguiu recuperá-lo em São Paulo. "Meu marido fez isto num dia em que eu precisei ir a Blumenau. Quanto retornei ele havia abandonado todos os meus filhos", recorda Maria de Lurdes. Seu outro filho, Ederaldo Luiz Fenske, 32, também não se conforma. (AZ)

Psicóloga dá sua explicação

Joinville - O fato de Marlon Duarte ter praticado os estupros pode ter relação com a sua infância, já que foi violentado sexualmente pelo amigo do pai quando tinha seis anos. A declaração é da psicóloga Valdirene Daufemback. Segundo ela, a dificuldade de lidar com este tipo de acontecimento faz a pessoa reproduzir a mesma situação. Conforme a psicóloga, em quase todos os casos de estupro existe um histórico de violência sexual. Marlon Duarte vai ser apresentado à imprensa às 10 horas de hoje. O delegado Marco Aurélio Marcucci, da Divisão de Investigação Criminal (DIC) ainda não sabe para onde ele vai. Sabe apenas que em Joinville não vai ficar.

"Tiraram 200 quilos das minhas costas", diz aliviada a dona de casa Marli Plochanski, 51 anos, mãe de Aloísio Plochanski, 31, que teve a fotografia dele distribuída e divulgada para todo o Brasil como se fosse o "Maníaco da Bicicleta". O comentário foi feito após a prisão de Marlon. Para a mulher, toda a humilhação e dificuldades que a família passou, causada pelo episódio, terminou. No entanto, ela lembra que depois de ter a foto estampada para todo o país, Aloísio nunca mais conseguiu emprego. "Vive catando latinhas e dependendo de ajuda de amigos para sobreviver", lamenta. Também o pai do rapaz, Ludovico Plochanski, 57, perdeu o emprego porque não aceitava ser taxado de "pai do maníaco".

O discurso de arrependimento está explícito na manchete e no título da matéria, antecipando o tom sentimental do texto. Da mesma forma, a justificativa “psicológica” aparece na legenda da fotografia de capa: “infância trágica”. A própria foto explora o sentimento de dor da mãe ao lado do retrato de Marlon bem vestido e com pose de modelo. A chamada para a notícia também enfatiza a justificativa de trauma de infância para os estupros: “A mãe do acusado **revela** que ele teve uma infância traumática: foi estuprado por um amigo do pai aos seis anos, viu o pai matar o irmão e assistia a mãe ser agredida constantemente.” A escolha pelo verbo “revelar” denota que tal informação estava escondida até então, e começa a compor uma aura de vítima para o maníaco. O mito construído dois anos antes, portanto, fica preservado agora sob a “revelação” de uma infância cheia de problemas. A mesma chamada deixa claro o desejo de Marlon: “ser internado para tratamento”, ou seja, conseguir a inimputabilidade sob alegação de demência.

Na matéria jornalística, o discurso de Marlon, além do arrependimento introduz outra prática comum entre os acusados de crimes em série: a desculpa do transe. “Maníaco da Bicicleta diz para A Notícia que espírito baixava nele quando atacava as jovens”. A mesma informação se repete no primeiro parágrafo da matéria, portanto o gancho da notícia é o arrependimento de Marlon e suas justificativas para os crimes.

A apelação de Marlon, ou seja, a tentativa de convencer a opinião pública de que merece inimputabilidade fica evidente na frase: “Preciso de ajuda, não adianta me colocarem dentro de uma cela. Não sou nenhum bandido. Nunca atirei uma pedra em alguém.” O apelo de Marlon deixa subentendido que ele não considera os “estupros” uma violência e pode remeter à suposição de que contara com o consentimento das vítimas. “Embora confesse os crimes, diz que não agrediu nenhuma das vítimas e até pedia desculpas a elas. ‘Eu não tenho coragem de jogar nenhuma pedra em ninguém’”. O repórter parece partilhar do sofrimento de Marlon quando opta pelo concessivo “embora”. A fala de Marlon reforçando que não houve

agressão e o intensificador “até pedia desculpas a elas” novamente insinua o consentimento das vítimas. O discurso de insanidade aparece em vários trechos do texto: “Não consigo acreditar no que fiz”, “E eu, naquele momento, não conseguia captar que os crimes tinham sido praticados por mim”, “Eu sentia prazer, mas depois me arrependia e sentia nojo.”

O título da primeira retranca da matéria antecipa a causa do comportamento violento de Marlon: “Infância com muitos traumas”. O relato da mãe enfatiza uma série de desgraças na vida do rapaz: violentado por um amigo do pai aos seis anos, testemunha da morte do irmão pelo pai, num acidente grotesco, mãe agredida pelo pai e abandono dos irmãos. Para ratificar a justificativa psicológica para o comportamento violento de Marlon, o repórter recorre ao habitual discurso da autoridade competente, na retranca “Psicóloga dá sua explicação”. O primeiro parágrafo afirma: “O fato de Marlon Duarte ter praticado os estupros **pode ter relação** com sua infância, já que foi violentado sexualmente pelo amigo do pai quando tinha seis anos. A declaração é da psicóloga Valdirene Daufemback”. Obviamente, qualquer psicólogo admitiria tal hipótese. E adiante: “em quase todos os casos de estupro existe um histórico de violência sexual”.

O texto colabora com a perpetuação do estereótipo de estupradores vitimizados porque pára nas justificativas psicológicas, mas não segue adiante na discussão de inimputabilidade. Não avança no próprio discurso psiquiátrico que não considera inimputável a maioria dos autores de estupros. Dessa forma, deixa implícito aos leitores que Marlon só agiu de forma violenta por conta de um sentimento incontrolável o que, conforme atestam os psiquiatras está longe de ser uma unanimidade nos casos de estupro. O texto termina com uma breve declaração da mãe de Aloísio Plocharski, acusado erroneamente de ser o maníaco dois anos antes. “Tiraram 200 quilos das minhas costas”, diz **aliviada**. Para a mulher, **toda a humilhação** e dificuldades que a família passou, causada pelo episódio, **terminou**. No entanto, ela lembra que depois de ter a foto estampada para todo o país, **Aloísio nunca mais conseguiu**

emprego. "Vive catando latinhas e dependendo de ajuda de amigos para sobreviver", lamenta. Também o pai do rapaz, Ludovico Plocharski, 57, perdeu o emprego porque não aceitava ser taxado de "pai do maníaco". A fala de Marli Plocharski é utilizada como tentativa de colocar de vez uma pedra no episódio do falso retrato falado, embora até hoje Aloísio afirme passar por situações constrangedoras por conta do engano. “De vez em quando aparece alguém que reconhece Aloísio e pergunta: ‘Ah, você não era o Maníaco da Bicicleta?’”, mesmo sabendo que tudo não passou de um erro”, contou Áurea Plocharski, irmã de Aloísio, em entrevista à autora no dia 19 de março de 2006.

Costa (2002: p.149) aborda o uso de fontes “especializadas” para ratificar opiniões do repórter ou do veículo:

Na definição dos assuntos pautados e transformados em notícias, está presente também a absolutização das fontes de informação. Em outras palavras, ocorre um processo de autorização que legitima a opinião de agentes, os quais, em função do saber presumido, acabam expressando juízos de valor sobre os temas cobertos. Tais fontes tendem a corresponder ao sistema estratificado de forças societárias, privilegiando as autoridades governamentais, empresariais, científicas e religiosas. Já na seleção das fontes dá-se o comprometimento da versão do fato noticioso.

A opção por determinada fonte, muitas vezes, serve apenas para corroborar a intenção do repórter. O próprio episódio do falso retrato falado mostra que a utilização de fontes que apenas cumprem o papel de “assumir” uma informação pode gerar uma interpretação errada do real. Costa (2002: p.146) faz observação similar:

O “opinionismo” sustenta as versões da realidade baseadas na autoridade, não nos fatos em si. Muitos equívocos já foram cometidos com essa prática de transferir aos relatos oficiais a centralidade dos argumentos. [...] Caso típico se passa nas colunas policiais, em que a versão da autoridade firma-se como referência determinante para descrever os fatos. Com base nos relatos e na documentação das fontes oficiais, a morte do jornalista Wladimir Herzog, da TV Cultura, de São Paulo, nos porões do DOI-CODI em 1974, caracterizou-se por muito tempo como suicídio.

Tais ponderações não têm por finalidade condenar o uso de opiniões de “autoridades competentes” para a explicação de fatos como os crimes sexuais. Serve apenas de alerta para que o jornalista não se restrinja ao estereótipo, à fórmula fixa, ágil e confortável de recor-

rer às mesmas explicações de sempre. No caso de Marlon Cristiano Duarte, o repórter poderia ter ido além e ouvido psiquiatras ou advogados sobre a questão de inimputabilidade, afinal, pelos argumentos de Marlon, da mãe e da psicóloga o leitor é conduzido a pensar que o estupro não tinha consciência de seus atos e, portanto, deveria ir para uma clínica psiquiátrica e não para a prisão. Por todo o discurso de Marlon e o de sua mãe perpassa a intenção de escapar da prisão comum. A atitude do repórter corrobora com o intuito de mãe e filho ao reforçar a justificativa com a palavra da psicóloga.

5.2 INIMPUTABILIDADE É ARGUMENTO RARO NA PSIQUIATRIA

Segundo Balonne (2006), a tendência atual da Psiquiatria é considerar qualquer comportamento, incluindo o comportamento criminoso, como um conjunto de inúmeros processos em complexa interação bio-psico-social. Isso significa que não apenas os fatores psicológicos, mas também os sociológicos e biológicos interferem na formação da personalidade. Sobre os delitos sexuais, Balonne (2006) afirma:

O que se observa, nos delitos sexuais, é que eles podem ser cometidos, em grande número de vezes, por pessoas consideradas "normais" do ponto de vista psicopatológico, porém estupradores e que o acontecimento sexual delituoso ocorre numa determinada circunstância momentânea. [...] Não obstante, e é obvio, tais delitos sexuais também podem ser cometidos por pessoas portadoras de transtornos da sexualidade, como por exemplo as **parafilias**. Só enaltecemos as tais circunstâncias ambientais favorecedoras do delito, para que não se tenha a idéia errada de que a existe sempre um transtorno mental para que a pessoa se transforme num criminoso sexual.

A parafilia ocorre quando o indivíduo necessita de objetos ou práticas não usuais para provocar a excitação. Se tais práticas não provocam danos a outras pessoas ou aos costumes sociais, são aceitas como normais. Quando, porém, a parafilia transgride as leis, passa a ser um delito sexual. Por isso, Balonne (2006) ressalva:

Não devemos, em hipótese nenhuma, homogeneizar os agressores sexuais sob rótulo de "loucos", simplesmente por se tratarem de pessoas que representam o comportamento desviante, o comportamento diferente e indisciplinado, sem que haja premente preocupação científica para o caso de cada um. O perito não deve influenciar-se pela intolerância social com tais comportamentos, inclinando-se sistematicamente no diagnóstico da "loucura".

Não há, portanto, uma relação de parafilia com demência. Conforme a psiquiatria, para os parafilicos, os meios se transformam em fins e, de maneira repetitiva, acabam por se configurar em um padrão de conduta rígido o qual pode transformar-se numa compulsão. A Psiquiatria Forense se interessa predominantemente pela forma grave de parafilia, que para se caracterizar exige os seguintes requisitos:

- a) Caráter opressor, com perda de liberdade de opções e alternativas. O parafilico não consegue deixar de atuar dessa maneira.
- b) Caráter rígido, significando que a excitação sexual só se consegue em determinadas situações e circunstâncias estabelecidas pelo padrão da conduta parafilica.
- c) Caráter impulsivo, que se reflete na necessidade imperiosa da repetição da experiência. (Balonne, 2006)

Balonne destaca, no entanto que as parafilias não são, só por si mesmas, obrigatoriamente produtoras de delitos, e nem se deve acreditar que os delitos sexuais são mais frequentemente produzidos por pessoas com parafilias. Já a psicopatia sexual ocorre quando há intenção de maldade na atitude do violador, quando este não é indiferente à idéia do mal que comete. “O sexopata goza com o mal e experimenta prazer com o sofrimento dos demais. Seu delito sexual costuma ser por ele justificado, distanciando-se da autocrítica. Normalmente dizem que foram provocados, assediados, conduzidos, etc”, explica Balonne (2006). O psiquiatra ainda acrescenta:

Outra peça comum ao teatro psicopático é a refratariedade, ou seja, a incapacidade que eles têm de corrigir seu comportamento, seja por falta de crítica, seja por imunidade às atitudes corretivas (não aprendem pelo castigo). Quando se submetem voluntariamente a alguma terapia é, claramente, no sentido de despertar complacência, condescendência e aprovação. Depois de conquistada nova confiança, invariavelmente reincidem no crime. [...] A análise médico-legal dos delitos sexuais, como em todos os outros tipos de delitos, procura relacionar o tipo da ação com a personalidade do delinqüente e, como sempre, avaliar se, por ocasião do delito, o delinqüente tinha plena capacidade de compreensão do ato, bem como de auto determinar-se. (Balonne: 2006)

Contrariando o estereótipo de que estupradores são pessoas com sérios transtornos mentais, Balonne afirma que para facilitar a análise, excetuando-se a Deficiência Mental, a Demência Grave, os Surto Psicóticos Agudos e os Estados Crepusculares²⁴, pode-se dizer que em todos os demais casos de transtornos psico-sexuais a compreensão do ato está preservada. Logo, a ocorrência de traumas na infância podem levar o traumatizado a repetir atitudes que o fizeram sofrer, mas não significa que não poderá controlar e estar ciente dos danos que está causando.

De acordo com Balonne (2006), para que se caracterize uma idéia patologicamente obsessiva, esta deve se manifestar como uma atitude repentina, impossível de controlar e executada sem nenhuma prevenção ou cálculo premeditado. É essa espontaneidade, falta de planejamento que podem denunciar uma atitude psicopática. Não parece ser o caso das ações do Maníaco da Bicicleta, afinal ele saía com uma arma, que depois alegou ser de brinquedo, para assustar as vítimas. Olhava os documentos ou até ficava com carteiras de identidade como forma de ameaçá-las. Escolhia terrenos baldios, longe da vista dos transeuntes. No dia do estupro realizado em março de 2002 e que deu origem à sua prisão, chegou telefonar para uma mulher desconhecida e marcar um encontro com ela. O ataque só não se consumou porque a moça desconfiou e avisou a polícia. A inimputabilidade do delinqüente sexual, segundo Balonne (2006), é excepcionalmente rara:

O habitual não é que essas atitudes delinqüentes sejam frutos de verdadeiros Transtornos Obsessivo-Compulsivos com comportamentos automáticos, mas sim que se tratem de impulsos psicopáticos conscientes e premeditados. [...] Diferentemente da obsessão ou compulsão, os impulsos ou pulsões se observam com freqüência nas condutas psicopáticas e nos Transtornos Anti-sociais da Personalidade (ou Dissociais). Essas pessoas não são alienadas nem psicóticas por carência absoluta de sinais e sintomas necessários à classificação, e obtém gratificação e prazer na transgressão, no sofrimento dos demais e na agressão. [...] A delinqüência sexual dos sociopatas ou psicopatas corresponde à uma atuação teatral premeditada (longe de ser tão impulsiva como alegam), consciente e precisamente dirigida à um objetivo prazeroso. Não se trata, absolutamente, de uma atitude compulsiva, incontrolável, irrefreável ou um reflexo automático em resposta à uma idéia obsessivamente patológica.

²⁴ Caracteriza-se pela perda momentânea da consciência e por atos automáticos, algumas vezes de extrema agressividade.

Em 23 de abril de 2002, o jornal *A Notícia* publica matéria anunciando que Marlon Cristiano Duarte faria um exame de sanidade mental. De fato, no dia 24 de abril, o advogado de Marlon protocola o pedido junto à Justiça. Em 6 de maio de 2002, a Justiça expede solicitação de vaga para exame de insanidade para Marlon. (www.tj.sc.gov.br em 03/03/2206).

A Notícia 23/4/02

Maníaco fará exame sobre saúde mental

Joinville - O ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, 26 anos, conhecido como o "Maníaco da Bicicleta", continua recolhido no Presídio de Mafra, no Planalto Norte e **dentro de 30 dias deverá se submeter a exame sobre sanidade mental.** A informação foi dada pelo advogado dativo do acusado, Frederico Welington Jorge, nomeado pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Joinville, João Marcos Buch. **Somente depois do exame é que será marcado (sic) audiência para que Marlon seja ouvido sobre os crimes que ele já confessou (seis estupros e uma tentativa).**

Marlon, antes de ser transferido para o presídio de Mafra, na sexta-feira da semana passada, **entregou aos policiais poemas escritos por ele enquanto permanecia na Divisão de Investigação Criminal (DIC).** Ao investigador Eleandro, responsável pela prisão de Marlon e que também serviu o exército junto com ele, o maníaco deixou escrito: **"Nunca abandones um velho amigo porque o novo não será como ele. Um amigo novo é como um vinho novo. Só quando envelhecer tu beberás com prazer. Confiem na minha inocência".** Assim como este, diversos outros poemas foram escritos por Marlon. **"Pretender retirar dos homens a amizade é pretender retirar o sol do mundo, pois nada recebemos dos deuses que**

seja mais agradável do que a amizade. Acredite em mim". Os poemas, conforme o investigador Eleandro, foram escritos em folhas de papel com um pedaço de lápis. O investigador disse que além do lápis e do papel, ele próprio entregou a Marlon uma Bíblia.

A matéria também aborda mensagens escritas por Marlon na prisão. Conforme a mãe de Marlon já adiantara, ele costumava tirar boas notas na escola, cursou o ensino médio e fez curso profissionalizante no Senai. Nos poematos deixados aos policiais, Marlon utiliza figuras de linguagem, como a comparação e a metáfora para falar da amizade. Pode-se inferir que foi uma forma de dizer aos policiais que se considerava amigo deles. Chama à atenção a concordância correta entre pronome e verbo na segunda pessoa em “Nunca abandones um velho amigo porque o novo não será como ele”, “Só quando envelhecer tu beberás com prazer”. Mas a intenção de Marlon em ambos os poematos fica clara sempre na frase final: convencer os policiais de que não era culpado pelos estupros ou, pelo menos, de que, não tinha consciência do mal que causou: “Confiem na minha inocência” e “Acredite em mim”.

No caso de Pierre Rivière, relatado por Foucault, o memorial escrito pelo criminoso procurava demonstrar sua lucidez e consciência do ato que praticara, um triplo assassinato. Rivière relata com riqueza de detalhes toda a premeditação do crime e tenta justificá-lo racionalmente. A morte da mãe justificava-se pela forma maldosa com que tratara o pai de Rivière durante toda a vida; a irmã por sua convivência com as maldades da mãe; o irmão para que não sofresse pela perda da mãe e assim se transformasse em um peso a mais para o tão sofrido pai. Nos escritos de Marlon a intenção é justamente oposta a de Rivière. Procura passar a imagem de uma pessoa sensível, afável e na qual “se pode confiar”. Tenta deixar implícita a mensagem de que precisa de ajuda, não de prisão.

Os casos de crimes que envolvem alegação de insanidade são sempre controvertidos para a Justiça. O promotor do caso Maníaco do Parque, Edílson Mounget Bonfim, lem-

bra que os laudos periciais de Francisco de Assis Pereira havia uma afirmação de semi-imputabilidade do acusado, em razão do diagnóstico de um “transtorno anti-social de personalidade”, porém, argüido em plenário, o perito-chefe Dr. Paulo Argarate Vasques sustentou que só firmou tal laudo de semi-imputabilidade por conta da dificuldade de discussão do caso, pois temia que um laudo de integral imputabilidade, isso é, de total responsabilidade consciente pelos crimes, retornasse à correção dado ao grau de atrocidades cometidas pelo Maníaco do Parque. O mesmo perito afirmou em plenário que a previsão de semi-imputabilidade deveria ser retirada do Código Penal devido às dificuldades de uma análise científica capaz de configurá-la. No primeiro laudo de Vasques sobre o caso consta:

Em Psiquiatria a noção de normal e anormal, pela sua complexidade, torna difícil a distinção entre essas noções, exatamente pelo fato de não haver uma nítida linha demarcatória entre as duas. (Bonfim: 2004, p.107)

A posição de Vasques deu origem a uma “exaustiva discussão sobre os limites da perícia psiquiátrica”, segundo Bonfim, que dedica o capítulo 10 de seu livro a explicar porque Francisco de Assis Pereira, o Maníaco do Parque, foi julgado normal. A respeito da semi-imputabilidade, afirma Bonfim (2004: p.109):

A semi-imputabilidade seria a consequência de uma cômoda Justiça de “meio-termo”: na impossibilidade de prová-lo doente mental ou insano, e diante da enormidade dos crimes por ele praticados – que, de ordinário, não seriam cometidos por um cidadão normal –, dava-se-lhe o rótulo de “seminormal” – quase-normal ou quase-anormal –, fazendo-se a Justiça do mais-ou-menos.

Para Bonfim (2004: p. 110), a matéria da semi-imputabilidade é a mais polêmica da Psiquiatria Forense, sem consenso no foro mundial. Contudo, segundo o promotor, a tendência geral em situações similares a do Maníaco do Parque é para a plena responsabilização do réu.

A tendência contemporânea em situações análogas, em sua maior parte – tendência ditada pelos mais avançados países –, é no sentido da plena responsabilização dos chamados assassinos-em-série. É correto do ponto de vista geral e social, porque resguarda a sociedade da presença perigosa de tais indivíduos, segregando-os no

cárcere. É correto, ainda, do ponto de vista individual. Ao permanecerem presos, não fazem mal a outros nem a si próprios. Em liberdade configuram uma ameaça constante. No manicômio representariam uma atitude incorreta não só do ponto de vista da justiça social, como desumana na perspectiva do próprio criminoso: por não serem doentes mentais, mas passarem a conviver com estes – e assim serem tratados –, a perspectiva seria sombria: não só o sofrimento de uma convivência com uma comunidade alheia à sua lhes seria atroz, como provavelmente desenvolveriam patologias e comportamentos de que não eram portadores anteriormente. (Bonfim: 2004, p. 110)

Quando se buscam mais a fundo informações da psiquiatria forense fica evidente a incoerência de se buscar a inimputabilidade dos réus sob a justificativa de seus traumas de infância ou agressões similares. Embora haja, em muitos casos, comprovada relação dos crimes com os fatores traumatizantes, isso não retira do réu a responsabilidade pelos atos cometidos. Consiste, portanto, num exagero da imprensa e também das obras de ficção, o processo de justificação de crimes em série por traumas sofridos pelos agressores. Tais estereótipos acentuados pela mídia só fazem encorajar os agressores sexuais que, de antemão, premeditam enganosamente que poderão recorrer, caso pegos em flagrante, ao pretexto da insanidade mental o que, como se viu, não é assim tão óbvio.

Há muitos pontos de convergência entre o texto noticioso construído com fins sensacionalistas, ainda que de forma velada, e o texto ficcional. A utilização de visões estereotipadas, de conceitos pré-estabelecidos e ratificados por recortes de citações de autoridades competentes é um mecanismo adotado pela imprensa para encontrar aceitação rápida entre os consumidores de notícias. Tal estratégia acaba por inverter papéis. De réu confesso, o personagem Maníaco da Bicicleta passou a ostentar, após sua prisão, uma imagem de vítima social.

O discurso de Marlon, nas matérias jornalísticas publicadas em *A Notícia*, mostra que ele tinha consciência dessa “vitimização” de que estava sendo alvo na mídia. Mais que isso, Marlon utiliza-se desse processo para tentar convencer a opinião pública de sua patologia. No dia 18 de abril de 2002, *A Notícia* publica em seu caderno de circulação regional – AN Cidade – matéria com entrevista de Marlon. O estupro chega a agradecer a polícia por

estar preso, embora mesmo com o episódio do falso retrato falado que acusava um inocente, não tenha cogitado entregar-se à polícia.

AN Cidade 18/04/02

Maníaco agradece por estar preso

Após confessar estupros, ele garante estar arrependido

(Arlei Zimmermann)

Com boa aparência e demonstrando estar um pouco atordoado, o ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, 26 anos, que ficou conhecido como o "Maníaco da Bicicleta", **diz se arrepender de tudo o que fez e agradece a Deus por ter sido preso pela polícia. Se não fosse ela, segundo ele, poderia praticar outros crimes. "Estou me sentindo aliviado", revela.**

Marlon foi preso na sexta-feira da semana passada por policiais da Divisão de Investigações Criminais (DIC) em conjunto com a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente. Foi por meio de denúncia de uma das suas últimas vítimas, em 5 de março, que a polícia chegou até o suspeito. Conforme a mulher, ela foi abordada no bairro Bucarein. Para violentá-la, ele teria usado a mesma forma que as outras vítimas de 2000 descreveram. Conforme a delegada Rutte Henn, Marlon chegou a ser preso pela Polícia Militar e apresentado na delegacia. "Eu fiz todos os procedimentos legais, **mas na hora a vítima não quis fazer o reconhecimento e tivemos que liberá-lo**", fala a delegada. Como as características eram a mesma feita pelas outras vítimas, através de retrato falado, resolveram investigar e, **finalmente**, provar de que era ele mesmo o "Maníaco da Bicicleta".

Ao todo, seis mulheres foram vítimas, uma delas tendo sofrido apenas tentativa de estupro. Conforme revelou uma vítima à reportagem do jornal A Notícia, ela se livrou do maníaco por muita sorte. Ela o distraiu, alegando que a arma dele estava aparecendo. Quando ele foi colocá-la debaixo da blusa, ela fugiu. Ao reconhecer Marlon como sendo o jovem que lhe atacou, **ela falou que sentiu muita raiva e, ao mesmo tempo, pena. "Não contive as lágrimas", diz. Ela acredita que ele sofre de algum distúrbio**, caso contrário não teria agido assim. **"Ele tem algum distúrbio genético. No fundo, me dá pena",** fala a vítima, emocionada. **O seu maior lamento é que ainda não existe cura para este tipo de doença.**

Além do discurso de arrependimento do estuproador, a matéria aborda o discurso de compaixão de uma das vítimas: “sentiu muita raiva e, ao mesmo tempo, pena”, “Ela acredita que ele sofre de algum distúrbio”, “Ele tem algum distúrbio genético. No fundo, me dá pena”, “O seu maior lamento é que ainda não existe cura para este tipo de doença”. As falas da vítima são o retrato do efeito do estereótipo na formação de opinião das pessoas. Mesmo sabendo que poderia ter sido violentada por Marlon (ela conseguiu escapar antes do estupro), seu sentimento é de compaixão e chega a diagnosticar com segurança a causa do desvio comportamental do agressor “distúrbio genético”, um contra-senso quando se considera que, para a psiquiatria, as causas biológicas são justamente as mais desprezadas nas justificações para crimes sexuais. Sobre o assunto constata Balonne (2006):

Apesar de existir um fator genético capaz de aumentar a suscetibilidade da criança para comportamentos criminosos, esta suscetibilidade estará sujeita às condições ambientais.[...] Tentar explicar o comportamento e as atitudes humanas, apenas a partir de fatores biológicos não parece ser um bom método, pois qualquer comportamento, incluindo o comportamento criminoso, é considerado como um conjunto de inúmeros processos em complexa interação. Em nosso caso, essa interação se dá através do vocábulo tríplice; bio-psico-social.

A forma simplista com que a imprensa aborda estereótipos como o das causas psicológicas dos crimes sexuais acaba perpetuando idéias sem qualquer embasamento científico

e que se tornam conceitos pré-concebidos e assimilados pela opinião pública, até mesmo pelos próprios jornalistas.

A matéria acima transcrita também mostra que uma das vítimas não quis fazer o reconhecimento de Marlon. O medo de vinganças por parte dos agressores é um dos motivos que leva as vítimas a não denunciarem seus violadores. Como se verá adiante, depois da prisão de Marlon outra denúncia de estupro atribuída ao Maníaco da Bicicleta apareceu.

Ciente de que a sociedade é adestrada pela mídia a procurar justificativas psicológicas para crimes sexuais em série, os agressores podem partir para um discurso condizente com a expectativa do público. Em entrevista para o AN Cidade, Marlon insiste em mostrar que não tinha consciência dos abusos cometidos.

AN Cidade 18/4/02

A Notícia - Por que você praticou este tipo de crime?

Marlon - Eu não sei. Juro que não sei. Agora que o pesadelo acabou e tenho tempo para pensar, fico me perguntando por que fiz isto? **Confesso que nenhum dos estupros foi planejado.**

AN - Você escolhia as vítimas?

Marlon - Não, pegava aquela que aparecia na minha frente.

AN - Mas você não tinha preferência por beleza ou idade?

Marlon - Não. O importante naquele momento era praticar o estupro e pronto.

AN - Quando você violentava as vítimas sentia prazer? Orgasmo?

Marlon - Confesso que sentia prazer. Orgasmo...sei lá, não sei dizer se era orgasmo.

AN - E o que você sentia quando fazia isto?

Marlon - Na hora eu gostava, **depois eu me arrependida** e sentia muito nojo.

AN - E por que você repetia o ato se sentia nojo?

Marlon - Não sei. Juro que não sei. Eu sempre me arrependida. **Parece que não era eu que estava fazendo aquilo. Dava a impressão de que outra pessoa me possuía.**

AN - Alguma vez você agrediu alguma das vítimas?

Marlon - Não, nunca fiz isto. Muito pelo contrário, eu **até pedia desculpas.**

AN - E por que você pegava o documento de identidade delas?

Marlon - Eu **pegava por pegar**, mas nem sabia o que estava escrito. **Eu não ficava no meu consciente.** Era muito estranho.

AN - Você se arrepende?

Marlon - E como. **Jamais voltaria a repetir este ato. Mais uma vez insisto em dizer que não era eu.** Sempre fui uma pessoa que se preocupou em fazer tudo certo, desde pequeno. Nunca briguei com ninguém. **Eu agradeço a Deus por estar aqui. Se eles não tivessem me prendido eu não sei o que seria de mim.** Agora me sinto aliviado.

AN - Você chegou a ser agredido pela polícia na hora da prisão, ou na delegacia para confessar os estupros?

Marlon - Não, muito pelo contrário, eles me trataram muito bem. **Com eles me sinto protegido. Os policiais estão fazendo de tudo pela minha segurança.** Ninguém entra aqui.

AN - Você acha que deve ser internado numa clínica ou prefere ir para o presídio ?

Marlon - **Quero ir para uma clínica. Eu preciso de tratamento.**

AN - É verdade que você foi violentado sexualmente quando tinha seis anos?

Marlon - **É, fui violentado** pelo amigo de meu pai. Desde então convivi com isto e **nunca falei para ninguém**. Sentia muita vergonha.

AN - Você viu o teu irmão sendo morto pelo pai?

Marlon - Vi, eu tinha seis anos e não consigo tirar esta cena da cabeça. A gente estava jogando bola na frente da casa. Meu pai chamou o meu irmão para jogar. Ele não se negou. Então, meu pai pegou uma caneca de alumínio e jogou na cabeça dele. Ele morreu no hospital. Quando olho para a minha filha, me lembro dele. Eles são parecidos.

AN - O que você te a dizer a tua mulher?

Marlon - Que eu a amo muito.

As respostas de Marlon são evasivas e contraditórias. Ele afirma que nenhum dos estupros foi planejado, no entanto, já saía de casa com uma arma para amedrontar suas vítimas. Alega não escolher as mulheres, mas todas as agredidas possuíam perfil parecido, a ponto das matérias jornalísticas apontarem que havia uma preferência por mulheres jovens de classe média alta. Do discurso do arrependimento, Marlon passa a utilizar argumentos para convencer de que não era consciente de seus atos e insinua uma “possessão”: “Parece que não era eu que estava fazendo aquilo. Dava a impressão de que outra pessoa me possuía”, “Eu não ficava no meu consciente”. Argumentos similares costumam ser utilizados em outros casos de

crimes sexuais, como, por exemplo, no caso do Maníaco do Parque e de Francisco das Chagas, que castrou e matou 41 meninos²⁵.

Marlon não considera o estupro uma agressão, o que fica claro na resposta à pergunta: “Alguma vez você agrediu alguma das vítimas? - Não, nunca fiz isto. Muito pelo contrário, eu **até** pedia desculpas.” O intensificador “até” denota que, para Marlon, o fato de pedir desculpas atenuava seu crime. Segundo as vítimas, Marlon costumava apanhar os documentos, verificar seus nomes e em seguida fazer ameaças de que voltaria a atacá-las, caso contassem à polícia. Portanto, havia premeditação no ato de vistoriar os documentos das mulheres agredidas. Este tipo de ameaça às vítimas para evitar a delação é comum entre estupradores, segundo a psiquiatria.

No Brasil, acredita-se que a maior parte das mulheres não registre queixa por constrangimento e medo de humilhação, somados ao receio da falta de compreensão ou interpretação dúbia do parceiro, familiares, amigos, vizinhos e autoridades. Também é comum que o agressor formule ameaças à integridade física da vítima ou de algum familiar, caso o ocorrido seja revelado. (Drezett: 2006 in www.psiqweb.med.br)

Ao mesmo tempo em que “agradece” por estar preso, Marlon assegura que não voltaria a cometer os crimes, mais uma contradição de seu discurso que visa a escapar da prisão comum, pois se realmente fosse insano, não poderia ter certeza de conseguir controlar novos impulsos de ataque. “Quero ir para uma clínica. Eu preciso de tratamento.” Na entrevista, Marlon também afirma que foi estupro por um amigo do pai aos seis anos, mas que nunca havia falado isso para ninguém.

Todo o restante da matéria jornalística é uma sucessão de depoimentos que procuram atenuar os crimes cometidos por Marlon usando como justificativas o seu bom comportamento, os traumas de infância ou a possessão por espírito maligno. Além de ouvir pessoas relacionadas ao estupro, o repórter também busca a voz de autoridades competentes: psicóloga e policiais. Com tais estratégias, o autor dos estupros passa de réu à vítima.

²⁵ Cf Carta Capital, 8 de set/2004, pp. 22-30

Destino de Marlon é incerto

Delegado tenta resguardar vida do "Maníaco da Bicicleta"

O delegado Marco Aurélio Marcucci ainda não sabe qual será o destino de Marlon Duarte. A sua única certeza é a de que em Joinville ele não vai ficar. "Ele poderá ir para a Penitenciária de Florianópolis ou para outro presídio de segurança máxima do Estado", comenta Marcucci.

Ele entende que a situação de Marlon é bastante complicada. Pela grande repercussão do caso, e pelo grande número de vítimas, se ele permanecer em Joinville sua vida estará em perigo. **O delegado diz, ainda, que talvez Marlon até seja internado em alguma clínica ou manicômio.** "Tudo é possível. Ainda não sabemos qual será o paradeiro dele", justifica.

Hoje, às 10 horas, Marcucci ficou de apresentar Marlon para a imprensa. "A imagem dele somente amanhã (hoje)", disse. **O investigador Eleandro Felício, que prendeu Marlon, disse ter sentido muita tristeza ao reconhecê-lo. Conta que os dois serviram na mesma turma no 62º BI. "É muito complicado quando acontece algo desta natureza. Mas faz parte da profissão", diz.**

Assim como Eleandro, diversas outras pessoas disseram que ele sempre foi uma boa pessoa. É o caso de Eriberto Satoriano Costa. "Ele sempre foi um excelente menino", disse. **Nem mesmo a mulher de Marlon tem o que reclamar dele. Conforme revelou a mãe dela, ele era um bom marido e bom pai.** "Minha filha está acabada. E a filha de um ano não para de chamar pelo pai. Mas ele tem de pagar", disse a sogra. (Arlei Zimmermann)

Vítima se transforma em agressor

A maioria das pessoas que praticam violência sexual já sofreram a mesma agressão na infância ou na adolescência. A declaração é da psicóloga Valdirene Daufemback. Segundo ela, a dificuldade de lidar com este tipo de acontecimento faz a pessoa reproduzir a mesma situação. E no seu parecer, pelo histórico de Marlon Cristiano Duarte, é possível que ele agiu desta maneira por ter sido violentado quando ainda era criança.

Conforme a psicóloga, que presta um trabalho voluntário no presídio de Joinville, em quase todos os casos de estupro existe um histórico de violência sexual. Outra observação de Valdirene, é que na maioria das vezes os estupros acontecem dentro da própria família ou envolvendo vizinhos. "Casos de estupros praticados por desconhecido, como no caso de Marlon, é a minoria, embora sejam os que mais aparecem na mídia", argumenta. Valdirene diz que existe pesquisas revelando esta estatística. "Os livros teóricos comprovam isto", alega. Embora diga que cada caso é um caso, geralmente as pessoas que praticam violência sexual tem sentimento de alta-piedade ou de culpa. Revela que esta dinâmica acaba gerando conflitos internos entre as pessoas. "Na verdade, o estupro é uma forma de ela externar o conflito interno", diz. Conforme a psicóloga, é uma maneira de a pessoa sair do ponto de extrema fraqueza e baixa estima, se identificando com o papel do agressor como uma forma de superar esse conflito.

Quanto ao caso de Marlon, a psicóloga diz que se ele tiver um quadro grave de problemas mentais, seria recomendável encaminhá-lo para tratamento clínico ou manicômio judiciário. Fala que infelizmente no presídio existe apenas um acompanhamento psicológico dentro da metodologia de terapia breve, e neste caso, não tem condições de fazer um tratamento mais intensivo. (AZ)

Tragédia marca a vida familiar

Mãe do acusado revela traumas sofridos pelos seus filhos

"**Se** ele deve, tem de pagar. **Mas** meu filho não é nenhum ladrão **e muitos menos** um bandido. **Nunca** matou e **nunca** roubou", desabafa a mãe de Marlon, Maria de Lurdes Duarte, 56 anos. Inconformada com a prisão do filho, fala que ele **sempre** foi exemplar. "Por isso, fica difícil eu aceitar uma coisa dessas. **Se** ele fosse um marginal, seria diferente", acrescenta a mãe. Chorando muito e agarrada a foto do filho, Maria de Lurdes não faz sequer um comentário ruim sobre o filho. Ela insiste em dizer que, **apesar de tudo** o que ele passou quando era pequeno, **sempre** demonstrou ser um homem de caráter, muito inteligente e estudioso. **Além** de completar o segundo grau, ele **ainda** fez vários cursos técnicos, entre eles o de ferramenteiro no Senai. "Para se ter uma idéia de como era o seu comportamento, quando serviu no 62º BI, em 1994, foi condecorado com o título Honra ao Mérito", acrescenta a mãe.

Ela acredita que quando seu filho praticou os estupros, **deveria estar possuído de algum espírito ruim. "Só pode ter sido isso**, não encontro outra justificativa", frisa. Porém, ao ser questionada sobre o relacionamento do filho com o pai já falecido, a emoção toma conta. Recorda que Marlon tinha apenas seis anos quando **presenciou o pai matar, com um caneco de alumínio, seu irmão de quatro anos**. Fora isso, foram centenas de vezes que ele **assistiu ela ser espancada violentamente pelo pai**. "Fui até amarrada na frente de meu filho", conta a mãe.

Mas a história dela é **mais triste ainda**. Conforme revelou, um dia ela precisou ir à Blumenau para resolver problemas familiares. Ao retornar, não encontrou os quatro filhos. Os quatro tinham sido abandonados em cidades diferentes pelo próprio pai. "Dois deles, que é o Marlon e o outro de quatro anos, e foi morto depois,

eu consegui recuperar. Marlon estava em São Paulo", recorda a mãe, emocionada. Ela diz que dos outros dois filhos, Sinara Duarte, 23, e Fabrício Duarte, 21, ela nunca mais teve notícias. "E o Marlon sempre sofreu muito com isso. O que ele mais queria na vida, era reencontrar os irmãos", diz. (Arlei Zimmermann)

Ataque sexual aos seis anos

Marlon tinha seis anos quando foi violentado sexualmente por um amigo do pai. **A revelação, que até então ninguém da família sabia, foi feita, na terça-feira, pelo próprio Marlon** ao irmão Ederaldo Luiz Fenske. A mãe ficou mais desesperada ainda ao saber do caso. Marlon **revelou ainda** que, por várias vezes, **presenciou seu pai mantendo relações sexuais com o homem que lhe violentou**. Embora tenha ficado surpresa pela violência contra seu filho, Maria Lurdes não esconde que o marido era homossexual e usuário de drogas.(AZ)

Além das fontes, inclusive autoridades competentes, que atestam o bom caráter de Marlon, o texto é permeado de modalizadores, sobretudo na fala da mãe, que funcionam como encadeadores discursivos de uma argumentação que leva a convencer que Marlon é uma vítima social, sem plena consciência das conseqüências de seus ataques. A mesma estratégia utilizada pela imprensa para construir o Maníaco da Bicicleta como o símbolo da insegurança joinvilense toma nova forma.

Para fazer eco à imagem de “doente” passada por Marlon na entrevista, o repórter recorre a três autoridades competentes: o delegado Marco Aurélio Marcucci, o investigador Eleandro Felício, ex-colega de quartel de Marlon, e a psicóloga Viviane Daufemback. O primeiro prevê que Marlon poderá ir para um manicômio ou clínica. O segundo revela tristeza em ver o ex-colega naquela situação. A psicóloga acentua a explicação de que as razões de Marlon para os crimes são psico-patológicas. “**A maioria** das pessoas que praticam violência sexual já sofreram a mesma agressão na infância ou na adolescência”; “em **quase todos** os

casos de estupro existe um histórico de violência sexual”; “**na maioria das vezes** os estupros acontecem dentro da própria família”; “existe (sic) pesquisas revelando esta estatística”; “os livros teóricos comprovam isso”. Para atenuar a generalização, aparece uma oração concessiva: “Embora diga que **cada caso é um caso, geralmente** as pessoas que praticam violência sexual tem (sic) sentimento de alta-piedade ou de culpa”.

A psicóloga repete a previsão do delegado, de que Marlon pode ir para um manicômio. “A psicóloga diz que se ele tiver um quadro grave de problemas mentais, seria recomendável encaminhá-lo para tratamento clínico ou manicômio judiciário” e lamenta a falta de tratamento psicológico adequado no presídio de Joinville.

A reportagem ainda traz opiniões de um cidadão chamado Eriberto Satoriano Costa, sem identificar qual sua relação com Marlon. “Ele **sempre** foi um excelente **menino**”. Fica implícita a impressão de ser alguém que conhece Marlon desde criança. A opinião da esposa de Marlon aparece de forma indireta, através da sogra do rapaz: “Nem mesmo a mulher de Marlon tem o que reclamar dele. Conforme revelou a mãe dela, ele era um bom marido e bom pai”. Apesar de apresentar um discurso polifônico, com múltiplas fontes, a matéria é, na realidade, uma sobreposição de opiniões positivas a respeito da conduta de Marlon que só corroboram com a intenção expressa no discurso do estuproador de livrar-se da prisão comum e obter alguma regalia na reclusão em uma clínica psiquiátrica.

O depoimento da mãe de Marlon vem reforçar ainda mais tal visão unilateral e estereotipada do repórter. Mais do que as escolhas lexicais da mãe, são os modalizadores que permeiam o texto que vão amarrar a argumentação – disfarçada de linguagem referencial – de que Marlon é um bom rapaz e merece tratamento diferenciado.

O texto começa pela fala da mãe, iniciada por uma conjunção condicional: “Se ele deve”, ou seja, pressupõe-se que a mãe ainda não esteja convencida da culpa do filho que confessou os estupros. O adversativo “mas” reforça a dúvida e introduz elementos para que a mãe

não acredite na culpa de Marlon: “**Mas** meu filho não é nenhum ladrão e **muito menos** um bandido”. Os advérbios de tempo “nunca” e “sempre” reforçam os bons antecedentes do esturador: “Nunca matou e nunca roubou”, “sempre foi exemplar”, “sempre demonstrou ser um homem de caráter”. A própria mãe faz concessão para reiterar o sofrimento do filho na infância: “**apesar de tudo** o que ele passou quando era pequeno” .

A escalaridade da narrativa também contribui para traçar o comportamento de Marlon: “**Além de** completar o segundo grau, ele **ainda** fez vários cursos técnicos”, ou seja, era capaz de um esforço além da média. A escala de dissabores na vida de Marlon e sua mãe é apresentada em ordem crescente: “tinha apenas seis anos quando presenciou o pai matar, com um caneco de alumínio, seu irmão”; “assistiu ela (a mãe) ser violentamente espancada pelo pai”; “Fui **até** amarrada na frente de meu filho”; “**Mas**, a história dela é **mais triste ainda**”, “os quatro (filhos) tinham sido abandonados em cidades diferentes pelo próprio pai”.

Por fim, o texto termina com a “revelação” de Marlon de que sofreu um estupro aos seis anos e de que presenciara o pai manter relações sexuais com o homem que o violentara. Tal revelação não era do conhecimento nem da mãe de Marlon. Só veio à tona depois de sua prisão.

Não é a veracidade dos fatos relatados por Marlon e sua mãe que está em questão neste estudo e sim a forma como o jornal *A Notícia* tratou o assunto, ou seja, com uma visão unilateral e estereotipada do tema. Trata-se da continuidade de um processo de mitificação iniciado durante a construção do personagem Maníaco da Bicicleta. Por duas vezes este processo mudou de rumo, sem deixar de lado a utilização do mito. Houve uma mudança de rumo quando da denúncia do falso retrato falado pelos Plochanski e depois, com a prisão de Marlon, vitimizado pela cobertura jornalística.

O que o jornalista não imaginou ou não quis considerar é que as características atenuadoras aos crimes de Marlon, apresentadas pelas fontes entrevistadas, integram, segundo

a psiquiatria, o perfil característico dos agressores sexuais em série, como assinalam, abaixo, algumas considerações de Balonne (2006: www.psiqweb.med.br):

Difícilmente o criminoso sexual serial e o assassino serial sexual apresentam a imagem escrachada do perverso e cruel. Em geral são, ao contrário, pessoas de razoável a bom nível social, se comportam de forma cordial, se mostram saudáveis, sedutores, educados, inteligentes e astutos. Com essas características a criminalidade passa despercebida no âmbito da comunidade e até para os conhecidos e, se têm um trabalho estável, também se mostram inocentes e bons companheiros de trabalho. [...] A nível psíquico, podem ser alfabetizados, de bom quociente intelectual, alguns com nível de estudo secundário e até universitário. Nestes casos, é comum que não tenham completado totalmente a universidade devido a alguma frustração ou conflito. [...] Excepcionalmente se tem registrado criminosos sexuais e assassinos sexuais seriais de baixo nível intelectual. A linguagem que podem utilizar durante a execução do ato criminoso costuma ser de ameaças, insultos, desqualificação, agressão, provocação, autovalorização, vingança, etc.

Quase em todos os casos os criminosos seriais têm trabalhos efetivos e se comportam neles de forma responsável, podem ser pontuais e cumpridores, obtendo dos chefes o reconhecimento e boas referências. É raro que essas pessoas apresentem antecedentes delinqüências detectados, públicos ou conhecidos da polícia.

O agressor serial não costuma ter um número limite de agressões em sua vida, por exemplo, quatro crimes sexuais até hoje, sendo o último perpetrado há 10 anos ou coisas assim. Em geral o limite costuma ser determinado pela sua detenção ou morte.

O Criminoso Sexual Serial agride sexualmente, sem necessariamente matar. Trata-se da grande maioria dos estupradores e violentadores sexuais.

De modo geral são pessoas psicologicamente bem orientadas e lúcidas, têm noção do certo e do errado, tem crítica de seus atos. Esse grau de consciência se corrobora pelo fato deles não agirem como agem caso tenha algum policial por perto.

5.3 NOVAS DENÚNCIAS: MARLON TAMBÉM ROUBOU

A prisão de Marlon encorajou nova denúncia contra o Maníaco da Bicicleta. A vítima descreve em detalhes a atuação de Marlon e afirma que, além do estupro, ele roubou R\$ 70,00 de sua carteira. A informação da nova vítima saiu em *A Notícia* e também no caderno de circulação regional *AN Cidade*. No dia seguinte, a mesma informação voltou a ser veiculada para que *A Notícia* pudesse corrigir um dado incorreto da delegada Ruth Henn. Ela afirmou que, como havia se passado seis meses da ocorrência do estupro, a jovem teria perdido o direito de processar Marlon. Na matéria publicada em *A Notícia* (cf anexo 10), o delegado Marco Aurélio Marcucci corrige a informação afirmando que o prazo decadencial para estupro começa a contar da data do reconhecimento do agente estuprador.

AN Cidade 19/04/02

Aparece nova vítima do maníaco

Garota afirma que reconheceu Marlon Duarte pelos jornais

Arlei Zimmermann

A divulgação da imagem do ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, 26 anos, conhecido como o Maníaco da Bicicleta, nesta quarta-feira, acabou encorajando mais uma vítima do acusado. Carolina (nome fictício), 22 anos, desde o momento que reconheceu Marlon vive muito angustiada. Na época, constrangida e com medo de represália, optou pelo silêncio. Ontem, ela resolveu revelar o seu drama ao jornal A Notícia. Ela acredita ser uma das primeiras vítimas, já que foi violentada sexualmente em 4 de setembro de 2000. A garota tinha acabado de sair de um colégio, onde estudava na época, quando foi abordada pelo acusado. Conforme disse, ela estava numa parada de ônibus na avenida Procópio Gomes. De repente, foi agarrada pelo homem agora conhecido como "Maníaco da Bicicleta", que com uma mão no guidão e a outra no braço dela, exigiu que o acompanhasse. No caminho, conta Carolina, o acusado pediu que ela ficasse quieta, **pois ele estava armado**, chegando mostrar **um revólver debaixo da blusa**. Então, entraram num campo de futebol, próximo a um matagal. "Neste local, ele **disse que era um assalto. Pediu a minha carteira e pegou os R\$ 70,00** que eu pagaria ao meu dentista. "Pensando que era mesmo um assalto, disse que precisava ir embora. Ele pegou a arma e encostou na minha cabeça. **Desconfiei que era de plástico**", conta. Porém, para o seu desespero, ele foi tirando a sua roupa. Logo em seguida, foi violentada sexualmente. Ainda assim, **teve de sair do local com o braço dado com ele**. "Fiquei desesperada. Ele **pegou a minha carteira de identidade e disse que**

estava anotando o meu nome, pois, se eu o denunciasse, me mataria", recorda. Somente depois de deixá-la na parada de ônibus é que ele foi embora. Em seguida, ela telefonou ao pai, que foi buscá-la. Aos pais ela apresentou a mesma versão de assalto. Um dia, outro colega comentou que durante o assalto, Deus estava com ela. Carolina se revoltou, gritando que, naquele dia, Deus deveria estar dormindo. Percebendo o desespero da filha, a mãe desconfiou da história. "Ela desabafou, me contando tudo. Desde então, a vida da minha filha mudou. Ela parou de estudar e até hoje faz terapia", fala a mãe, com lágrimas nos olhos.

Conforme Carolina, no dia em que foi violentada, Marlon usava a mesma blusa apreendida pela polícia. Embora a garota tenha decidido agora registrar o caso na polícia, **segundo a delegada Ruth Henn, o prazo decadencial para os crimes de estupro é de seis meses, a partir do momento em que em ele ocorre. "Portanto, como a vítima não registrou antes disso, Marlon não poderá ser mais punido por este crime"**, alerta.

A Notícia 19/4/02



Mais uma vítima do "maníaco" decide falar

Com escolta
Marlon Duarte (sentado, ao centro), acusado de praticar série de estupros em Joinville, pede perdão à vítimas. [POLÍCIA](#)

Foto: Arlei Schmitz

Figura 7 - AN on-line (capa) 19/04/02

Vítima acusa esturador após 19 meses

Jovem diz que não denunciou maníaco porque foi ameaçada

Arlei Zimmermann

Após a prisão do ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, 26 anos, conhecido como o "Maníaco da Bicicleta", ocorrida há uma semana, mais uma vítima do acusado de estupro resolveu denunciar a agressão. Carolina, 22 anos, nome fictício, assim que viu a imagem de Marlon nos meios de comunicação o reconheceu. Na época do crime, em 4 de setembro de 2000, constrangida por tudo e com medo de represália, optou pelo silêncio. Ontem, logo após a entrevista do maníaco à imprensa, ela resolveu revelar o seu drama à reportagem do jornal A Notícia.

Carolina acredita ter sido uma das primeiras vítimas de Marlon. Ela saiu do Colégio Elias Moreira, onde estudava na época, e foi abordada pelo ferramenteiro quando se encontrava numa parada de ônibus da avenida Procópio Gomes. Segundo ela, Marlon a agarrou com uma mão - com a outra segurava a bicicleta - e pediu que a acompanhasse.

No caminho, conforme Carolina, o maníaco pediu que ela ficasse quieta e **mostrou a arma debaixo da sua blusa**. Então se embrenhou num campo de futebol. "Quando chegamos neste local, que não sei explicar ao certo onde era, ele **disse que se tratava de um assalto**. Pediu a minha carteira e **pegou os R\$ 70,00** que eu tinha guardado para pagar o meu dentista". E acrescenta: "Pensando que se tratava mesmo de um assalto, tentei conversar com ele, dizendo que não tinha mais nada e que precisava ir embora. Ele me segurou pelo braço, **pegou a arma e encostou na minha cabeça**". Porém, para o seu desespero, ele **a agarrou com força, tirou a sua roupa e a violentou**. Ainda assim **teve que sair do local com o braço em cima do dele**. "Fiquei desesperada. Ele **chegou a pegar a minha identidade e dizer que estava anotando o meu nome, pois, se eu o denunciasse à polícia, me mataria**", recorda. Ele **chegou a lhe dar R\$ 3,00, dos R\$ 70,00 roubados, para ela voltar para casa**.

Depois de deixá-la na parada de ônibus, onde a havia abordado, ele foi embora. Segundo Carolina, logo que foi solta entrou em pânico. Chegou num barzinho e pediu um copo de água. Como estava branca, perguntaram o que tinha acontecido com ela. Então disse ter sido assaltada. Depois telefonou ao pai, que foi buscá-la. Aos pais ela apresentou a mesma versão. Ela conta que não tinha coragem de contar o acontecido a ninguém.

Percebendo o desespero da filha, a mãe logo desconfiou que não tinha sido um assalto. "Chamei a minha filha e finalmente ela desabafou, me contando tudo. Desde então a vida da minha filha mudou. Ela parou de estudar e até hoje faz terapia. O psiquiatra disse que ela se tornou maníaco-depressiva", fala a mãe, com lágrimas nos olhos.

Ela e o pai não se conformam. Eles querem que a Justiça seja feita. O pai fala que por dois meses andou pelas ruas de Joinville procurando pelo "tarado".

Acusado de seis estupros fala à imprensa escoltado

Marlon Duarte pediu perdão às vítimas pelos crimes praticados

Seis dias depois da prisão do ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, **finalmente ontem**, a polícia o apresentou à imprensa. Com colete à prova de bala e cercado pelo delegado Marco Aurélio Marcucci, da Divisão de Investigação Criminal (DIC), da delegada Ruth Henn, da Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente, e da delegada regional Marilisa Bohem de Lima e de outros policiais armados com escopeta para garantir a segurança, ele **disse estar arrependido pelos estupros que confessou ter praticado e pediu perdão às vítimas**. Praticamente repetiu tudo o que já havia revelado à reportagem do jornal A Notícia, na quarta-feira.

Embora tenha confessado os crimes, não assume terem sido praticados por ele, o Marlon, mas por algum espírito. Repetiu também que nunca premeditou nenhum estupro. Porém, ao ser indagado sobre a arma que utilizava para intimidar as vítimas, informou que **se tratava de um revólver de plástico.** De acordo com ele, **começou a usar a arma desde que foi assaltado em Joinville.**

Conforme a polícia, Marlon é responsável por cinco estupros e uma tentativa. Pelo menos é o que consta nos inquéritos. Porém, com a vítima de ontem, que ainda não tinha feito o registro, passam para seis o número de casos de violência sexual. E podem haver mais vítimas ainda, já que nem ele mesmo sabe ao certo quantas mulheres violentou. Ele chegou a dizer que não saberia reconhecer nenhuma delas. "Foram seis vítimas Marlon?". "É, acho que sim, não sei", declara.

Ele **pediu novamente que não quer ir para a cadeia, pois alega necessitar de tratamento psicológico.** Se orgulha em dizer que sempre teve uma boa índole e que trabalhou a vida toda como ferramenteiro. **"Preciso de ajuda",** disse. **Se desculpou novamente às vítimas e disse que imagina o que elas devem estar sentindo, "mas, por favor, me entendam e me perdoem",** comentou.

Hoje à tarde, Marlon vai ser apresentado à Justiça, que decidirá sobre o seu futuro e o seu paradeiro. O delegado Marco Aurélio não sabe para onde ele vai, mas acredita que em Joinville não seria recomendável ficar. Caso Marlon seja condenado, conforme o delegado, poderá pegar mais de 30 anos de prisão. (AZ)

O surgimento da nova vítima serve de gancho para a matéria de apresentação de Marlon à imprensa, já que *A Notícia* havia obtido uma entrevista antecipada de Marlon, no dia anterior. O estuproador repetiu aos demais jornalistas o mesmo discurso de arrependimento que fizera para *A Notícia*. Justificou o uso de uma arma, de plástico, segundo ele, por conta de um

assalto que sofreu em Joinville. O argumento serve para contestar a tese de premeditação, já que, se Marlon saía “armado” era porque tinha a prévia intenção de realizar seus ataques.

No dia 17 de maio, Marlon volta às páginas do AN Cidade . Depois de passar 21 dias no presídio de Mafra, o “Maníaco da Bicicleta” retornou a Joinville. Em Mafra, Marlon simulou uma convulsão, conforme relata o trecho abaixo:

Desde que ele chegou ao presídio, está muito tranqüilo e não esboçou qualquer reação. Enquanto esteve em Mafra, segundo o administrador do presídio daquela cidade, Luiz Laerdes, o **"Maníaco da Bicicleta" chegou a simular uma convulsão**, sendo encaminhado ao hospital. **"Mas foi apenas uma farsa"**, conta o administrador.

No início, segundo ele, Marlon ficou isolado numa cela. Depois, passou a dividir espaço com mais quatro estupradores. **"Após a simulação da convulsão, ele voltou a se comportar direitinho"**, revela Luiz Laerdes.

Em 1º de junho de 2002, o Maníaco da Bicicleta reaparece em matéria publicada no AN Cidade (cf anexo 11). Preso na mesma cela de outro estuprador que agia em Joinville, ele deixa de lado o discurso de remorso e passa a enfatizar o argumento de possessão por um espírito maligno. Nesta matéria, o repórter tenta relacionar os casos dos dois estupradores com uma possível influência do Maníaco do Parque, mas acaba se contradizendo pela fala de Marlon.

Agora, o "Maníaco da bicicleta" e o "Tarado do emprego" dividem uma cela especial para escapar da fúria dos outros presos. Marlon Cristiano Duarte, 26, e Oldair Cavalheiro Ribeiro, 34, buscam a mesma estratégia para explicar suas brutalidades. Dizem que, quando violentavam, uma força do mal agia sobre eles. Além da semelhança de seus crimes, as vidas de Marlon e Oldair têm outro ponto em comum. **Os dois acompanharam atentamente a história de Francisco de As-**

sis Pereira, o "Maníaco do Parque". Francisco foi preso, em agosto de 1998, depois de uma série de estupros e assassinatos em São Paulo. Atraía as vítimas com propostas de emprego e, para a polícia, também disse que uma misteriosa força o empurrava para o mal. **"Não tinha muito tempo, mas vi a história do "Maníaco do Parque" pela televisão"**, fala Marlon.

Apesar do repórter afirmar que os dois acompanharam “atentamente” o caso do Maníaco do Parque, Marlon afirma que “tinha pouco tempo”, ou seja, dá a impressão de que acompanhou superficialmente a cobertura jornalística da época. Marlon mostra-se arrependido não mais por ter cometido os crimes, mas por ter confessado os estupros.

Marlon afirma que se a entrevista na sede da Divisão de Investigação Criminal (DIC), dada um dia após sua prisão fosse hoje, **não confessaria seus crimes. "Fui rotulado de maníaco. Esse nome me assusta"**, fala. E **insiste na idéia de uma força maior que o transformava no "Maníaco da Bicicleta"**. "Quando saiu o retrato falado, alguns amigos brincavam comigo. Diziam que eu era o maníaco, mas não acreditava que podia ser realmente um monstro. **Sabia que era meu corpo que abrigava um monstro"**, lembra.

A condenação de Marlon a 17 anos de reclusão, em prisão comum, é noticiada no dia 27 de setembro de 2002. Em *A Notícia*, veículo que maior ênfase deu à atuação do Maníaco da Bicicleta, a condenação recebe chamada de capa, mas ganha apenas um texto curto na página policial, casado com outra notícia de Lebon Régis. No caderno AN Cidade a matéria (cf anexo 12) recebe maiores detalhes.

A Notícia 27/09/02

Maníaco condenado a 17 anos

O torneiro mecânico Marlon Cristiano Duarte, o "Maníaco da Bicicleta, 26 anos, que

aterrorizava as mulheres joinvilenses, foi condenado a 17 anos e quatro meses de prisão por um dos crimes. A sentença proferida pelo juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, João Marcos Buch, se refere ao estupro, atentado violento ao pudor e roubo contra a estudante D.S., em março deste ano.

Reportagem

Juiz condena maníaco a 17 anos de prisão

Joinville/Lebon Régis - O torneiro mecânico Marlon Cristiano Duarte, o "Maníaco da Bicicleta, 26 anos, que aterrorizava as mulheres joinvilenses, foi condenado a 17 anos e quatro meses de prisão por um dos crimes. A sentença proferida pelo juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, João Marcos Buch, se refere ao estupro, atentado violento ao pudor e roubo contra a estudante D.S., em março deste ano. O operário ainda terá de responder por outros cinco estupros ocorridos há dois anos.

No dia 5 de março de 2002, por volta das 21 horas, D. saiu do Colégio Nova Era, no bairro Bucarein, e quando se dirigia para o ponto de ônibus foi abordada pelo maníaco. Conduzindo uma bicicleta e usando um revólver escondido sob a roupa, Duarte ordenou que a vítima o acompanhasse até um matagal. Lá, exigiu dinheiro, exigiu que a vítima tirasse a roupa e a estuprou. Em abril último Marlon foi preso por acaso pela Polícia Militar, quando tentava agir novamente. Levado para a delegacia, foi reconhecido por suas vítimas e por policiais através de retrato falado.

Uma quadrilha de Joinville tentou roubar a agência do Besc de Lebon Régis, no Meio-oeste do Estado, na madrugada de ontem. Os jovens Cleiton Paulo Marcelino, 22, Anderson Aparecido Soares, 21, e os adolescentes T.B., 15, e A.C.,

14, foram surpreendidos pela Polícia Militar no interior da agência. Eles estão recolhidos na cadeia de Lebon Régis e aguardam decisão da Justiça.

Marlon Cristiano Duarte continua preso na penitenciária de São Pedro de Alcântara-SC. Teve um pedido de habeas corpus negado em agosto de 2005. Em setembro de 2006, Marlon casou-se, na capela da penitenciária, com Ângela Clemente, que já era sua companheira antes da prisão. Os dois converteram-se à Igreja Universal do Reino de Deus.

Aloísio Plochanski voltou a ter trabalho fixo em uma empresa de jardinagem. A família Plochanski ainda sente os efeitos negativos da divulgação do falso retrato falado, mesmo que seja por conta de piadas de mau gosto. A Justiça condenou *A Notícia*, o Estado e a Rede Globo a pagarem indenização, mas os réus ainda podem recorrer da decisão.

Tanto Aloísio quanto Marlon foram envolvidos num processo de mitificação midiática que começou com a construção de uma realidade que não existia: a onda de violência em Joinville, em 2000. Como bem atesta Barthes (1994), o mito nunca é completamente arbitrário, funda-se em alguns pontos por analogia, mas depois se expande e altera sua forma para adequar-se às finalidades para as quais é utilizado. No caso da imprensa, mesmo daquela que não se considera sensacionalista, o mito está presente para atrair a atenção dos consumidores de notícias e facilitar o seu “entendimento” de uma realidade que é, em parte, construída.

É possível que, na maioria das vezes, nem os próprios jornalistas percebam que são reprodutores de estereótipos, como no caso das justificativas psicológicas e da vitimização de estupradores em série. No corre-corre de seu ofício diário, de encher páginas e páginas com novidades e de adaptação ao sistema capitalista buscam mecanismos mais cômodos para si próprios e para o entendimento de um leitor cada vez mais apressado.

Para os leitores que se satisfizeram com uma breve leitura diária de *A Notícia*, a onda de crimes em 2000 foi mesmo superior a de 1999 e merecedora de uma operação especial. O Maníaco da Bicicleta realmente provocou pânico em uma cidade inteira e talvez, para

alguns menos avisados, o retrato de Aloísio Plocharski era mesmo o do estuprador em série. Para outros tantos, Marlon Cristiano Duarte era apenas um rapaz problemático e traumatizado por uma infância complicada que se arrependeu de seus atos contra mulheres e “até pedia desculpas às vítimas”.

Que caminhos uma reflexão como essa, sobre a cobertura midiática de um caso policial, pode apontar ao fazer jornalístico e à relação entre leitor e seus veículos de informação? É uma pergunta sobre a qual as considerações finais dessa pesquisa poderão lançar algumas luzes, mas que somente um processo de real valorização e prática dos preceitos do jornalismo enquanto função social poderão responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descompactar os diferentes momentos que compuseram a cobertura jornalística do caso Maníaco da Bicicleta, várias reflexões foram provocadas, as quais perpassaram por um caminho multidisciplinar, visto que a compreensão global das intenções dos enunciados – sejam eles jornalísticos ou não – atravessa uma gama de concepções conceituais, de ideologias e de conhecimentos acumulados por quem escreve e por quem recebe a mensagem.

Utilizado como uma das ferramentas para explicar a realidade, o mito dissemina-se hoje com muito mais velocidade que em épocas passadas, por conta da evolução tecnológica da informação. A serviço de interesses nem sempre acessíveis à compreensão do consumidor de notícias, o mito forma, transforma e deforma realidades. Naturaliza as construções de um real consumido avidamente por leitores/espectadores não tão passivos nem ingênuos como, a princípio, se possa supor. Os mitos noticiosos reproduzem-se ancorados em um

acordo tácito do menor esforço. Compreender pelo estereótipo em tempos de pressa constante é sempre mais fácil e cômodo.

O jornalismo é espaço privilegiado para a criação e reprodução de mitos porque carrega em seu bojo um mito maior: o da credibilidade, da confiabilidade de seus consumidores. É pela credibilidade construída que o texto noticioso torna-se veiculador de mitos noticiosos, tais como o Maníaco da Bicicleta, o Bandido da Luz Vermelha, a política como sinônimo de corrupção, entre tantos outros que diariamente chegam às casas de quem consome notícias.

Na construção do real, além da mitificação, o jornalismo utiliza outras ferramentas, tais como o discurso da autoridade, através de uma falsa polifonia que ouve múltiplas vozes, porém defensoras de um mesmo ponto de vista. Para construir simulacros – cópias quase perfeitas do real – o jornalismo subverte a função referencial da linguagem. Utiliza-a não apenas para informar, mas também para convencer acerca de realidades inventadas.

O estudo dos textos jornalísticos do jornal *A Notícia* na cobertura do caso Maníaco da Bicicleta evidenciou vários fatos construídos a partir da referencialidade dos textos noticiosos: uma onda de violência de proporções maiores que a realidade; um maníaco que “aterrorizou” a toda a população feminina da maior cidade de Santa Catarina; o retrato de um maníaco que na verdade não passava de um trabalhador inocente; a resposta governamental à criminalidade através de uma operação especial da polícia e a metamorfose do “monstro” em pobre rapaz demente que carecia de ajuda psiquiátrica.

A humanidade cria seus mitos e os alimenta a tal ponto que acaba submetendo-se às vontades do processo mitificador. O mito expande-se tanto que, a certa altura, não se consegue mais voltar atrás. Muda de forma, adapta-se a novas funções. O jornalismo é um espaço de mitificações, tal como o são outros segmentos sociais – igreja, família, escola, etc – e os leitores de textos noticiosos esperam por manifestações míticas. Nenhum texto está imune à intenção, mas é possível privilegiar um jornalismo voltado à informação e não ao convenci-

mento ou à persuasão, afinal, a função social do jornalismo é informar. A população tem direito à informação de qualidade ainda que esteja habituada ao comodismo dos estereótipos.

A capacidade de evolução sempre foi o maior diferencial do homem em relação aos outros animais que habitam o planeta. Buscar ser melhor está na essência do ser humano e não poderia ser diferente com o jornalismo. A comunicação social evoluiu da pena e pergaminho para os computadores; das cinzentas linotipos para modernos softwares de edição; do informativo manuscrito para a informação on-line. As concepções do fazer jornalístico também se modificaram ao longo dos anos e, diante da pressão do capitalismo tardio, acabaram cedendo às necessidades da industrialização da notícia. Mas é preciso perceber que o consumidor de informação, ainda um tanto acomodado aos estereótipos do dia-a-dia, também começa a mudar. Evolui lentamente, mas de forma gradual. Tem acesso a diversos tipos de veículos comunicacionais num mesmo dia. Troca de canais televisivos, de sites, de jornais, de estação de rádio com a mesma rapidez e fragmentação com que a pós-modernidade lhe obriga a viver. E se esse olhar apressado, por um lado superficializa o contato com a informação, por outro lhe permite comparar e aqui e ali enxergar indícios da construção do real.

Se a maneira de acabar com o mito é mitificá-lo, então os mitos de imparcialidade, isenção, moralidade que sustentam o mito da credibilidade da imprensa poderão estar ameaçados pela concepção de um novo mito, o de que todo o fazer jornalístico não passa de realidades inventadas. Ao privilegiar a estética e a comercialização, o jornalismo – mesmo o que se diz sério – pode incorrer em escorregões éticos que lhe custem o abalo de sua credibilidade.

O contato cada vez mais precoce com os meios de informação, em uma geração que nasceu na era digital, é um fator que precisa ser levado em consideração como motivador de um processo de revisão de fazeres.

Na rede do poder, a imprensa é um de seus nós. Tem um papel especial na circulação contínua do poder porque insere, de forma periódica e organizada o saber necessário para alimentar relações de força na sociedade. A imprensa tornou-se um destes focos de força graças aos mitos da credibilidade e de seu olhar “Panóptico” que vigia a tudo e a todos. Deve principiar pelos próprios profissionais uma autocrítica da imprensa, pois repetir fórmulas prontas pelo resto da vida somente porque estas garantem – via adestramento – uma assimilação instantânea dos consumidores de notícias pode reverter-se em descrédito, sobretudo quando tais invencionices midiáticas comprovadamente incorrem em pecados éticos, como o de transformar um inocente em culpado.

A violência sempre foi tema do jornalismo. Mitificar a violência, envolvê-la numa narrativa que se aproxima da ficção pode até tornar a informação mais “digerível”, mas provoca o efeito da banalização. Criminosos e vítimas mitificados assemelham-se a personagens do cinema, mas a vida não é um filme. Não precisa de sensacionalização.

Superar a fase do choque pós-moderno que impeliu os meios de informação a se adequarem de súbito à acumulação flexível é o desafio do século XXI ao jornalismo. Será impossível equilibrar-se por muito mais tempo sobre a corda bamba que liga a função social de bem informar ao objetivo de garantir o lucro financeiro acima de tudo. Uma retomada ao princípio básico do jornalismo – garantir informação de qualidade aos cidadãos – não significará destituir a imprensa de seu núcleo de poder. Ao contrário, será alicerçar a credibilidade pública com motivos reais para tal, sem necessitar construir simulacros nem se travestir de jornalismo justiceiro que julga e condena antes do Poder Judiciário.

No caso das coberturas policiais, acompanhar a punição real dos culpados pode ser uma nova via. Em vez de apenas enfatizar o delito, o crime, os suspeitos, é necessário mostrar também a punição, o julgamento para que a população tenha real noção do grau de impunidade e para que possa cobrar tais punições aos crimes, sejam de estupro, de roubo, de

corrupção. A sensacionalização já deu provas de que, muito mais que chamar a atenção do consumidor de notícias, contribui para uma visão banalizada do crime, da falta de decoro, da ruptura com a ética. A Guerra do Golfo, por exemplo, apesar de toda a tecnologia comunicacional e da presença de jornalistas correspondentes do mundo todo nos fronts, mais pareceu uma batalha de vídeo-game onde os personagens não morrem, simplesmente desaparecem. Foi um espetáculo de luzes, não a visão de uma guerra. A pós-modernidade chegou a um estado tal de fragmentação e construção do real, que agora o impacto, a estranheza a perplexidade são causadas pela visão nua e crua da realidade, como as imagens gravadas ao acaso, sem cortes, sem edições.

O mesmo jornalismo que cobra comportamentos éticos das instituições e dos cidadãos, não pode abdicar da ética em nome de uma estética inspirada nos modelos romanescos. Se o veículo de comunicação vende a seu consumidor de notícias uma imagem de isenção, de compromisso com a realidade, de vigilante dos direitos e deveres da sociedade, então não pode corromper-se e fingir ser aquilo que não é, sob o risco de desmascarar a si próprio. Mais honesto seria então assumir uma posição de vendedor de mitos, fabricante de simulacros e de espetacularizador do real.

Uma visão verdadeiramente plural dos acontecimentos, através de uma polifonia verdadeira e não dissimulada sob citações de diversos personagens que contam a mesma versão talvez seja o caminho mais seguro, no momento, para corresponder às prerrogativas que a imprensa anuncia a quem nela busca informação. Está na essência do jornalismo ser plural, ouvir as múltiplas versões de cada acontecimento. Certamente, não se pode ignorar que colocar em prática tal preceito – o da pluralidade de fontes – incorre em impacto econômico para a indústria da informação. Implica em condições de trabalho condizentes com a tarefa de buscar informações mais plurais e menos superficiais. Um jornalista que precisa cumprir várias pautas no mesmo dia, que trabalha por “produção” de laudas como um operário que recebe pela

quantia de peças produzidas não será mesmo capaz de realizar uma matéria realmente polifônica. Um jornalista acuado pelo tempo e pelas metas de produção certamente vai preferir a comodidade das fórmulas fixas e dos estereótipos. Um jornalista que precisa executar o trabalho de dois ou três profissionais em nome da garantia de sua vaga não terá tempo nem motivação para refletir sobre suas próprias atitudes profissionais. Sequer vai se dar conta de que não mais relata fatos, mas repete realidades construídas. Sequer conseguirá checar se o fato que relata realmente existe ou se foi criado por alguém.

E enquanto não se consegue tempo para refletir sobre a profissão, sobre a real função do jornalismo e sobre a necessidade de mudanças que gerem evolução de paradigmas, sucedem-se mitos, simulacros, realidades construídas que afetam vidas reais, destroem famílias, condenam inocentes, absolvem culpados.

A utilização de conhecimentos da semântica e da pragmática em interface com outras disciplinas possibilitou a desconstrução de mitos edificadas no caso Maníaco da Bicicleta, mas poderiam ser inúmeros outros casos, presentes em qualquer das editorias jornalísticas.

Que este estudo da cobertura do caso Maníaco da Bicicleta e seus desdobramentos na vida das pessoas envolvidos não sirva para causar uma torpe visão generalizada e negativista do jornalismo praticado atualmente. Ao lado de matérias sensacionalistas e da reprodução de estereótipos também afluem textos condizentes com os princípios éticos construídos pelo jornalismo ao longo dos dois últimos séculos. Continuam válidos os velhos preceitos jornalísticos, como checar cuidadosamente as informações e as fontes, primar pela objetividade da narração dos fatos em vez de sua espetacularização e, principalmente, a clara convicção de que cada notícia ou reportagem traz reflexos à vida de pessoas de carne e osso e não de personagens da ficção. Assegurar a credibilidade do jornalismo passa pelo cuidado com valo-

res éticos que não podem ser relegados a segundo plano diante dos obstáculos impostos pelo sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo-SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La Construcción de la Noticia**. 2ed. México: Piados, 1986.

ANDRADE, Altamir. **Editorial: E agora estoriadores?** Disponível em <<http://ovizinho.com.br>>. Acesso em 10 mar 2006.

ANDRADE, Altamir. Entrevista à autora em 20 mar 2006.

ARBEX Jr, José. **Showrnalismo – a notícia como espetáculo**. São Paulo-SP: Casa Amarela, 2001.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica – História da Imprensa Brasileira**. São Paulo: Ática, 1990, Vol1 e Vol 2.

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo-SP: Hucitec, 2004.
- BALLONE, Geraldo José. **Psiquiatria**. Disponível em <<http://www.psiqweb.med.br>>. Acesso em 3 a 25 mar. 2006.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 9ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil S/A, 1993.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2ed. São Paulo-SP: Com Arte, 1992.
- BONFIM, Edilson Mougnot. **O Julgamento de um Serial Killer – o caso do maníaco do parque**. São Paulo-SP: Malheiros, 2004.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo – Buscas Práticas para uma Teoria da Ação Jornalística**. 2ed. São Paulo-SP: Summus, 1994.
- CHARAM, Isaac. **O Estupro e o Assédio Sexual – como não ser a próxima vítima**. Rio de Janeiro-RJ: Rosa dos Ventos, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas**. São Paulo-SP: Moderna, 1981.
- CITELLI, Adilson. **O Texto Argumentativo**. São Paulo-SP: Scipione, 1994.
- COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da Violência Jornalismo e Produção de Sentidos**. São Paulo-SP: Unimep 2002
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O Discurso da Violência – As marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo-SP: Cortez, 1996.
- DIJK, Teun Adrianus van. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo-SP: Contexto, 1996.
- DREZETT, Jefferson. **Aspectos Biopsicossociais da Violência Sexual**. <<http://www.psiqweb.med.br>>. Acesso em 3 a 25 mar. 2006.
- FENAJ, Código de Ética do Jornalismo, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12ed. Rio de Janeiro-RJ: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 6ed. Rio de Janeiro-RJ: Graal, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão**. 21 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 7ed. São Paulo-SP: Loyola, 1998.
- JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo – A Lógica do Capitalismo Tardio**. São Paulo-SP: Ática, 1997.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 2ed. São Paulo-SP: Summus, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 3ed. São Paulo-SP: Cortez, 1993.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3 ed. Florianópolis-SC: Insular, 2001.

LÍRIO, Sérgio. Fala o Serial Killer. Carta Capital, São Paulo, 8 Set 2004, p. 22-31.

MACIEL, Marília Crispi de Moraes. **A Importância da Profissionalização na Imprensa do Interior**, 2003 Monografia – Departamento de Comunicação Social do Instituto Superior e Centro Educacional Bom Jesus Ielusc, Joinville-SC.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 2 ed. São Paulo-SP: Cortez, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis-SC: EDUFSC, 1992.

MELO, Heronides Maurílio de. **Significação e Contexto**. 2ec. Florianópolis-SC: Insular, 2000.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e Contexto – Uma introdução a questões de semântica e pragmática**. 2ed. Vol 1, Florianópolis-SC: Insular, 2000

PLOCHARSKI, Aloísio e Áurea. Entrevista à autora em 10 mar. 2006.

PORTÃO, Ramão Gomes. **A vítima nos meios de comunicação**. São Paulo-SP: Traço, 1982.

RIBEIRO, Alex. Caso Escola Base – Os Abusos da Imprensa. São Paulo: Ática, 1995.

SENDEREY, Israel Drapkin. **Imprensa e Criminalidade**. Trad. Éster Kosovski. São Paulo: 1983, José Bushatski Editor

SILVA, Hélio. A língua Geral da Violência. In: GAUER, Gabriel et al. **A Fenomenologia da Violência**. Curitiba-PR: Juruá, 2002.

SODRÉ, Muniz et PAIVA, Raquel. **O Império do Grotesco**. Rio de Janeiro-RJ: Mauad, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó-SC: Argos, 2002

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são**. Vol 1. 2ed Florianópolis-SC: Insular, 2005.

Constituição Brasileira 1988. 22ed. Brasília-DF: Centro de Documentação e Informação, 2002.

Declaração Universal dos direitos Humanos. Disponível em <[http:// www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)>. Acesso em 10 jan. 2006

Jornal A Notícia. Disponível em www.an.com.br. Acesso de out 2005 a mar 2006.

Processos Marlon Cristiano Duarte. Disponível em <<http://www.tj.sc.gov.br>>. Acesso em 20 jan e 17 mar 2006.

ANEXO 1 – VIOLÊNCIA URBANA DISCUTIDA EM JOINVILLE

A Notícia 19/10/00

Violência urbana discutida em Joinville

Seminário reúne magistrados, policiais e estudantes de direito

(Genara Rigotti)

Joinville - Com um público de mais 300 estudantes de direito, magistrados, policiais e representantes do Poder Judiciário e de entidades de defesa dos direitos humanos do município, começou ontem o 1º Seminário sobre Violência Urbana para Joinville e Região, no auditório do colégio Elias Moreira. A palestra com o delegado de Polícia do Estado de São Paulo e autor do livro "Inquérito Policial Procedimentos Administrativos e Ação Penal" José Guilherme Raimundo abriu o evento. Hoje, o convidado é o sociólogo especialista em Violência Urbana na América Latina Glaucio Ary Dillon Soares.

José Guilherme abordou questões polêmicas como as competências das polícias Civil e Militar e do ministério público, o abandono da segurança por parte do governo, o código penal, o policiamento preventivo e repressivo e o aumento da criminalidade como reflexo das ações da própria sociedade. "Em São Paulo, o governo não dá a devida importância para a Polícia, que está enfraquecida. Falta salário justo, falta recursos materiais, falta motivação e segurança para o próprio policial que está na rua", adverte. Na sua opinião, a situação é praticamente igual em todo

País. "Em São Paulo, chegamos ao ponto de ter 50 a 100 mortes de pessoas vítimas de assaltos por semana. Estamos realmente numa guerra", compara.

Para delegado, que tem oito livros publicados, já foi promotor de Justiça, corregedor-geral da Guarda Metropolitana de São Paulo, comandante-geral da Guarda Municipal de Guarulhos e hoje está advogando, o primeiro passo para conter a criminalidade é levar o código penal para a sala de aula nas escolas. "Muitos jovens não sabem identificar em que situações estão cometendo um crime", ressalta. "Os centros que recebem estes menores, hoje não recuperam ninguém, são verdadeiros presídios de segurança máxima. Não existe interesse do governo em dar oportunidade para estes jovens se ressocializarem. Tratamento digno para eles, é a saída para diminuir a criminalidade urbana", acredita. "A religiosidade também é um freio para a sociedade criminosa", completa.

REVOLTA

Conforme José Guilherme, não é ficar numa cela que revolta o preso jovem ou adulto, é falta de atividades, de trabalho e de dignidade. "O preso que está numa cela superlotada, não pode nem deitar para dormir, é tratado como um lixo humano. Quando é solto, em vez de furto comete um latrocínio", adverte. Em São Paulo, são mais de 160 mil mandatos (sic) de prisão e cerca de 200 fugas por mês. "Estes fugitivos são uma ameaça para a sociedade porque saem piores do que entraram, e ainda usam a experiência adquirida na cadeia", diz. O delegado destaca que tudo isso causou um pânico tão grande, que os policiais estão com medo de exercer sua função.

"O criminoso não tem medo de ser condenado. Por isso, quando o bandido estiver armado na prática de um ato ilícito, o policial precisa se defender. Não podemos dar chance ao bandido. É matar ou morrer", define. "Quando o bandido é

preso, tem de ser tratado com dignidade. Mas, onde vamos chegar com uma polícia boazinha, comunitária, que pode vacilar e morrer. O bandido não tem nada a perder", comenta.

ANEXO 2 – ENTIDADES DE JOINVILLE COBRAM SEGURANÇA

A NOTÍCIA/GERAL 26/10/00

Entidades de Joinville cobram segurança

Dossiê revela deficiências das polícias Civil e Militar

Um dossiê é a primeira arma do Conselho de Entidades na luta por investimentos na segurança pública de Joinville. No documento, serão relatadas deficiências das polícias Civil e Militar e também do Poder Judiciário. A criminalidade é encarada no texto como o problema mais complexo e angustiante do município. "A segurança está complicada. É preciso o tema venha a ser discutido", justifica Gilson Bohn, vice-presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL). Além da CDL, a Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij), Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (Ajorpeme) e a Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (Acomac) integram o Conselho de Entidades. O dossiê será entregue nos próximos dias ao secretário estadual de Segurança Pública, Antenor Chinatto.

O documento descreve o descaso a que foi submetida a segurança pública nos últimos anos e compara as estruturas policiais de Joinville e Florianópolis. O efetivo da PM na maior cidade do Estado é de 720 homens, enquanto a Capital, com população inferior em 150 mil pessoas, há 2.500 policiais. A distorção também é

apontada na Polícia Civil, pois o efetivo joinvilense representaria um terço do sediado em Florianópolis.

O dossiê também cobra investimentos em equipamentos. "Sem rádios-transmissores, sem sistemas informatizados, sem veículos e até sem combustível para atender a precária frota existente, a Polícia Civil de Joinville é um atestado definitivo da quase completa omissão nos últimos anos", alega o texto. A superlotação do presídio - com capacidade para 160 detentos, estaria abrigando 362 presidiários - também é citada como um dos exemplos das deficiências na segurança pública.

Também é apontada falta de estrutura no Poder Judiciário. Um exemplo mencionado é o da Vara de Família e Órfãos, que acumula 5.550 processos e mensalmente recebe mais 320 peças. É pedida a instalação de pelo menos mais duas varas da Família. Já na Vara da Fazenda Pública, o acúmulo chega a 23 mil processos, para apenas um juiz. Ao todo, a solicitação é de mais seis varas. "Não resta a menor dúvida que a questão da segurança e dos elevados índices de violência e criminalidade em Joinville estão diretamente relacionados à fragilidade, vulnerabilidade, inconsistência e desaparecimento do sistema policial", conclui o levantamento. O secretário Antenor Chinatto deve se manifestar após receber o dossiê.

ANEXO 3 – JOINVILLE REIVINDICA MELHORIAS NA SEGURANÇA

A NOTÍCIA/GERAL 29/10/00

Joinville reivindica melhorias na segurança

Mais de 300 pessoas saíram às ruas e pediram policiamento

Joinville - Mais de 300 pessoas participaram, na tarde de ontem, de uma passeata pelas ruas centrais de Joinville, cobrando a melhoria da segurança no município. Promovido por estudantes e professores de uma escola particular, o movimento foi desencadeado após tentativa de estupro contra uma aluna da escola, na noite de quinta-feira. Com direito a apitaço, palavras de ordem e muita indignação, a manifestação fez escala em frente a Prefeitura e seguiu até a Delegacia da Mulher.

O vereador João Luiz Sdrigotti (PMDB), representando o prefeito Luiz Henrique da Silveira, conversou com as lideranças e prometeu se empenhar em favor da proposta de melhoria do aparato policial na cidade. Luiz Henrique já encaminhou ofício ao governador Espiridião Amin (PPB), pedindo transferência de efetivos da Polícia Militar e Civil para Joinville. A delegada regional, Marilisa Boehm, e o comandante do 8º Batalhão da PM, José Jari Dalbosco atenderam os estudantes. Dalbosco designou mais duas motos e uma viatura, para ficarem no centro, 24 horas.

A Polícia Civil confirma quatro estupros consumados e duas tentativas de 29 de agosto até ontem. Em menos de 50 dias, aconteceram pelo menos 26 mortes violentas, entre as quais dez homicídios. O número de carros roubados é igualmente

assustador. Somente este ano foram roubados 651 veículos em Joinville, e o dobro (1.206) na região.

Mais policiamento também é reivindicado. Pouco mais de 700 PMs atendem a cidade, cerca de 1.000 na região. A Polícia Civil tem somente 107 policiais. A insatisfação do joinvilense é maior ao comparar com o efetivo da Capital, que conta com cerca de 2,5 mil PMs para uma população menor.

Os números da insegurança em Joinville também estão movimentando a Câmara de Vereadores. Na sessão de quinta-feira, o vereador João Luiz Sdrigotti sugeriu que a casa cobrasse uma audiência com Amin, proposta que foi aceita por unanimidade. "Precisamos transformar a nossa indignação em atitude", resumiu, prometendo inclusive a realização de uma sessão especial junto ao Palácio do Governo. "E só vamos sair de lá com uma proposta definida", assegurou, reclamando da incapacidade numérica, técnica e material da polícia em Joinville. "Temos poucos policiais militares, quase nenhum investigador e estamos praticamente incapazes de enfrentar a criminalidade com tecnologia", protestou Sdrigotti, lembrando da falta de equipamentos para perícia técnica. Em Joinville não há equipamentos para exames de DNA, ou mesmo para coleta de impressões digitais.

Menor escapa de tentativa de violência sexual

Joinville - A coragem da estudante P.C., 17 anos, evitou a consumação de um estupro na noite de quinta-feira, em Joinville. Ela foi abordada na rua João Colin, no centro, e forçada a andar cerca de 20 quarteirões até a as imediações do antigo restaurante Zepellin, na rua Benjamin Constant, no bairro América. Mesmo amordaçada e com cortes na pele (possivelmente feitos com um estilete), conseguiu escapar. De acordo com P.C., o rapaz que a atacou era loiro, tinha cerca de 1,65 metro

de altura, um pouco de barba, vestia bermuda e camiseta e calçava tênis ou sapatos pretos.

América. Entre 29 de agosto e 5 de setembro, a Polícia Civil registrou quatro casos de estupro, mesmo número que consta no Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) entre 2 e 10 de outubro - os casos podem coincidir, já que os nomes das vítimas não foram divulgados.

P.C. conta que retornava para casa, por volta das 19 horas. "Estava encostada num pilar quando ele chegou e encostou um objeto cortante - como um estilete - em minha barriga. Depois me abraçou, cobriu a arma com uma jaqueta e ordenou que eu o acompanhasse sem esboçar nenhuma reação", relata.

Ao chegar próximo a um matagal na rua Benjamin Constant, a menor foi jogada no chão com violência. "Tive que me debater muito. Ele chegou a amordaçar a minha boca e amarrar as minhas mãos e pernas com fita adesiva", revela, lembrando que durante todo o tempo em que ficou no local (mais de uma hora), o agressor dizia para ela não gritar, a ameaçava de morte e chegou a dar tapas em sua cabeça. "Ele não deixava eu ver o rosto dele", recorda.

A aproximação de um carro assustou o agressor, que antes de fugir caminhando revirou a bolsa da estudante e nada levou. Amordaçada e amarrada, P.C. foi pulando à procura de socorro nas residências próximas. Moradores acionaram os paramédicos da PM, que a levaram ao pronto-socorro do Hospital Dona Helena. Lá a menor recebeu soro e fez radiografia da perna. No final da manhã de ontem, foi submetida a exame de lesão corporal no Instituto Médico Legal (IML). Ainda na quinta-feira à noite, a delegada Ruthi Henn, da Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente, esteve no local. Segundo ela, encontrou o tênis da vítima no meio do matagal.

ANEXO 4 – CAPTURA DE TARADO FICA SEM REFORÇO

A NOTÍCIA/31/10/00

Captura de tarado fica sem reforço

Florianópolis - Joinville não deve contar com nenhuma força-tarefa especial para tentar prender o maníaco sexual que vem atacando mulheres na cidade. A informação foi prestada pelo delegado Maurício Eskudlark, diretor de Polícia Civil. Segundo ele, "todo o policial da investigação de Joinville está mobilizado" na captura do tarado, e também "existe todo um policiamento preventivo, feito pela PM".

Para o delegado, é melhor que o trabalho seja feito por policiais da região, que conhecem melhor a área, os prováveis esconderijos e as pessoas que podem fornecer informações. "Falei com a delegada regional de Joinville, Marilisa Boein Lima, e ela me garantiu que o pessoal está todo mobilizado na captura do maníaco", disse Eskudlark.

Embora não vá receber nenhum apoio explícito para combater a onda de estupros na cidade, Joinville deve, a partir de meados de dezembro, receber um reforço por conta da Operação Veraneio: 24 policiais civis irão engrossar o contingente até o final do verão, segundo o diretor de Polícia Civil. (MAZ)

ANEXO 5 – JOINVILLE COBRA MAIS AÇÕES PARA A SEGURANÇA

A Notícia 2/11/00

Joinville cobra mais ações para a segurança

Comandantes da PM e da Polícia Civil participaram ontem do primeiro encontro para discutir o problema

Joinville - A Polícia Civil de Joinville confirma quatro estupros consumados e duas tentativas desde 29 de agosto até ontem. Nos últimos dois meses, aconteceram também 30 mortes violentas, dentre as quais 11 homicídios. O número de carros roubados é igualmente assustador: a PM registrou somente este ano o furto de 977 veículos. E, no mesmo período, aconteceram 355 assaltos a estabelecimentos comerciais e 384 contra pessoas. Os números preocupam os moradores e vem gerando protestos das classes política e empresarial. Para debater o problema, vereadores, deputados, liderança comunitárias e representantes das corporações de segurança do Estado participaram de uma primeira audiência, ontem a tarde, no plenário da Câmara de Vereadores com a participação de aproximadamente uma centena de pessoas. Estiveram presentes o comandante da PM no Litoral, tenente-coronel Roque Heerdt, e o diretor da Polícia Civil para o Interior e Litoral, Maurício José Eskudlak. A reunião foi convocada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, Jaime Duarte (PPS). Para ele, os números da crimi-

nalidade são inaceitáveis e a cidade está desprotegida. Esta também é a opinião de vereadores e lideranças comunitárias, que insistiram por melhorias em equipamentos e no contingente policial para a cidade.

Amanhã, as condições da segurança pública em Joinville voltam a concentrar a atenção do governo do Estado. O governador em exercício, Paulo Bauer, junto com o comandante-geral da PM, Walmor Backes, e o secretário de Segurança, Antenor Chinato Ribeiro, participam de uma reunião com a lideranças no município no auditório do 8º Batalhão da PM.

O deputado Francisco de Assis (PT) reclamou das diferenças de tratamento de Joinville em relação à Capital. Segundo ele, o município tem uma estrutura bem menor no aparato de segurança, apesar de ter uma população maior que Florianópolis: são 755 policiais militares, enquanto Florianópolis mantém um efetivo de 2.882. A situação é igual quanto ao número de policiais civil: 148 para 713 na Capital.

Heerdt tentou explicar a diferença na equação. Mesmo sem mostrar números, destacou que a PM na Capital também é responsável pela segurança nos presídios e guarda na Assembléia Legislativa, no Palácio do Governo e demais estruturas dos três Poderes. "Além das funções administrativas", relatou. Eskudlak seguiu o mesmo raciocínio, afirmando que em Florianópolis concentra também a Polícia Técnica e a central do Detran. (Antônio Anacleto)

Sistema será melhorado

Para o comandante da PM no Litoral, Roque Heerdt, o volume de ocorrências criminais em Joinville tem se mantido em níveis aceitáveis. Ele ressaltou, ainda, que em muitas modalidades, o número de crimes, este ano, está decaindo em comparação a 1999. A estatística demonstrada pelo militar tem como fonte os aten-

dimentos do Copom no município. Mas existem erros. No documento não há registros de homicídios em outubro, embora seja de conhecimento público que aconteceu pelo menos três assassinatos no período (quadro abaixo). Durante o encontro, Herdt adiantou algumas melhorias na infra-estrutura de segurança da cidade, como a instalação de vídeo-câmeras nas ruas, a liberação de horas extras e maior qualificação dos policiais. (AA)

Vida em perigo

O relatório das principais ocorrências deste ano da PM mostra índice zero de homicídios em Joinville durante outubro. A Notícia publicou três crimes:

24 de outubro - o motorista de empresa Transtusa, Antônio de Amorim, 39, foi assassinado a pedrada, no final da rua Pavão, bairro Costa e Silva. O corpo estava de bruços e o rosto desfigurado pelos golpes. Ao lado do corpo havia uma pedra de cerca de sete quilos, que teria sido utilizada para matar o motorista.

25 de outubro - por volta das 18h30, a Polícia Militar encontrou um homem identificado como Luciano Stedik, 24, ferido por disparos de arma de fogo. Luciano não resistiu aos ferimentos e morreu no Hospital. O autor dos disparos não foi identificado.

28 de outubro - uma briga por motivos banais, no bar União, no bairro Guanabara, culminou no assassinato de Antônio da Silva, 30, atingido no pescoço com um golpe de faca, desferido pelo aposentado Domingos Gonçalves, 65.

ANEXO 6 – VÍTIMA DE RETRATO FALADO AGUARDA SOLUÇÃO DO GOVERNO

A NOTÍCIA/13/11/00/GERAL

Vítima de retrato falado aguarda solução do governo

Joinville - O encontro entre os familiares de Aloísio Plocharski com o coordenador da Operação Norte Seguro, secretário de Justiça e Cidadania Paulo Cezar Ramos de Oliveira, ocorrido na manhã de sábado, no 8º BPM, em Joinville, foi reservado e **serviu apenas** para aumentar a decepção das vítimas. Nada que pudesse contribuir para esclarecer de forma oficial por parte do governo do Estado **(responsável pela divulgação da foto do operário como sendo o suposto maníaco que estuprou quatro mulheres e atentou contra outras duas) o equívoco provocado** aconteceu.

"Ele (Paulo Cezar Oliveira) apenas repassou a **bomba** para outro", disse Aloísio, referindo ao fato do coordenador ter dito que a solução será discutida com o secretário de Segurança Pública, Antenor Chinato Ribeiro. Eles deverão se reunir amanhã para um balanço dos primeiros dias da Operação Norte Seguro. "Vou repassar ao Chinato tudo o que foi conversado com eles (Aloísio e sua mãe, Marli) e vamos aguardar as providências, uma vez que cabe a SSP apurar o que houve e os responsáveis", disse Paulo Oliveira.

Aloísio Plochanski considerou **descabida** a sugestão do secretário, que os orientou **a não continuar dando muita divulgação** ao caso. "Sempre que formos procurados pela imprensa vamos atender", afirmou o trabalhador. Em quase 1 hora de conversa o secretário Paulo Cezar disse para Aloísio e sua mãe que não teve nenhuma responsabilidade no que aconteceu, explicou os objetivos da operação e a necessidade de se punir os responsáveis pelo equívoco ocorrido. Sobre a solicitada retratação oficial em âmbito nacional no mesmo horário do programa "Fantástico" da "Rede Globo", onde a foto foi divulgada, o secretário comprometeu-se em falar com Antenor Chinato. A assessora jurídica do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, advogada Cinthya Maria Pinto da Luz, que participou do encontro, adiantou que se isso não acontecer "será requerido através da via judicial". Marli Plochanski disse **estar preocupada** com a reputação de sua família que foi atingida de forma "negativa, constrangedora e humilhante".

Integrante de família tradicional de Joinville, ela reclama que o filho não pode sair às ruas sem ser apontado como estuproador e isso somente poderá ser desfeito, no seu entendimento, com uma retratação por parte dos responsáveis pelo equívoco. Paulo Cezar também manifestou preocupação com o desfecho do caso e se colocou à disposição da família para ajudar no que for possível.

Hoje, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Joinville), realizará uma reunião com os integrantes da Comissão dos Direitos Humanos da entidade e diretores para informar à família Plochanski as providências e encaminhamentos que dará juridicamente ao caso. (Marcos de Oliveira)

ANEXO 7– INTERNET LEVANTA NOVO BOATO SOBRE ESTUPRADOR

A NOTÍCIA 22/11/00

Internet levanta novo boato sobre estuprador em Joinville

Joinville - Uma mensagem anônima distribuída pela Internet faz grave acusação sobre o caso do "Maníaco da Bicicleta", criminoso que consumou quatro estupros e fez outras duas tentativas em Joinville entre agosto e outubro. O texto afirma que um integrante da família Koentopp seria o autor dos crimes e que Justiça, polícia e imprensa estariam acobertando o fato.

Considerando-se o mais visado entre as ramificações da família, por manter há 30 anos uma concessionária Chevrolet na cidade, o empresário Ivo Koentopp informou, através de carta assinada pelo advogado Sérgio Schulze, que entrou na Justiça para identificar a autoria da mensagem, que julga caluniosa. Ele pretende responsabilizar cível e criminalmente os envolvidos.

Koentopp observou que muitas mensagens foram retransmitidas a partir de grandes empresas. "Causou estranheza que conceituadas empresas da cidade permitiram que seu funcionários utilizassem computadores e endereços eletrônicos para divulgação criminosa de fatos inverídicos", protestou. Para ele, a logotipia dessas empresas deu credibilidade às mensagens e incentivou a divulgação.

Segundo o advogado Sérgio Schulze, incorrem nas sanções do crime de calúnia aqueles que divulgam falsa informação. Schulze diz que já foram identificados e-mail de pelo menos quatro empresas que repassaram a mensagem. Ele apela para a intervenção do Judiciário para pôr fim à divulgação da mensagem pela Internet. (Marcos de Oliveira)

AN e Justiça condenam insinuação

A mensagem insinua que Koentopp teria pago jornais e revistas para não divulgarem o caso e que teria conseguido mandado "de um amigo juiz, para também não deixar a polícia divulgar". Diretor de Redação de A Notícia, o jornalista Luís Meneghim garante que a insinuação não tem fundamento. Destaca que, no caso de AN, a linha editorial é criteriosa e ética. "Jamais o jornal deixaria de publicar algo do interesse do leitor porque alguém pagou. O jornal não é feito por uma pessoa somente, e sim por uma equipe", informa, para deixar claro que não haveria como acobertar um fato destes. Conforme Meneghim, as insinuações colocam em risco a credibilidade da imprensa. "Quem diz uma coisa dessas não sabe como funciona uma imprensa livre num País democrático", lamenta.

O juiz de direito e diretor do Fórum de Joinville, Ricardo Roesler, confirma que não existe no ordenamento jurídico nenhuma medida protetiva ou cautelar para calar imprensa ou investigação policial. Ele defende a urgente regulamentação de leis específicas Internet e lembra que fatos como estes são criminosos e covardes. "O autor, se descoberto, será responsabilizado criminalmente pela calúnia e civilmente a ter de indenizar moralmente as vítimas", assegura. A divulgação da mensagem já está sendo investigada pela Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic). A delegada regional Marilisa Boehm confirmou que

será realizado um rastreamento, através dos provedores, para identificar e localizar o autor. Segundo a supervisora comercial do provedor e portal Terra Maristela Lopes Pereira, é plenamente possível para qualquer provedor localizar o autor da mensagem: basta uma ordem judicial. (MO)

A Notícia 23/11/00

Identificada origem de mensagem sobre estupro

Joinville - Um técnico em informática da Polícia Civil de Florianópolis foi deslocado para Joinville para localizar e identificar o autor da mensagem apócrifa que circula pela Internet, que acusa um integrante da família Koentopp de ser o suposto "Maníaco da Bicicleta", criminoso que estuprou quatro mulheres e atentou contra outras duas entre agosto e outubro. Ainda ontem, o provedor onde está cadastrado o autor da acusação já tinha sido identificado e o delegado Dirceu Silveira Júnior, da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic) aguardava mandado judicial para obter o nome da pessoa.

De acordo com a delegada regional, Marilisa Boehm, não é possível adiantar muitos detalhes sobre o andamento das investigações para não prejudicar os trabalhos da Deic. No entanto, a policial disse estar confiante na identificação do autor e na sua localização, ainda no decorrer desta semana. Marilisa não descarta a possibilidade de existir dificuldade em se chegar ao acusado que pode ter utilizado um computador e uma senha terceiro. "Mas isso não impedirá de chegarmos até ele", confirmou.

Agentes da Deic estiveram ontem em algumas empresas, onde funcionários retransmitiram a mensagem, para saber a origem do texto. O advogado do em-

presário Ivo Koentopp - que sentiu-se diretamente atingido pela mensagem veiculada na Internet - Sérgio Schulze, confirmou que todas as empresas e pessoas que divulgaram, mesmo retransmitindo a mensagem, serão responsabilizadas criminalmente. "A lei é clara: está sujeito as mesmas penas do crime de calúnia aqueles que, sabendo ser falsa a imputação, a propalam ou divulgam (artigo 138 parágrafo 1º do Código Penal)", esclarece o advogado.

ANEXO 8– OPERAÇÃO NORTE SEGURO TEM BALANÇO POSITIVO

A NOTÍCIA 29/11/00

Operação Norte Seguro tem balanço positivo

Registros da PM mostram queda nos índices de ocorrências. Comunidade quer continuidade das ações

Joinville - A Operação Norte Seguro trouxe tranquilidade à população de Joinville. Lideranças políticas, empresariais e comunitárias são unânimes em afirmar que a população hoje se sente mais segura para trabalhar, estudar ou simplesmente caminhar pelas ruas do Centro, situação bem diferente da vivenciada há quase um mês. No demonstrativo montado pela Polícia Militar, figura queda de índices em quase todas as ocorrências. No caso específico de furto de automóveis, por exemplo, houve uma queda de 57,14% entre outubro e novembro. Tentativa de homicídio (-50%) e homicídios (-71,43%) também caíram. Das poucas ocorrências que tiveram elevação, está o índice que mede a quantidade de pessoas conduzidas às delegacias (546 pessoas em novembro, 16,92% a mais que no mês anterior), que reflete mais ação policial.

Os números são festejados pelo secretário da Justiça e Cidadania e coordenador do Grupo Executivo de Segurança Pública Integrada (Gespi), Paulo Cezar Ramos de Oliveira. Ele admite, no entanto, que a comunidade está pedindo para

que parte do contingente policial continue na cidade, mesmo com o fim da operação, no dia 3. Ramos de Oliveira garante que vai encaminhar o pedido ao governador Esperidião Amin (PPB).

Além das polícias Civil e Militar, participaram da Operação Norte Seguro o Deter; Secretaria da Fazenda e secretarias estadual e municipal da Saúde. Lideranças empresariais, comunitárias e políticas de Joinville se dizem satisfeitas com os resultados da Operação Norte Seguro, mas são unânimes na reivindicação para que o aporte de mais policiais na cidade seja mantido. O prefeito Luiz Henrique da Silveira (PMDB) afirma que seria importante que a operação deixasse de ser temporária para ser permanente. "Seria bastante oportuno que as ações fossem prorrogadas", disse, destacando que este é o objetivo do Conselho de Desenvolvimento de Joinville (Desenville).

O presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, Arinor Vogelsanger (PMDB) confirma que os níveis da criminalidade baixaram com as ações da PM e a presença ostensiva nas ruas da cidade. Vogelsanger também está preocupado com o fim da operação. "Tememos que a diminuição destes índices sejam temporários", preocupa-se, lembrando que em dezembro e janeiro - com as férias escolares - o número de arrombamentos tende a aumentar na cidade.

Outra questão levantada por Vogelsanger diz respeito ao número do efetivo policial. Ele sugere que o Estado deveria destacar mais policiais para a cidade e criar mecanismos para que, em contratações futuras, fossem privilegiados candidatos da região.

E a iniciativa é considerada positiva também por vereadores da oposição. Wilson Vieira, o Dentinho (PT), diz que a população está se sentindo mais segura e sugere que o policiamento ostensivo verificado no horário comercial também fosse

estendido para as madrugadas. "Estamos numa cidade de operários que trabalham em turnos diferentes", ressaltou.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij), Moacir Thomazi, classifica o resultado da operação como um sucesso. "Havia um estado de pânico na cidade e a ação devolveu a tranquilidade", constata. Mas ele também faz coro com a comunidade e requer que a presença redobrada de policiais continue. "Agora que a casa está em ordem não se pode abandonar", aconselhou, e concluiu destacando que está na expectativa que o governador se sensibilize com a necessidade de mais policiais para a PM e equipamentos para a Polícia Civil de Joinville.

Manutenção do efetivo será pedida

O secretário da Justiça e Cidadania, Paulo Cezar Ramos de Oliveira, responsável pela coordenação da Operação Norte Seguro disse que vai levar ao governador Esperidião Amin o pedido para manter parte do contingente policial na região.

Ramos, que participou de reuniões com a comunidade, elaborou estratégias de ação e até participou de operações em campo, está satisfeito com os resultados que credita a "uma perfeita integração entre as várias instituições". Ele também agradece a participação da comunidade, que fez denúncias e apresentou sugestões pelo disque-denúncia (0800 47 2552). "Além do que, empreendemos uma verdadeira cruzada nas escolas do município, unindo professores, alunos, associações de pais e professores e lideranças comunitárias no sentido de se criar uma cultura da segurança", concluiu.

O presidente da Associação de Moradores do bairro Boa Vista, Ademir Mário Frisanco, também está satisfeito com a operação. Ele não tem números, mas afirma ter percebido a redução da criminalidade em seu bairro. Ele, porém também tem críticas e insiste na necessidade mais policiais, e na abertura de vagas para candidatos da própria cidade. "Esta operação deveria ter começado antes. O problema da segurança em Joinville estava muito sério", destaca, acrescentando que "a comunidade deveria cobrar mais".

ANEXO 9– OPERAÇÃO NORTE SEGURO É MANTIDA E AMPLIADA

A NOTÍCIA 2/12/00

Operação Norte Seguro é mantida e ampliada

*Vice-governador anunciou manutenção das atividades especiais até a segunda
quinzena de dezembro*

(Leandro S. Junges)

O vice-governador Paulo Bauer anunciou ontem à tarde a prorrogação e a ampliação de algumas atividades da Operação Norte Seguro, iniciada no dia 3 de novembro e com previsão de encerramento para este domingo. O Grupo Executivo de Segurança Pública Integrada (Gespi), coordenado pelo secretário de Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, continuará mobilizado até o início da Operação Veraneio, na segunda quinzena de dezembro.

A informação foi dada pelo vice-governador durante a apresentação da operação a aproximadamente 300 alunos e professores da escola estadual Professora Jandira D'Avila, no bairro Aventureiro. A escola atende cerca de 1,8 mil alunos, 75 professores e atividades que envolvem praticamente toda a comunidade do bairro.

"Nem precisamos examinar estatísticas. O trabalho do Gespi tem dado resultados muito mais significativos. O importante é que os joinvilenses estão se

sentindo seguros", disse o vice-governador ao mostrar o quadro comparativo de ocorrência entre os meses de novembro de 1999 e deste ano, lembrando que o objetivo maior é transformar a operação "numa cultura" de segurança.

Fechar a porta

Outro motivo para a manutenção da operação, segundo Bauer, foi a "efetiva integração de órgãos públicos estaduais, federais e municipais" nas ações desenvolvidas pelo Grupo Executivo. Entre os pontos que vão merecer mais atenção da operação estão o roubo de veículos. "Aqui (em Joinville) tem que ensinar o dono do veículo que ele deve fechá-lo quando sair", disse aos alunos, lembrando que uma campanha de conscientização deve ser iniciada na Área Azul. Além disso, ainda nesta temporada, uma patrulha ciclística deverá atuar nas ruas centrais da cidade. Com a prorrogação da operação, duas atividades que seriam automaticamente suspensas na próxima segunda-feira - o telefone de denúncias e sugestões (0800472552) e as câmeras discretas em locais públicos - devem ser mantidos.

Sintomas

O secretário da Justiça e Cidadania, Paulo César Ramos de Oliveira, lembrou que o sucesso da operação depende de um maior comprometimento da comunidade de Joinville. Ele comparou a relação entre os órgãos de segurança pública e a sociedade com a relação entre médico e paciente. "Quando estamos doentes, o problema é nosso, não do médico. Temos que dizer a ele os sintomas, onde dói e seguir o que foi receitado".

Durante o encontro, que durou toda a tarde, moradores do bairro aproveitaram para se manifestar sobre a segurança na comunidade. Morador do Aventureiro há 25 anos, o comerciante Nilton Rodrigues, 51 anos, aguardava com ansieda-

de a presença da Operação na escola. Com um recorte de jornal nas mãos, ele lembrou o assalto ocorrido no seu supermercado no dia 2 de outubro do ano passado. "Levaram R\$ 16 mil. Até agora não consegui recuperar nada nem soube que prenderam os ladrões. Nossa sorte é que ninguém ficou ferido", lembra. O diretor-adjunto da escola, João Batista Damasceno, 42 anos, disse que reuniões de jovens estranhos à comunidade escola têm sido o principal problema no bairro. "Não posso confirmar, mas muito provavelmente haja consumo de drogas", diz, lembrando que os jovens ficam atrás da escola durante as aulas do noturno.

Mais segurança

Como fica a nova fase da Operação Norte Seguro

O que será ampliado

Será criada uma patrulha ciclística. Entre 10 e 20 conjuntos de bicicletas e equipamentos devem ser adquiridos pela SSP, com o auxílio da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville para o patrulhamento no centro da cidade. Soldados serão treinados para a primeira etapa. Há possibilidade de estender a atuação para os bairros.

Instalação de uma base operacional no Aeroclube para a permanência à noite de pilotos e policiais, facilitando e agilizando o trabalho com o helicóptero. Atualmente, os policiais têm que passar a noite no quartel da PM.

Participação da Delegacia do Ministério do Trabalho na Operação. A partir de agora, serão realizadas fiscalizações em conjunto para a verificação de profissionais contratados irregularmente (sem carteira profissional) nas empresas da região.

Uma campanha de conscientização dos motoristas locais será posta em prática. Os jovens que atuam na Zona Azul alertarão os motoristas que deixam seus

veículos abertos ou com objetos que chamam a atenção de criminosos expostos no interior.

ANEXO 10 – MANÍACO VAI RESPONDER POR OUTRO ESTUPRO

A NOTÍCIA 20/04/02

Maníaco vai responder por outro estupro

Jovem denunciou caso de estupro ao delegado Marcucci, em Joinville

Joinville - O delegado Marco Aurélio Marcucci, da Divisão de Investigação Criminal (DIC) de Joinville, informou que o ferramenteiro Marlon Cristiano Duarte, 26 anos, o "Maníaco da Bicicleta", irá responder por mais um crime de estupro, o sétimo, denunciado pela vítima na última quinta-feira. De acordo com Marcucci, o prazo decadencial de seis meses para o crime de estupro passa a contar a partir do momento em que a vítima tem ciência de quem é o autor do crime. Anteriormente a delegada Ruth Henn, da Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente havia afirmado que Marlon não podia responder por este crime porque a vítima não tinha feito o registro na época, em setembro de 2000.

Na manhã de ontem, Marcucci ouviu o depoimento de mais uma vítima do "Maníaco da Bicicleta". Carolina (nome fictício), 22 anos, que na quinta-feira revelou à reportagem do jornal A Notícia, que foi estuprada por Marlon em 4 de setembro de 2000, reafirmou os mesmos fatos ao policial.

Além de praticar o estupro, conforme a vítima, o maníaco ainda roubou R\$ 70,00 dela. A mãe da jovem, inconformada, chegou a conversar com o maníaco na

cela da DIC. "Você tem que apodrecer na cadeia", disse ela, revoltada. Marlon, envolvidos em seis casos de estupro e de uma tentativa, foi apresentado à Justiça ontem à tarde. Conforme o delegado, ele poderá ser recolhido nas próximas horas à Penitenciária de Florianópolis

ANEXO 11 – ESTRUPADORES CULPAM FORÇA DO MAL

AN CIDADE 01/06/02 - sábado

MEDO



O "Maníaco da Bicicleta" (D) e o "Tarado do Emprego" dividem cela especial para escapar da fúria dos outros presos.

Foto: ARLEI SCHMITZ

Estupradores culpam força do mal

Dupla é acusada de atacar e violentar 21 mulheres

(Diego Santos)

Enquanto caminham pelos corredores do Presídio de Joinville, chamam a atenção dos demais detentos. Cometeram o mesmo crime e ganharam notoriedade na cidade. Juntos, estupraram 21 mulheres e acreditam que não apresentam riscos para a sociedade. Agora, o "Maníaco da bicicleta" e o "Tarado do emprego" dividem uma cela especial para escapar da fúria dos outros presos. Marlon Cristiano Duarte, 26, e Oldair Cavalheiro Ribeiro, 34, buscam a mesma estratégia para explicar suas brutalidades. Dizem que, quando violentavam, uma força do mal agia sobre eles. Além da semelhança de seus crimes, as vidas de Marlon e Oldair têm outro ponto em comum. Os dois acompanharam atentamente a história de Francisco de Assis

Pereira, o "Maníaco do parque". Francisco foi preso, em agosto de 1998, depois de uma série de estupros e assassinatos em São Paulo. Atraía as vítimas com propostas de emprego e, para a polícia, também disse que uma misteriosa força o empurrava para o mal. "Não tinha muito tempo, mas vi a história do "Maníaco do parque" pela televisão", fala Marlon.

Oldair Cavalheiro foi condenado e ficou quase dez anos preso por 13 estupros no Rio Grande do Sul. Detido na manhã de terça-feira, confessou outros três em Joinville. O "Maníaco do emprego" ainda foi acusado de violentar e matar uma menina de cinco anos. Quando chegou em Joinville, há três meses, estava em liberdade condicional. O caso de Marlon ganhou repercussão nacional depois de estupro cinco mulheres, em Joinville, no ano 2000. O "Maníaco da bicicleta" foi preso por acaso pela Polícia Militar, em abril deste ano, quando tentava agir novamente.

Para preservar sua integridade física, os quatro primeiros dias de sua prisão Marlon passou no presídio de Mafra com outros três estupradores. Durante um mês, foi isolado em uma das celas da unidade prisional de Joinville. Na quarta-feira, recebeu a companhia de Oldair. "Ninguém encostou em mim. Nem a polícia, nem os outros presos. O que dói é a pressão psicológica que sofro", conta o "Maníaco da bicicleta".

Marlon afirma que se a entrevista na sede da Divisão de Investigação Criminal (DIC), dada um dia após sua prisão fosse hoje, não confessaria seus crimes. "Fui rotulado de maníaco. Esse nome me assusta", fala. E insiste na idéia de uma força maior que o transformava no "Maníaco da bicicleta". "Quando saiu o retrato falado, alguns amigos brincavam comigo. Diziam que eu era o maníaco, mas não acreditava que podia ser realmente um monstro. Sabia que era meu corpo que abrigava um monstro", lembra.

"É a maior humilhação de toda minha vida"

Oldair Cavalheiro Ribeiro ouviu falar de Marlon. Mas não imaginava que um mês depois estaria ao seu lado em uma cela do presídio. "Já estou pagando tudo o que fiz. É a maior humilhação de toda minha vida", ressalta. O "Maníaco do emprego" se aproveitava da ingenuidade de meninas que sonhavam com um emprego e as violentava em uma matagal.

Depois de confessar três estupros em Joinville, é o principal suspeito de estar envolvido no desaparecimento de Fabiane Maria Francisco, 21 anos. Ela deixou sua casa a procura de emprego, no dia 8 de agosto, e nunca mais apareceu. "Não tenho nada haver com essa história. Estava no Rio Grande do Sul nesta época", garante.

Os dois sabem que, mesmo depois de cumprirem suas penas, será difícil convencer a sociedade que "não são monstros". Aterrorizaram, estupraram, marcaram vidas de jovens inocentes para sempre. Agora, querem o perdão. "Se errei, me desculpem", pede Oldair Ribeiro.

A psicóloga Valdirene Dalfemback, acredita que os estupradores sofreram alguma espécie de agressão na infância. "A estrutura psicológica foi abalada de alguma forma e eles acabam praticando esses crimes", explica a profissional.

ANEXO 12 – MANÍACO PEGA 17 ANOS DE CADEIA**AN Cidade 27/9/02****Maníaco pega 17 anos de cadeia***Marlon Duarte foi condenado por apenas um dos 6 crimes*

Diego Santos

O homem que aterrorizava as mulheres joinvilenses em 2000 vai ficar, pelo menos, 17 anos e quatro meses preso. Marlon Cristiano Duarte, o "Maníaco da Bicicleta", 26 anos, foi condenado pelo juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, João Marcos Buch, por ter estuprado uma mulher em março deste ano. O "Maníaco da Bicicleta" ainda terá de responder por outros cinco estupros ocorridos há dois anos.

No dia 5 de março de 2002, por volta das 21 horas, a estudante D.S. saiu do Colégio Nova Era, no bairro Bucarein, e quando se dirigia para o ponto de ônibus foi abordada pelo maníaco. Conduzindo uma bicicleta, Duarte anunciou o ataque. Usando um revólver escondido sob a roupa, Marlon Duarte ordenou que a vítima o acompanhasse até um matagal existente perto dos trilhos do trem localizados nas imediações da rua Coronel Francisco Gomes. Lá, exigiu dinheiro e ordenou que a vítima tirasse a roupa. Em seguida, o "Maníaco da Bicicleta" estuprou a estudante e, antes de liberá-la, ameaçou-a de morte caso fosse denunciado. De acordo com a decisão de Buch, o "Maníaco da Bicicleta" deverá cumprir a pena

referente aos crimes de estupro, atentado violento ao pudor e roubo, que totaliza 17 anos de reclusão e quatro meses em regime fechado.

O caso de Marlon ganhou repercussão nacional depois de estuprar cinco mulheres na cidade, no ano 2000. O maníaco usava sempre uma bicicleta azul e abordava estudantes na região central da cidade. As garotas eram levadas para locais distantes, ameaçadas e violentadas. Um grande número de agentes da Capital reforçou as investigações para capturar o maníaco. Policiais e cães treinados em todas as partes da região central assustaram Marlon Duarte, que interrompeu os ataques.

Dois anos depois, o maníaco voltou a agir. Em março, estuprou D.S. e acabou preso por acaso pela Polícia Militar, em abril, quando tentava agir novamente. Levado pela delegacia, foi reconhecido pelas suas vítimas e por policiais através de retrato falado. Marlon Duarte está detido em uma cela do Presídio Regional de Joinville com outros dois estupradores.

ANEXO 13 – JUSTIÇA ORDENA INDENIZAÇÃO

A GAZETA DE JOINVILLE 27/05/06

Depois de uma batalha jurídica Aloísio Plocharski venceu na Justiça a ação por indenização que movia contra Rede Globo de Televisão, o Jornal A Notícia e o Estado de Santa Catarina. Os três terão que pagar uma pensão de R\$ 200,00 mensais por danos materiais. A Globo e A Notícia terão ainda que desembolsar R\$ 30 mil, cada, cerca de 200 salários mínimos, a título de indenização por danos morais. Os veículos de comunicação tentaram recorrer sobre os valores da ação, mas não tiveram seu pedido acatado pelo juiz Carlos Adilson da Silva, da Vara da Fazenda. As empresas e o Estado ainda podem recorrer da decisão.

O caso do maníaco da bicicleta se assemelha com outro episódio emblemático na relação mídia e fontes policiais. Na década de 90 o caso “Escola Base”, em São Paulo, ficou conhecido como um dos mais impressionantes casos envolvendo erro da imprensa e das autoridades policiais. Em 1994, a Escola Base foi acusada de ser um local onde se praticavam abusos sexuais contra as crianças que lá estudavam. Duas mães denunciaram à polícia que os proprietários da escola, Icushiro Shimada, sua esposa Maria Aparecida Shimada; Maurício Monteiro de Alvarenga e sua esposa Paula Milhim Monteiro de Alvarenga, eram os responsáveis pelos atos. A partir das acusações da polícia e divulgação da imprensa, a Escola Base foi depredada e acabou fechada. Os proprietários tiveram que se esconder para não serem linchados.

O jornalista Salvador Neto, hoje assessor de imprensa, fez monografia de conclusão do curso de jornalismo no IELUSC sobre o episódio envolvendo os Plocharski e fez conexão com o caso Escola Base. “Cabe ressaltar porém que as semelhanças procedem na forma como a polícia tratou ambos os casos, divulgando informações inverídicas no caso “Escola Base” e o retrato falado/foto de Aloísio Plocharski.

A ânsia por exposição pública dos delegados em ambos os casos é idêntica. Também a atuação da imprensa foi parecida. A aceitação fácil das versões da polícia, sem a necessária apuração dos fatos, foi determinante para os erros que fulminaram com as vidas de sujeitos, de seres humanos. Como vimos, a vida dos Plocharski foi duramente atingida. A estrutura familiar foi seriamente abalada. Também as vítimas no caso “Escola Base” sofrem até hoje as consequências dos erros da polícia e da imprensa”, relata o jornalista